

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**



MÁRCIA ESTEVES DE CALAZANS

***POLICIAIS MIGRANTES: IDENTIDADES  
PROFISSIONAIS EM MOVIMENTOS***

Porto Alegre

2009

MÁRCIA ESTEVES DE CALAZANS

***POLICIAIS MIGRANTES: IDENTIDADES***  
**PROFISSIONAIS EM MOVIMENTOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Professora Doutora Cinara Rosenfield

Porto Alegre

2009

MÁRCIA ESTEVES DE CALAZANS

***POLICIAIS MIGRANTES: IDENTIDADES***  
**PROFISSIONAIS EM MOVIMENTOS**

**Folha de aprovação**

**BANCA EXAMINADORA**

---

PROF.DR. DANI RUDNICKI  
DIREITO/UNIRITTER

---

PROF DR IVALDO GEHLEN  
PPGS/UFRGS

---

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> JAQUELINE TITTONI  
PPGPSI/UFRGS

**Data:** \_\_\_\_\_

*Para meu pai, Urano F. de Calazans (1921-2005),*

*e para Manoela e Marina.*

## AGRADECIMENTOS

À professora Doutora Cinara Lerrer Rosenfield, por suas instigantes observações, na condição de orientadora, sempre muito disponível.

À Professora Doutora Anita Brumer, por sua inestimável contribuição intelectual e disponibilidade, a qual prestou auxílio para a resolução de impasses da escrita para a elaboração desta tese, o meu profundo agradecimento.

Ao Professor Doutor Dani Rudnicki, pela oportunidade de compartilhar minhas angústias e pelas suas sugestões e estímulos à elaboração desta tese.

Ao Professor Doutor Amadeu Recasens i Brunet, da Faculdade de Direito da Universidade de Barcelona, pelos longos anos de envio de livros, textos, artigos e discussões sobre o tema Polícia.

À José Vicente Tavares dos Santos que em minha trajetória tem participado como um exímio apoiador e incentivador e por ser a grande *usina de idéias* que é.

À amiga, Aline Winter Sudbrack, que tem se mostrado excelente parceira profissional e, sobretudo, incansável amiga ao longo desses anos pelas trocas, estímulos e apoio.

À servidora administrativa da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Regiane Accorsi, por sua eficiência, agilidade e prontidão para auxiliar nos procedimentos administrativos.

Aos membros da banca de defesa da tese, Professores Doutores Dani Rudnicki, Ivaldo Gehlen e a Professora Doutora Jaqueline Tittoni.

Às Professoras Adriana Selau Gonzaga e Smirna Cavalheiro, pelos seus trabalhos de revisões.

Aos meus alunos, em especial aqueles que são exemplos de esforço, dedicação e superação, aos quais em inúmeras madrugadas recorri em pensamento às suas histórias, em muitos momentos difíceis, estímulo que me possibilitou seguir adiante.

Aos policiais militares que concederam entrevistas e assim viabilizaram a construção desta pesquisa.

E, sobretudo, em especial, ao Coronel Jorge Alfredo Pacheco de Barcellos, à Major Silvia Bittencourt e ao Capitão Cilon, pelos momentos de reflexões, pelas disponibilidades de atenção, pela contribuição com inúmeros materiais e pela organização da logística do campo de pesquisa, o meu reconhecimento e agradecimento na certeza de que sem eles este trabalho não teria sido realizado.

## RESUMO

O presente estudo analisa a construção das identidades profissionais de policiais militares que migram de grupos e atividades profissionais que têm como base o policiamento ostensivo repressivo para grupos e atividades desenvolvidas no policiamento ostensivo preventivo, desvelando a mobilidade e os trajetos construídos pelos integrantes deste grupo, os processos relativos aos diferentes caminhos percorridos à sua organização atual: as suas vivências profissionais e a rede constituída por estes, a qual dá sustentação à migração, e às múltiplas relações que estabelecem com a comunidade de origem e com a comunidade hospedeira.

**Palavras-chave:** Identidades profissionais; migrações; redes; policiais militares.

## ABSTRACT

This study analyses the construction of professional identities of military policemen who migrate from groups and professional activities based on repressive ostensive policing to groups and activities based on preventive ostensive policing, unveiling the mobility and the paths constructed by the members of this group, the processes related to the different ways that were crossed steering to its present organization: their professional experiences, and the net composed by these people which sustains the migration and the multiple relations established with the original community and the host community.

**Key words:** Professional identities; migrations; nets; military policemen.

## RÉSUMÉ

Cette thèse a pour bilan l'analyse des constructions des identités professionnelles des policiers militaires qui transitent entre la surveillance ostensive-répressive et ostensive-préventive dans la Brigada Militar. Nous cherchons à comprendre les différentes motivations qui les mettent en mouvement et analysons les différents réseaux forgés par des connexions interpersonnels et organisation en tant que groupe. Le processus de formations des flux migratoires, à l'intérieur de l'appareil policier militaire est rendu possible par les réseaux qui se forment entre le lieu d'origine et celui de destination.

Mots-clés: identités professionnels; migrations; réseaux; policiers militaires.



## LISTA DE ABREVIATURAS

APM	– Academia de Polícia Militar
BM	– Brigada Militar
BPA	– Batalhão de Policiamento Ambiental
BPFAZ	– Batalhão de Polícia Fazendária
BPM	– Batalhão Policial Militar
CBAPM	– Curso Básico Avançado de Polícia Militar
CTSP	– Curso Técnico de Segurança Pública
EGEPOA	– Esquadrão de Guarda dos Presídios de Porto Alegre
GSVG	– Grupamento de Serviço de Vigilância e Guarda
IPBM	– Instituto de Pesquisa da Brigada Militar
OPM	– Órgão de Polícia Militar
PM	– Polícia Militar
POLOST	– Policiamento Ostensivo
PROERD	– Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência
PRONASCI	– Programa Nacional de Segurança e Cidadania
QOEM	– Quadro de Oficiais de Estado Maior
QPM	– Qualificações Policiais Militares
QTPM	– Quadro de tenentes de Polícia militar
RPMon	– Regimento de Polícia Montada

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Variáveis e aspectos do policiamento ostensivo repressivo exercido pelos policiais militares .....	61
<b>Quadro 2:</b> Dimensões da cultura policial, segundo Monjardet .....	80

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> População por sexo no efetivo CRPO/VRS .....	135
<b>Tabela 2:</b> População por sexo junto ao PROERD no CRPO/VRS .....	135
<b>Tabela 3:</b> Nível de escolaridade do efetivo total do CRPO/VRS .....	135
<b>Tabela 4:</b> Nível de escolaridade dos policiais junto ao programa no CRPO/VRS .....	135
<b>Tabela 5:</b> Nível de escolaridade da amostra de pesquisa por escolaridade .....	136
<b>Tabela 6:</b> Perfil da população de pesquisa por faixa etária e por sexo .....	136
<b>Tabela 7:</b> População de pesquisa por período de ingresso na BM .....	136
<b>Tabela 8:</b> Trajetórias anteriores à BM.....	140
<b>Tabela 9:</b> Distribuição de policiais informantes .....	144
<b>Tabela 10:</b> Percurso no interior do aparelho policial anterior ao PROERD .....	145
<b>Tabela 11:</b> Das motivações referidas pelos instrutores em curso 2008 para o ingresso no PROERD .....	154
<b>Tabela 12:</b> Das motivações dos instrutores entrevistados, para o ingresso no PROERD, em Porto Alegre.....	154
<b>Tabela 13:</b> Da posição e da motivação dos Oficiais entrevistados .....	154
<b>Tabela 14:</b> Distribuição de policiais entrevistados, segundo as suas expectativas “profissionais”, os seus planos de futuro .....	174

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE POLICIAIS .....</b>	<b>35</b>
1.1 O QUE É A POLÍCIA?.....	35
1.2 IDENTIDADES PROFISSIONAIS, PROFISSÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO .....	44
1.2.1 A identidade pela profissão .....	45
1.2.2 A profissionalização policial .....	53
1.2.3 A atividade de polícia .....	58
1.2.4 Dos ajustamentos primários e secundários: o objeto empírico .....	67
1.3 CULTURA POLICIAL.....	75
1.3.1 A importância da rede no processo migratório.....	86
1.3.2 Identidades profissionais em construção .....	90
<b>2 O APARATO POLICIAL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>102</b>
2.1 A CONSTRUÇÃO DO APARATO POLICIAL NO SEIO DO ESTADO.....	103
2.1.1 O aparato policial na Europa, América Latina e Brasil .....	109
2.2 O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD).....	121
2.2.1 A metodologia do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).....	128
<b>3 POLICIAIS MIGRANTES: IDENTIDADES PROFISSIONAIS EM MOVIMENTO .....</b>	<b>132</b>
3.1 O UNIVERSO DA PESQUISA .....	133
3.2 DOS CAMINHOS PERCORRIDOS À CHEGADA À POLÍCIA MILITAR .....	137
3.3 A MOBILIDADE NO INTERIOR DO APARELHO POLICIAL MILITAR .....	143
3.4 PARA CHEGAR À COMUNIDADE DE DESTINO .....	150
3.5 <i>POLICIAIS MIGRANTES</i> .....	156
3.6 IDENTIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO.....	161
3.7 O PROJETO PROFISSIONAL COMO UM PROJETO COLETIVO .....	170
3.7.1 O investimento na formação como alternativa de resistência.....	171
3.8 PROJETOS PROFISSIONAIS .....	173
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>215</b>

## INTRODUÇÃO

As Polícias Militares têm a função constitucional de fazer o policiamento ostensivo repressivo e preventivo nos Estados brasileiros. E têm atividades típicas de cada método<sup>1</sup> de policiamento. Quando se refere à migração de policiais para uma comunidade (de origem a de destino) está-se referindo às atividades desenvolvidas em um determinado agrupamento o qual aplica determinado método.

Inicial e comumente, o ingresso na Polícia dá-se pelas atividades de rua, sobremaneira as que têm sua base no método do policiamento ostensivo repressivo, que surge como possibilidade de sair de uma situação de poucas possibilidades profissionais, de um mercado precarizado, sem as mínimas garantias para um projeto de vida. Em contrapartida, o ingresso desses sujeitos oferece ao aparato policial o compromisso com o resultado, com as metas organizacionais, dentre outros fatores. Ele se transforma em um colaborador, constitui-se em um tipo de compromisso, uma primeira lógica de adesão. A imersão obrigatória na atividade da organização tende a ser considerada como símbolo do compromisso e da adesão do sujeito; além disso, indica a aceitação, pelo sujeito, das consequências da participação para uma definição de sua natureza (GOFFMAN, 2003).

Desde o ingresso na Polícia Militar, o processo de socialização é voltado, em grande medida, para as questões da rotina interior do aparelho policial, no sentido de introjetar valores e práticas profissionais, como a disciplina interna, o cuidado com a aparência, um sentido de missão, entre outros. Por outro lado, o contato com o cidadão no espaço público está sobremaneira calcado em uma visão militarista da Segurança Pública, pautada hegemonicamente na ideia de combate, de inimigo, e em uma visão normativa.

Uma das características centrais do aparelho policial militar é tentar inculcar nos novatos a ideia de que ordens e leis devem ser cumpridas, sem que haja nenhum questionamento ou ponderação a esse respeito. Isso equivale a dizer que essa concepção é

---

<sup>1</sup> O uso do termo método remete ao sentido de lógicas, normas, organização, regras e ações implementadas por um conjunto de processos, os quais definem tipos e modalidades de policiamento. Neste sentido ver: Amadeu Recasens i Brunet (1995; 1999).

construída dentro do método de policiamento tradicional que visa ações centralizadas de poder.

Observa-se que, primeiramente, policiais e aparelho policial conseguem garantir planos comuns (como, por exemplo, a troca do salário pelo trabalho no intuito de garantir seus estudos), o estabelecimento de valores e intercâmbios, ou melhor, há coincidência de alguns interesses do grupo com o do sujeito. Consta-se que com o passar do tempo alguns se dão conta de que policiar, na atualidade, tem se tornado um empreendimento cada vez mais problemático; como prioridade para o policiamento repressivo encontra-se o discurso político brasileiro pautado pela *guerra contra o crime*, o que remete ao enfrentamento armado entre as forças policiais e os “agentes do crime”. Enquanto a analogia militar e a metáfora da “guerra contra o crime” trazem para o trabalho policial a ideia das virtudes militares, reforçando o apoio do público para com a polícia, as consequências de longo prazo de envolver a polícia com a retórica estabeleceram uma série de problemas.

Cabe lembrar que, no Brasil, as Polícias Militares são as forças policiais de maior expressão numérica – correspondem a 70% dos agentes policiais no sistema de segurança – mas são as únicas que socorrem o cidadão comum em caso de perigo iminente e as que, inevitavelmente, podem ser acionadas durante as vinte e quatro horas do dia.

Por outro lado, é a Polícia que mais mata. Em *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro* (CANO, 1997) foi demonstrado, a partir da análise de dados do Instituto Médico Legal, que os corpos de vítimas de ação policial apresentavam, em aproximadamente 50% dos casos, quatro ou mais perfurações à bala, com tiros dados pelas costas ou na cabeça, indicando a intenção de abater e não a de paralisar.

Se, por um lado, é a Polícia que mais mata, estudos recentes (MINAYO e SOUZA, 2003; AMADOR, 1999) mostram que esses servidores apresentam elevado grau de sofrimento no desempenho profissional, pautado em parte pela crescente violência na/da sua atividade profissional, e também pela falta de reconhecimento social. O conceito negativo emitido sobre eles pelas várias camadas sociais está entranhado na cultura; além disso, legitima e naturaliza a violência que os vitima, muito mais que a qualquer profissional durante a jornada de trabalho ou nos tempos de folga, quando aumentam as ocorrências de lesões e traumas de que são vítimas por ocorrências, envolvendo a atividade policial no chamado *bico*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> *Bico* é uma atividade de segurança desenvolvida fora do horário de trabalho e considerada ilegal. Quando um policial morre no chamado *bico*, a família fica desamparada visto que tal prática é proibida por lei.

Pesquisa realizada por Minayo e Souza no início dos anos 2000 demonstra que a Polícia Militar é o agrupamento de policiais que mais sofre agressões, apresentando taxas de mortalidade e de morbidade elevadas. Esse privilégio negativo pode ser constatado, comparativamente, com dados sobre a mortalidade ocorrida no ano de 2000, no Brasil, quando a taxa de mortalidade por homicídio na população geral foi de 26,7 por 100 mil habitantes e de 49,7 em relação à população masculina. Na capital do Rio de Janeiro, os dados são mais elevados: 49,5/100.000 na população geral e 97,6/100.000 na população masculina.

Na Polícia Militar, em 2000, a taxa de mortalidade por agressões chegou a 356,23/100.000. Na Polícia Civil, essa taxa, considerando-se todas as causas, no mesmo ano, foi de 206,80/100.000. Comparativamente, portanto, a Polícia Militar apresenta taxas de mortalidade por violência 3,65 vezes maiores que a da população masculina da cidade do Rio de Janeiro, e 7,2 vezes a da população geral da referida cidade. Ao se fazer um cotejo com as taxas do Brasil, são 7,17 vezes as da população masculina e 13,34 vezes as da população geral. O risco de morte entre policiais militares é também maior que entre os agentes dos outros órgãos de segurança: chega a ser 6,44 vezes o da Guarda Municipal e 1,72 em relação à Polícia Civil.

A metáfora militar da *guerra contra o crime* é recorrente (DANTAS LIMA, 2005), em certa medida, em função dos efeitos imediatos da insegurança, do medo e da pressão política que a delinquência posta como desenfreada pode produzir na sociedade (cria-se o chamado *pânico moral*). Isso provoca declarações públicas não menos drásticas, por parte dos operadores políticos do Estado, como é o caso de um imaginado “controle total” que a expressão *guerra contra o crime* parece sugerir. Entretanto, as verdadeiras causas da aparente “belicosidade” da criminalidade podem estar distantes dos condicionantes de uma “guerra”, cuja analogia seriam os enfrentamentos armados entre delinquentes e agentes da Segurança Pública.

Com isso, encontram-se policiais que não se identificam profissionalmente nesse contexto, não encontram sentido para as suas atividades profissionais, sejam eles policiais que pensam em outros métodos de policiamento ou sujeitos que não se adaptam à sobredeterminação militar na Polícia.

A mobilidade do profissional no interior do aparelho policial, do método ostensivo repressivo ao método ostensivo preventivo, por vezes, mostra-se como alternativa pautada pela busca de atividades em que a ação violenta chegue a índices mínimos, seja pela busca de proteção da possibilidade de se envolver em algum conflito na rua, o que pode macular a sua ascensão/promoção – o risco iminente de confronto e morte –, seja pelo sentimento de

responsabilidade em relação à sua família, na busca de maior sentido para si em sua profissão e/ou ainda pela crença de que com exceção das situações em que são necessários grupos de combate, a Polícia exige novos métodos de policiamento para a complexidade do mundo atual.

Portanto, no contexto de *guerra contra o crime* encontram-se sujeitos que se obstam dessa imposição sobre si e conseguem escapar daquilo que a organização supõe que deva fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser, da ideia de combatente, do papel que o aparelho policial, o discurso político e a sociedade admitem para ele enquanto policial.

Ao esquivarem-se dessa imposição não rompem radicalmente com o aparelho policial, mas encontram através da mobilidade profissional um *local de destino*, uma *comunidade hospedeira*, dentro do próprio aparelho policial militar, a possibilidade de darem maior sentido às suas atividades profissionais, ainda que essas apareçam muitas vezes desqualificadas enquanto práticas e ferramentas profissionais do método de policiamento de prevenção.

Dessa constatação pode-se pensar que a mobilidade do policial, a migração do local de origem ao local de destino, surge quando este se obsta a imposição sobre si, rompendo compromisso e a adesão inicial, configurando-se assim atividade de evasão, enquanto tática de subversão do instituído e movimentos instituintes.

Goffman (1987) afirma que as instituições não se limitam a um *discurso* sobre a suposta natureza do seu objeto, mas sua *ação* também se produz exclusivamente a partir do conceito que têm do participante. O discurso “ideologia explícita e verbal” e a prática “ação” exprimem uma concepção do objeto sobre o qual atuam. Por outro lado, com relação ao sujeito, participar de determinada atividade com o espírito esperado é aceitar que se é um determinado tipo de pessoa que vive num tipo determinado de mundo. Ou seja, implica um determinado tipo de posicionamento subjetivo, no caso, posição de objeto de uma ação institucional.

Porém, esse autor leva a pensar que, se qualquer instituição social pode ser considerada como um local onde reiteradamente apontam suposições a respeito do eu, pode-se ir além e pensar que é um lugar onde tais suposições são recorrentemente enfrentadas pelos sujeitos.

Adiantar-se nas atividades prescritas, ou delas participar segundo formas não prescritas, ou por objetivos não prescritos, é afastar-se do eu oficial e do mundo oficialmente disponível para ele. Observa-se, porém, que os sujeitos descobrem que é possível fugir de um lugar, mesmo sem sair dele: utilizam como técnicas de resistência diversas estratégias que se



denominam *atividades de evasão* (GOFFMAN, 1987) nas quais se desconectam temporariamente de si e do ambiente.

As atividades de evasão, permitidas pelas instituições, supõem uma liberação momentânea, o que de fato reforça a coesão da instituição a qual efetivamente o sujeito pertence. Contudo, por outro lado, denota certa autonomia e transgressão, ainda que de baixa intensidade. Sobretudo, aponta que o sujeito reserva algo de si mesmo fora do alcance da instituição, um espaço de intimidade que mantém uma distância entre este e a lista de imposições. Em outras palavras, as identidades profissionais dos *policiais migrantes* forjam-se como mediação, como entremeio, no contexto desses métodos de policiamento, isto é, como identificação e como rechaço à comunidade de origem e à hospedeira. Assim, surge mais que o compromisso total de adesão a qualquer uma delas, pois isso suporia uma anulação relativa desses.

Da atividade de evasão, da comunidade de origem à hospedeira, infere-se que os ajustamentos secundários são superdeterminados, utilizados para combater e derrotar o mundo policial tradicional. Esta prática dá ao sujeito mais que aquilo que aparenta dar; parece demonstrar, pelo menos para o praticante, que ele tem individualidade e autonomia pessoal que escapa às garras da instituição. São claramente estratégias que visam a manipular o poder ou resistir a ele.

Observa-se que o projeto de controle e visibilidade total na busca indiscriminada de compromisso e adesão falha, pois focos de resistência tendem a se apoderar de todo e qualquer espaço vulnerável do dispositivo institucional. E esses são os espaços pelos quais surgem os ajustamentos secundários e de onde começa a infestar o estabelecimento (GOFFMAN, 1987).

Para Goffman (1987), se toda instituição inclui uma disciplina de atividade, inclui também uma “*disciplina de ser*”, uma imposição de ser um determinado habitante de certo mundo. Mas o sujeito, a despeito da imagem que apresenta, pode resistir e produzir uma vida no sentido contrário e/ou diverso das forças institucionais hegemônicas. Nessa perspectiva, a rede de apoio constituída pelos *policiais migrantes* dá sustentação às atividades de evasão e corrobora para as migrações identitárias profissionais. E a rede constituída, conquanto, então, preveja o trabalho direto com o sujeito, adota como objetivo primordial e de curto prazo a intervenção junto às diferentes instâncias que contextualizam a vida desse sujeito no aparelho policial, no sentido de promover os ajustes.

Nesse sentido, são consideradas as práticas de rede, as articulações de ajuda e de sustentabilidade desenvolvidas pelo grupo de policiais incorporando e acolhendo os policiais

recém-chegados. Tal rede apoia os *policiais migrantes* com treinamento profissional, apoio emocional e serve para facilitar a adaptação desses policiais no local de destino, amenizando, assim, os conflitos decorrentes das adversidades encontradas, e, portanto, viabilizando e solidificando o processo migratório, ao torná-lo eficiente para quem participa dele.

As redes referidas, formadas pelos *policiais migrantes*, são tipos de estratégias coletivas que possibilitam apoio, permitem oportunidades de inserção na comunidade de destino e de convivência, amenizam os conflitos decorrentes das adversidades encontradas tanto no lugar de destino (policimento preventivo) quanto no de origem (policimento repressivo), viabilizando o processo migratório.

São atividades constituídas por e para migrantes, ligando experientes e novatos, conhecedores do método, códigos e regras e aprendizes. Soma-se a isso a busca pela qualificação e formação para as intervenções profissionais desses policiais no método de policiamento preventivo, por meio de seminários, cursos, certificações e convênios com universidades para cursos de especialização, como forma de solidificar e buscar o reconhecimento de seu *status* profissional.

É necessário recordar agora que o conceito de identidades profissionais é a base teórica para a compreensão da ação simbólica e da prática desses sujeitos em grupo, ação essa examinada de acordo com as próprias percepções e definições desses informantes que ocupam um determinado lugar em uma determinada esfera social profissional.

Em Dubar (1997), é possível interpretar as dinâmicas de construção de identidades profissionais em suas duas dimensões: a relacional (espacial e objetiva) que contempla o reconhecimento das posições reivindicadas no seio da instituição e o sucesso das políticas institucionais e a transação biográfica (temporal e subjetiva), que consiste em projetar futuros possíveis em continuidade ou em ruptura com uma trajetória de uma vida específica. É, pois, um modelo heurístico que pretende articular dois processos heterogêneos: primeiro pelo qual os sujeitos antecipam o seu futuro a partir de seu passado, e o segundo em que eles entram em interação com os sujeitos significativos de um campo particular.

A revisão bibliográfica sobre a temática *profissão*, realizada nesta tese, apontou alguns limites desse conceito para compreender a atividade profissional da população deste estudo. Foram os conceitos *identidade profissional* ou *formas identitárias*, de Demazière e Dubar (1997), que autorizaram alargar recursos de utilização do conceito, visto que ao ampliar a noção de profissão tal qual utilizada pela sociologia clássica, em particular pela sociologia das profissões de origem anglo-saxã adequada apenas às “profissões sábias” e à “posse do diploma”, os autores, quando estendem o conceito a trabalhadores inseridos em empresas em

diferentes níveis hierárquicos bem como a desempregados, possibilitam compreender que a profissão de um sujeito é resultado da articulação entre um conhecimento adquirido e produzido sobre o seu trabalho e o reconhecimento social da utilidade da atividade que esse sujeito é capaz de desempenhar.

A revisão bibliográfica abrangeu os estudos relativos à *profissionalização*, a noção de instrumento de disputa de autoridade e legitimidade de suas ações, práticas e competências<sup>3</sup>, a competição interprofissional e a necessidade de um controle cada vez maior sobre a prática, tornando-a mais técnica e a manutenção do monopólio de seu campo, por meio de racionalizações ideológicas sobre a natureza do trabalho e das funções. Recorreu-se também à Teoria das Migrações Transnacionais, uma vez que aborda a importância das redes sociais para a eficiência do processo migratório, contribuindo para a compreensão das redes constituídas as quais dão mobilidade e sustentação à migração.

As conexões entre comunidade de origem e a hospedeira, a análise das redes sociais profissionais estabelecidas a partir do método de policiamento ostensivo repressivo ao método de policiamento ostensivo-preventivo, a influência das redes sociais profissionais e suas dinâmicas e estratégias, tanto na comunidade de origem quanto de destino, tornam-se relevantes para compreender e analisar o impacto da migração nas identidades profissionais policiais.

Como corolário das observações acima, o argumento aqui defendido é de que as identidades profissionais dos *policiais migrantes* (a) surgem como mediação, entre meio, dessas comunidades profissionais; (b) a migração do local de origem ao local de destino, o desenvolvimento de um Programa com bases no método de policiamento ostensivo preventivo coloca-se como atividade de evasão e é permitida desde que esta não ultrapasse o seu limite e surge como uma lógica de adesão; (c) para que essa migração se realize, necessita de uma rede que dê sustentabilidade e que articule a inserção do sujeito no local de destino e facilite a resolução de conflitos com o local de origem; (d) e o processo pelo qual o sujeito se torna um profissional não se realiza apenas na formação e na aquisição de diploma, mas ocorre, sobretudo, com a inserção no trabalho enquanto processo de fechamento social pelo qual os grupos procuram dar o mais alto valor possível de seus resultados e recursos, restringindo o acesso a um círculo determinado de candidatos, considerando o grau de especialização dentro da profissão e o aumento da complexidade na divisão do trabalho. E essa inserção pode

---

<sup>3</sup> A utilização do termo “competência” ao longo desta tese está balizada pelos estudos de Nardi e Rosenfield (2006). Os autores apontam que o conceito de competência tem como premissa o “saber ser” enquanto competências inscritas no campo da subjetividade, a mobilização e o engajamento tornam-se elementos fundamentais.

também ser definida como um processo de socialização profissional, o que remete à aquisição dos conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, à interiorização das normas e dos valores próprios à profissão e à organização às quais o sujeito está integrado ou pretende pertencer.

Desse modo, este estudo centra-se na dimensão profissional das identidades, de *policiais migrantes* que partem em busca de um local de destino onde suas atividades possam ter mais sentido para si; que transitam em um contexto marcado por novas formas de referência, em que as vivências profissionais dos policiais são caracterizadas por elementos distintos do local de origem, por vezes não valorados e reconhecidos no interior do aparelho policial como elementos necessários, mas encontram novas dinâmicas, em um momento em que os elementos tradicionais da atividade policial passam por revisões, e que, ao mesmo tempo, continuam ligados de alguma forma ao local de origem, seja mesclando competências de duas comunidades local/destino, sejam envolvidos por laços de solidariedade que muitas vezes colocam outros policiais no mesmo movimento.

O tema *métodos de policiamento* começou a ser discutido por grupos de pesquisadores, no bojo dos trabalhos sobre a questão da violência, que se propunham à análise da relação entre os processos de mundialização e à expansão da violência na sociedade contemporânea e, em certa medida, ainda está circunscrito a esses grupos. Construir esse objeto na Sociologia do Trabalho, ao tratar sobre as identidades profissionais de policiais militares, considerando a mobilidade no interior do aparelho policial e o método de policiamento preventivo, trouxe significativa contribuição aos estudos e possibilitou uma interlocução da produção acadêmica sobre o tema, dando-lhe uma especificidade ainda não desenvolvida.

São raros no Brasil os estudos que tratam sobre as identidades profissionais de policiais (MAIA, 1993; PONCIONI, 1999; MACHADO, 2001; NUMMER, 2001; AMADOR, 2002; CALAZANS, 2003; BRETAS e PONCIONI, 2003) que desvendam como e a partir de que fatores se constroem as identidades profissionais dessa categoria profissional. Muito mais raros (PEVORANO, 2005) são os que abordam um grupo, cuja existência na instituição policial brasileira é muito recente, como o agrupamento de policiais que trabalha com o PROERD junto a jovens estudantes. O referido Programa compreende, pois, um grupo de Policiais, no Brasil, dedicado ao trabalho de prevenção à violência e ao uso de drogas, na perspectiva da prevenção, desenvolvido em média há dez anos.

O modo como se constituiu o sistema de segurança policial no Brasil, as transformações da Constituição brasileira, os estatutos e os regimentos e a forma de emprego

das forças policiais no país vinculam-se ao atual desenho do sistema policial brasileiro. Sabe-se que ao longo das reformas constitucionais foi possibilitada às polícias brasileiras certa autonomia, sobretudo em seu planejamento de ensino e nas práticas pedagógicas em suas Academias e também quanto às maneiras de se fazer o policiamento. Nesse sentido, os programas de policiamento ostensivo preventivo surgem no contexto dessas reformas. Os Departamentos de Ensino das Academias de Polícias Militares passaram, então, a investir na formação de um agrupamento de policiais, no ensino e no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, visando a formar instrutores, pesquisadores e estudiosos do tema *prevenção à violência e ao uso de drogas*.

É tão recente o desenvolvimento de projetos de prevenção junto a comunidades pelas polícias brasileiras que ainda hoje não temos dados quantitativos e qualitativos sobre a avaliação e sobre a eficiência de tais programas para o enfrentamento da violência e da criminalidade.

Devido à importância das pesquisas acadêmicas e à responsabilidade que devem ter na melhoria da conjuntura social brasileira e considerando-se a repercussão e o impacto que o tema da Segurança Pública produz nos vários segmentos da sociedade, é fundamental que a Sociologia do Trabalho o enfoque, que congregue informações, resultados de estudos, iniciativas e informações correlatas pertinentes à área de Ciências Sociais sobre identidades profissionais policiais. Portanto, o presente estudo buscou contribuir, sobretudo, para que se soubesse como os policiais militares que trabalham com prevenção às drogas e à violência, no PROERD, forjam as suas identidades profissionais em uma categoria que tem inicialmente como características o policiamento tradicional, ostensivo, de repressão – pois, mais do que nunca, o policial tem sido um dos sujeitos centrais nas e das ações violentas do espaço urbano. É relevante, também, para a Segurança Pública, pois os *policiais migrantes* e o referido Programa marcam modos de ver e de ressignificar a ação de Polícia. Como as relações não são independentes, o desenvolvimento desta investigação traz, então, contribuições para a Sociologia do Trabalho e para a Segurança Pública.

O PROERD é um programa eminentemente construído com bases no método de policiamento ostensivo preventivo, orientado à comunidade encontra-se em seus registros o princípio norteador de desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas aos alunos das escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a realidade local, os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida. E, ainda, oferecer estratégias preventivas para reforçar os

fatores de proteção, em especial referentes à família, escola e comunidade, que favoreçam o desenvolvimento da resistência em jovens que poderiam correr o risco de se envolverem com problemas de drogas e violência. As diretrizes do Programa ressaltam que prevenir o uso de drogas é uma estratégia à prevenção à criminalidade, pois, segundo essas, a maioria dos crimes está relacionada às drogas, direta ou indiretamente. Dessa forma, o Programa busca desenvolver uma filosofia de métodos e processos de policiamento preventivo, com base na tríade Polícia-Escola-Família. Portanto, no presente estudo considerou-se o PROERD como um Programa que tem como base em sua metodologia o método de policiamento ostensivo preventivo orientado para a comunidade, *community-oriented policing*, que é a concepção de policiamento que valoriza e chama a atenção para a importância de criar e sustentar parcerias entre a Polícia e a comunidade, a fim de garantir a segurança pública. Nas Polícias Militares brasileiras os registros apontam o PROERD como atividade preponderante à aplicação do policiamento ostensivo preventivo, através da metodologia de ensino centrada nos seguintes aspectos e diretrizes: formação da figura do educador social através do efetivo da Polícia Militar, composto por policiais militares formados como instrutores, em sala de aula; desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania; desenvolvimento de atividades e administração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes; desenvolvimento de um programa de prevenção primária ao uso de drogas, com material destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental do usuário. E, ainda, o desenvolvimento de atividades e de aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes da dependência química e que demonstrem, em correspondência, a criminalidade relacionada direta ou indiretamente ao uso de drogas; a orientação às crianças, adolescentes e familiares acerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas; o desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas, através da formação de equipes de palestras.

O PROERD está baseado no Programa norte-americano *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), que foi desenvolvido em Los Angeles, Califórnia, em 1983 e já é aplicado em outros cinquenta países. Os Estados pioneiros no Brasil em termos de implantação do Programa foram o Rio de Janeiro e São Paulo e hoje o grande centro de referência localiza-se em Minas Gerais. É através deste último que o Rio Grande do Sul realiza a capacitação de sua equipe responsável pelo Programa e obtém a certificação junto ao Centro norte-americano.

O PROERD, que já conta com aproximadamente dez anos de existência e inserção em todas as unidades do policiamento de Porto Alegre e em municípios do Rio Grande do Sul.

Para o policial trabalhar no Programa<sup>4</sup>, a organização policial militar adota alguns critérios, como a identificação do policial com a proposta do referido Programa; estar no mínimo há um ano em atividade-fim da corporação; não ser dependente de fumo, de álcool e de outras drogas; estar classificado, no mínimo, no comportamento bom; não estar respondendo a processo civil ou a militar, nem a inquérito na condição de indiciado em delitos incompatíveis com o trabalho com crianças; não ter sido condenado em processo civil ou em militar, em delitos incompatíveis com o trabalho com crianças; ter nível médio completo ou estar cursando ou ser formado em nível superior; ter facilidade de expressar-se verbalmente; possuir experiência e/ou formação em atividades educacionais, recreativas e/ou comunitárias.

A preocupação com o perfil do policial que integrará o Programa revela-se nos documentos que orientam o seu trabalho:

A organização policial entende que o processo inicia-se com uma rigorosa seleção dos policiais, pois desta iniciativa dependerá o sucesso do Programa. E esses policiais deverão enquadrar-se em diferentes aspectos os quais deverão levá-lo a ser um pesquisador e estudioso permanente no assunto<sup>5</sup>.

Entre as décadas de 1980 e 1990 as organizações policiais brasileiras começaram a promover experiências e inovações, visando a transformar a sua estrutura e o seu funcionamento, bem como a sua relação com a sociedade durante a transição para a democracia, particularmente após a eleição direta para governadores de Estado, em 1982. A ideia de uma Polícia orientada para a comunidade foi introduzida no Brasil nos anos 1980 (BEATO, 2002, p. 117). A sua base consiste, pois, na implementação da integração com a comunidade e na prevenção ao cometimento de delitos. Assim, a prevenção e a integração objetivam reduzir a delinquência e limitar as oportunidades para o cometimento de delitos; e ainda estão perpassadas pela ideia de que a Polícia é parte da comunidade, e não separada dela.

Em diferentes países, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características distintas. Tais experiências tiveram como base um conjunto genérico de programas, com o objetivo de fortalecer os elos entre a Polícia e os cidadãos e de descentralizar a atividade policial. Traziam em si inovações consideradas essenciais para o enfrentamento da violência e da criminalidade: (1) a organização da prevenção do crime, tendo como base a comunidade; (2) a reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade a fim de

---

<sup>4</sup> Material de apoio da Brigada Militar para a divulgação do PROERD.

<sup>5</sup> Material de apoio ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

participar da prevenção do crime e de programas educacionais. Em relação a esse último objetivo e para o enfrentamento do abuso de drogas, havia um entendimento de que a violência e a criminalidade têm como fonte principal o uso e o tráfico de drogas. Uma das iniciativas foi justamente desenvolver um trabalho educacional, de prevenção junto às escolas públicas, com crianças, jovens e suas famílias.

Fórmulas tradicionais, como sofisticações tecnológicas, agressividade nas ruas e rapidez no atendimento de chamadas do serviço 190 revelaram-se limitadas à inibição do crime. Dito melhor, o afastamento do policial da rua, a mediação por novas tecnologias e a promessa das prontas respostas trouxeram novas situações: a impessoalidade do atendimento, a referida demora do atendimento do número 190, a procura do policial na rua, a sua não localização para o auxílio à população e a migração de delitos causaram estranhamentos e conflitos na relação entre Polícia e sociedade. Por outro lado, isso significa o reconhecimento de que a gestão da segurança não é responsabilidade exclusiva da Polícia, mas sim da sociedade como um todo, desde o controle sobre esta à participação na prospecção e na implementação de políticas de Segurança Pública.

Os debates recentes envolvendo novos métodos de policiamento referem-se exatamente às formas de viabilização dessa parceria de trabalho, perspectiva que se confirma pelo registro de pelo menos 27 reuniões internacionais sobre o tema, em vários continentes, desde a Conferência sobre Direitos Humanos, em Viena, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, passando pelo II Seminário sobre Polícia Democrática, promovido pela Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em março de 2001. Os expositores presentes na Conferência – universitários, administradores públicos, representantes da sociedade civil e policial – de 30 países<sup>6</sup>, na presença de representantes de mais de 100 países, debateram temas e formularam conclusões que indicam, em geral, a crítica a um método de policiamento com ênfase na conduta do policial autoritário e violento, cujo contorno está em um campo de conflito sobre práticas e organizações policiais no século XXI (TAVARES DOS SANTOS, 2001).

Desse debate constata-se a necessidade de uma compreensão mais abrangente da função da Polícia, através do reconhecimento da discricionariedade<sup>7</sup> e das dimensões não criminais do trabalho policial. Trabalha-se, hoje, no sentido de se identificar a natureza dessas

---

<sup>6</sup> Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Israel, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Rússia, Eslovênia, Suécia, Suíça, Venezuela e Iugoslávia.

<sup>7</sup> É o ato de complementaridade (LOCHE, 1999) necessário entre a norma legal e a ação individual, decorrente de uma “livre escolha” ou do julgamento do sujeito em função de um determinado objeto, problema ou moral. Nesse sentido, a ação discricionária é o poder de definição da Polícia.



tarefas e de se realizarem as mudanças operacionais e organizacionais para que a Polícia as desempenhe de maneira eficaz. Esse processo modifica a ação dos policiais de reativa para pró-ativa.

A fundamentação da tese é que as identidades profissionais dos policiais do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) estão marcadas pela conquista de uma integração social e pela busca de um reconhecimento pessoal. Nesse sentido, tais sujeitos mobilizam-se por uma autonomia no modo de pensar o policiamento, distanciando-se da forma dominante de se conceber a atividade policial. Com efeito, esses se reconhecem como transgressores, definindo-se como inconformistas, em face do contexto do método do policiamento tradicional. Isso, em certa medida, os leva a identificar no Programa uma estratégia inovadora, embora possam distanciar-se dos elementos e dos atributos valorados para o reconhecimento da profissão de policial, a qual se mostra pautada pelos elementos e pelos atributos do policiamento tradicional, a saber: força física, virilidade e ostensividade.

Por outro lado, os *policiais migrantes* encontraram nesse agrupamento uma forma de estratégia de ajustamento profissional, uma segunda lógica de adesão, constituindo uma unidade de referência ao mesmo tempo em que asseguram um lugar compatível no interior do aparelho policial, com as suas expectativas em relação às vivências profissionais.

Dessa forma, o presente estudo elabora um quadro analítico para a compreensão das dinâmicas e das condições de criação das identidades profissionais dos policiais militares do PROERD. Desse fenômeno também são observados aspectos que permitem analisar como estão articulados os processos sociais (a mobilidade do próprio aparelho policial, o foco da ação da Polícia) com os processos e com as narrativas pessoais. Assim, é possível desvelar a mobilidade, os trajetos colocados em movimento por esse grupo na procura de sentido para suas experiências vividas como sujeitos histórica e socialmente situados, os significados expressos das suas “trajetórias profissionais”, em que se cruzam o passado, o presente e o futuro, cuja linha em movimento é mais que um percurso pré-anunciado: é, antes de tudo, um caminho que se trilha e que se descobre durante esse processo.

A respeito disso, verifica-se que a mobilidade dos fluxos e dos trânsitos produzidos pelos *policiais migrantes* – seja para saírem desta linha de frente de quem “mata e morre” de forma a minimizarem os riscos e sofrimentos presentes, seja para obterem maior identificação profissional – pode configurar processos migratórios que incorporam o local de destino nas alternativas de mobilidade por eles consideradas. Essa assertiva guarda a ideia de que no interior da corporação existem fronteiras que dividem as comunidades, não geograficamente,

mas sim profissionais, isto é, baseadas na formação de grupos com interesses profissionais comuns e na especialização<sup>8</sup> da Polícia.

Nesse cenário, o sujeito – o policial – torna-se a unidade de análise, considerando-se as experiências desse universo de policiais em suas interações profissionais internas entre comunidade de origem e de destino que afetam os múltiplos caminhos de sua mobilidade profissional bem como a complexidade de suas decisões para integrar esse agrupamento especializado o qual trabalha com base no método de policiamento ostensivo-preventivo, ou seja, busca-se compreender a complexidade de seus movimentos migratórios na Polícia.

Assim sendo, cabe agora indagar por que alguns policiais militares migraram, a que responde a migração profissional, ou ainda, por que procuram inserir-se em um programa de prevenção às drogas e à violência e por que não permanecem desenvolvendo o método de policiamento ostensivo repressivo. A grande questão desta tese problematiza a construção das identidades profissionais dos policiais militares acerca dos *policiais migrantes* e procura desvelar os movimentos desses profissionais. Também procura determinar até que ponto a violência contemporânea e a identificação com o Programa têm sido elementos determinantes para essa migração; além disso, busca-se enfatizar as múltiplas relações que os *policiais migrantes* estabelecem com o aparelho policial tanto com o grupo de origem (policiamento ostensivo repressivo) quanto o grupo de destino (policiamento ostensivo preventivo).

A tese, nesse contexto, dirige-se ao fenômeno emergente de migração de policiais para os programas de prevenção e investiga as formas de interação desses profissionais, os seus valores, saberes e práticas. Para isso, descola-se da visão homogênea de que as interações do Estado e as Polícias são somente marcadas pela comunhão de propósitos ou por uma identificação natural – admite-se, aqui, portanto, a existência de negociações internas e de mediações com o mundo externo. Em outras palavras, se os primeiros estudos acadêmicos sobre as Polícias (MUNIZ, 1999) as reconheciam como unidade homogênea na qual sobrava pouco espaço para as ações e para as articulações de seus sujeitos que não fossem pautadas por determinações “maiores”, tratando a Polícia somente como o braço armado do Estado, aqui evidencia-se como os *policiais migrantes*, em busca de um sentido para si mesmos de sua ação profissional (na tentativa de construção de uma identidade coletiva, profissional, das relações sociais que se estabelecem entre policiais e comunidades), acionam elementos e

---

<sup>8</sup> Estudiosos sobre a Polícia referem que existem três atributos das organizações policiais: o seu caráter público, a **especialização** e a profissionalização. A especialização diz respeito à *atividade*-fim da função *policial*, exclusividade para se desempenhar uma determinada tarefa. Caracteriza a Polícia e mostra-se também pertinente aos agrupamentos especializados no próprio interior do aparelho policial. Setores e equipes de policiais especializados no combate a uma determinada ação praticada. Neste sentido, ver Marinho (2002).

atributos, tais como solidariedade, cooperação, aproximação, desejo de ajudar que configuram e sustentam seus fluxos migratórios. O que está em jogo no presente trabalho é a construção das identidades profissionais a partir da mobilidade no interior do aparelho policial, tendo como pano de fundo a crise da legitimidade das agências policiais, os distintos métodos de fazer policiamento e a profissionalização como instrumento de poder.

Nesse processo, revela-se a emergência de novos modos de ver, de novas possibilidades de interpretação, de ressignificação e de problematização do que é “ser policial militar”. Os policiais do PROERD, por meio de suas práticas cotidianas, podem contribuir para se repensar a ação da Polícia, as formas de ação policial, a partir de suas práticas e de seus olhares, o que pode trazer perspectivas promissoras, embora não exclusivas, para a construção de uma nova Polícia e de políticas de Segurança Pública. Isso implica, também, policiais militares se reconhecerem como sujeitos particulares e socialmente localizados, pois as vivências profissionais que, para além de se materializar na produção de riquezas econômicas, constitui-se em uma forma de cada sujeito produzir a si mesmo.

O objetivo da pesquisa foi investigar e analisar a maneira pela qual a mobilidade entre comunidades profissionais (local de origem e destino) configura processos de construção de identidades profissionais. Portanto, buscou-se identificar quais as dinâmicas de identidades ligadas à profissão daqueles que se colocam como “migrantes” em um determinado espaço profissional.

Logo, pensar sobre a construção de identidades profissionais de policiais do PROERD traz reflexões substanciais acerca das *migrações identitárias profissionais* e das concepções da ação policial na sociedade atual.

Nesse sentido, os objetivos específicos propostos para esta investigação foram:

- a) Analisar como a constituição de uma rede entre comunidade de origem e destino dá sustentabilidade à migração profissional;
- b) Analisar se a violência vivenciada na rua – o policiamento ostensivo repressivo – se coloca como um dispositivo determinante para a “migração” de policiais para o PROERD;
- c) Analisar como a mobilidade profissional entre comunidades com base em métodos de policiamento distintos repercute sobre a construção da identidade profissional de policiais militares.

Para tanto, partiu-se da hipótese de que o PROERD é uma atividade de evasão. E ainda, a evasão, a mobilidade profissional e a constituição de uma rede que dá

sustentabilidade a essa mobilidade entre local origem e de destino resultam em reconfigurações identitárias profissionais – *migrações identitárias profissionais*.

As hipóteses secundárias do estudo foram:

- a) as correntes migratórias determinam a configuração dos fluxos de valores, crenças, saberes, práticas e conhecimentos produzidos nos distintos locais (origem e destino) e são também responsáveis pela construção dos cenários identitários dos grupos profissionais que resistem, rompem, se conformam ou se defrontam nas fronteiras dos espaços profissionais;
- b) há, por parte dos policiais do Programa, disposição para a capacitação continuada e para o reconhecimento da importância da formação na/para a profissão na qual investem.

O estudo de cunho qualitativo teve por objetivo compreender as dinâmicas das identidades profissionais dos *policiais migrantes* por meio dos depoimentos, das falas dos informantes acerca de suas trajetórias no interior do aparelho policial militar – do “local de origem” ao “local de destino” – de seu cotidiano e de suas projeções para a carreira profissional, ou seja, as percepções que os policiais do PROERD possuem e lançam a respeito de suas atividades. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com o enfoque de “narrativa oral” (centrada na experiência atual profissional), inserindo-a na trajetória profissional, de modo a se ter acesso ao sentido de sua experiência presente em articulação com uma trajetória – um passado (do ostensivo ao preventivo) – e as expectativas futuras. Utilizou-se também a observação de algumas atividades profissionais desenvolvidas pelos policiais do PROERD.

Inicialmente, previa-se a realização da pesquisa em Porto Alegre. No entanto, devido à dificuldade encontrada para o agendamento das entrevistas e à exiguidade do tempo, inclusive a necessária fluidez do processo da pesquisa em si, e tendo em vista a informação obtida sobre a realização de um Curso de Capacitação para Futuros Policiais na Região do Vale do Rio dos Sinos, optou-se por transferir o campo de pesquisa para esta localidade.

Ressalta-se que o desenvolvimento do Programa estaria sob a responsabilidade dos Comandos de Batalhões e, caso não houvesse identificação dos mesmos com o Programa, haveria uma série de limitações para o desenvolvimento do Programa. Importante destacar que a fluidez encontrada para o desenvolvimento da logística de pesquisa no Vale do Rio dos Sinos ocorreu pelo fato de o Comandante Geral daquela Região identificar-se com o

Programa, o que resultou na sistematização e implementação do Programa naquela localidade, o que não ocorreu em Porto Alegre.

Atualmente, o Comando Regional do Vale do Rio dos Sinos conta com 50 policiais militares instrutores capacitados pelo Curso do PROERD. Desses, 42 desenvolvem o Programa e 8 encontram-se afastados<sup>9</sup>. Dos 42 policiais militares na ativa do Programa foram entrevistados 21 policiais instrutores<sup>10</sup>, e dos 8 policiais afastados, 3 concederam entrevistas. Utilizou-se como critério de escolha policiais que desenvolveram o Programa no ano de 2007 e que estavam, no mínimo, há um ano nele inseridos. Dos 21 municípios sob o Comando Regional do VRS participaram da pesquisa as seguintes cidades: Portão, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Campo Bom, Parobé, Estância Velha, Capela de Santana, Nova Hartz, Dois Irmãos, Sapiranga, Ivoti e Lindolfo Collor.

Tendo em vista que o campo de pesquisa iniciou em Porto Alegre, foram obtidas as seguintes entrevistas: 2 comandantes e 5 policiais instrutores pertencentes aos órgãos policiais militares (OPMs) com a responsabilidade territorial de ampla cobertura à cidade de Porto Alegre e lotados no 1º BPM Zona Sul e no 9º BPM Praia de Belas.

Ao longo deste estudo, as 7 entrevistas obtidas em Porto Alegre não foram excluídas e por vezes foram referidas de forma pontual durante este trabalho. No entanto, o campo de pesquisa considerado aqui é o do Vale do Rio dos Sinos.

Foram, ainda, entrevistados o Comandante do CRPO/VRS, a Coordenadora Estadual do Centro de Capacitação do PROERD, 2 mentores<sup>11</sup> e 1 máster<sup>12</sup>, integrantes da equipe do Centro de Capacitação do PROERD no Rio Grande do Sul, totalizando 33 policiais militares entrevistados.

Concomitantemente às entrevistas, foi observado o 1º Seminário do PROERD do Comando Regional de Polícia Ostensiva do Vale do Rio dos Sinos, com o tema: *Políticas Públicas de Prevenção às Drogas para Adolescentes*, o qual integrou a programação da 7ª Edição do Curso de Capacitação PROERD/2008, no CRPO/VRS, bem como foi observado o desenvolvimento do curso para formar futuros Instrutores<sup>13</sup>, do qual participaram 38 policiais militares vindos majoritariamente do interior do Rio Grande do Sul e da Região dos Sinos.

---

<sup>9</sup> Entre esses, 4 optaram por sair do Programa, 2 policiais estavam em férias e os outros dois em licença.

<sup>10</sup> Policial militar habilitado a partir de uma preparação básica na área de ensino (40 h) e atividades específicas para a capacitação no currículo de 4ª e 6ª séries (80 h).

<sup>11</sup> Multiplicador do Programa na formação de novos instrutores. Para tornar-se mentor tem que ter experiência mínima de um ano em sala de aula aplicando o currículo de 4ª série, reunir habilidades de liderança, ensinar adultos e gerenciar problemas.

<sup>12</sup> Elabora, planeja, organiza e coordena cursos. Assessora a Coordenação Estadual nas questões pertinentes à qualidade das ações e monitoramento do Programa. Sua habilitação permite a formação de novos Mentores

<sup>13</sup> O Relatório de Observação encontra-se nos Anexos.

Ainda, fez-se um levantamento das matérias jornalísticas<sup>14</sup> (foram 21 artigos) que circularam nos jornais e nas revistas locais no segundo semestre do ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008 sobre as atividades do PROERD no Vale do Rio dos Sinos, consideradas como apoio e interpretação sobre o Programa; serviram, pois, para a construção de significados sociais para a comunidade e para os próprios policiais os quais se fazem presentes como elementos de reconhecimento.

Há alguns dados quantitativos presentes nesta pesquisa, originários de um questionário o que define o perfil da população de policiais que trabalharam ao longo de 2007 no PROERD sob o CRPO/VRS, os quais foram fornecidos pelo Comandante Geral do VRS. E, ainda, há dados que visam a conhecer alguns indicadores socioculturais, do efetivo policial e as formas de inserção e de mobilidade profissional dos policiais, os percursos no interior do aparelho policial militar, as perspectivas profissionais bem como a graduação, a escolaridade e o sexo dos informantes da pesquisa.

Este estudo, portanto, analisou o processo construção das identidades profissionais de *policiais migrantes* procurando pensar esse processo a partir de uma visão que privilegiasse a interação entre os sujeitos e os grupos dentro das comunidades nas quais estão inseridos, observando-se como isso é perpassado por critérios e por estratégias de reconhecimento e distinção, o que implica dizer que as construções das identidades profissionais dos policiais militares (que trabalham com o método de policiamento ostensivo preventivo e a adesão ao grupo que desenvolve o Programa) são indissociáveis da percepção identitária que os policiais constroem entre si (um dos outros e de si mesmos) e em relação a outros grupos que trabalham com método de policiamento distinto (ostensivo repressivo).

Os discursos dos *policiais migrantes* entrevistados foram o ponto de partida e dão visibilidade a um mundo particular de socialização, em que saberes, valores e práticas profissionais constituem as dinâmicas de construção de identidade vinculada a uma atividade profissional. Os diversos matizes na aplicação cotidiana desses saberes, valores, discursos e práticas ocorrem em decorrência de diferentes trajetórias profissionais e de distintos projetos coletivos e individuais. Há aqui duas dimensões que norteiam as representações desses profissionais sobre a atividade que eles mesmos desempenham: a dimensão relacional e a dimensão biográfica, a relação com os outros e consigo mesmos.

Procurou-se, acima de tudo, caracterizar a vivência dos policiais em suas trajetórias e as relações nelas presentes, dos fluxos entre comunidade de origem e de destino; buscou-se

---

<sup>14</sup> Ver anexos.

evidenciar os macrocontextos econômicos, políticos, sociais e culturais, o que permitiu discutir e problematizar se há uma (inter)dependência desses métodos, como esses coexistem entre si, ainda que muitas vezes se coloquem como métodos de policiamento antagônicos; além disso, verificou-se tal situação a partir da análise das construções identitárias profissionais de policiais militares que desenvolvem atividades com base no método de policiamento preventivo.

Pode-se dizer que no processo migratório policial há uma ampliação e uma complexificação das competências do policial, visto que este deve abandonar a sua tradicional postura reativa e assumir um papel mais interativo na comunidade hospedeira, pautado pela prevenção. Sintetizando, as interações são dinâmicas e específicas às demandas da comunidade, o que nesse fluxo migratório exigem do policial militar um investimento e disponibilização de novas competências.

É possível supor que esteja ocorrendo uma alteração e um enriquecimento da natureza e do conteúdo da atividade policial assentada no método de policiamento preventivo e que isso seja um ganho para os policiais militares, uma vez que uma das maiores queixas, no policiamento ostensivo repressivo tradicional, é a ação violenta da atividade policial no policiamento voltado somente à repressão do crime, a qual está implicada na sobredeterminação militar, no abuso de autoridade de superiores, na centralização de decisões e na rígida hierarquização.

Foram descritas neste trabalho não só as funções e as relações que os policiais desenvolvem em seu cotidiano profissional, desde a capacitação (a preparação para o ingresso), as atividades desenvolvidas pelo Programa visando à análise e à compreensão da dinâmica das exigências profissionais, como também a ação estruturante da identidade profissional expressa principalmente através dos discursos dos sujeitos, das observações realizadas do desenvolvimento de suas atividades profissionais; e, além disso, a motivação inicial de seu ingresso na Polícia à sua circulação entre as comunidades (origem e hospedeira).

Dentre as inúmeras questões que desafiaram e/ou estimularam este estudo, procurou-se nesta tese desenvolver aquelas que pareceram fundamentais para a análise da construção das identidades profissionais dos *policiais migrantes*, e, ao mesmo tempo, ambientar o leitor no complexo mundo da migração profissional do policial, da comunidade de origem à particular (ostensivo repressivo e ostensivo preventivo).

Na introdução deste estudo faz-se a aproximação inicial ao tema; no capítulo 1 (*1. Identidades Profissionais de Policiais*) examinaam-se os conceitos fundamentais que

orientam o estudo, dedicando-se a estabelecer o quadro teórico que possibilita a operacionalização analítica com vistas à análise da construção das identidades profissionais dos *policiais migrantes*. Acredita-se oportunizar, desta forma, a compreensão das lógicas que regulam a construção social do trabalho policial em suas dimensões profissionais.

Foi a partir dessa contextualização que se efetiva o mapeamento das identidades profissionais dos *policiais migrantes*, confrontando-se os discursos dos profissionais com um instrumental teórico e metodológico.

A primeira seção deste capítulo (*1.1 O que é a Polícia?*) apresenta a violência enquanto monopólio estatal, as definições de Polícia existentes na literatura e como esta emerge com características próprias.

Na segunda seção (*1.2 Identidades Profissionais, profissão e Profissionalização*) um quadro de referência para a compreensão da identidade profissional que tem como centro a sua contextualização na dinâmica de socialização profissional, a identidade pela profissão (*1.2.1 A Identidade pela profissão*) discute a compreensão da Polícia como profissão, como função policial e a profissionalização (*1.2.2 A Profissionalização Policial*) e a (*1.2.3 A Atividade de Polícia*) em sua dimensão operacional, o policiamento e o exercício discricionário, e, ainda, a caracterização do trabalho policial e a complexidade da relação do Estado com a Polícia. No seguinte subtítulo (*1.2.4 Dos Ajustamentos Primários e Secundários: O objeto empírico*), à luz de Goffman (2001), estão relacionados os significados dos ajustes primários e ajustes secundários e das atividades de evasão, além de como o poder discricionário é exercido nas fronteiras, sobre os fluxos internos e na mobilidade do policial.

A terceira seção (*1.3 Cultura Policial*) fornece um posicionamento que o mundo social profissional da Polícia inclui além de uma cultura profissional, pois circulam atributos, competências, comportamentos, valores e práticas implicados em espaços, atividades e ações diversas. Observa-se que as redes constituídas nos processos migratórios compõem um conjunto de laços sociais (*1.3.1 A Importância da Rede no Processo Migratório*) e demonstram a complexidade da migração. E, ao se tornarem evidentes as abordagens sobre a migração, aponta-se para a importância de as redes sociais constituídas no processo migratório serem analisadas. No subtítulo seguinte (*1.3.2 Identidades Profissionais em Construção*) observa-se como o reconhecimento é a dimensão fundamental do conceito de identidade e busca refletir: como se reconhecer como profissional em um momento que o universo do trabalho policial se apresenta conturbado e em crise na definição de suas atribuições, de suas crenças e valores.



No intuito de fornecer algumas evidências sobre a configuração e as transformações do “aparato policial”, e para uma melhor leitura, o capítulo 2 (*2. O Aparato Policial Contemporâneo*) foi dividido em três seções. Na primeira (*2.1 A construção do aparato policial no seio de Estado*) discute-se como o conceito de Polícia tem parâmetros históricos que coincidem com o surgimento do Estado-Nação, relacionando, nesta discussão, o modo de produção capitalista e as transformações sociais.

Na segunda seção (*2.1.1 O aparato policial na Europa, América Latina e Brasil*) apresenta-se a emergência dos distintos modos de coerção bem como dos distintos focos de atenção da ação policial, os quais se foram sucedendo em nosso país como justificativas da ação policial. E, ao vincular-se o conceito de Polícia à ideia de Estado-Nação, a consequência lógica é que as transformações dos conceitos de Estado e de Soberania forçosamente levem às transformações policiais. Identificando a movimentação das estruturas do aparato policial, suas transformações, percebe-se o surgimento de novos *leitmotivs*<sup>15</sup> no horizonte da ação policial. E, ainda, como esses diferentes motivos têm ligado momentos estratégicos da ação policial na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos e/ou nos Estados do Brasil; ou seja, o que, na atualidade, são apontados como situações, motivos e consequências de avanços significativos em matéria de ação policial no mundo e que vêm delimitando territórios e objetos de ação policial.

Na terceira seção deste capítulo (*2.2 O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência*) apresenta-se uma retrospectiva sobre a implantação do Programa no Brasil e como o PROERD na Brigada Militar invoca a concepção da *migração*, e como a metodologia do Programa é desenvolvida (*2.2.1 A Metodologia do Programa Educacional de Resistência às drogas e à Violência*).

Neste capítulo, portanto, são apontadas as transformações e os itinerários percorridos pela Polícia, a reorganização do trabalho policial para chegar a ser o que hoje conhecemos como tal. Os estudos, sobretudo de Amadeu Recasens (1995, 1997, 1999) e de Elisabeth Cancelli (1994), nortearam este capítulo. Este itinerário foi balizado pelas transformações ocorridas na Constituição Federal brasileira, devido a qual ocorreram transformações que incidiram sobre as Polícias, e pela forma como essas foram contempladas de maneiras distintas ao longo da história das alterações da Carta Magna para o desempenho de suas funções nos órgãos de Segurança Pública.

---

<sup>15</sup> Motivos condutores. Neste sentido ver Amadeu Recasens i Brunet, 1995.

Do referencial construído tem-se no seguinte capítulo o mapa do campo de pesquisa (*3. Policiais Migrantes: Identidades Profissionais em Movimento*) e faz-se uma análise dos processos de construção das identidades profissionais dos *policiais migrantes*. Apresenta-se (*3.1 Perfil do Universo da Pesquisa*) primeiramente o perfil dos policiais do efetivo geral da PM junto ao CRPO/VRS, dos policiais que estão no PROERD e da amostra pesquisada, considerando sexo, escolaridade, idade e período de ingresso.

Diante de certa precariedade de dados, o que impossibilitou alguns cruzamentos, contudo, foi possível fazer algumas inferências. Assim, procura-se analisar o que motivou o ingresso desses sujeitos na Polícia Militar (*3.2 Dos caminhos percorridos à chegada à Polícia Militar*), as suas trajetórias profissionais anteriores à BM, como a Segurança Pública surgiu como alternativa de inserção profissional, e, ainda, como se constrói a adesão desses policiais ao aparelho policial militar.

Em a (*3.3 A Mobilidade no Interior do Aparelho Policial Militar*) observa-se que os valores atribuídos às vivências profissionais ganham outra conotação, transcendem o seu valor instrumental relativo às necessidades primeiras, o que leva os *policiais migrantes* a ampliarem fronteiras na busca de um maior sentido para si, colocando em inter-relação as comunidades de origem e de destino a partir das redes construídas.

As redes constituídas dão visibilidade às relações estabelecidas entre as comunidades, e evidenciam as redes de companheirismo que dão sustentabilidade ao fluxo migratório, e é o que se observa em (*3.4 Para Chegar a Comunidade de Destino*): o quanto o Curso de Capacitação para futuros policiais instrutores oportuniza a chegada à *terra prometida*. Por outro lado, em (*3.5 Policias Migrantes*) analisa-se que o discurso da *guerra contra o crime* constitui a ideia do que é ser um policial militar e não se reconhecer nesse universo, instaura um sentimento de vazio, de ausência de sentido para si. A instauração da ausência de sentido e o desejo de pertencer a um agrupamento especializado, voltado à prevenção, aponta que a identidade é um lugar de lutas e conflitos, quando os policiais migrantes lançam mão de diferentes níveis de reconhecimento e mobilizam diversos processos na busca do reconhecimento.

Nesses processos as identidades dos sujeitos (*3.6 Identificação e Diferenciação*) são relativas às diferenciações em face de outros, tendo-se a imagem do que é ser policial associado à *guerra contra o crime*, além de os comportamentos associados à prevenção serem pouco valorizados, surgindo, então, nesse contexto, processos de estigmatização profissional.

Por outro lado, é nas redes constituídas pelos *policiais migrantes* que estes tendem a experimentar mudanças na concepção da profissão policial (*3.7 O Projeto Profissional como*

*um Projeto Coletivo*) ao se perceberem enquanto grupo, ao terem a profissionalização como uma meta coletiva, ao criarem estratégias de socialização e integração encontram sustentabilidade para levarem seus projetos adiante, encontram a coesão, e, sobretudo, é como interpretam e negociam com as imagens negativas construídas. Ao experimentarem uma imagem profissional estigmatizada, são levados movimentarem-se em direção à comunidade e a outras redes como forma de resolverem a “imagem deteriorada”.

Neste cenário, a formação, os cursos específicos sobre o tema “adolescentes, drogas e violência” surgem como possibilidade de resistência e enfrentamento ao estigma (3.7.1 *O Investimento na Formação como Alternativa de Resistência*), momento em que a ideia de estudar para ser policial ganha força e concede-lhes reconhecimento e possibilita a inserção em outras redes. Essa perspectiva está na intersecção do projeto coletivo com o individual.

No subtítulo seguinte (3.8 *Projetos Profissionais*) vê-se como a perspectiva do estudar, presente nos projetos individuais, surge como possibilidade de dar seguimento e ampliar um projeto coletivo para disseminar a ideia de prevenção dentro da Polícia, a permanência do policial no Programa que lhe dê a chance de “vislumbrar outra polícia”, ou ainda, para alguns, surge como a possibilidade de acessar projetos futuros fora da Polícia.

## 1 IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE POLICIAIS

Realizada a primeira aproximação ao tema, no presente capítulo discutem-se os conceitos fundamentais que orientam o estudo, dedicando-se a estabelecer o quadro teórico que possibilitará a operacionalização analítica com vistas a analisar-se a construção das identidades profissionais dos *policiais migrantes*. Acredita-se oportunizar, desta forma, a compreensão das lógicas que regulam a construção social do trabalho policial em suas dimensões profissionais.

Foi a partir dessa contextualização que se efetivou o mapeamento das identidades profissionais dos *policiais migrantes*, confrontando-se os discursos dos profissionais com um instrumental teórico e metodológico.

A primeira seção deste capítulo apresenta a violência enquanto monopólio estatal, as definições de Polícia existentes na literatura e como esta emerge com características próprias. Discute a compreensão da Polícia como profissão, como função policial a profissionalização e a cultura policial.

A segunda seção estabelece um quadro de referência para a identidade e tem como central a sua contextualização na dinâmica de socialização profissional, derivando daí dois aspectos substanciais inerentes à mobilização deste conceito no estudo: a noção de identidade como processo dinâmico e como processo biográfico e relacional (DUBAR, 1997a).

### 1.1 O QUE É A POLÍCIA?

Shearing (1992) e Muniz (1999) afirmam que uma parte significativa dos estudos sobre as burocracias modernas possui uma inspiração claramente marxista. Essa perspectiva é informada pela ambição de se ressuscitar uma “grande teoria” já amplamente conhecida: no plano mais essencial e subterrâneo da manifestação dos fenômenos sociais, seria possível revelar um meticuloso e consciente projeto de dominação econômica e política da classe capitalista, que não pouparia esforços para impor a sua hegemonia aos mais distintos domínios da vida comum. As Polícias, assim como outras agências de controle existentes, fariam parte de um conjunto bem articulado de aparelhos repressivos do Estado contra as aspirações dos trabalhadores e dos demais sujeitos subalternos ao Poder.

Nesse sentido, Muniz (1999) assegura que a Polícia é apresentada como uma das muitas respostas instrumentais concebidas para se atender a um único e universal propósito: servir aos interesses dos poderosos (onde quer que eles estejam) e “fazer o serviço sujo”, oprimindo aqueles que deveriam permanecer alienados do valor de seu trabalho e dos meios de produção. Assim, afirma que, nessa perspectiva, não parece fazer nenhum sentido estudar as Polícias como uma realidade em si mesma. Elas não teriam nada de essencial a revelar que não pudesse ser demonstrado pela identificação antecipada dos interesses da elite governante. Suas missões e seus objetivos seriam a priori esclarecidos, ou melhor, determinados pela racionalidade conspiratória de um Estado inexoravelmente comprometido com os grupos poderosos. “Na condição de agentes reprodutores, as Polícias estariam somente ‘cumprindo ordens’ em quaisquer situações que lhes são apresentadas” (MUNIZ, 1999, p. 37-38). Para a referida autora, o que se produz com esse raciocínio é, paradoxalmente, a negação do processo histórico e de suas discontinuidades, uma vez que nessa proposta de organização dos eventos as personagens parecem ocupar um lugar pouco relevante: o de repetidoras de determinações que as ultrapassariam.

Bretas (1997) e Muniz (1999) salientam que a Historiografia recente brasileira ter-se-ia deixado contagiar, em parte, por uma leitura branda desse enfoque, principalmente os estudos desenvolvidos no final da década de 1970. Refere também que, apesar da riqueza da documentação analisada nesses trabalhos, as premissas gerais caminham em certa direção: demonstrar o papel dos mecanismos de repressão e de controle estatais na construção dialética da classe trabalhadora no Brasil desde os tempos da escravidão, tomando como monolítica a relação do Governo com os seus meios de força, e destes com a população.

Para alguns autores, Reiner (1992) e Rudnicki (2007) a não historicização da Polícia leva a confundir Polícia com policiamento, a instituição com a sua função e a possibilidade de naturalizar a Polícia, criando uma Polícia eterna.

Ao contrário, historicizá-la permite conhecê-la, discuti-la, como se fez no final do século XVIII, quando, com a Revolução Francesa, muito se debateu a respeito da Polícia, de suas funções e dos limites de sua atuação e de sua utilização em um Estado fraterno, garantidor das liberdades dos cidadãos. (RUDNICKI, 2007, p. 97)

Se por um lado essa concepção aparece no bojo da busca da diferenciação entre Polícia e policiamento, por outro encontramos em Recasens i Brunet (1995, 1997, 1999) o risco de, ao historicizá-la, rumar para certo etnocentrismo, como a produção literária tem apontado. Essa discussão, que não tem continuidade neste capítulo, é retomada no capítulo seguinte.

Donzelot (1986), Bayley (2001) e Rudnicki (2007) são autores que buscam a historicização da Polícia, mas também lhe fazem críticas, entendendo que não somente o Estado cria forças policiais. Demonstram que a Polícia passou de uma proteção não estatal (de famílias, clãs, tribos, igrejas, corporações) para uma estatal. Assim, não cabe a negação do passado da Polícia para que se possa, hoje, entendê-la como um grupo que utiliza força física para regular relações interpessoais. Em especial, Donzelot (1986), ao desenvolver a relação do Estado, governo e o controle social da família, aponta que a partir do século XIX surgiu um complexo tutelar, desde o aparecimento e uma nova série de profissões: assistentes sociais, os educadores especializados, substituindo o professor primário na missão civilizadora do corpo social, os quais não se vinculam a uma única instituição, mas, ao contrário, enxertam-se como apêndices nos aparelhos pré-existentes: judiciário, assistencial e educativo. E que disseminados em uma multiplicidade de lugares de inserção, guardam sua unidade, não obstante, em função de seu domínio de intervenção, compondo o aparato policial.

Donzelot (1986), demonstrando a inflação de procedimentos de controle e de prevenção na configuração do aparato policial, mostra que a prevenção passa a ligar-se diretamente com o poder repressivo, quando ela pode ser mandatada judicialmente, podendo inclusive mobilizar a força policial. E afirma que se vive na atualidade a complexização do aparato policial, e questiona como denunciar a exacerbação desses procedimentos, que podem chegar a mobilizar a força policial sem legitimar outro arbitrário, às vezes tão perigoso quanto, ou mais, o da família que, no interior de seus muros, pode maltratar seus filhos. E ainda diz que a força física para regular relações interpessoais, a qual manteve-se muito tempo autorizada às famílias, passou para o controle do aparelho do Estado, e hoje se mantém em uma rede complexa de controle social.

Rudnicki, analisando a Polícia em uma perspectiva histórica, diz que antes do surgimento da Polícia, a atividade que hoje ela desenvolve ou era realizada por pessoas requisitadas pontualmente, ou por soldados do Exército; bem como que as Forças Armadas de um país, ainda nos dias atuais, quando utilizadas para a manutenção da ordem interna, são consideradas como sendo Polícia, como estando a exercer atividades de Polícia (RUDNICKI, 2007, p. 98-99).

Amador (2002) comenta que o ordenamento jurídico surgido na Europa implicou o deslocamento do poder político e administrativo das categorias sociais mediante a ampliação do aparelho policial. O agrupamento configurou-se como uma instituição caracterizada por uma rígida disciplina interna e com o objetivo de disciplinar a ordem social. Com isso

excluiu-se a violência física das possibilidades da ação social da população bem como se realizou o monopólio da força física.

Observou-se que a atividade da Polícia constitui-se como uma especificidade que é caracterizada, segundo Tavares dos Santos (1997), pelo duplo exercício: como monopólio da violência física legítima e como agente de produção do consenso.

Tavares dos Santos (1997), Amador (2002) e Bittner (2003) declaram que a Polícia nada mais é do que um mecanismo de distribuição, na sociedade, de força justificada pela situação.

Bretas (1997) e Muniz (1999) salientam que, na historiografia recente brasileira, não é comum encontrar abordagens que façam aparecer policiais como sujeitos de suas ações, ou se mostrem capazes de descrevê-los como sujeitos que interpretam e que decidem sobre as atribuições registradas nas leis e nas regulamentações institucionais. As leituras tradicionais, é preciso enfatizar, tendem a apresentar a Polícia ocupando um papel intermediário e os seus integrantes como seres desprovidos de um saber próprio, de uma visão singular sobre o seu lugar no mundo, etc. Em suma, “a Polícia e os policiais aparecem ‘apassivados’ diante de um jogo do poder mais essencial que a eles só caberia executar” (MUNIZ, 1999, p. 41).

Bretas assevera que, através de um olhar mais dialógico e atento, a Polícia “emerge com características próprias, capaz de aliar-se a grupos em conflito em defesa de uma determinada política” (1997, p. 28), incluindo aí a sua política como instituição e os seus próprios interesses. Nessa perspectiva, prossegue o seu raciocínio, observando que a Polícia “deixa de ser um agente de políticas – iluminadas ou nefastas – definidas por grupos no poder, para tornar-se um dos sujeitos capazes de ter interesses próprios, de participar na definição de seus poderes e atribuições, construindo seu saber específico sobre como controlar o espaço urbano.

Para Muniz (1999), é bastante razoável afirmar que as interações entre o Estado e as Polícias não tenham sido somente marcadas pela comunhão de propósitos ou por uma identificação natural costurada sempre por cima. Para a autora, isso supõe uma visão homogênea e substantiva tanto da arquitetura estatal quanto dos meios de forças policiais. E, mais grave ainda, oferta uma leitura empobrecedora do próprio universo da política.

A idéia de que o Estado se moveria como um bloco sólido, uno e coeso, ausente de interesses divergentes entre os grupos e órgãos que o compõem e a pressuposição de que as suas políticas se fariam cumprir de forma unilateral, isto é, sem negociações internas, sem barganhas e sem mediações com o mundo externo, parecem não fazer muito sentido no mundo político do nosso passado e muito menos nos dias de hoje. (MUNIZ, 1999, p. 43)

Em sua tese de Doutorado, Muniz (1999), ao explicar o monopólio estatal do uso da força, comenta que esse resultou de um trabalho de construção de alianças “o que de certa forma se refletiu nos primeiros desenhos da Polícia que procuraram traduzir uma possível conciliação entre os arranjos privados de poder e o modelo universalizante do Estado” (MUNIZ, 1999, p. 49).

Holloway (1997, p. 116) adverte que

mais do que uma transição generalizada de mecanismos pessoais e individualizados de controle para sistemas impessoais e padronizados, o que aconteceu no Brasil foi que as duas hierarquias de poder – tradicional e privada, de um lado, e moderno e público de outro – permaneceram complementares, fortalecendo-se mutuamente.

Segundo Holloway, um aspecto importante, que ajuda a contextualizar essa assertiva, é o fato de que a criação das organizações policiais deu-se concomitantemente ao processo de institucionalização do próprio Estado brasileiro. A ambicionada arquitetura estatal moderna estava sendo inventada e a universalização da autoridade pública estava também, na prática, sendo negociada e imposta em um período marcado pela crise de governabilidade provocada pela abdicação de Dom Pedro I.

Holloway (1997) conta que o próprio Estado poderia ser descrito, naquela época, como um “grande balão de ensaios”, do qual faziam parte o esforço de estatização dos serviços de segurança e as iniciativas voltadas para monopolizar o uso legal e legítimo da força. A configuração do sistema policial na Corte teria sido, segundo o autor, conduzida a base de tentativas e de erros.

Muniz (1999) chama a atenção para a importância de se frisar que o sistema policial antecedeu à adequação do sistema legal às demandas da época. De um lado, havia organizações policiais semiprofissionais instituídas e, de outro, a precariedade do aparato jurídico-formal, ferramenta indispensável ao trabalho profissional e cotidiano de policiamento. “Tudo se passa como se tivesse havido uma inversão da ordem de se fazer as coisas: primeiro criamos a Polícia e depois nos ocupamos de definir quando, como e onde ela deveria atuar” (MUNIZ, 1999, p. 48).

E lembra a autora que é Roberto Kant de Lima o autor que explora os efeitos perversos daí resultantes e seus impactos, quando discute, na contemporaneidade brasileira, os paradoxos da Polícia e a perspectiva inquisitorial do sistema jurídico penal brasileiro, ainda assegurando que não foram triviais os primeiros passos para o enraizamento da autoridade pública na vida diária das pessoas. Esse empreendimento não poderia, então, deixar de incluir



também as elites. Afinal, o uso exclusivo e privado da força consistia em um forte obstáculo às pretensões do Governo Executivo. Surgiram daí vários expedientes policiais híbridos, produtos da combinação dos recursos do Estado e dos agentes privados (MUNIZ, 1999, p. 49).

Para Weber (2004), a violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, porém é o seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de Poder. Atualmente, entretanto, deve-se conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado –, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio do momento atual o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos sujeitos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere. Este último transforma-se, portanto, na única fonte do “direito” à violência (WEBER, 2004, p. 56).

Adorno (2002), ao referir a legitimidade da violência estatal a partir da ideia weberiana dos fundamentos legítimos da dominação: tradição, carisma e legalidade, compreende que, na sociedade contemporânea, sendo a legalidade o fundamento da dominação, haveria uma coincidência entre ação legal e ação legítima.

E afirma que o fundamento da sociedade moderna repousa na lei e nos estatutos legais. Aqueles que estão autorizados ao uso da violência o fazem em circunstâncias determinadas em obediência ao império da lei, isto é, aos constrangimentos impostos pelo ordenamento jurídico. A legitimidade identifica-se, por conseguinte, com a legalidade.

Em Weber (1970), Bobbio (1984) e Adorno (2002) observa-se que, no curso desse processo, o Estado de Direito vem cumprindo papel decisivo na pacificação da sociedade. O Estado moderno constituiu-se como centro que detém o monopólio, quer da soberania jurídico-política, quer da violência física legítima, processo que resultou na progressiva extinção dos diversos núcleos beligerantes que caracterizavam a fragmentação do poder na Idade Média. Entretanto, o simples fato de os meios de realização da violência física legítima concentrarem-se nas mãos do Estado não foi condição suficiente para se assegurar a pacificação dos costumes e dos hábitos enraizados na sociedade desde tempos imemoriais. Daí a necessidade de um Direito Positivo, fruto da vontade racional dos homens, voltado, por um lado, a restringir e a regular o uso dessa força e, por outro lado, a mediar os contenciosos dos sujeitos entre si. A eficácia dessa pacificação relacionou-se, como demonstra Elias

(1990), com o grau de autocontenção dos sujeitos, ou seja, a sua obediência voluntária às normas de convivência, bem como com a capacidade co-atora do Estado em face daqueles que descumprem o Direito (ADORNO, 2002, p. 6).

Adorno (2002, p. 8) afirma que o conceito weberiano de Estado envolve pelo menos três componentes essenciais: o monopólio legítimo da violência, a dominação e o território. O Estado moderno é justamente a comunidade política que expropria dos particulares o direito de recorrer à violência como forma de resolução de seus conflitos (pouco importando aqui a natureza ou o objeto que os constitui). Prossegue o seu raciocínio asseverando que, na sociedade moderna, não há qualquer outro grupo particular ou comunidade humana com “direito” ao recurso à violência como forma de resolução de conflitos nas relações interpessoais ou intersubjetivas, ou ainda nas relações entre os cidadãos e o Estado. Sob essa perspectiva, é preciso considerar que, quando Max Weber refere-se à violência física legítima, não está, sob qualquer hipótese, sustentando que toda e qualquer violência é justificável sempre em nome do Estado.

Para Adorno, se fosse assim, não haveria como diferenciar o Estado de Direito do poder estatal, que se vale do uso abusivo e arbitrário da força. Em Weber, identificam-se, justamente por legitimidade, os limites ao emprego da força. Esses limites estão, em parte, dados pelos fins da ação política que dela se vale. São, desse modo, duas as situações “toleráveis”: por um lado, o emprego de força física para conter a agressão externa provocada por potência estrangeira e para assegurar a independência do Estado soberano; por outro, o emprego da força física para evitar o fracionamento interno de uma comunidade política ameaçada por conflitos internos e pela guerra civil. Em nenhuma dessas circunstâncias, porém, a violência tolerada desconhece limites (ADORNO, 2002, p. 10).

Troper (1995) e Adorno (2002) asseguram que esses limites estão ditados pelos fundamentos que regem a dominação. Na sociedade moderna, a violência legítima é justamente aquela cujos fins – assegurar a Soberania de um Estado-Nação ou a unidade ameaçada de uma sociedade – obedecem aos ditames legais. Portanto, o fundamento da legitimidade da violência, na sociedade moderna, repousa na lei e nos estatutos legais. Aqueles que estão autorizados ao uso da violência o fazem em circunstâncias determinadas, em obediência ao império da lei, isto é, aos constrangimentos impostos pelo ordenamento jurídico. Legitimidade identifica-se, mais do que nunca, com legalidade: “pode-se chamar de ‘legítima’ uma decisão ou uma ação conformes a um valor ou a uma norma” (ADORNO, 2002, p. 11).

Os autores observam que, desse modo, o monopólio estatal da violência não significa apenas o exercício exclusivo da violência, mas também o monopólio de prescrever e, por conseguinte, de interditar a violência. Assim, Adorno (2002) alerta que um dos maiores desafios reside justamente em compatibilizar o respeito aos direitos humanos e às demandas por maior eficiência policial – uma das dimensões pelas quais o problema da lei e da ordem se apresenta em nossa sociedade. Autores como Soares (2001) e Adorno (2002) afirmam ser possível compatibilizar o respeito aos direitos humanos com a lei e com a ordem. E que, para tanto, é preciso alcançar, entre outros objetivos, uma Polícia que alie eficiência com o respeito às leis que protegem os direitos do cidadão, em particular o direito à segurança. Daí o imperativo de “valorização das instituições policiais, como protetoras da vida e da liberdade e promotoras do direito de todos a uma vida pacífica, que é, afinal de contas, o significado último da Segurança Pública num contexto verdadeiramente democrático”. Daí também a necessidade de erradicar da Segurança Pública as suas heranças autoritárias e conservadoras, o que é, por fim, o problema da legitimidade das instituições encarregadas de aplicação das leis penais (ADORNO, 2002, p. 11).

Deve-se ressaltar agora que uma série de problemas relacionados à formulação e à implementação de políticas de Segurança e de Justiça afetam a eficiência das agências encarregadas de conter a violência dentro dos marcos da legalidade democrática. A baixa eficiência dessas agências (especialmente das Polícias Militar e Civil) em prevenir crimes e em investigar ocorrências, e de todo o segmento judicial (Ministério Público e Tribunais de Justiça) em punir agressores, associada aos tradicionais obstáculos enfrentados pelo cidadão comum no acesso à Justiça, acabam estimulando a adoção de soluções privadas para conflitos de ordem social (como os linchamentos e as execuções sumárias), bem como contribuindo para a exacerbação do sentimento de medo e de insegurança coletivos. À medida que esse círculo vicioso é mais e mais alimentado, cresce a perda de confiança nessas instituições de Justiça e nos agentes responsáveis por sua distribuição e por sua execução (ADORNO, 2002, p. 12).

Para Adorno, paradoxalmente, parte dos cidadãos – especialmente os procedentes de setores conservadores das classes médias e altas como também de segmentos das classes trabalhadoras – reage a esses problemas, recusando políticas públicas identificadas com a proteção dos direitos humanos. Em contrapartida, reclama por mais e maior punição, mesmo que, para garanti-la, seja necessário conferir maior liberdade de ação às agências e aos agentes encarregados da manutenção da ordem pública, independentemente de constrangimentos legais. Não sem razão, assiste-se, nas duas últimas décadas, a manifestações coletivas de

obsessivo desejo punitivo que contemplam a punição sem julgamento, a pena de morte, a violência institucional, as leis draconianas de controle da violência e do crime. Em outras palavras, em nome da lei e da ordem, propõe-se justamente o controle social carente de legalidade (ADORNO, 2002, p. 12-13).

É necessário também frisar que conceber a função da Polícia e o trabalho policial pautado em uma ou em outra perspectiva de Segurança Pública guarda diferenças, pois a concepção de “tutela de direitos” é infinitamente diversa da ideia de “preservação da ordem pública”. Tais conceitos – tutela de direitos e preservação da ordem pública – apresentam, pois, distinções: a primeira envolve concepções e encerra uma série de ações governamentais complexas, pautadas pelo garantismo. Já a concepção de “preservação da ordem pública” tem ultrapassado as mais prósperas ações na acuidade das instituições policiais, em seus excessos. Assim, ao situá-la, devem-se distinguir formas de atuações das Polícias. Afinal, que Polícia se quer? A opção feita, ao longo dos tempos, mostra-se pela “preservação da ordem”.

Ainda, destaca-se que a ideia de Polícia como “preservação da ordem” compreende uma instituição a serviço do *status quo*, como o “braço armado” do Estado, apontado, sempre que julgar necessário, contra o que julgar perigoso. Mas se o que se deseja é sentir-se cidadão seguro, com direitos fundamentais respeitados e assegurados, dever-se-ia saber de antemão que, para isso, a instituição policial deve ser concebida como uma organização a serviço da cidadania, o que pressupõe formas de ação, de princípios e de objetivos orientados para a garantia e para a afirmação dos direitos humanos. De fato, a primeira missão na tutela de direitos é fazer respeitar esses direitos. Nesse sentido, ou a Polícia coloca-se na perspectiva da cidadania, ou não se deve esperar que ela produza um efeito positivo quanto à sua participação na execução de políticas de Segurança Pública. É sabido que as Polícias são elementos imprescindíveis nesse tipo de política, mas ela não se faz somente com tais políticas. Em outras palavras, não cabe somente às Polícias garantir o enfrentamento e a solução dos problemas de violência e de criminalidade. A resposta repressiva apresenta-se, há muito tempo, insuficiente. O processo de se repensar a concepção de Segurança Pública e da ação de Polícia deve avançar na busca de mudanças estruturais profundas, vislumbrando a ampliação do escopo das ouvidorias brasileiras para o controle externo por essas realizado, na busca de mecanismos que assegurem transparência e controle público. Há princípios que buscam garantir o direito à vida, à integridade física e à liberdade dos cidadãos – e esses devem ter sempre primazia, mesmo nos momentos mais difíceis de perturbação da ordem pública.

É nesse viés que se assiste à contraposição entre Política de Segurança e Política Social. De acordo com Baratta (2000), essa contraposição não é lógica e produz consequências graves à medida que a Política de Segurança é aplicada à Política Criminal. Acrescentar ao substantivo *segurança*, a propósito da Política Criminal, e aos adjetivos *nacional, pública, urbana* – noções coletivas, não pessoais, da segurança – sobrepõe a garantia dos direitos fundamentais do cidadão em nome da segurança da Nação, da comunidade, da cidade.

Cabe lembrar que da doutrina da Segurança Nacional (BARATTA, 1998) resta ainda a trágica lembrança dos anos 1970 e 1980 na América Latina, quando a ideologia autoritária, inspirada no princípio do amigo-inimigo, serviu para sustentar um Direito Penal do Inimigo, cujas marcas ainda estão presentes, inclusive nos Estados com regimes formalmente democráticos. A doutrina da Segurança Nacional serviu também, sobretudo, a um sistema penal ilegal, paralelo ao legal, e muito mais sanguinário e efetivo que este último: um verdadeiro terrorismo de Estado, como o que foi desenvolvido nas ditaduras militares do Cone Sul. Para Baratta (2000), a doutrina da Segurança Pública marca fortemente a História do Direito Penal na Europa e representa, dentro desta, o compromisso contínuo entre a tradição liberal e a de caráter autoritário, entre o Estado de Direito e o Estado de Polícia, entre a Política do Direito Penal e a Política de Ordem Pública.

Bayley (2001, p. 173) e Rudnicki (2007, p. 123) asseguram que determinar o papel da instituição como sendo da preservação da ordem, da garantia do Governo ou da proteção dos cidadãos torna-se vital para se compreender a relação entre os sujeitos e a Polícia. E como a Polícia e a sociedade, também a Polícia e a política se relacionam. Com isso, a sociedade determinará como será a Polícia, e como esta tentará fazê-lo em relação à sociedade.

## 1.2 IDENTIDADES PROFISSIONAIS, PROFISSÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Admitindo a complexidade da discussão a respeito das profissões, nesta seção apresentam-se aspectos relevantes para a compreensão mais acurada do que seja socialização profissional. Claude Dubar (1997) e Demazière (1997) ampliam a noção desse conceito e contribuem para compreensão do movimento histórico de reflexão sobre as profissões. Apresenta-se, ainda, o caráter de definição de profissão a partir do *funcionalismo* e do *interacionismo simbólico* e a característica comum das definições construídas por essas escolas.

Recorrendo à Sociologia das Profissões, na literatura sobre ocupações, encontram-se questões essenciais nas perspectivas e nas diversas caracterizações em termos de conceituação de profissão, quanto à sua gênese e construção de profissões o que, de certa forma, deixa para alguns autores o debate em aberto, tanto quanto inconcluso, a respeito da classificação do trabalho policial como profissão. E apresenta-se o conceito de profissionalização enquanto processo de institucionalização do conhecimento profissional, de maximização de recursos de um determinado grupo, o qual é transformado em um instrumento de aquisição de poder e para o reconhecimento social.

Apresenta-se a descrição do objeto empírico a descrição do trabalho policial a partir dos conceitos de Goffman (2001) sobre ajustamento primário e ajustamento secundário e inferindo a mobilidade, a migração para a comunidade de destino como uma atividade de evasão – do ostensivo repressivo ao ostensivo preventivo. Apresenta-se também a dimensão da cultura policial não como uma cultura universal.

### **1.2.1 A identidade pela profissão**

O foco deste estudo está na análise das identidades profissionais de Policiais Militares construídas em um universo que compreende o desenvolvimento de um Programa junto a crianças e adolescentes, o qual tem sua base na escola, família e na Polícia – considerando as diferentes interações implicadas nesse triângulo, as quais fundamentam, desenvolvem, apoiam e modificam os processos, os valores, as técnicas e os saberes vinculados ao processo de realização das atividades profissionais. Levam-se em conta esses aspectos uma vez que as relações profissionais são construídas a partir do compartilhamento de um espaço e tempo de trabalho pautado por procedimentos, por normas, por regras e por conhecimentos específicos, característicos de um determinado mundo social em um dado momento. Devem-se também considerar as experiências profissionais anteriores, sua trajetória profissional e a perspectiva de futuro; desse modo, é possível compreender como o sujeito forja sua identidade profissional através dos sentidos, dos significados que confere a si e aos outros com os quais está em ação no mundo do trabalho, apoiando, estruturando, modificando ou rompendo relações em sua trajetória profissional. A intercessão entre o profissional com o mundo no qual interage se dá por meio das identificações que o policial concebe e modifica ao longo de seu percurso, capacitação, e de suas interações construídas nas atividades profissionais. As técnicas, os processos, valores e os saberes são dotados de sentido e estabelecem o modo como os sujeitos constroem um senso sobre a sua atividade.

No presente estudo, optou-se pela posição teórica encontrada em Claude Dubar, em que as novas formas de identidade estão desvinculadas das categorias oficiais:

Convém entrar no campo da análise das interações cotidianas, partindo de categorias produzidas pelos indivíduos e não apenas as categorias produzidas pelas instituições. Para isso, é preciso levar a sério a verbalização, a maneira pela qual os indivíduos exprimem suas condições de trabalho [...] Estas formas assumidas pela linguagem são uma entrada na vida social, que corresponde à tradição sociológica do interacionismo simbólico. (DUBAR, 2001A, p. 156)

O propósito da revisão bibliográfica, apresentado sobre a teoria das profissões deu-se a partir das indicações de Freidson (1998), para a definição de um conceito de profissão de maneira que este possa ser aplicado às particularidades da população do presente estudo.

Partindo da História e da terminologia, segundo Dubar (1997, p. 123), a expressão *Sociologia das Profissões*, uma tradução de *Sociology of the Professions*, exige um esclarecimento prévio. Em francês, o termo *profissão* possui (pelo menos) dois sentidos correspondentes a dois termos ingleses distintos, a saber: (i) o conjunto dos empregos (em inglês, *occupations*) reconhecidos na linguagem administrativa, nomeadamente nas classificações dos recenseamentos do Estado; (ii) as profissões liberais e sábias (em inglês, *professions*), isto é, *learned professions*, nomeadamente médicos e juristas.

Dubar (1997, p. 124) pondera que “a terminologia francesa complica-se mais se for introduzido um terceiro termo, o de “ofício” (*métier*). Além disso, o referido autor diferencia *profissão* e *ofício* e aponta distinções socialmente estruturantes e classificadoras que se reproduziram através dos séculos, tais como: cabeça/mão, intelectuais/manuais, alto/baixo, nobre/vilão, etc. Essa classificação por oposição, de acordo com o autor, teve a sua origem com a expansão e com a consolidação das universidades, pois nelas as artes liberais e as artes mecânicas começaram a se dissociar, chegando a uma oposição entre as *profissões* e os *ofícios*. Dessa forma, estabeleceram-se as *profissões*, derivadas das *septem artes liberales* que ensinavam nas universidades e cujas produções pertenciam mais ao espírito que à mão, e os *ofícios*, derivados das artes mecânicas “onde as mãos trabalham mais que a cabeça e que se desvalorizam na sociedade do Antigo Regime a ponto de a Enciclopédia lhe dar a seguinte definição no século XVIII: ‘ocupações que exigem a utilização dos braços e que se limitam a um dado número de operações mecânicas’” (DUBAR, 1997, p. 124).

Problematizando a questão entre “profissões sábias” e os ofícios, Dubar aponta que esta oposição traduz uma disputa de poder na sociedade e ganha forma como uma luta política e ideológica pela distinção e pela classificação.

Para Santos (2007), a diferença entre ofício e profissão está calcada nos métodos de controle do treinamento vocacional. O ofício se aprende dentro do mercado de trabalho; a profissão, fora do mercado de trabalho, em instituições de ensino, normalmente de Ensino Superior. Isso acarreta consequências em relação às formas como esses métodos são avaliados. O referido autor observa também que há maior valorização do método de treinamento vocacional das profissões, considerado mais homogêneo e sistemático, mais confiável que o treinamento dentro do mercado de trabalho, o que leva a outro resultado que marca a forte influência dessa forma de organização do trabalho na sociedade moderna: a valorização das instituições de ensino, normalmente as universidades, responsáveis pela emissão das credenciais necessárias para a profissão. A universidade, então, passa a ter um papel importante não somente no desenvolvimento do conhecimento, mas também na forma de organização do trabalho, já que o ensino profissional está associado à universidade (SANTOS, 2007, p. 110-11).

Segundo Dubar,

“Ofícios” e “profissionais” participam do mesmo “modelo” de origem – as corporações – a par da oposição ofício/profissão, subsistia o reconhecimento de uma profunda similitude: a “dignidade e a qualidade” de um “estado juramentado” socialmente legítimo e pessoalmente incorporado graças à “eficácia simbólica dos ritos sociais”. (DUBAR, 1997, p. 124)

Deve-se referir agora que as análises procedidas a partir da experiência dos Estados Unidos fazem referência à legislação daquele país, que prevê para as atividades reconhecidas como profissões a possibilidade de associações profissionais e, para as ocupações, apenas as associações sindicais (HAGEN, 2007, p. 41). Referindo-se à Sociologia das Profissões nos Estados Unidos, Dubar (1997, p. 128) comenta que ainda se tem por base uma definição de profissão que se tornou clássica, isto é, que uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica definida, baseada em uma formação especializada, e que marca a continuidade com os ofícios manuais qualificados. Tal caracterização reporta-se à obra publicada em 1933, *The Professions*, de Carrer-Saunders e Wilson. A referida obra analisa a evolução do trabalho e dos diferentes empregos em termos de profissionalização, ou seja, (i) a especialização dos serviços, que permite aumentar a satisfação de uma clientela; (ii) a criação de associações profissionais que obtêm para os seus membros “a proteção exclusiva dos clientes e dos empregadores que requerem o serviço do seu ofício” e que “colocam uma linha de separação entre eles e as pessoas não-qualificadas”, permitindo aumentar o prestígio do “ofício”, ao definir e controlar as regras de conduta



profissional ainda designadas de “código de ética e de deontologia profissionais”; (iii) a constituição de uma formação específica assente em um “corpo sistemático de teoria”, que permite a aquisição de uma cultura profissional.

A responsabilidade de tal diferenciação, por lei, entre “profissões” e “ocupações” em parte é tributada ao *Talf Harley Act*, publicado em forma de lei em 1947, nos Estados Unidos. Enquanto as ocupações notificavam o direito à organização sindical, para as profissões promulgou-se um estatuto e o direito de organização em “associações profissionais” (TRAPIER, 1991).

Ainda sobre o assunto, recorda-se aqui que Eliot Freidson é bastante conhecido entre os cientistas sociais norte-americanos e europeus. Do ponto de vista de uma História da Sociologia das Profissões, pode-se dizer que Freidson ocupa uma posição estratégica. Como observam Mike Saks (1983) e Jean Michel Chapoulie (1973), as correntes neweberianas e/ou aquelas filiadas ao interacionismo simbólico e à etnometodologia foram responsáveis por uma transformação significativa nesse campo, ao produzirem uma crítica consistente ao estrutural-funcionalismo, então dominante na sociologia norte-americana. Se essa abordagem (o funcionalismo) teve o mérito inegável de “construir os princípios de coerência do conjunto de características das profissões, isto é, uma teoria do funcionamento, e mesmo da gênese, dos grupos profissionais” (CHAPOULIE, 1973, p. 91), ela pode ser criticada por uma proximidade excessiva ao seu objeto. Parsons e vários dos seus seguidores tomavam a visão que os profissionais tinham do seu trabalho e do seu lugar no mundo como sendo a explicação das relações sociais que se estabeleciam na área profissional. Assim, reconheciam as profissões exatamente como os seus próprios membros o faziam, especialmente os médicos, grupo favorito dos autores funcionalistas (BARBOSA, 1999, p. 186-187).

Segundo Barbosa (1999, p. 187), essa perspectiva acrítica pôde ser colocada em xeque quando pesquisadores como Howard Becker ou Everett Hughes passaram a analisar a prática cotidiana dos grupos profissionais e descobriram que o “ideal de serviço” ou o universalismo atribuído a esses grupos não funcionava exatamente assim na vida real: profissionais envolvem-se em disputas econômicas e – isto é uma crítica fundamental – atendem a sua clientela de forma diferenciada segundo a sua origem social.

Pode-se dizer que Freidson produz aquela que é, de fato, a sua obra seminal, o seu verdadeiro clássico: *Profession of Medicine: a Study in the Sociology of Applied Knowledge* (1970). Nesse texto, o autor evidencia diversas facetas daquilo que agora não é mais visto como “ideal de serviço” – a característica que, segundo os funcionalistas, faria com que a sociedade desse autonomia às profissões, pois essas sempre se voltariam para o atendimento

das necessidades sociais, mas como uma ideologia profissional. Ele avalia “crítica e sistematicamente os pressupostos sobre as profissões, que haviam ficado sem exame durante longo tempo, [...] desafiando, entre outras coisas, a crença de que um treinamento altamente especializado e prolongado fosse a principal característica da profissão” (SAKS, 1983, p. 8). Nessa obra e em outros trabalhos, Freidson evidencia a fraqueza dos mecanismos de autocontrole da profissão médica e uma característica pouco comunitária dessa comunidade: o “ajustamento dos médicos às demandas de seus clientes – demandas diferenciadas segundo as classes sociais – e a variação das práticas médicas em função da posição ocupada dentro da comunidade profissional, estruturada segundo a hierarquia das funções hospitalares”. (CHAPOULIE, 1973, p. 93).

Em Barbosa (1999, p. 187), observa-se que uma preocupação fundamental ao interacionismo foi elaborar um conceito de profissão distinto das noções populares e que levasse em conta a especificidade histórica e “geográfica” (apenas um número limitado de Nações conheceria a profissão como forma institucional) desse tipo de organização do trabalho humano. Para a autora, é justamente esse enfoque “institucionalista”, que permite a Freidson traçar as diferenças entre as profissões na Europa e nos Estados Unidos, bem como o papel importante que o Estado pode ter para o desenvolvimento do profissionalismo.

Santos (2007) refere que Freidson (1996) procura fazer uma diferenciação entre o que é profissionalismo e o que não é. Sua análise recai, então, sobre a forma de condução do trabalho especializado, que ele ilustra quando distingue ofício de profissão. Segundo Freidson, tanto o ofício como a profissão são espécies de trabalho especializado, ambos vistos como tendo um caráter criterioso, de especialização criteriosa, ou seja, não são executados mecanicamente. Nesse tipo de trabalho, o conhecimento formal deve adaptar-se às contingências das tarefas a serem realizadas. Dessa maneira, a distinção entre o ofício e a profissão reside no tipo de conhecimento e na qualificação que os sujeitos empregam no exercício do julgamento. Assim, os ofícios “[...] são aquelas especializações criteriosas baseadas principalmente na experiência e no treinamento prático extensivo que empregam conhecimentos, sobretudo práticos” (FREIDSON, 1996, p. 5). Em contrapartida, o trabalho das profissões difere do trabalho dos ofícios por ser uma especialização criteriosa teoricamente fundamentada, de acordo com Santos (2007, p. 110).

Freidson (1973) apresenta os principais elementos teóricos importantes para a análise das profissões. O autor propõe que se considere a divisão do trabalho como um processo de interação social, cujo funcionamento é limitado por uma moldura: a organização social.

E ao enfatizar que a profissão é um princípio ocupacional de organização do trabalho, afirma que o espaço analítico assim constituído pode ser apresentado em seis enunciados:

(1) o *princípio ocupacional* de organização do trabalho materializa-se no exercício de autoridade sobre o próprio trabalho pelos membros das ocupações, com o apoio do Estado, que aprova licenças e jurisdições exclusivas – opondo-se ao *princípio administrativo* de controle sobre o trabalho exercido por organizações burocráticas; (2) o princípio ocupacional de organização do trabalho supõe *autoridade imputada ao expert*, uma vez que um trabalhador só pode controlar o seu trabalho se os outros estão persuadidos de que só ele é competente para o fazer; (3) a autoridade do *expert* é estabelecida por *processos sociais e políticos*, tal como a autoridade administrativa, mas o que é mais importante no princípio ocupacional é a autonomia na direção do trabalho, autonomia comum a profissionais assalariados e independentes; (4) o conhecimento é parte essencial do princípio ocupacional, mas o conhecimento em si não confere especiais poderes: só a *exclusividade*, traduzida no controle sobre o recrutamento, a formação e realização do trabalho de criar, divulgar e aplicar conhecimento, confere poder aos que o possuem; (5) o conhecimento abstrato, aprendido em *instituições formais de educação superior*, constitui a principal condição no processo de reivindicação de privilégios; é o *Estado* que garante aos profissionais o direito exclusivo de usar e avaliar um certo corpo de conhecimento e saber-fazer e (6) as profissões transportam uma *dimensão ideológica*, conjunto de crenças sobre qual a melhor maneira de resolver os problemas. (RODRIGUES, 1997, p. 50-51)

Para Barbosa (1999, p. 189), aqui reside um problema, pois, ao descartar o caráter individualista da interação, Freidson dá margem à entrada a certo estruturalismo, “aliás, um pressuposto indispensável às abordagens individualistas mais radicais”. Com essa ideia de limitação, Freidson quer dizer que as negociações operam dentro das fronteiras já estabelecidas. Ainda referindo Freidson, observa-se que este menciona a possibilidade de construção das próprias fronteiras a partir dessas interações entre os grupos sociais. A questão que Barbosa (1999, p. 188) se coloca é que, dessa forma, a divisão do trabalho aparece como uma unidade coesa, um corpo pronto, determinado, que só permite negociações no seu interior, mas que não pode, em si mesmo, ser objeto da ação humana.

Para Barbosa (1999), essa perspectiva apresenta claras raízes funcionalistas, focalizadas na definição de profissionalismo usada por Freidson:

Podemos definir a profissionalização como um processo pelo qual uma ocupação organizada, geralmente, mas nem sempre por alegar uma competência esotérica especial e cuidar da qualidade de seu trabalho e de seus benefícios para a sociedade, obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlar o treinamento para ele e o acesso a ele e controlar o direito de terminar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado. Constitui uma base para organizar empregos e trabalho numa divisão do trabalho inteiramente diferente do princípio administrativo. (FREIDSON, 1973, p. 98)

Outra questão teoricamente relevante para o autor – e central para o funcionalismo – é a distinção entre princípio ocupacional e princípio administrativo. Os dois são opostos como formas de coordenar o trabalho. No entanto, a menos que se estabeleçam diferenças substantivas (quanto ao conteúdo das tarefas), coisa que Freidson acertadamente procura evitar, fica quase impossível discriminar entre esses dois princípios. A autoridade da *expertise* tanto quanto à autoridade administrativa é, pois, estabelecida a partir da crença na legitimidade dos ordenamentos racionais, legais ou científicos (FREIDSON, 1999, p. 188).

Para Barbosa (1999), no processo de compreensão das profissões, acreditar que essas profissões conseguem determinadas posições na sociedade por controlarem uma *expertise* considerada superior é algo compreensível, é um passo correto para entendê-las; contudo, levar adiante esse argumento para associar (tal como fazem os funcionalistas) a superioridade da *expertise* com o seu caráter científico é um passo em direção a becos sem saída. Como explicar o reconhecimento legal concedido recentemente à astrologia no Brasil ou a existência dos administradores e dos gerentes como profissão? O próprio Freidson afirma: “Seja verdadeiro ou falso o conhecimento, desinteressado ou interessado o motivo, as alegações de conhecimento funcionam como ideologias e podem ser avaliadas independentemente de sua validade por seu papel na obtenção de apoio público e legislativo para uma profissão organizada” (BARBOSA, 1999, p. 105).

Paul Starr (1982) traz avanços à discussão ao analisar a movimentação das lideranças do próprio grupo para constituir o lugar dos médicos na sociedade norte-americana. Não se trata apenas de fazer *lobby* para aprovar legislação específica. A questão é fazer a sociedade aceitar como legítima a possibilidade de uma profissão definir qual é o problema e qual é a solução para ele. O fato é como as profissões conseguem obter um mandato para decidir sobre certas áreas, como elas obtêm a jurisdição sobre determinados territórios da divisão do trabalho. Nesse processo de autoconstrução, as profissões estabelecem a sua representação – internamente, na luta pela definição da identidade profissional, do médico, do mais médico de todos os médicos e externamente, na busca de uma identidade que possa ser reconhecida pela sociedade mais ampla.

Para Freidson (1999), na luta pelo controle sobre as áreas da divisão do trabalho, os recursos sociais de que dispõe o grupo são mais relevantes que a “substância” do saber, que a natureza do conhecimento da profissão.

Para Barbosa (1999), por constatar a importância dos processos de interação, das estratégias de fechamento dos nichos de mercado, do conceito de autonomia ou de controle sobre o próprio trabalho, da ideia de representação profissional, Freidson aproximar-se-ia dos

weberianos. Entretanto, ao mesmo tempo, ele se deixa dominar por dois traços críticos do funcionalismo: o primeiro é a suposição de que uma divisão social do trabalho, técnica ou naturalmente definida, seria um determinante ou, pelo menos, um elemento fortemente limitador da capacidade de agência das profissões; o segundo é a ausência de um conceito de poder. Freidson refere-se inúmeras vezes ao poder dos grupos profissionais, mas sempre de forma descritiva, jamais associando esse termo ao seu conceito de profissão. Por não levar às últimas consequências a preocupação weberiana com a construção dos monopólios profissionais, não consegue definir as profissões como grupos estamentais. Os estamentos, modelo clássico para a análise das profissões, são grupos que lutam para tornar dominante ou legítima a sua visão do mundo, das relações sociais, dos problemas e de suas soluções (FREIDSON, 1999, p. 190).

Assim, o fenômeno das profissões reflete um fenômeno da Modernidade, ao qual autores como Weber, Durkheim, Saint-Simon, entre outros, atribuem um caráter positivo, considerando-as formas “superiores” de organização social, que possibilitariam integração à sociedade (SANTOS, 2007, p. 107).

Em síntese, as teorias funcionalistas assentam-se em “uma dupla afirmação: por um lado, as profissões formam comunidades reunidas à volta dos mesmos valores e da mesma ‘ética de serviço’; por outro, o seu estatuto profissional é validado por um saber ‘científico’ e não apenas prático” (DUBAR, 1997, p. 131).

Uma crítica direcionada aos funcionalistas diz respeito ao fato de esses trabalharem com tipos ideais e modelos aproximados do modelo das profissões liberais, bem como a ausência de estudos empíricos.

Rodrigues (2002) e Santos (2007) assinalam que, de acordo com o tipo de abordagem (se funcionalista ou interacionista, por exemplo), muda o caráter da definição de profissão. Uma característica, no entanto, é comum a todas essas definições: o domínio de uma *expertise* e a demarcação de fronteiras no mercado de trabalho que possibilitem certo monopólio no desenvolvimento de atividades cuja base seja aquela *expertise*. Com efeito, o profissionalismo está ligado ao domínio de uma *expertise* e às formas por meio das quais os sujeitos que possuem esses conhecimentos especializados criam, a partir de suas redes de relações, mecanismos que possibilitam o monopólio da prática profissional.

Dessa forma, o conceito de *profissão* que norteia esta tese, compreende que a profissão de um sujeito é resultado da articulação entre um conhecimento adquirido e produzido sobre o seu trabalho e o reconhecimento social da utilidade da atividade que esse sujeito é capaz de desempenhar. Esse reconhecimento social da utilidade dessa atividade se dá

através da inserção e desenvolvimento das atividades laborais, e da imprescindibilidade deste para o desenvolvimento das mesmas, bem como a maximização de seus recursos na busca e no emprego de um conhecimento especializado – sistema de conhecimento com tradução na resolução de problemas.

Sobretudo, tem-se a profissão enquanto forma de socialização, onde o grupo profissional, ao definir que serviços prestar – e de que forma – busca um mandato necessariamente, acompanhado por um desenvolvimento de uma filosofia, de uma visão de mundo, que inclui os pensamentos, valores e significações envolvidos no trabalho (FRANZOI, 2005).

Soma, ainda, o Estado relevante influência, à medida que este reconhece e certifica a posição desses grupos na sociedade assim como incorpora em si competências dos profissionais, definindo e organizando o sistema de educação.

### **1.2.2 A profissionalização policial**

O conceito de profissionalização pauta-se por um caminho percorrido, etapas trilhadas pelos grupos profissionais até alcançarem o estágio do profissionalismo.

A teoria do profissionalismo (FREIDSON, 1998) leva em conta a profissão como um princípio ocupacional da organização do trabalho, considerando sobremaneira “o conhecimento e competências especializados necessários para a realização de tarefas diferentes numa divisão do trabalho” (FREIDSON, 1998, p. 40) em contraposição ao princípio administrativo, centrado na racionalidade burocrática.

A questão central nesses estudos é levar à compreensão que o conhecimento profissional pode ser transformado em um recurso para a aquisição de poder. O processo de institucionalização do conhecimento, segundo Freidson (1998), foi capaz de criar divisões internas nos grupos profissionais, favorecendo o surgimento de subgrupos profissionais que se diferenciam quanto ao grau e tipo de poder.

Portanto, a profissionalização é um processo pelo qual uma profissão – organizada formalmente ou não – adquire o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, o controle sobre a formação e o acesso, bem como o direito de determinar e avaliar a forma como o trabalho é realizado.

Autores da literatura internacional, Niederhoffer (1969), Kleining (1996), Menke, White e Carey (2003), e nacional, Dias Neto (2000), Poncioni (2003), Hagen (2007), discutem a Polícia como profissão e a sua profissionalização.

Menke, White e Carey (2003, p. 89) analisam o que denominaram de reivindicação de *status* profissional pela atuação policial. O conceito de profissão por eles utilizado como referência é proposto por Pavalko (1971, p. 18-27), que especifica oito dimensões, a saber: um conjunto generalizado de conhecimentos, teorias e técnicas intelectuais; um período extenso de educação e treinamento, normalmente realizado em um estabelecimento acadêmico; a relevância do trabalho para os valores sociais básicos; a autonomia; a motivação que envolve um sentido de missão; um compromisso superior de dever da profissão em benefício do cliente; um sentimento de comunidade entre os que a praticam e um código de ética institucionalmente imposto para assegurar submissão a este.

Tais autores não consideram a Polícia como profissão, uma vez que esta não envolve, sobremaneira, o longo período de estudos acadêmicos e diploma bem como a autonomia. Nessa perspectiva, observa-se que a discussão tem como referência modelos aproximados às profissões liberais, com base nos estudos funcionalistas sobre profissão, e a tipos ideais.

Kleining (1996) é o autor que faz uma análise mais abrangente quanto à questão da profissionalização da Polícia, contemplando também os aspectos morais. Hagen (2007, p. 46) comenta que Kleinig (1996), igualmente indagando acerca do *status* profissional da Polícia, reconheceu os seguintes elementos em sua análise: o desempenho de um serviço importante para o público, a existência de um código de ética, o conhecimento especial e a *expertise*, a educação de nível superior presente em determinadas categorias, a autonomia, a autoridade discricionária e a autorregulação. A partir dessas características, segundo Hagen (2007, p. 46), o trabalho policial foi avaliado como sendo importante para o público e dispendo de um código de ética, mas não requerendo um tipo especial de conhecimento adquirido em estudos de nível superior nem dispendo de autonomia e de auto-regulação.

Kleining (1996), entre os problemas citados como consequências da profissionalização, considera o paternalismo, a alienação e a discriminação como os mais perigosos para a Polícia. O paternalismo é definido como a escolha feita exclusivamente pelo profissional daquilo que é melhor para o cliente, sem levar em conta a opinião, os sentimentos ou as condições deste último. A alienação é a tendência de o profissional fixar-se nos detalhes do que é chamado a examinar, deixando de observar o quadro mais amplo em que aquele detalhe se insere. A discriminação é uma consequência da elevação do nível de escolaridade exigido pela profissionalização, excluindo da profissão as pessoas sem os certificados escolares reconhecidos segundo os novos critérios que passam a vigorar. Esses novos critérios expressam mudanças nas relações de poder no interior de um determinado grupo profissional, implicando o reordenamento das suas classificações. Como alternativa à busca do *status* de

profissão, com todos os riscos anteriormente apontados, o autor indica a possibilidade de se exercer um profissionalismo sem profissão, ou seja, o desenvolvimento de uma postura de comprometimento com o bom desempenho no trabalho, contudo, sem procurar a autonomia e a autorregulação (HAGEN, 2007, p. 47).

Em seu trabalho, Hagen (2007) refere um fenômeno identificado por Nierderhoffer (1969), uma situação específica ocorrida em Nova York na época da Depressão, ao narrar que, nesse período, jovens do sexo masculino, oriundos da classe média, com nível de educação superior, ingressaram na carreira policial devido à falta de outras oportunidades de emprego. Citando Niederhoffer (1969, p. 16-17), aponta que, em 1940, mais da metade dos recrutas possuía instrução universitária. Nos anos seguintes, entretanto, a retomada da economia fez com que essa situação excepcional desaparecesse, voltando-se aos níveis habituais de menos de 5% de recrutas com nível universitário. Niederhoffer declara que o grupo instruído que havia ingressado tornou-se uma elite policial, esforçando-se por profissionalizar a ocupação. Profissionalização, nesse caso, equivalia a atingir os padrões tidos como profissionais: altos padrões de exigência para o ingresso, um corpo específico de conhecimento e teoria, altruísmo e dedicação a um ideal de serviço, longo período de treinamento, código de ética, diplomação dos membros, controle autônomo, orgulho pela profissão, prestígio e *status* publicamente reconhecidos. Os maiores obstáculos a esse projeto foram, segundo o autor, o baixo *status* tradicional da profissão, a baixa escolaridade da maioria dos policiais e a oposição da máquina política, interessada em manter a Polícia sob seu controle direto (HAGEN, 2007, p. 47-48).

Em 2003, Calazans, em *Mulheres policiais: um estudo sobre mulheres policiais na Brigada*, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta o crescente nível universitário apresentado pelos recrutas dos concursos das décadas de 1980-1990 e 2000, não raro encontrando-se Praças em um segundo curso universitário, com níveis de formação maior que o exigido para ingresso; associa tal fenômeno à precarização de um mercado profissional restritivo em que há uma busca de segurança e de plano de carreira definido; e por outro lado, a preocupação e a necessidade de um estudo para se observar as possíveis alterações futuras do campo, uma vez que naquele período ocorria uma grande insatisfação dos Praças recém-ingressados na Polícia (baixa remuneração, pouca possibilidade de ascensão, atividades repetitivas e de execução), com nível superior em um concurso que até então exige nível médio. A queixa maior centrava-se, pois, na alteração do plano de carreira (2002), desconsiderando-se, aqui, a ascensão por concurso e levando-se em consideração somente a promoção por mérito e antiguidade.



Nessa perspectiva, reconhecia-se, naquele momento, uma associação entre a profissionalização policial, a elevação do nível universitário e o ingresso de mulheres no aparelho policial militar e a ideia de uma Polícia menos voltada para o uso da força, voltada para a capacidade estratégica, como exigências advindas das transformações pelas quais vêm passando a Polícia e o próprio mundo do trabalho. Tal argumento, contudo, não se confirmou: ficou mais no plano da associação e da intelectualização sobre as reformas policiais. Tornou-se, de fato, a retórica do “profissionalismo” policial, pois, por um lado, o movimento profissional revela as inovações tecnológicas, inaugura o espaço da triagem de chamadas por assistência com base em critérios técnicos e uniformes, traz a racionalização dos recursos policiais; agregam-se a isso as Escolas de Polícia e os critérios técnicos de avaliação de desempenho, bem como as estatísticas criminais. Por outro lado, surgem as inconsistências e as contradições, porquanto as centrais de operações retiraram os policiais das ruas, colocando-os em automóveis, exacerbando, assim, a obstrução do canal de comunicação entre a Polícia e a comunidade de tal forma que a total ausência da influência social sobre as decisões policiais, associada à obstrução estrutural, isolou o conjunto da organização, revelando um policial burocrata, de estilo impessoal e centralizado e, sobretudo, obliterou a sensibilidade e a criatividade do policial.

Tal aplicação de métodos esteve profundamente alicerçada na ideia de que a função policial não admite discricionariedade, limitando-se à execução estrita dos mandamentos da lei penal. Tal visão, embora predominante na cultura institucional da Polícia, jamais se refletiu no cotidiano do policial. Em sua rotina diária de patrulhamento preventivo e de investigação criminal, os policiais são levados a tomar decisões de profundo impacto na vida dos cidadãos. Essas questões expõem a tensão do então denominado “movimento profissional”, que tem na discricionariedade uma visão que jamais se manifestou na realidade, porque se mostra como uma visão fundada na crença de se manter uma imagem estrita da legalidade, o que repercute em decisões informais, sem planejamento, ou em critérios predeterminados, fora do alcance dos mecanismos internos e externos de supervisão e de controle (DIAS, 2000).

Poncioni, em seus estudos, reconhece a Polícia como uma *profissão*, à medida que:

[...] a atividade policial é exercida por um grupo social específico, que compartilha um sentimento de pertencimento e identificação com sua atividade, partilhando idéias, valores e crenças comuns baseados numa concepção do que é ser policial. Considera-se, ainda, a polícia como uma “profissão” pelos conhecimentos produzidos por este grupo ocupacional sobre o trabalho policial – o conjunto de atividades atribuídas pelo Estado à organização policial para a aplicação da lei e a

manutenção da ordem pública –, como também os meios utilizados por este grupo ocupacional para validar o trabalho da polícia como “profissão”. (PONCIONI, 2003, p. 69)

Nesta tese não se propõe comparar o trabalho policial com algum modelo de profissão, nem analisar a presença de indicadores estruturantes que alçam uma profissão ao *status* de profissão, mas, no entanto, destaca a dimensão simbólica, no sentido de valores e de crenças comuns de um determinado grupo de trabalho e a busca de maximização de seus recursos. Reconhece o profissionalismo como uma estratégia importante usada pela Polícia para defender o seu mandato e assim desenvolver a autoestima, a autonomia organizacional e a coesão ocupacional e compreende, sobretudo, o uso da profissionalização como um recurso na luta por poder e por prestígio. Entendendo a profissionalização enquanto processo de fechamento social pelo qual os grupos procuram dar o mais alto valor possível a seus resultados e recursos, restringindo o acesso a um círculo determinado de candidatos, considerando o grau de especialização dentro da profissão e o aumento da complexidade na divisão do trabalho. E, ainda, possui um conjunto de atividades atribuídas pelo Estado à estruturação do aparelho policial e desempenho de suas funções, a saber: a aplicação da lei e a manutenção da ordem pública.

E o profissionalismo refere-se ao modo como as pessoas trabalham (capacidades, competências, racionalização de saberes, adesão às normas do grupo), enquanto estratégias de defesa de um grupo profissional (ARAÚJO, 1985; BOURDONCLE, 1991).

As divisões internas nas profissões por disputa de autoridade e legitimidade de suas ações, práticas e competências, a competição interprofissional, estão diretamente ligadas ao processo de profissionalização. E nesse contexto de disputas surge entre os membros de qualquer profissão a necessidade de um controle cada vez maior sobre a prática, tornando-a mais técnica e a manutenção do monopólio do seu campo, através de racionalizações ideológicas sobre a natureza do trabalho e das funções, afastando a intervenção de estranhos<sup>16</sup>.

Portanto, no presente estudo a ideia de profissionalismo está ligada à de ideologia, no sentido de constituir um discurso que valoriza e que justifica a posição do grupo, ao marcar a sua diferença em relação à clientela e ao unificar as diversidades internas. E nos conflitos e disputas de áreas de trabalho entre grupos um recurso importante é o aumento dos níveis de qualificação.

---

<sup>16</sup> Estranhos no sentido de “os que estão fora do grupo”.

### 1.2.3 A atividade de Polícia

A dimensão operacional (MUNIZ, 1999) das atividades de Polícia foi sendo desenhada no improviso, deixando a impressão de que as técnicas policiais estariam sendo construídas no curso das intervenções. Em verdade, as formas e os critérios que deveriam orientar as suas escolhas consistiam em uma grande área cinzenta que pouco distinguia os procedimentos corretos dos incorretos, de modo que questões concretas do tipo “quem devo parar, por que devo parar, como e quando devo deter, revistar ou interrogar” não teriam sido objeto de sistematização e de padronização. Por certo, essas limitações técnicas contribuíam para que o policial, no cumprimento zeloso do dever, produzisse violência e brutalidade. Pode-se dizer que o emprego legal e legítimo da força ficou restrito a observações genéricas que se reportavam apenas à necessidade de tratar a todos com o devido respeito. Muniz (1999, p. 53) assinala que esse problema persiste em nosso presente, a ponto de ser voz comum entre os oficiais da PMERJ que a elaboração de expedientes, de procedimentos e de técnicas voltados para o emprego profissional de força proporcional à ameaça oferecida ainda são genéricos e insatisfatórios para a realidade da atividade policial.

Sobre o policiamento, Rudnicki (2007, p. 95) ressalta que esse surge como prática uniformizada, como elemento dissuasório. Essa ideia remonta à Inglaterra do século XIX, quando a Polícia simplesmente estava presente nas ruas; perpetua-se quando o *Manual básico de policiamento ostensivo repressivo*, citado por Chagas (1987, p. 44), define aquele como atividade de manutenção da ordem pública que busca a tranquilidade pública. Dentre os seus objetivos, de acordo com Rudnicki (2007, p. 108), estão a prevenção de delitos, a prisão de delinquentes, a regulação de condutas não delituosas e a proteção de vidas e de propriedades.

Monjardet (1996, p. 136) apresenta os três objetivos da missão da atividade policial: a redução ou o combate à criminalidade (reconhecida como a proteção das pessoas e dos bens); a garantia da Segurança Pública (paz e ordem públicas, verificadas como o dever de o Estado impor segurança, salubridade e tranquilidade às pessoas, fazendo respeitar normas que possibilitem o conjunto das condições morfológicas do viver em uma cidade; a fluidez da circulação nos espaços públicos, a proteção da intimidade nos espaços privados, o respeito à integridade corporal e outros); a preservação da ordem política (como garantia das liberdades e da defesa das instituições, evitando manifestações violentas, infiltrações estrangeiras e a atuação de grupos terroristas).

Nesse contexto, a discricionariedade e a violência policial aparecem como uma das novas questões sociais globais (TAVARES DOS SANTOS, 2002), pensadas na perspectiva

da conflitualidade. O exercício discricionário policial é o ato de complementaridade (LOCHE, 1999) necessário entre a norma legal e a ação individual, decorrente de uma “livre escolha” ou do julgamento do sujeito em função de um determinado objeto, problema ou moral. Nesse sentido, a ação discricionária é o poder de definição da Polícia.

O exercício discricionário está determinado pela passagem da razão objetiva para a razão subjetiva, e a autoridade internalizada (CALLIGARIS, 1993) só vale quando o sujeito julga o que ele internalizou como sendo eventualmente justo e – por isso mesmo – por ele estabelecido. Não só acontece uma internalização da lei, mas também e especificamente em nossa cultura, a implicação de uma passagem da razão objetiva para a razão subjetiva. Em outras palavras, na internalização da autoridade, que funda e que permite o convívio social, é desmentida a sua origem objetiva e recusada a sua origem fora de nós. A autoridade, então, só é mantida quando aparece como o fato e como a vontade de cada sujeito. É o que faz com que as pessoas, espontaneamente, coloquem uma espécie de tribunal individual acima do tribunal social. Seja qual for a decisão da lei, sempre se apela a um tribunal interno para se decidir se algo é justo ou injusto. E esses últimos não coincidem com o legal e com o ilegal; para os sujeitos, coincidem com um tribunal interno, o que leva sempre a uma posição possível de desobediência civil.

No exercício discricionário, o ato de complementaridade necessário entre a norma legal e a ação individual, decorrente de uma “livre escolha” ou do julgamento do sujeito em função de um determinado objeto, problema ou moral, é, sem dúvida, o poder de definição da Polícia, caracterizando a atividade policial:

Esse é o poder discricionário, o poder que possibilita a cada policial, no cotidiano, quando se depara com uma situação, decidir, com fundamento em autoridade conferida pela lei, mas ignorando-a, conforme juízo, moral e consciência próprios, se deve, ou não, interferir e, ao fazê-lo, determinar sobre o procedimento que adotará, optando pela obediência ao dispositivo legal ou resolvendo o caso de forma a promover justiça, tal qual ele próprio a defina. Isso decorre tanto do fato de as leis serem ambíguas e imprecisas, devendo a Polícia (e aos outros integrantes do sistema penal) decidir a maneira mais justa de aplicá-las, quanto de serem formuladas visando a coibir o delito de forma generalizada, não podendo prever todas as possibilidades e soluções possíveis para os casos concretos. (RUDNICKI, 2007, p. 120)

Nesse sentido, a atividade de Polícia é parte de um aparato que visa a garantir as leis de um Estado. De acordo com Rudnicki (2007, p. 109), pensar o policiamento significa iniciar uma discussão sobre os contatos que a Polícia estabelece com a comunidade, buscar meios que garantam a integração entre a Polícia e a população e que proporcionem a esta o sentimento de segurança.

Rudnicki (2007, p. 110) adverte que, além do policiamento, cabe lembrar que outra atividade relevante da Polícia é a investigação criminal, a busca e a prisão do autor de um crime. Os policiais têm várias formas de agir, segundo, inclusive, a caracterização proposta ou permitida pelos policiamentos de uma época, de uma sociedade. Esses podem ser reconhecidos na forma como as histórias policiais os retratam.

Contudo, embora as formas de policiamento estejam limitadas em suas técnicas ao previsto pela lei, desde os Textos Constitucionais até os Regulamentos das Secretarias de Segurança e Comandos das Polícias, a atuação profissional nas ruas será pautada na sua compreensão *in loco* dos fatos (RUDNICKI, 2007, p. 112), pelo elemento característico da função policial, o ato discricionário.

Mas, enfim, o que faz a Polícia? Qual é a sua atividade? Para Rudnicki (2007), essa questão encontra-se no bojo da complexidade que é a Política de Segurança Pública, e está atravessada pelo debate da profissionalização das Polícias, nas diferentes perspectivas do que seja a atividade de Polícia.

Portanto, ao se pensar a Polícia e sua atividade cabe destacar que o trabalho policial não está limitado a atuar no tocante ao “combate” à criminalidade (RUDNICKI, 2007, p.102), pelo contrário, pesquisas e boletins de ocorrências demonstraram que a maior parte das horas é dedicada a atender acidentes e pessoas doentes, animais feridos e perdidos, pessoas embriagadas ou drogadas, conflitos familiares, enfrentamentos entre grupos de adolescentes e reuniões barulhentas, isso sem mencionar registros de danos a propriedades, acidentes de trânsito, pessoas desaparecidas e bens achados e perdidos. Tais pesquisas citam a quantidade de tempo dedicada a administrar os sistemas de registro e de licenciamento, a cuidar do tráfego, a lidar com reclamações de estacionamento proibido, a controlar a multidão em eventos públicos e, ainda, a lidar com outros perigos e com deficiências do serviço municipal que requerem atenção.

Assim, tem-se um processo que, no médio ou no longo prazo, significará a desmitificação, com base neste e em outros estudos que elucidam o que, em verdade, pauta-se o serviço diário da Polícia.

Fraga (2006, p. 6), referindo algumas peculiaridades do trabalho do policial militar, afirma que este último, ou o *brigadiano* (designação dada somente no Estado do Rio Grande do Sul), é funcionário público estatal (logo, possui o Estado como empregador) e é o único profissional que é julgado por duas Justiças distintas (a Civil e a Militar), podendo ser submetido a punições por atos que não redundam em nenhum tipo de pena para o cidadão civil, conforme assinala Pinto (2000). A atividade-fim do policial militar, o policiamento

ostensivo repressivo, é exercido pelo policial fardado, em locais públicos, com caráter preventivo, pela observação e pela fiscalização, com a atitude de vigilância, tentando coibir a ação de infratores e evitar a ocorrência de atos delituosos.

De acordo com que é explicitado no *Manual básico de policiamento ostensivo repressivo* (1999, p. 10), o serviço de policiamento é composto de diversas variáveis que identificam os seus aspectos, como ilustra o quadro a seguir:

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>ASPECTOS</b>
Processo	A pé, motorizado, embarcação, de bicicleta, aéreo, montado
Modalidade	Patrulhamento, permanência, diligência, escolta
Circunstância	Ordinário, especial, extraordinário
Lugar	Urbano, rural
Desempenho	Atividade de linha, atividade auxiliar
Duração	Turnos, jornadas
Efetivo	Individual, dupla, trio, grupamento, pelotão, companhia ou esquadrão, batalhão ou regimento
Forma	Desdobramento, escalonamento
Tipo	Rodoviário, trânsito, geral, ambiental, de guardas, comunitário, operações especiais ou outros
Suplementação	Cães, radiotransceptores, armamentos e equipamentos peculiares ou outros meios

**Quadro 1:** Variáveis e aspectos do policiamento ostensivo repressivo exercido pelos policiais militares.

Fonte: Adaptado por Fraga, 2006, do Manual Básico de Policiamento ostensivo repressivo da Brigada Militar, 1999.

No Quadro 1 verifica-se a amplitude de serviços prestados à população. Embora à primeira vista possa se imaginar os serviços da Polícia Militar somente centrados no processo de policiamento ostensivo repressivo, representado pelos soldados fardados, a pé, na rua ou nas viaturas, isso contempla apenas uma das variáveis e um dos aspectos dessa questão.

A gama de serviços prestados pela Brigada Militar já foi inicialmente destacada por Mariante (1972) e por Fraga (2006, p. 7) na rua, no serviço de policiamento ostensivo repressivo, no trânsito, nos colégios, nos bancos, nos serviços exercidos pelos bombeiros (nos casos de salvamento), nas rodovias, nas abas-largas (combatendo o abigeato e os abigeatários), na guarda dos presídios, nas escoltas e diligências, nas grandes reuniões de pessoas, nas greves, nas estações viárias, nas praias (como salva-vidas), na flora e na fauna, nos postos fiscais, nas comunicações, nas calamidades, na guarda consular, nos dias festivos, além de outras colaborações, tais como: guardar as imediações das mesas eleitorais, guarnecer

o transporte das urnas para os locais de apuração, e assim seguindo-se uma longa lista de serviços que a Brigada Militar presta à sociedade.

Deve-se frisar agora que o regime de trabalho do policial militar é relativamente prescrito por escalas, podendo ser a de 6 horas de trabalho por 18 de folga; 12 por 48 ou até mesmo 24 por 72. Contudo, justamente pela incerteza desse ofício e de seu regime de dedicação exclusiva<sup>17</sup>, as jornadas de percurso ao trabalho ou até mesmo os momentos de folga podem ser transformados em trabalho.

Assim, o trabalho dos policiais militares reveste-se de características muito peculiares: eles não possuem horários predeterminados, principalmente para o término do serviço, ou seja, não têm uma jornada fixa, como os outros trabalhadores. Além disso, depois que a escala de serviço encerra, eles estão sujeitos, ainda, ao atendimento de ocorrências. Significa dizer que devem estar à disposição do Estado, ou melhor, da segurança da sociedade, por imposição legal, nas 24 horas do seu dia, conforme estabelecido no artigo 31 do Estatuto dos Servidores Militares (1997), que versa sobre o compromisso dos policiais militares, abrangendo todos os níveis hierárquicos; além disso, determina suas condutas a uma dedicação exclusiva para a manutenção da ordem pública e da segurança da comunidade, mesmo estando sujeito ao sacrifício da própria vida (FRAGA, 2006, p. 8). Para a autora, justamente por se constituir de uma gama de atividades variadas, com ingredientes incertos e surpreendentes, fez com que Monjardet (2003) tenha afirmado que o trabalho policial não procede tão-somente de uma adição de tarefas prescritas, mas sim da seleção, pelos próprios interessados (no caso, a comunidade), de suas atividades. Por esse motivo, são os mecanismos desse processo de seleção os principais determinantes da definição, da organização e da análise do trabalho policial.

Isso corrobora a perspectiva de Monjardet (2003), quando afirma que o trabalho do policial militar não é uma soma de tarefas prescritas, isto é, não existe um manual indicando o que seja ou não tarefa da Polícia, porém este aprende que é preciso identificar uma situação de crime, uma ocorrência policial. Talvez o mais difícil para o profissional não seja identificar, ou não, se a tarefa é de sua alçada, mas sim como intervir em situações que sempre reservam certa dose de rotina, suspense e surpresa. Na rotina policial, é comum a expressão: “Nenhuma ocorrência é igual a outra, você pode atender diversas ocorrências de assaltos, furtos, mas, certamente, em todas elas, haverá um ingrediente novo” (FRAGA, 2006, p. 10).

---

<sup>17</sup> Pode acumular somente docência.

Os novos ingredientes dos quais são constituídas as situações de trabalho do policial exigem, além do aparato jurídico-legal, sensatez, iniciativa e competência de negociação nas situações adversas. É no cotidiano de trabalho com a comunidade, portanto, com os seus interesses e com a sua seleção, que se determina a definição, a organização e a análise de onde e como o policial pode e/ou deve atuar.

O que caracteriza o trabalho policial, em grande medida, é o fato que neste

a vida situa-se como limite, seja pelo risco de vida a que se sentem submetidos os policiais, civis e militares, nos campos e cidades brasileiros, devido ao aumento dos conflitos sociais agrários e à criminalidade urbana violenta; seja a ameaça à vida enquanto efeito de muitas ações violentas de membros das polícias no contexto social brasileiro. Nessa perspectiva, o trabalho policial se realiza sempre na margem da vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso. (TAVARES DOS SANTOS, 1997, p. 162)

A rede em que está inserido a atividade de Polícia permite constatar a sua grande complexidade:

[...] pela ambiguidade que o caracteriza e que se expressa, especialmente, por dois aspectos: em primeiro lugar, porque a Polícia exerce uma atividade que tem suas origens assentadas na edificação do Estado Moderno, articulada às noções de governabilidade e controle social, exercendo uma prática situada numa linha divisória entre a sustentação do Estado-Nação e a proteção da população; em segundo lugar, porque a tarefa de policial efetiva-se na vida cotidiana, a fim de conter emoções e, principalmente, as expressões de violência por parte das populações que têm sua liberdade delimitada, entre outras instâncias, pela possibilidade da violência legal, exercida pela Polícia. (AMADOR, 2002, p. 58)

Ao caracterizar o trabalho policial, ao desmontar a lógica de que a relação do Estado com a Polícia não é sempre costurada por cima (por uma identificação natural) e ao afirmar que as interações do Estado e as Polícias não tenham sido somente marcadas pela comunhão de propósitos, bem como ao desconstruir a ideia de que o Estado se moveria como um bloco sólido, uno e coeso, ausente de interesses divergentes entre grupos e órgãos que o compõem, além da pressuposição de que as suas políticas se fariam cumprir de forma unilateral, isto é, sem negociações internas, sem barganhas e sem mediações com o mundo externo, Muniz (1999, p. 54) vale-se do recente movimento de sindicalização dos profissionais da Polícia, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, o que gerou um extenso e intenso debate sobre os “perigos do sindicalismo policial” e pôs em xeque as teorizações mais ingênuas sobre o relacionamento entre Estado e Polícia.

No Brasil assistimos, em 1997, à chamada “revolta dos Praças”, que, iniciada em Minas Gerais, espalhou-se por outros Estados brasileiros. Naquele momento, esses que



representariam a autoridade do Estado desafiavam o próprio Estado. Como bem lembra Muniz (1999), nos anos anteriores, as Polícias Civis de alguns Estados, como Espírito Santo e Rio Grande do Sul, esboçaram uma paralisação de seus serviços, promovendo protestos públicos e passeatas. A respeito disso, observa-se que a pauta das reivindicações das Polícias Militares constatava a precariedade dos salários e as deterioradas condições de trabalho. Nesse sentido, os aquartelamentos e as greves de policiais militares que eclodiram nos mais diversos cantos do país deixaram cidades sem policiamento e, em alguns casos, produziram o enfrentamento dos grevistas com o Exército Nacional.

Em 1999 e em 2001, repetiram-se movimentos em doze Estados. O Plano Nacional de Segurança Pública do governo federal foi parcialmente aplicado, o Congresso não aprovou leis necessárias para reformar as Polícias e a maior parte dos governos dos Estados não adotou medidas para melhorar os níveis salariais e as condições técnicas e operacionais.

Deve-se frisar também que a relação do Exército Nacional com as Polícias Militares mantém-se estreita: é, pois, um processo de constante intervenção (OLIVEIRA, 2001). Isso é justificado, em parte, pelo fato de que essas Polícias são forças auxiliares do Exército. A intervenção pode ocorrer de forma velada, como foi no caso da greve da Polícia Militar de Pernambuco no ano de 1997 (ZAVERRUCHA, 2000; OLIVEIRA, 2001), ou de forma explícita, como ocorreu após a greve dos policiais militares do Estado de Tocantins<sup>18</sup>. Da mesma forma, as promoções para oficiais superiores nas Forças Armadas têm semelhanças às forças estaduais, nas quais prevalecem os critérios de merecimento, ainda que tenha indicação de alternância entre a antiguidade e o merecimento.

De fato, as Polícias Militares estão sob parcial controle das Forças Armadas: ainda hoje vigora um ordenamento jurídico criado no Regime Militar, salvaguardado pela Constituição Federal de 1988. Mais do que nunca, a preocupação das Forças Armadas em controlar aquelas Polícias é óbvia. Segundo Jorge Zaverucha (2001, p. 43), “o efetivo das PMs em todo o Brasil chega a ser o dobro do das tropas do Exército”. Assim, controlar o maior poderio militar do país é algo estratégico. O Exército não exerce apenas o controle do efetivo e do material bélico das Polícias Militares: as relações jurídicas entre Exército e as ditas forças auxiliares são de parcial subordinação. Controlar todos os meios de força pública legítima é algo fundamental para garantir as prerrogativas dos militares. Essa foi uma das

---

<sup>18</sup> Dois Coronéis do Exército passam a comandar a Polícia Militar de Tocantins, que ficou doze dias em greve. O movimento grevista em Pernambuco, liderado praticamente por soldados, cabos e sargentos, foi considerado um dos mais graves daqueles últimos três anos. O Exército foi convocado, assumiu a segurança no Estado e cercou o 1º BPM, onde estavam cerca de 900 grevistas, segundo o *Jornal do Comércio* de Pernambuco, datado de 6 de junho de 2001.

principais reclamações das Polícias Militares, que ficou ainda mais evidente após as greves de policiais militares que assolou, em 1997, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Amazonas, Acre, Piauí, Alagoas, Bahia, Ceará, Pará e Rio Grande do Norte. Como relatou Zaverucha (2000, p. 244), no Estado do Ceará, “policiais militares grevistas e legalistas travaram, em Fortaleza, o maior tiroteio entre colegas policiais de todas as Polícias rebeladas. Até o comandante-geral foi baleado”. Esse episódio determinou uma crise política entre governo federal e governos estaduais no que diz respeito aos investimentos em Segurança Pública. O então Chefe da Casa Militar, General Alberto Cardoso, à época, afirmou que a responsabilidade das greves era do comando das Polícias Militares, devido ao afrouxamento da disciplina. O Coronel Luís Fernando Lara, à época Presidente do Conselho dos Comandantes Gerais das Polícias Militares, respondeu que as Polícias Militares foram abandonadas pelo Exército e pelos governadores e que, na verdade, houve um esfacelamento das instituições e “descaso dos Estados, que as abandonaram e sucatearam”. Por outro lado, os governadores reclamaram que o governo federal não repassava recursos suficientes para manter uma Polícia Militar em boas condições de operação<sup>19</sup>.

Cabe lembrar que os policiais militares, como servidores públicos militares, sofrem restrições para o exercício de direitos políticos; para ser elegível, deve contar com menos de dez anos de serviço, deve pedir desligamento da atividade e, se contar com mais de dez anos, será agregado; entretanto, se vencer a disputa, deverá ser colocado em inatividade (art. 14, § 8º da Constituição Federal). Ao policial militar são vedados os direitos de sindicalização e greve, tal como a filiação a partidos políticos, tornando a profissão destituída de quaisquer meios para reivindicação de ordem material, corporativista ou profissional (art. 42, § 1º, combinado com art. 142, § 3º, incisos IV e V da Constituição Federal). Os regulamentos disciplinares, de maneira geral, literalmente copiados ou inspirados nos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, proíbem qualquer tipo de manifestação coletiva e qualquer manifestação individual que promova críticas à Administração Policial, dimensionando os policiais a soldados burocratas.

Deve-se agora comentar que a profissão de Polícia está em grande parte fundamentada na organização prescrita do trabalho: os cursos de formação, os currículos da Academia, o conteúdo das tarefas e as situações de treinamento, as atividades extracurriculares através das jornadas de instrução militar são a prova disso. Esta formação visa à preparação para as

---

<sup>19</sup> <http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/policia/os-dilemas-das-policias-militares/> consultado em 12 de julho de 2008.

atividades a serem desenvolvidas nos dois tipos de policiamento, o policiamento ostensivo repressivo geral e as operações de polícia ostensiva. A atividade do primeiro tipo especifica que o policial deve estar em locais públicos, deve prevenir ocorrências fora da lei, especialmente fiscalizando e controlando o trânsito, deve deslocar patrulhas a locais solicitados pela ligação do usuário ao número 190 e deve intensificar o policiamento ostensivo repressivo motorizado em regiões periféricas, mediante o trabalho de patrulha tático-móvel.

Já o segundo tipo de policiamento envolve as atividades com a concentração do efetivo policial e de materiais com fins específicos: a atuação no trânsito, na fiscalização de veículos de transporte coletivo, na formação de barreiras e no reforço do policiamento ostensivo repressivo por ocasião de datas festivas, utilizando-se de patrulhas tático-móveis (PATAMO) e de patrulhas especiais (PATRES), para oferecer segurança aos clientes e aos funcionários de estabelecimentos bancários.

É necessário ressaltar que a organização da rotina profissional do policial não está somente alicerçada na valoração do trabalho prescrito, tendo em vista que, para o cumprimento de tais prescrições, existem garantias no Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar sancionadas por uma série de regulações disciplinares que objetivam punir atitudes de não cumprimento das atribuições previstas ou de execuções de serviços fora da competência policial. Contudo, a esfera do trabalho prescrito (AMADOR, 2002) não é captável apenas por meio de documentos. Há, desse modo, uma dimensão da organização prescrita do trabalho proveniente das situações de treinamento e até mesmo do chamado *currículo oculto*.

E as atribuições dos policiais estão determinadas pelos diferentes Círculos Hierárquicos, os quais são definidos pelo território de convivência entre os servidores militares da mesma categoria. Os Círculos são constituídos de Círculos de Oficiais, contemplando os postos de Primeiro-Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel, e Círculo de Praças, constituído pelas graduações de Soldado, Cabo e Sargento.

#### 1.2.4 Dos ajustamentos primários e secundários: o objeto empírico

O contexto social global do aparelho policial, o foco da ação policial, as suas transformações ao longo do tempo e a sua mobilidade não podem ser pensados de forma independente do contexto e da época em que se situam.

Dessa forma, pretende-se ressaltar aqui que a ideia e a prática das atividades profissionais do método de policiamento ostensivo preventivo, sobretudo quanto ao PROERD, não surgem sem sentido ou sem significação na sociedade atual; sobretudo, ela se tornou possível por um conjunto de condições históricas, sociais e pessoais definidoras das culturas das sociedades modernas, tendo como maiores impulsionadores a globalização, os fluxos humanos nas fronteiras, o avanço tecnológico, a democratização das sociedades, a globalização econômica e social, o controle social e o redirecionamento de foco da ação policial, aspectos esses que têm marcado o mundo pós-moderno.

Em *Manicômios, prisões e conventos*, Goffman (2001), ao tratar sobre as instituições totais, aponta que essa modalidade de instituição apresenta características de fechamento e, que invariavelmente, são lugares em que ocorrem atividades de certo tipo: serviços de fluxo contínuo, sistematizados e com uma população não flutuante, ou seja, com um determinado número de pessoas e principalmente com “determinadas” pessoas. O que faz do aparelho policial “um local de residência e de trabalho onde um grande número de sujeitos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (2001, p. 11).

Goffman (2001) determina também o caráter total dessas instituições, as quais evidenciam e se caracterizam pelos impedimentos à relação social com o mundo externo, pelas proibições a saídas e interações com o mundo exterior, manifestando-se tais impedimentos não raras vezes através de suas portas fechadas, de seus muros altos, de arame farpado, são impeditivos de acesso ao mundo exterior. Ao discorrer sobre o tema, referindo grosso modo os cinco agrupamentos de instituições totais em nossa sociedade, Goffman observa que em quarto lugar: há as instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho e que se justificam apenas de tais fundamentos instrumentais (2001, p. 17) como a Polícia Militar que tem como “tarefa” preservar a ordem pública social através do policiamento ostensivo repressivo, cabendo como meio para isso a prevenção e a repressão. Sobre o tema em discussão, reconhece-se aqui que o aparelho policial militar coloca-se com características de uma instituição total, tais como o fato de não seguirem as mesmas disposições sociais como brincar, dormir, trabalhar em locais

diferentes: há, pois, uma ruptura que separa essas três esferas da vida. Nas instituições totais, como a Polícia Militar, essas disposições sociais são realizadas no mesmo lugar e invariavelmente sob uma única autoridade, uma voz de comando, com a participação de um grupo maior, ou seja, um número significativo de outras pessoas, as quais estão sob o mesmo tratamento, sob os mesmos comandos. Apresentam-se com características de vigilância, “onde cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis” (2001, p. 19). As atividades são sistematizadas e obrigatórias para atender a objetivos explícitos da instituição (GOFFMAN, 2005, p. 18), por intermédio de uma pequena equipe de controle.

É o que Bauman (1998) e Goffman (2001) denominam *mortificação do eu*. A modernidade trouxe a burocratização, a racionalidade instrumental, dando origem à “desumanização” dos objetos e a perspectiva de que esses não merecem nenhuma reivindicação a uma subjetividade. Bauman (1998) aponta essas questões referindo-se ao Holocausto; Christie (1998), por sua vez, afirma que os modos burocráticos ganham visibilidade na pós-modernidade através da centralidade que o Direito e as Agências do Sistema Penal obtêm sobre as vidas dos sujeitos tanto para fora como para dentro do aparelho policial militar.

Policiais militares do Rio Grande do Sul<sup>20</sup>, quando questionados sobre os desvios mais graves que um policial pode cometer e sobre os mais comuns, referem o seguinte: o mais grave é cometer uma transgressão disciplinar, a desobediência, porém os mais comuns são os abusos cometidos pela força física contra o cidadão.

Observa-se que o afrouxamento social dos limites de territorialidade acarreta, inclusive, imensos fluxos humanos e produz, sobretudo, intolerância; sobre esta intolerância, é que o poder discricionário da Polícia incide, principalmente, nos “estranhos” produzidos pela sociedade.

Zygmunt Bauman (1998, p. 27), ao afirmar que “todas as sociedades produzem estranhos”, propõe a seguinte reflexão sobre o estranho nas sociedades:

Se os estranhos são pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo [...] deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos.

---

<sup>20</sup> Ver Relatório de Pesquisa: *Mulheres policiais: impactos da participação feminina nos quadros das polícias militares brasileiras*. Fundação Ford, 2003.

Nesse sentido, ver-se-á que de forma muito semelhante isso ocorre no interior do aparelho policial militar quanto aos fluxos internos entre comunidades, sobretudo quando essas evidenciam valores, comportamentos, saberes e práticas que colocam em questão a própria atividade policial.

Dito de outra forma, ao desenvolverem atividades profissionais distintas em uma e em outra comunidade (ostensivo-repressivo e ostensivo-preventivo), os policiais narram que se identificam mais com a comunidade de destino e demonstram maior adesão a esta; contudo, relatam que, por vezes, os valores, os saberes e as práticas desenvolvidas na interação com a comunidade de destino não são legitimados, tampouco reconhecidos pela comunidade de origem, e pela Polícia de maneira geral, sendo muitas vezes rechaçados no interior do aparelho policial como um todo. Referem que os atributos e os comportamentos identificados à ação policial, construídos na comunidade de origem obtêm maior valorização no aparelho policial, ao contrário dos atributos identificados à comunidade de destino e das interações sociais estabelecidas nesta última, contudo é nesta que encontram maior afinidade e maiores interações sociais. Com frequência relataram discriminações por serem identificados com a atividade de prevenção, tornando-se *estranhos*.

Em outras palavras, o mesmo poder discricionário exercido externamente, no exercício da atividade de Polícia, ocorre internamente para os fluxos internos e incide, sobretudo, nos policiais que pensam a atividade de Polícia de forma diversa que a “maioria”. De fato, a ação policial dirige-se, ao mesmo tempo, não somente para as pessoas que estão fora do aparelho policial militar, mas também incide sobre os que estão no interior do aparelho.

Cabe ressaltar agora que, na essência do sistema disciplinar policial, sempre funcionou um mecanismo penal, com formas muito particulares de sanção: desde as micropenalidades para as ausências, para os atrasos, para as negligências, para as desobediências até as punições mais severas. São, pois, mecanismos articulados por códigos legitimados na punição do desvio e a tudo que se reconhece como inadequado à regra.

Com a Constituição de 1988 surgiu um fato preponderante, que é o direito à ampla defesa. Com a questão do direito à ampla defesa e ao contraditório, praticamente dez anos depois, a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul criou o Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), o qual é utilizado para apurar infrações disciplinares apontadas na conclusão do inquérito policial-militar, no inquérito técnico, na sindicância, bem como em qualquer documento oficial ou comunicação disciplinar.

Sem dúvida, o surgimento do direito à ampla defesa e ao contraditório trouxe outras possibilidades, porém a submissão de Praças a Oficiais ainda é uma relação hierárquica que

funciona baseada na superioridade humana e profissional do Oficial sobre a Praça. Torna-se frequente nos Procedimentos Administrativos Disciplinares que a parte acusada contrate um advogado, para defendê-lo perante a instituição – configura-se, aqui, um procedimento de júri; além disso, todo processo de punição passa a ser monitorado por uma junta recursal, para avaliar as decisões.

Dentro do Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares do Rio Grande do Sul, há toda uma qualificação da natureza das possíveis faltas cometidas e do grau que elas têm perante a organização (leve, média, grave). O tipo de falta, a sua natureza, o período e o número de ocorrências determinam a punição que será recebida e afetam diretamente o plano de carreira e os benefícios do servidor militar.

Com a reformulação do Regulamento Disciplinar e com a implantação do Procedimento Administrativo Disciplinar, nasceu uma discussão na instituição quanto à *prisão disciplinar*, herança do modelo das Forças Armadas Nacionais. No território nacional, os servidores policiais militares são as únicas pessoas que podem ser presas sem decisão da Justiça.

No Estado do Rio Grande do Sul, o então governador, em setembro de 2001, editou um decreto, criando o Regulamento Disciplinar do Servidor Militar do Rio Grande do Sul, que altera as tipificações das infrações, ao desvincular essas últimas das semelhanças com o Regulamento Disciplinar do Exército Nacional e ao excluir a possibilidade da prisão disciplinar: substitui-se tal punição por suspensão e até mesmo por exclusão. Assim, passa a ser possível a punição somente dentro das condutas descritas e veiculadas no regulamento: passa-se a tratar com as tipificações de conduta, com a descrição da conduta infracional, com a capitulação como infração disciplinar e com a natureza da falta (leve, média ou grave).

Com efeito, a suspensão passa a ser vista como um instrumento de responsabilização, também rigoroso, que altera questões salariais, como a perda da efetividade; além disso, a suspensão impossibilita todo o benefício que decorre de tempo ininterrupto. Assim, em uma ação pioneira, a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul modificou o seu regulamento, excluindo a prisão disciplinar.

Tempo depois, no governo posterior, em 2004 foi publicado o “novo” Regulamento Disciplinar da Brigada Militar (RDBM), o qual retomou previsão de prisão disciplinar.

Há informações<sup>21</sup> que o Regulamento Disciplinar da Brigada Militar está sendo revisto por uma comissão de oficiais e praças, a partir de uma proposta oriunda de um ex-

---

<sup>21</sup> Ver Jornal Correio Brigadiano, março 2009.

ouvidor da Polícia de São Paulo e atual coordenador nacional de ouvidores de Polícia. Pois a aprovação do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar (RDBM) por Decreto do Executivo fere os princípios constitucionais da recepção de leis, da reserva legal e da hierarquia das leis. A discussão está em torno da inconstitucionalidade do Regulamento Disciplinar da Brigada, devido sua previsão de prisão disciplinar, detenção, de punição por subtrair dívidas além das posses, etc. Há dois eixos que norteiam a discussão: 1. É a inconstitucionalidade do Decreto Estadual que autorizou o RDBM, e o outro 2. É que o mesmo fere a Constituição Federal.

O espaço militar é caracterizado por regulamentos, por normas de fiscalização e por punição de comportamentos. Ainda sobre o assunto, as transgressões disciplinares previstas no Regulamento Disciplinar da Brigada Militar totalizam um número de cento e vinte (120)<sup>22</sup>. Observou-se que a organização do aparelho policial assenta-se em um processo de sujeição que situa os seus executores sob os efeitos de uma ideologia capaz de sustentar ação de sujeição dos outros:

O aparato policial também se submeteu e submete-se, ao longo da História, às ações de sujeição, por meio de regras e punições pela própria organização policial, constituindo um segmento sancionado e disciplinado a sancionar e disciplinar, executando um ofício que opera entre a limitação da própria liberdade e da liberdade dos outros. (AMADOR, 2002, p. 58)

Aqui se remete a Goffman (2001), quando afirma que há essa interação entre o sujeito e a instituição, e quando o primeiro colabora assumindo e interiorizando o que esta última tenta impor, pode-se dizer que aí se realiza o *ajuste primário*.

Quando um sujeito contribui, cooperativamente, com a atividade exigida por uma organização, e sob as condições exigidas – em nossa sociedade com o apoio de padrões institucionalizados de bem-estar, com o impulso dado por incentivos e valores conjuntos, e com ameaças de penalidades indicadas – se transforma num colaborador; torna-se o participante “normal”, “programado” ou “interiorizado. Ele dá e recebe, com espírito adequado, o que foi sistematicamente planejado, independentemente do fato de isto exigir muito ou pouco de si mesmo. Em resumo, verifica que, oficialmente, deve ser não mais e não menos do que aquilo para o qual foi preparado, e é obrigado a viver num mundo que na realidade, lhe é afim. (GOFFMAN, 2001, p. 160)

Quando ocorre o contrário, o sujeito obsta-se a esta imposição sobre o seu ser: diz-se que ocorre o *ajuste secundário* – que define qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização consegue escapar daquilo que a organização supõe que deva fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. “Os ajustamentos secundários representam

<sup>22</sup> Ver documento que compreende o Regimento Disciplinar da Brigada Militar.



formas pelas quais o sujeito se isola do papel e do que a instituição admite para ele” (GOFFMAN, 2001, p. 160).

Tal oposição não necessariamente coloca em risco a instituição: é, pois, um sistema autorizado. Goffman (2001) os distingue em tipos: os ajustes secundários violentos – “perturbadores” – são aqueles que visam a abandonar a instituição ou alterar sua estrutura com maior ou menor radicalidade. E coloca por outro a existência dos ajustes “contidos” – o segundo ajuste secundário desenvolvido por Goffman; esses compartilham “com os ajustes primários as características de ‘encaixar-se’ nas estruturas institucionais existentes sem introduzir pressões para mudanças radicais” (GOFFMAN, 2001, p. 167). E, ainda,

este tipo não pretende a destruição da instituição, mas sobretudo pode apontar, que canaliza esforços que de outro modo poderiam ser, sim, destrutivos para a instituição. Esta é uma das razões que muitas vezes o ajuste secundário é reconhecido dentro de uma hierarquia, dentro de um determinado sistema sem que a mesma tente suprimi-los. No momento em que o sujeito assume qualquer das prerrogativas da instituição está admitindo sua adesão a ela e seu compromisso em cumprir com a imagem que sobre si coloca a instituição. Não assumir estas prerrogativas impõe um alijamento da instituição. Além devemos pensar que as organizações têm uma tendência para adaptar-se a ajustamentos secundários, não apenas através da disciplina cada vez maior, mas também por legitimar seletivamente tais práticas, esperando, dessa forma, reconquistar o controle e a soberania, mesmo com a perda de parte das obrigações dos participantes. (2001, p. 165)

Nesse sentido, “ajustamentos secundários representam formas pelas quais o sujeito se isola do papel e do eu que a instituição admite para ele” (GOFFMAN, 2001, p. 160).

E como Goffman afirma, as atividades de evasão são permitidas na instituição desde que aquelas não ultrapassem os seus limites. Tais atividades supõem uma liberação momentânea, o que de fato reforça a coesão da instituição a qual efetivamente o sujeito pertence. Contudo, por outro lado, denota certa autonomia e transgressão, ainda que de baixa intensidade. Sobretudo, aponta que o sujeito reserva algo de si mesmo fora do alcance da instituição, um espaço de intimidade que mantém uma distância entre aquele e a lista de imposições. Em outras palavras, a sua identidade profissional surge como mediação, como entremeio dentro dessas comunidades, isto é, como identificação e como rechaço. Assim, surge mais que o compromisso total de adesão a quaisquer delas, pois isso suporia uma anulação relativa destes.

Do objeto empírico faz-se saber que o policiamento ostensivo geral que caracteriza as Polícias Militares brasileiras é aquele destinado a lidar prioritariamente com os delitos previstos no Código Penal e nas Leis de Contravenções Penais. A partir da Constituição de

1988 às Polícias Militares cabem o *Policciamento ostensivo e a Preservação da Ordem Pública* (art. 144, § 5º da Constituição Federal e art. 130 da Constituição Estadual) para proteção, socorros e assistência da sociedade.

Assim que esta passou também a ter sob sua responsabilidade a prevenção. Então, ao método ostensivo-repressivo da Polícia Militar aplicam-se as técnicas reativas repressivas e ao método ostensivo-preventivo a aplicação de técnicas preventivas, focadas no posicionamento e deslocamento, observação, relacionamento, averiguações, intervenções preventivas, integração com o Sistema de Segurança e acionamento de serviços públicos.

O policial militar atua preventiva e repressivamente em prol da Segurança Pública. Sua atuação preventiva visa a evitar que as infrações à lei ocorram. A sua atuação ostensiva origina-se da presença, devendo aparecer, evidenciar-se e sobressair-se. Por isso, usa farda e utiliza-se de veículos caracterizados. As ações dos policiais militares no policiamento ostensivo são facilmente notadas. Ou seja, sua presença faz-se notar seja pelo uniforme ou qualquer outro elemento que caracterize sua atividade.

Portanto, a ação de policiamento ostensivo compreende métodos de policiamento pautados por técnicas repressivas e preventivas para *ações de policiamento ostensivo, ou seja*, técnicas a serem empregadas pelo policial que está no serviço rotineiro nas ruas, com armamento e equipamento disponíveis na prática cotidiana, podendo contar no máximo com o reforço de uma ou duas guarnições a mais quando se tratar de abordagens, e procedimentos típicos de *operações*. Em geral, no entanto, operações repressivas contam com os policiais que estão desenvolvendo atividade na rua e grupamentos especializados do Batalhão de Operações Especiais.

No exercício do policiamento ostensivo<sup>23</sup> a ação da Polícia deve ter como princípios: Proporcionar tranquilidade (à população em geral, através de uma presença que transmita confiabilidade, demonstrando interesse para servir e aptidão para seu trabalho); estar disponível e pronto para atender (disponibilizar formas de solicitação rápida de seu comparecimento, para os momentos e locais em que não for possível estar física e visivelmente presente); prevenir delitos e acidentes (intervir preventivamente, quando lhe competir, e informar sobre a necessidade de intervenção de outros órgãos e entidades para a diluição de situações favoráveis à ocorrência de delitos ou acidentes); inibir atos antissociais (inibir o cometimento de delitos, mantendo visível sua capacidade de intervenção rápida e eficaz); reação técnica e legal (intervir em situações delituosas e de acidentes, para

---

<sup>23</sup> Informações colhidas do Manual de Instrução Modular – Ações de Policiamento Ostensivo Repressivo Geral, p. 98 a 111, 5. ed., 1999.

interrompê-las, minimizando seus efeitos. Buscar a identificação e o encaminhamento de responsáveis aos órgãos competentes, acompanhados de todos os elementos de prova possíveis e atuar para a recuperação de bens e do nível de normalidade anteriores a eventos antijurídicos ou acidentais); garantir direitos coletivos e individuais (usar tecnicamente os meios legais necessários para garantir as decisões dos poderes constituídos e o exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos dos cidadãos).

Portanto, ao que diz respeito à preservação da ordem pública deve: interagir para a segurança (contribuir com conhecimentos técnicos junto à sociedade, para o desenvolvimento de políticas estatais e societárias de segurança pública, através da participação em conselhos comunitários, ações educativas e consultorias solicitadas, independentemente de contar ou não com contribuições materiais ou financeiras das comunidades, contribuições essas que, caso existam, deverão ocorrer espontaneamente e estarem sujeitas à administração direta e exclusiva da comunidade, através de conselhos interativos cujos estatutos regularem sua existência); levantamentos policiais (levantar indícios de delitos ainda não denunciados formalmente, para possibilitar sua interrupção e encaminhamento à polícia judiciária ou à justiça, conforme o caso); policiamento velado (exercer o policiamento velado, para levantamento preliminar à atuação ostensiva, para apoio, segurança e cobertura de situações onde a ostensividade policial se mostre insuficiente e não caiba uma atuação policial judiciária); socorros e assistência emergenciais (promover assistência e socorro emergencial em circunstâncias onde a presença do Estado, através de órgãos específicos, tornar-se-ia impossível ou tardia); organização de fluxos e acessos públicos (auxiliar a orientação do fluxo e acesso de pessoas em eventos e situações públicas, cujas condições urbanas ou psicossociais o justifiquem) e mediação de conflitos sociais (tentar a resolução de conflitos interpessoais, buscando entendimentos entre as partes, em situações que não requeiram, em virtude da tipicidade e circunstâncias, a intervenção da Polícia Judiciária).

No presente estudo tem-se por ponto de partida do campo empírico o PROERD, o qual tem como atividade preponderante a aplicação do policiamento ostensivo preventivo, orientação das crianças, adolescentes e familiares acerca das soluções e medidas quanto à resistência às drogas e desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas, através da metodologia do ensino. A mesma está centrada nos seguintes aspectos e diretrizes: os policiais militares formados como instrutores dentro das salas de aulas desenvolvem ações e aulas de noções de cidadania. O desenvolvimento de atividades e aulas busca esclarecer sobre os riscos decorrentes da dependência química e aborda a

correspondência, a criminalidade relacionada direta ou indiretamente ao uso de drogas. Os policiais desenvolvem suas atividades fardados, dentro da sala de aula.

### 1.3 CULTURA POLICIAL

Assim, para que se possa trabalhar a dimensão cultural, parte-se de sua dimensão simbólica. Para Alves (2007, p. 6), a cultura é aprendida, transmitida e partilhada, porém não é decorrente de uma herança biológica: é um saber compartilhado, construído socialmente em um grupo social, em que todo o conjunto de normas e de valores é reconhecido como “natural”. Em uma comunidade ocupacional, a cultura ali presente cimenta todos os sujeitos de acordo com os valores, com as crenças, com as normas, com os objetivos, com os modos de agir. A cultura organizacional representa, então, a identidade da organização.

Nesse sentido, também se pode falar em Cultura de Polícia; entretanto, não se pode atribuir a esta um caráter monolítico, pois existem culturas ali permeadas que, no interior da “cultura maior”, baseiam-se nas especificidades de cada policial, em sua biografia, em sua história, na própria hierarquia e nas especializações existentes.

Observa-se que a maior parte dos estudos sociológicos sobre a Polícia tenta discutir a existência ou não de uma cultura policial, quando o conceito é aceito, quais seriam os seus principais traços, sobretudo a partir do trabalho clássico de Jerome Skolnick, nos anos 1960, *Justice without trial: law enforcement in democratic society*.

Dos posicionamentos, constata-se que a sociologia inglesa tem admitido a ideia e desenvolvido variantes sobre a versão original; por outro lado, sociólogos, pesquisadores e professores estudiosos do Direito, na área da Sociologia Jurídica de outros países, sobretudo o grupo da Espanha e da Itália, têm sido abertamente críticos a um possível etnocentrismo das abordagens que aceitam a existência de uma cultura policial universal. Os que se colocam adeptos à existência de uma cultura policial encontram-se na literatura sociológica anglo-saxônica, examinando elementos identificáveis na cultura policial que, com frequência, estão fundamentados a partir dos estudos de Skolnick:

[...] que enfatizava a presença do perigo e da autoridade como elementos permanentes da atividade policial. Tais características – que, decerto, podem ser encontradas também em outras profissões e podem ser pouco importantes em determinados contextos policiais – são essenciais em alguns ou em todos os modelos de polícia, e são centrais, pode-se dizer, no modelo policial brasileiro recente. (BRETAS e PONCIONI, 1999, p. 149)

Os autores ressaltam que, sobre essa base, outros elementos podem ser acrescentados, mais ou menos vinculados às realidades específicas ou a determinados grupos de policiais especializados em certos tipos de repressão, como a Polícia de costumes ou a investigação de drogas. É importante ter em conta que tais métodos de policiamento não se pretendem monolíticos, oferecendo antes um quadro no qual se colocam as principais questões de comportamento para os policiais; permitem até mesmo a construção de tipologias, que descrevem como os departamentos ou os sujeitos geram a sua experiência policial. Além das diferentes possibilidades de resposta, a inserção dos policiais nos diferentes órgãos do sistema e a sua posição hierárquica também possibilitam – ou exigem – que se demarquem atitudes diferenciadas.

Desse modo, a natureza do trabalho policial gera apenas uma parte de sua forma de ver o mundo. Independentemente de posições contrárias quanto à existência de uma cultura policial universal, parece haver consenso que, a partir de suas experiências, o policial constrói uma visão do mundo e de sua tarefa, incorporando uma série de atributos comuns. Na perspectiva de elementos de uma cultura universal, alguns estudiosos, como Buckner, afirmam que entre esses estariam a dissimulação, a solidariedade, a desconfiança, a astúcia e o conservadorismo.

No estudo de Bretas e Poncioni (1999, p. 153), há um entendimento de que tais elementos não são únicos e exclusivos da profissão policial:

[...] mas parece possível afirmar que são comuns na polícia, pois a natureza do trabalho e o ambiente organizacional policial constituem um universo propício para sua manifestação. O aparelho policial, enquanto espaço de realização de determinadas funções socialmente definidas – sobretudo aquelas que direta e concretamente exprimem o exercício do monopólio legítimo da violência detido pelo Estado –, produz/reproduz o conjunto de representações presentes em outros grupos profissionais, muitas vezes de forma exacerbada, em decorrência da sua própria função.

Em seus posicionamentos, considera-se a possibilidade de se discutir alguns dos elementos da possível cultura policial e os contornos que adquirem na Polícia Civil carioca. Para tanto, os referidos autores buscaram, recorrendo à literatura sociológica anglo-saxônica, examinar alguns elementos identificáveis na cultura policial e compará-los com algumas representações dominantes do universo policial a partir das categorias de Buckner. No estudo também não desconsideram que são produzidas, sem dúvida, reações e projetos alternativos – os impactos das experiências sobre os sujeitos nem sempre apresentam os mesmos resultados.

Cabe destacar, ainda, que as representações sociais compartilhadas pelos policiais na caserna transcendem ao sistema legal, pois incluem também as crenças, os preconceitos e os

estereótipos produzidos na organização policial acerca de seu trabalho. Torna-se, dessa forma, um saber compartilhado, não individual, que é próprio dos policiais. Para os autores, a desconfiança e a dissimulação são elementos da cultura policial, visto que consideram todas as informações como secretas. Nesse sentido, a dissimulação é um mecanismo de manutenção do sigilo das informações bem como uma forma de ocultá-las, circunscrevê-las, para que não sejam expurgadas. A informação na caserna é algo muito valioso para os policiais, porque é sinônimo de poder, conferindo-lhes *status*: “Fazer circular a informação é perder uma parte significativa de seu capital simbólico” (BRETAS e PONCIONI, 1999, p. 152).

Afirmam, ainda, que policiais confrontados com a sordidez da realidade/sociedade em que vivem podem reagir de diferentes formas, seja pela aceitação cínica, seja pelo intenso desajuste, seja ainda por uma vontade quase messiânica de transformar o mundo, pela ação ou pelas armas.

Em tal universo profissional, a visão construída pelos policiais sobre o “mundo policial” e o “mundo social”, isto é, o sistema de representações sociais que é compartilhado entre os policiais, expressa não só o sistema legal, mas também as crenças, os preconceitos e os estereótipos produzidos no interior da própria Polícia sobre as experiências concretas e diárias do seu trabalho. Na dimensão cotidiana das atividades policiais, a percepção que o policial tem de si mesmo e do conjunto de situações que vivencia, bem como suas atitudes e seus sentimentos em relação a essas são codificados em um acervo de conhecimento que vai além do pessoal, tornam-se um saber compartilhado, organizacional, próprio dos policiais (BRETAS e PONCIONI, 1999, p. 151).

Observa-se que, apesar de distintos métodos de policiamento no mundo, e com as diversidades sociais, culturais e econômicas, a bibliografia aponta características e trabalha com categorias comuns a todos os policiais. Conforme referido anteriormente, a origem da expressão *cultura policial* é atribuída a Skolnick (1994, p. 41), que apresentou a sua questão, ainda na década de 1960, considerando o efeito do trabalho das pessoas sobre a sua visão de mundo. Este é, pois, um tema recorrente da Sociologia das Ocupações; o referido autor se propõe a analisar alguns elementos, os quais considera emblemáticos no meio policial – o perigo, a autoridade e a eficiência – à medida que se combinam para gerar respostas cognitivas e comportamentais distintas, a saber, uma personalidade de trabalho.

A partir desses elementos proeminentes, ele desenvolve a “personalidade” de trabalho do policial, associando o elemento perigo à atenção aos sinais dada pelo policial, bem como indicador de violência, ao passar a suspeitar das pessoas de forma geral, o que leva ao

isolamento social e ao desenvolvimento de solidariedade interna ao grupo de trabalho (HAGEN, 2005).

Se, em um primeiro momento, a concepção de cultura policial formulada por Skolnick (1993, p. 90-98) parece elaborada de uma maneira simplista, vinculada aos elementos perigo e autoridade, mais adiante, ele reformula a sua concepção. Nessa reformulação, agrega outros elementos associados às características dessa personalidade de trabalho, que são a solidariedade entre o grupo de policiais, o sentido de missão, o conservadorismo moral e político, o machismo e o ceticismo (HAGEN, 2005). Em uma revisão mais apurada, encontramos outros autores que apresentam características fundamentais da cultura policial, contudo, diferem nas categorias eleitas dos aspectos que destacam da cultura policial.

Em Kleining (1996), enfatizam-se os aspectos da lealdade e da solidariedade entre policiais em consequência da dificuldade que encontram na convivência com pessoas não pertencentes à vida da caserna. Este autor reconhece diferenças entre policiais que desenvolvem atribuições diferentes, em funções diversas na atividade-fim e atividade-meio (policciamento de rua e serviços administrativos), bem como reconhece a influência dos aspectos culturais de diferentes países, porém afirma que existem características compartilhadas por todos os policiais.

O psicólogo espanhol Manuel Martín Fernández, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Barcelona, em seus estudos (1990; 1994) elabora um mapa da cultura policial da Polícia da Catalunha e constrói um tipo policial, com recorte de gênero. No entanto, em suas pesquisas, evidencia ser este um retrato de um dado período, declarando que crê na mobilidade cultural e nas transformações recentes nas Polícias.

Em seus estudos, o autor propõe uma análise comparativa com os estudos realizados nos Estados Unidos e encontra em pelo menos 66 trabalhos científicos realizados na América do Norte apontamentos semelhantes quanto às características, aos elementos da profissão policial, algo comum a todos os policiais. Há em seus livros um estudo sistemático da Polícia como profissão, nos quais realiza uma análise histórico-política de suas origens e de seu desenvolvimento, marcando a diferença entre o policial militarizado e a Polícia profissional. Faz, inclusive, a análise através de três processos: a Polícia como organização complexa, como profissão e como sistema de controle social. O autor é forte defensor de um policial próximo à população dentro de um modelo de sociedade democrática integrada e com uma organização racional.

Fernandez (1990) combina três dimensões: a análise sociológica (da profissão), o enfoque histórico (da organização) e um ponto de vista psicológico (das atuações), para

finalmente fazer da análise de tarefas um eixo básico no processo de mudança organizacional da Polícia. O autor expõe a seleção dos recursos humanos, a sua formação e a adequação de suas estruturas como os elementos básicos da Polícia do futuro em uma Espanha democrática.

É em Monjardet (1996) que se encontra a crítica mais sistemática da noção de cultura policial, está em *Ce que fait la Police. Sociologie de la force publique*. Para Monjardet (1996), o termo *cultura profissional* é um princípio explicativo de condutas e retrata a importância dessa análise nas pesquisas sobre a Polícia. Para o autor, na análise do aparelho policial, diferentemente de outras profissões, é preciso realizar uma pesquisa na qual haja um mergulho nos valores ali permeados, na “cultura”. Fazendo referência a Skolnick, Monjardet, nessa obra referida, declara: “Como os militares, os policiais enfrentam o perigo; como os professores, devem construir uma relação de autoridade com seu público; como todo trabalhador, têm a preocupação com a eficácia de sua ação; mas só eles combinam esses três elementos em sua situação de trabalho” (MONJARDET, 2002, passim).

Monjardet (2002) assegura que dessas preliminares sobressaem como consequências algumas características compartilhadas pelos policiais. Dos traços comuns podem-se citar a onipresença da suspeita em relação aos civis, o isolamento social resultado da relação conflituosa entre a Polícia e os outros cidadãos; além disso, tentar-se-á recuperar tal relação por meio de uma solidariedade entre os parceiros de trabalho. Há, ainda, o conservadorismo intelectual, político e social, o machismo e a generalidade dos preconceitos.

A *cultura profissional* dos policiais é, no entanto, suscetível a críticas. Alguns teóricos defendem a diversidade, a heterogeneidade no meio profissional da Polícia e não aceitam a existência de uma cultura comum; argumentam que tal análise baseia-se em etnocentrismo, havendo a intenção de se universalizar a problemática da cultura. Além disso, inúmeros autores criticam a concepção universalista de Skolnick, como a questão do perigo nas ações da Polícia. Ainda que as afirmações sobre os postulados de Monjardet vão de encontro à concepção padronizada específica do paradigma skolnickiano, o autor não nega a existência de uma cultura profissional policial (MONJARDET, 2002, p. 165), mas defende ainda uma nova concepção empiricamente melhor fundamentada e teoricamente mais sólida.

Alves (2007) e Hagen (2005) apresentam, nesse contexto, uma pesquisa desenvolvida por Monjardet, realizada pelo Instituto Interface, na França, no conjunto da corporação policial daquele país em 1982 com cerca de 110 mil policiais. Os estudos da Interface “põem em evidência não os atributos comuns a todos os policiais, mas as dimensões comuns sobre as quais eles se dividem” (MONJARDET, 2002, p. 166). Alves (2007) afirma que, de acordo com essa pesquisa, conforme a formação profissional desses agentes, há a presença de um



núcleo de estereótipos e de uma concepção plural entre a relação com a lei e com o outro. Observa-se, na referida pesquisa, que Monjardet buscou a diversidade presente na cultura policial. O autor indica a existência de seis tipos de culturas profissionais, consignadas em dois eixos: a relação com o outro e a relação com a lei. Hagen (2005, p. 53), citando Monjardet, diz que o “outro” são as demais agências do Estado (escolas, serviços sociais, Poder Judiciário) e a população em geral; além disso, a relação pode ser aberta, ou seja, procurando-se um diálogo e uma colaboração com os demais, ou fechada, quando não se considera importante tal contato. Da relação com a lei, Monjardet (1996) relacionou três grupos: a lei é algo arbitrário, reconhecida como um constrangimento e recorrentemente como um impedimento à eficácia do trabalho do policial; a lei é indispensável à sociedade, tendo de ser severamente seguida; a lei é um contrato, refletindo os valores de uma sociedade, e a sua atenção está ligada à adesão aos valores que exprime.

A seguir, expõe-se um quadro das dimensões da cultura policial:

<b>Relação com a lei</b>			
<b>Relação com o outro</b>	<b>Constrangimento</b>	<b>Contrato</b>	<b>Imperativo</b>
Aberta	I	II	III
Fechada	IV	V	VI

**Quadro 2** – Dimensões da cultura policial, segundo Monjardet.

Fonte: Ver Monjardet, 1996; Hagen, 2005.

Para cada um desses tipos, o autor refere visões distintas do papel da Polícia, das expectativas de carreira na instituição e da sociedade em geral (HAGEN, 2005, p. 54).

Os classificados como tipo I têm uma relação distante com a lei, vista como um constrangimento, porém são abertos em relação à comunidade. Investem pouco na carreira, não são agressivos, não gostam de usar uniforme e ressentem-se do peso da hierarquia. Sua postura seria caracterizada por procurar não chamar a atenção sobre si, apenas cumprindo as tarefas.

Os policiais dos tipos II e V são legalistas. Aqui, a lei não constitui uma dimensão essencial, seja em termos negativos ou positivos, em sua visão do trabalho. São os mais vocacionados, procurando desenvolver uma concepção profissional de “guardião da paz”, mais que de Polícia em geral. A diferença entre eles é que os do tipo II procuram a legitimação junto ao público, e os do tipo V referem-se ao próprio grupo profissional.

O tipo III congrega os defensores de uma Polícia comunitária, que respeita escrupulosamente a lei e coloca-se em uma relação estreita com a população. O tipo VI corresponde aos que imaginam como ideal uma Polícia da ordem, eficiente, estritamente dentro da lei e afastada da população. O tipo IV é o dos que pensam que a Polícia tem como missão prioritária o combate à criminalidade: deve provocar “medo nos delinquentes”, e a lei é muitas vezes um obstáculo em seu trabalho (HAGEN, 2005, p. 54).

Essa concepção é um avanço em relação ao axioma de uma “personalidade policial”, reconhecida por traços universais, porém isso não é suficiente. O pluralismo da cultura profissional policial, segundo Monjardet (1996), não é apenas o efeito da existência de conjuntos de atitudes e do sistema de valores diversos em um campo balizado pelas dimensões da atividade policial. Em seus estudos, Monjardet (1996), referindo o pluralismo cultural da Polícia, confere-lhe três espaços distintos, caracterizados por disputas próprias: o do abandono ou do investimento em relação ao ofício; o das formas e dos critérios do profissionalismo policial, que se disputa no lugar acordado ao outro (público, população, outros profissionais), integrado ou mantido a distância; o das missões da Polícia, da função atribuída à (ou reivindicada pela) instituição, e que implica uma recusa de sua instrumentalidade ou, caso se prefira, no sentido mais original do termo, uma politização.

Monjardet (2002) traz outros elementos ao conceito de cultura policial, assim enfatizando inúmeras concepções sobre o que a Polícia deve fazer quanto à forma de relacionamento com os demais atores com os quais esta última se relaciona e quanto ao investimento de qualificação e formação profissional.

Alves (2007) comenta que a cultura policial pode ser utilizada a fim de se analisar a visão e o papel de mudança social do policial. Observa também que, apesar disso, deve-se fazer uma distinção entre a “cultura policial”, ou seja, as orientações tidas e expressas pelos policiais durante o percurso de seu trabalho e a chamada “cultura canteineira”, que são os valores e as crenças da socialização e as localizadas de modo exterior ao cumprimento do dever. Destaca, ainda, que a cultura policial não pode ser simplesmente identificada com as atitudes da Polícia.

Para Monjardet, Skolnick “estabeleceu um paradigma” (MONJARDET, 2002, p. 163) que, posteriormente, foi utilizado por outros autores. No entanto, apesar de determinadas características serem reconhecidas em muitos métodos de policiamento e serem defendidas por alguns teóricos, Reiner (2004) argumenta que não devem ser tidas como monolíticas, mas sim como tipologias.

Compartilha-se, neste estudo, o conceito de Cultura Policial de Reuss-Ianni (1999) a qual se refere a “culturas policiais”, não compartilhando da ideia de uma personalidade profissional universal, bem como de sua crítica às generalizações acerca de personalidade dos policiais. Para este estudo, o termo *cultura* possui um caráter mais amplo, diz respeito a questões que envolvem grupos sociais (HAGEN, 2005, p. 56), enquanto a “personalidade” situa a análise em um nível individual, tornando difícil estabelecer generalizações por toda uma categoria de trabalhadores.

Tendo como base essas discussões, prossegue-se na construção de um referencial de análise da cultura no âmbito ocupacional que parte da aceção de que a principal dimensão estruturadora da cultura das atividades profissionais é a simbólica. A respeito disso, encontra-se nos estudos de Srour (1998) que os saberes no espaço ocupacional, ideológico, científico, artístico e técnico permeiam, manifestam-se e ocultam-se nos elementos e nos processos formadores da cultura.

Manning (1995), autor de extensa obra sobre a cultura ocupacional policial, da mesma forma que considera a existência da profissão do agente da Segurança Pública sob a premissa do “império da lei”, reconhece também que ela estaria inescapavelmente atrelada ao que se poderia denominar *império da cultura*, o *locus* da interação de sujeitos sociais individuais, de grupos, de organizações e de instituições, bem como da sociedade humana como um todo. E é no contexto dessa “trama” que ocorrem fenômenos adversos ao convívio social, cujo controle pelo Estado, incluindo a sua previsão, prevenção e repressão, recai sobre a atividade ocupacional específica dos chamados *agentes da Segurança Pública*, quando da ocorrência de perturbações da paz social e da ordem pública, nomeadamente, quando da ocorrência de delitos, acidentes, sinistros e desastres (LIMA DANTAS, 2005, p. 3).

Dantas (2005) assevera que as culturas ocupacionais enfatizam seletivamente o contorno de seus respectivos ambientes, nos quais são valorizados alguns fatos, outros não, vinculando modos de perceber, agir e crer. Na cultura brasileira da Segurança Pública, por exemplo, existe o que os seus “agentes de linha” e os próprios gestores operacionais classificam e referem enfaticamente como “ocorrências de vulto”. São alguns atendimentos cercados de grande risco físico para o agente da Segurança Pública, algumas vezes até mesmo letais. Enquanto isso, muitas vezes, nessas organizações (Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Polícias, etc.) seus membros “de linha” e administradores deixam de referir outras intervenções profissionais. Estas últimas representam um grande volume de atendimentos materializados em ocorrências de pouco ou de nenhum perigo físico para os agentes públicos, mas são de indiscutível relevância social para a comunidade. Esse é o caso dos partos de

emergência realizados por bombeiros, guardas municipais ou policiais, sem esquecer a localização de menores, idosos e pacientes psiquiátricos que estão perdidos e que são procurados ansiosamente por seus familiares (DANTAS, 2005, p. 7).

De alguma forma, as culturas ocupacionais possuem especificidades não mais percebidas por seus membros e que, embora “invisíveis” para eles, constituem poderosos condicionantes comportamentais – assim acontece com os símbolos, sendo a linguagem um importante elemento constitutivo da cultura. Tem-se aqui o jargão dos agentes da Segurança Pública, algumas vezes utilizado por eles até mesmo na mídia, como se o seu significado fosse explicitamente compreensível, ou mesmo coloquial, para o restante da comunidade: “o elemento foi detido em atitude suspeita de pedofilia, sendo depois lavrado o flagrante respectivo pela autoridade policial competente”.

O que se verifica nos *policiais migrantes* é que as especificidades dos agrupamentos distintos são reconhecidas por seus membros, não são tão “invisíveis”, e que a sua chegada ao Curso de Capacitação mostra-se ilustrada por sentimentos de solidão, pela busca de uma maior identificação com a atividade ocupacional, sobretudo de apoio em seus pares. O Curso apresenta-se praticamente como um ritual de passagem, em que a “vigilância” (pela equipe de Mentores) dos códigos, dos valores, da linguagem de uma e de outra comunidade começam a ser ajustados. Os Mentores, durante o Curso de Capacitação, ficam com a tarefa, com a responsabilidade por um determinado grupo, o qual é identificado por uma cor. A observação do Mentor em relação ao desempenho do grupo que ficou sob sua responsabilidade é intensa e sistemática. Tudo é, pois, anotado: a postura, a linguagem, o vocabulário; ao policial, futuro instrutor, é dado um *feedback*, entendendo que este desenvolveu, a partir das suas interações com a comunidade ocupacional de origem, uma postura e uma linguagem muitas vezes inadequada para ser empregada com crianças e com jovens em sala de aula, na comunidade ocupacional de destino.

Lima Dantas lembra que “a cultura profissional é um modo peculiar de vida de um grupo de profissionais, e está fundamentada na execução de tarefas específicas ou predeterminadas, realizadas no grande contexto da ‘sociedade maior’ a que ele presta serviços” (LIMA DANTAS, 2005, p. 6). Assim, parece ser esse o caso dos *policiais migrantes*, com o conjunto de suas atividades determinando o mundo socialmente relevante da cultura profissional da Segurança Pública.

Embora o autor refira à ideia de “subculturas”, optou-se por trabalhar nesta tese com a ideia de “culturas diferentes”, no sentido de que essas apresentam valores, símbolos, saberes e práticas diversas entre si, como grupos especializados no interior do aparelho policial militar.

Tal opção justifica o intuito de não se reforçar a ideia de “sub”, estabelecendo-se, desse modo, a primazia ou inferioridade entre as culturas aqui referenciadas.

A cultura profissional policial em seus diferentes métodos de policiamento e territórios e as suas interações sociais também é o produto da estrutura social e das transformações do aparelho policial. Como em diferentes atividades profissionais, a atividade policial engloba um conjunto de características simbólicas.

O mundo social inclui muito mais que uma cultura profissional específica. Ele engloba ainda a cultura maior, bem como o significado do trabalho em geral, aí incluídos os tipos de comprometimento e de adesão à cultura profissional. Isso inclui metatemas<sup>24</sup> que marcam e que enfatizam uma ou mais características de uma cultura profissional no grande contexto da sociedade como um todo. Sobre isso, por exemplo, há o “metatema da autoridade”, parte essencial da cultura do agente da Segurança Pública, que também é alvo de forte questionamento político, genericamente se for considerada a questão da autoridade (LIMA DANTAS, 2005, p. 5).

Faz-se importante ressaltar agora o significado dos símbolos no estabelecimento da identidade profissional, sejam eles partilhados ou referenciais. O símbolo “tem o mesmo significado para determinada sociedade” e, para uma comunidade ocupacional, “refere-se a uma coisa específica”. Tais símbolos, (i) partilhados e (ii) referenciais, entendidos na realidade ocupacional da Segurança Pública, podem ter como exemplos (i) a utilização do “jargão policial”, como na referência universal ao “Código Quilo”<sup>25</sup>, ou no uso do chamado “Alfabeto Fonético”<sup>26</sup> e (ii) no entendimento comum, pelos agentes da Segurança Pública, de referências a delitos baseadas nos números dos artigos (tipos penais) correspondentes do Código Penal Brasileiro (LIMA DANTAS, 2005, p. 6).

Assim, interessa saber as representações feitas pelos profissionais informantes acerca de sua mobilidade entre comunidades de origem e de destino, o seu mundo de trabalho, as suas análises quanto à sua trajetória pessoal e as imagens que possuem de si mesmos, pois essas manifestam o engendramento das esferas individual e socioprofissional do trabalho no PROERD. Para a equipe de Capacitação, Máster e Mentores, é notável a preocupação, na dimensão do mundo social do trabalho, com a frequente atualização dos conhecimentos, bem como com a obtenção da recente certificação (2005), vinculada aos Centros de Referência no Brasil (sobremaneira o de Minas Gerais), realizada através de seminários, assim como ter

---

<sup>24</sup> Metatema: reflexão crítica sobre um tema, ou “tema do tema”.

<sup>25</sup> Por exemplo, “QAP” (aguardando transmissão).

<sup>26</sup> Que utiliza fonemas para representar cada letra do alfabeto latino: alfa, bravo, charlie, delta, eco, etc.

acesso ao que está acontecendo no país de origem do Programa em relação ao desenvolvimento do mesmo.

Em síntese, os elementos da cultura profissional policial presentes em métodos de policiamento distintos (comunidades de origem e de destino) nos quais circulam e desempenham atividades policiais, na troca de informações e saberes, implica, muitas vezes, a (re)construção de identidades profissionais, a difusão e a partilha de uma vasta gama de símbolos e experiências. Em outras palavras, tal situação passa a colocar em movimento valores, crenças, preconceitos, estereótipos e conhecimentos produzidos sobre o trabalho policial, delineando, assim, um possível caminho de rupturas e reconfigurações à construção da identidade profissional.

Além de localizar a mobilidade do aparelho policial militar em um contexto histórico e social, reafirma-se que o aparelho policial não apresenta uma cultura universal, porém parte-se da ideia de que cada aparelho, cada agrupamento, acaba por criar sua própria história e esta possui um peso importante na formação da cultura profissional. Observa-se que é possível, a partir da recuperação da história do aparelho policial militar, investigar e reconhecer incidentes críticos, tais como, as crises mundiais, as expansões, as transformações econômicas sociais e culturais, as greves policiais que produziram impactos na própria Polícia, até mesmo na definição de suas atribuições, atividades e ações.

Da mesma forma, observa-se a circulação de diferentes atributos, competências, valores e práticas entre uma e outra comunidade profissional no interior do aparelho policial, a partir da especialização dos métodos de policiamento – ostensivo repressivo e ostensivo preventivo. Em que pese o afastamento de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso para acompanhar mudanças profissionais impostas pelas diferentes interações profissionais-sociais demandadas das peculiaridades de uma e outra comunidade (local de origem/ostensivo repressivo e de destino/ostensivo preventivo) há evidências da necessidade de um investimento pessoal maior para as competências profissionais exigidas por uma e outra comunidade. Por isso, de certa forma, observa-se que se a estada do policial é muito longa na comunidade de origem/ostensivo repressivo ocorre que quando ele chega a uma comunidade em que nunca esteve, a qual implica em maior interação com a vida exterior à caserna, são feitos relatos de que esses se sentem temporariamente incapazes de enfrentar alguns aspectos de sua vida profissional diária.

Ocorre ainda que o tempo passado no interior da instituição totalitária, sem que nada de produtivo tenha sido feito, faz com que surja um intenso sentimento de que todo aquele

tempo foi perdido e, por isso, o “internado tende a sentir que durante a sua estada obrigatória – sua sentença – foi totalmente exilado da vida” (GOFFMAN, 2003, p. 64).

E, ainda, quando o policial alcança a possibilidade de sair da imposição da instituição total, quando se obsta das imposições desta, a chegada inicial ao local de destino evidencia o sentimento de ter perdido a percepção de sua individualidade enquanto sujeito e de suas manifestações da inter-relação com a sociedade.

### **1.3.1 A importância da rede no processo migratório**

Optou-se pela ideia de identidades profissionais em movimento, de mudanças e de caminhos profissionais percorridos. Inicialmente, parte-se de uma falsa ideia de que o policial que está sobremaneira desenvolvendo suas atividades profissionais em um ou outro método de policiamento, ostensivo-repressivo ou ostensivo-preventivo, não mantenha vínculos, ligações com ambas as comunidades (local e a particular) como se o não reconhecimento do Programa como uma ferramenta possível ao desenvolvimento do método de policiamento preventivo, e ainda o não reconhecimento e desenvolvimento desses como método de policiamento, produza uma ruptura entre tais comunidades, ou seja, o policial estabeleceria suas atividades profissionais em uma ou outra comunidade profissional de policiamento, o *policial migrante* ficaria/retornaria à comunidade de origem (ostensivo/repressivo) ou estabelecer-se-ia na nova comunidade (ostensivo/preventivo). A Teoria das Migrações Transnacionais possibilita observar que:

A palavra migrante evoca imagens de ruptura permanente, de abandono de velhos padrões, aprendizado difícil de uma nova língua e cultura. Ao olharem para o imigrante sob esta perspectiva, como rapidamente assimilados ou aculturados pela sociedade de destino, tais estudos obscureceram os dados sobre as ligações com o lar, o país de origem. (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 12)

De acordo com Malthus, a migração era vista como uma consequência inevitável da superpopulação. O Novo Mundo possibilitava um espaço para as migrações temporárias a fim de se fugir do ciclo de pobreza e de miséria. Esse pensamento derivava de sua concepção de que a população crescia em ordem geométrica, enquanto a capacidade de gerar tecnologias crescia em ordem aritmética (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 2).

Já Marx discordava de Malthus, segundo Assis e Sasaki (2000, p. 2), cuja visão aquele considerava reacionária, pois apontava para a inevitabilidade e/ou para naturalização da pobreza. Marx colocava a culpa do quadro de pobreza nos empreendedores capitalistas que

deliberadamente abaixavam os salários para maximizar os seus ganhos. Ao examinar os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, na Irlanda e na Escócia, Marx realçou a cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e de pequenos proprietários para a migração, através de movimentos de cercamentos (*enclosures*), de autorização de partida e de assistência estatal aos movimentos de emigração.

Segundo as referidas autoras, Max Weber reconhecia a migração de forma menos definida. Como Marx e Durkheim, Weber estava concentrado nas consequências da industrialização e no crescimento do capitalismo. Estava, pois, impressionado com os efeitos desintegradores e notava a importância da religião, particularmente pelo que chamou de “ética protestante”, a qual reconhecia como condição necessária para a acumulação de capital e para a imposição de um código de disciplina sobre a força de trabalho. Weber dizia que a migração era um fator incidental, criando novas classes sociais e grupos de *status* étnicos. Para esses autores, portanto, a migração era analisada como consequência do desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, dá-se através da industrialização, da urbanização e da mobilidade populacional. Assim, naquele contexto, a migração é uma preocupação secundária para esses autores.

Para os autores clássicos da sociologia, a migração colocava-se como consequência do desenvolvimento do capitalismo, através da industrialização, urbanização e mobilidade populacional. Portanto, a migração é uma preocupação secundária para esses autores naquele contexto (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 3).

A centralidade da teoria configurou-se quando a migração colocou-se como um problema, oriunda da crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, em particular os Estados Unidos.

Na literatura encontra-se cunhado o termo *melting pot*, referindo-se ao processo de assimilação e/ou de americanização dos imigrantes, não implicando, no entanto, o total abandono de seus valores e de seu modo de vida, mas sim a transformação em grupos cada vez mais amplos e inclusivos:

A maior crítica ao modelo clássico de adaptação dos imigrantes e às idéias de ciclo das relações raciais consiste no reconhecimento de que esta não era adequada para tratar a migração, pois não reconhecia as diferenças resultantes dos processos de colonialismo e imperialismo, que configuravam os vários fluxos migratórios. Neste sentido, os pressupostos colocados por esta Escola foram postos em xeque na medida em que o *melting pot* não se concretizou, pois, ao contrário, esses grupos se transformaram em grupos étnicos afirmando suas distintividades. (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 4)



Outra contribuição teórica é a compreensão da migração a partir de estudos da sociologia e da economia da migração. É em Portes (1995) que se encontra que a ênfase dada à ação racional pelos neoclássicos seria questionável, pois esses autores não consideravam a ação econômica sendo socialmente orientada. Isso significa dizer que a busca por ganhos materiais também deve estar relacionada às expectativas de reciprocidade no curso da interação social no interior do seu grupo. Dessa forma, essas críticas sugerem que os migrantes não devem ser vistos apenas como unidades individuais de análise, mas sim como integrantes de estruturas sociais que afetam os múltiplos caminhos de sua mobilidade espacial e socioeconômica. Ao considerar os migrantes como inseridos em grupos étnicos, em redes sociais e utilizando-se do capital social para o seu empreendimento migratório, Portes (1995) fornece categorias analíticas que permitem compreender melhor a complexidade dos novos movimentos migratórios. No contexto de mudança das características dos fluxos, o referido autor propõe princípios – tais como a influência centro-periferia e desequilíbrio estrutural; os modos de incorporação; os grupos intermediários e os enclaves étnicos; a economia informal, questionando a perspectiva neoclássica sobre as origens da migração e da adaptação econômica dos imigrantes (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 6). Ou seja, que a mobilidade de um sujeito está intrinsecamente ligada às questões mais complexas, com aspectos macrosociais.

De fato, ainda que tais estudos tenham como unidade de análise a família (e nossa unidade, aqui, é o sujeito), é também necessário identificar os processos que transformam essas condições, criando uma situação que leva à migração.

Nesse sentido, algumas abordagens teóricas sobre a migração internacional colocam luzes sobre o tema, sobretudo quando esta demonstra a complexidade de tal movimento. De fato, não se restringe a análise somente aos aspectos econômicos: demonstra-se que os migrantes são sujeitos que agem intimamente ligados às relações sociais; aponta, também, para a importância de se analisar as redes sociais que vão se constituindo no processo migratório.

Massey (1990) *apud* Assis e Sasaki (2000) afirma que as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e de relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e de comportamentos predeterminados (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 10).

Para Tilly (1990), as redes migram, as categorias permanecem e as redes criam novas categorias. As unidades efetivas da migração não são nem individuais nem domiciliares, mas

sim o conjunto de pessoas ligadas por laços de amizade, de parentesco e de experiência de trabalho, que incorporaram o país de destino nas alternativas de mobilidade por eles consideradas. Utilizam-se, assim, das redes sociais para minimizarem os riscos presentes (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 11).

Os trabalhos de Massey e Tilly demonstraram a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e que sustentam as redes. Entretanto, esses mesmos autores apontam para a ambiguidade dessas relações, pois a própria dinâmica da migração revela que os laços de parentesco, de amizade e de origem comum são também permeados por conflitos, por embates e por ambiguidades (ASSIS e SASAKI, 2000, p. 12).

A Teoria das Migrações diz que as migrações atuais, das relações estabelecidas, sugerem características que apontam para o contexto transnacional dos fluxos migratórios contemporâneos. Em outras palavras, essa múltipla relação leva-os a serem chamados de *transmigrantes*, pois aquelas ampliam as fronteiras, colocando em inter-relação o global e o local.

A partir de Sasaki e Assis (2000), verifica-se que se o presente estudo focar-se tão somente na sociedade hospedeira – na comunidade profissional de destino –, perder-se-á de vista a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais, políticas e profissionais.

Dito de outra maneira, é da crítica da perspectiva transnacional da migração ao enfoque tradicional que o auxílio será buscado. A análise tradicional sobre os migrantes como rapidamente assimilados pelas sociedades hospedeiras conduziu a uma perspectiva nas ciências sociais que procurava dar conta da mobilidade desses fluxos categorizando-os como imigrantes “temporários”, “retorno de imigrantes”, migrantes “permanentes”. Para as referidas autoras, os estudos clássicos de migração, ao elaborarem essas categorias, não se deram conta de que os migrantes mantinham as suas relações com a sociedade de origem, não em contradição, mas sim em conjunção com a sua sociedade hospedeira. Por isso, os cientistas não passaram do nível descritivo ao enfatizarem o caráter singular e distintivo de tais fenômenos além de percebê-los como parte de um fenômeno global. Tal crítica contribui para pensarmos nas múltiplas relações que os *policiais migrantes* a partir da comunidade de origem (POLOST) estabelecem com a comunidade hospedeira. Embora alguns se autodenominem temporários ou permanentes (dedicados exclusivamente), pode-se considerá-los como transmigrantes, sem perder de vista as implicações distintas que estão em jogo, as diferenças significativas entre as diversas formas de se relacionar com a comunidade de

destino, a partir da compreensão, da concepção e do uso do Programa pelo seu Comando. Ainda é muito incipiente a forma como os *policiais migrantes* – PROERD – estão articulados e organizados, sobretudo focados no Programa enquanto ferramenta e pouco no método de policiamento; em contrapartida, as características transnacionais desse fluxo têm-se evidenciado por uma rede de relações entre os que ficam, os que vão e os que voltam, e os que permanecem na comunidade de origem, sobretudo na ampliação da rede que se liga diretamente com outros Estados e, mais recentemente, com a certificação do DARE.

Essas comunidades (origem e hospedeira) estão mais inter-relacionadas que outros movimentos migratórios no interior do aparelho policial militar, como, por exemplo, o Batalhão de Operações Especiais (BOE), os Bombeiros e a Polícia ambiental, porém são muito parecidos com outros movimentos, sobretudo aqueles cunhados pelo caráter social.

### 1.3.2 Identidades profissionais em construção

Dubar (1997a), ao reexaminar as teorias sobre socialização e estendendo o conceito de socialização profissional a outros trabalhadores que não os pertencentes a grupos tradicionalmente reconhecidos como “profissionais”, constrói seu conceito de identidade profissional. Identidade profissional, para o autor, implica a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, sistemas de trabalho e sistemas de formação nos seguintes termos:

Estas formas identitárias podem ser interpretadas a partir dos modos de articulação entre transação objetiva e transação subjetiva, como resultados de compromissos “interiores” entre identidade herdada e identidade visada, mas também de negociações “exteriores” entre identidade atribuída por outro e identidade incorporada por si. (DUBAR, 1997, p. 235)

O autor esclarece a articulação entre transação subjetiva e objetiva, nos seguintes termos:

Vejamos mais claramente a necessária articulação dos dois processos identitários que acabam de ser definidos. Se o processo biográfico pode ser definido como uma construção no tempo, pelos indivíduos, de identidades sociais e profissionais, a partir das categorias oferecidas pelas instituições sucessivas (família, escola, mercado de trabalho, empresa...) e consideradas, simultaneamente, como acessíveis e valorizantes (transação subjetiva), o processo relacional diz respeito ao reconhecimento, num dado momento e no seio de um espaço determinado de legitimação, das identidades associadas aos saberes, competências e imagens de si propostas e expressas pelos indivíduos nos sistemas de ação [...] As formas sociais desta articulação constituem, simultaneamente, a matriz das categorias que estruturam o espaço das posições sociais (alto/baixo, mas também dentro/fora do

emprego) e a temporalidade das trajetórias sociais (estabilidade/mobilidade, mas também continuidade/ruptura). (DUBAR, 1997a, p. 118)

O reconhecimento é a dimensão fundamental do conceito de identidade, que interessa para a construção desta tese. O reconhecimento por si mesmo e pelo outro da relação, no caso o conjunto das estruturas sociais estabelecidas, com as quais se defronta o sujeito ao longo de sua trajetória profissional, é um elemento-chave na constituição da sua identidade profissional:

O espaço de reconhecimento das identidades é inseparável dos espaços de legitimação dos saberes e competências associados às identidades. A transação objetiva entre os indivíduos e as instituições é, antes de mais nada, aquela que se organiza à volta do reconhecimento e do não reconhecimento das competências, dos saberes e das imagens de si que constituem os núcleos duros das identidades reivindicadas. (DUBAR, 1997a, p. 118)

Assim,

para realizar a construção biográfica de uma identidade profissional e, portanto, social, os indivíduos devem entrar em relações de trabalho, participar de uma forma ou de outra em atividades coletivas de organizações, intervir de uma forma ou de outra no jogo de atores. (DUBAR, 1997a, p. 115)

Como se reconhecer como profissional em um momento em que o universo do trabalho policial se apresenta conturbado e em crise na definição de suas atribuições, de suas crenças e valores? Por um lado, a aplicação da organização militar nas Polícias ostensivas segue sendo utilizada, perduram as analogias e as metáforas militares nas Polícias brasileiras, mesmo de maneira antagônica à efetividade da atividade-fim, ao apontar que a *preservação da ordem pública* tem ultrapassado as mais prósperas ações na acuidade das instituições policiais em seus excessos. Por outro lado, existe a busca de uma Polícia pautada pela *tutela de direitos*, envolvendo concepções e implicando uma série de ações complexas, de caráter governamental, pautadas pelo garantismo. O conflito entre uma Polícia pautada pela concepção de *tutela de direitos* e a ideia de *preservação da ordem pública* tem ilustrado o debate sobre a Segurança Pública e, sobretudo, as ações e os métodos de policiamento.

Ao focar-se sobre o contexto atual em que se desenvolve a prática policial na comunidade de destino bem como a história da mobilidade do aparelho policial ao longo do tempo, pode-se conjecturar novas demandas que levam ou que trazem a possibilidade de os policiais redefinirem os seus papéis, as suas tarefas e até mesmo as suas identidades profissionais. De fato, as novas formas de organização do trabalho policial podem ser

fundamentais no fortalecimento da identidade policial; em contrapartida, podem trazer em si a crise das identidades. Em outras palavras, colocam em evidência um momento de conflito na identidade profissional, o que não chega a comprometer as suas relações pessoais com as atividades laborais, porém dificulta a vivência da identidade coletiva. Uma vez que a identidade profissional está inserida no jogo do reconhecimento, seja pelo autorreconhecimento ou pelo reconhecimento do “outro”, os valores, as crenças e as práticas dessas comunidades profissionais muitas vezes se colocam em lutas, em embates e isso reflete a crise maior da identidade policial.

Observou-se em Goffman (2000) os ajustes primários e secundários e, sobretudo, que o sujeito reserva algo de si mesmo fora do alcance da instituição, isto é, um espaço de intimidade que mantém uma distância entre ele e a lista de imposições. Com isso, infere-se que as suas identidades profissionais surgem na mediação, no entremeio, dentro dessas comunidades, muitas vezes entre a identificação e o rechaço. E surgem mais do que o compromisso total de adesão a qualquer uma delas, pois isso suporia uma anulação relativa de si mesmo.

Nesta investigação o interesse recai, em particular, sobre o conceito de identidade profissional, ou seja, a construção de sujeitos como profissionais. E, para isso, importa saber que a identificação e o reconhecimento são os aspectos primeiros que provêm nas e das relações sociais. Em Santos (1990), o sujeito define-se a partir de como se reconhece no desempenho de papéis sociais e de como é reconhecido pelos outros no meio social.

Portanto, o foco aqui recai sobre os profissionais em sua relação consigo mesmos e com os outros, considerando que essa dinâmica é de suma importância para a investigação da construção da identidade profissional. A identidade está implicada em um conjunto de características, atributos pelos quais pode ser reconhecido.

A partir de Goffman (2000) e Dubar (1991), observamos que a identidade social é construída pelo sujeito em uma visão interacionista, em que a aceitação de uma determinada identidade social supõe que tenha ocorrido interação entre os sujeitos em sua construção – isso implica um compromisso do/com o grupo, ao delinear sentimentos de pertença social que definem a existência do próprio grupo. As expectativas que os integrantes do grupo apresentam sobre os papéis a serem desempenhados pelos sujeitos constituem a estrutura vertical de sustentação:

Desta forma as identidades sociais constroem-se no interior de um grupo social e definem as diversas dimensões das comparações sociais, que reforçam o sentido dessa identidade, ou seja, as identidades sociais estão marcadas pelas semelhanças

entre si. Normas típicas do grupo como atitudes e comportamentos explicitamente reconhecidos como valores coletivos são formas relevantes de expressão da identidade de seus membros. Isso quer dizer que nossas identidades se configuram no nosso sentimento de pertença a determinados grupos, levando-nos a agir prioritariamente em termos de interesse coletivos. (GOMES, 2008, p. 4)

O conceito de identidade e, particularmente, a sua contextualização na dinâmica de socialização impõe dois aspectos substanciais: a noção de identidade como processo dinâmico, biográfico e relacional (DUBAR, 1997a). A dinâmica de construção da identidade, como processo transacional (DUBAR, 1997a, 1998), é pautada pela interação de transações relacionais – reconhecimento ou não reconhecimento pelos outros – e transações biográficas, consigo próprio, são ajustamentos constantes, por vezes rupturas e reformulações do projeto futuro, que possibilitam a articulação entre pretensões e oportunidades (DUBAR, 1998).

No campo das ciências humanas e sociais, existe um conjunto de categorias que remete para usos diferenciados do conceito, ora incidindo na identidade individual (ou pessoal), na essência e no sentimento de singularidade de cada ser, como, por exemplo, a abordagem psicanalítica, ora incidindo na identidade coletiva e social (de grupos sociais, geográficos, étnicos, profissionais), particularmente mobilizada pelos estudos antropológicos, ora incidindo na identidade vivida e identidade atribuída, revelando a dimensão biográfica e relacional, particularmente presente nos estudos da psicossociologia e da sociologia compreensiva (SAINSAULIEU, 1985, 1997; DUBAR, 1997a; DAVEZIES, 1993; DEJOURS, 1993).

É essa última concepção que alicerça este estudo. Reconhece-se, pois, que a identidade incorpora as representações do sujeito sobre si próprio e sobre os outros; nesse sentido, é construída em uma dinâmica de interação permanente na qual intervêm as próprias representações de si e o olhar do outro (MEAD, 1963; GOFFMAN, 2000, 2003; DUBAR, 1997a, 1998). Essa concepção de identidade encontra-se filiada na perspectiva interacionista, na qual se integram os trabalhos de Mead (1963). Este autor considera a ação humana como algo que se constrói na comunicação frente a frente, com os outros, na reação significativa ao gesto simbólico e não estritamente comandada pelas normas e pelos valores sociais impostos, ao reconhecer a participação ativa dos sujeitos na construção da sua identidade.

Desse modo, a identidade é, em grande medida, construída na interação social e cultural e não se esgota na expressão da singularidade dos sujeitos, em seus processos de construção biográfica; como um processo de construção eminentemente relacional, exprime-se, igualmente, em identidades coletivas ou sociais, as quais se objetivam em identidades de referência para os sujeitos. Deve-se, por isso, reconhecer uma concepção dinâmica da

identidade, visto que, como salienta Mendes (2001, p. 490), ela “é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais”, pelo que a interação assume um papel fundamental nesse processo.

Goffman (2000, 2003) reconhece que as identidades são múltiplas, flutuantes e situacionais; além disso, salienta a importância da estrutura dos encontros sociais e de interação, nos quais os conceitos de *face* e de *ritual* assumem um significado relevante ao fundar a sua análise na representação teatral. Ademais, concebe o contexto social como um palco no qual o sujeito social assume o papel de uma determinada personagem em sua apresentação aos outros sujeitos, influenciando uns aos outros a definição da situação de apresentação por meio de suas ações. Para Goffman (2000, 2003), nas situações de interação, os sujeitos tentam manter uma linha com alguma consistência; buscam, com efeito, manter a realidade social que construíram para si, ou seja, um modelo de ação que lhes permita combinar o autorrespeito com o respeito pelo outro, tendendo a comportarem-se no encontro de forma a manter a sua face e a dos outros participantes no jogo em uma cooperação ritual. Conforme Mendes (2001, p. 493), o sujeito de Goffman é definido de uma maneira dupla: como uma imagem composta a partir das implicações expressivas dos acontecimentos em que participa, e como uma espécie de jogador em um jogo ritual em que se adapta à contingência da situação.

Deve-se ressaltar que a importância atribuída por Goffman (2000, 2003) aos jogos de interação ritual na vida cotidiana constitui um atributo significativo para a compreensão das dinâmicas identitárias que emergem das experiências cotidianas, nas quais a identidade social se configura no cruzamento de atributos pessoais estruturais emergentes dos contextos sociais em que se estabelece a interação (MENDES, 2001). Nesse processo, ou nesse ou jogo social, pode-se discernir uma procura permanente de ajustamento entre a identidade social virtual – que nos é atribuída pelos agentes e pelas instituições com as quais interagimos – e a identidade social real – a que resulta da imagem que construímos de nós próprios.

A construção da identidade social é definida em um processo de procura e de oferta de identidades possíveis, no contexto da negociação, que incorpora atos de atribuição e de pertença, ou seja, segundo Dubar (1997A, p. 105), “a identidade não é mais do que o resultado simultâneo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os sujeitos e definem instituições”. Trata-se de uma articulação de dois processos identitários heterogêneos: de atribuição pelos agentes e pelas instituições que diretamente interagem com o sujeito, e de incorporação resultante da imagem que o sujeito constrói de si próprio. A

identidade para si e a identidade para o outro são inseparáveis na construção da identidade social, coexistindo de forma problemática (DUBAR, 1997a).

A construção da identidade é, nesse sentido, um processo de transações objetivas e subjetivas. As transações objetivas (nas quais predomina a atribuição) procuram acomodar a identidade para si e a identidade para o outro, e as subjetivas ou internas ao sujeito variam entre a necessidade de se manter identidades anteriores e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (DUBAR, 1997a, 1998). Marcada pela dualidade, a identidade é, ao mesmo tempo, um processo biográfico (de continuidade ou de ruptura com o passado) e um processo relacional (atributos reconhecidos ou não reconhecidos pelos outros).

Em Dubar, é possível interpretar as dinâmicas de construção de identidade profissional em suas duas dimensões: a relacional (espacial e objetiva), que contempla o reconhecimento das posições reivindicadas no seio da instituição e o sucesso das políticas institucionais, e a transação biográfica (temporal e subjetiva), que consiste em projetar futuros possíveis em continuidade ou em ruptura com uma trajetória de uma vida específica. É, pois, um modelo heurístico que pretende articular dois processos heterogêneos: um em que os sujeitos antecipam o seu futuro a partir de seu passado, e outro pelo qual eles entram em interação com os atores significativos de um campo particular (DUBAR, 1992, p. 520).

Essas dimensões serão compreendidas por intermédio do conteúdo das falas dos informantes acerca de suas experiências e de suas vivências ocupacionais. Para demonstrar as relações entre a mobilidade individual e a própria mobilidade do aparelho policial militar como elementos estruturantes de novas identidades profissionais policiais, foram trabalhados os seguintes níveis de análise: o macrosociológico, as transformações do foco e da ação de Polícia ao longo do tempo, em um determinado espaço e período histórico; no nível das transformações recentes do trabalho policial; dessas transformações às possibilidades ocupacionais e no nível prioritário desta pesquisa, que é o “reconhecer-se” dos *policiais migrantes*.

Ao considerar-se que as profissões denotam identidades, admite-se que as identidades profissionais dos *policiais migrantes* evidenciam uma maneira de ser policial no/do PROERD. Além disso, considera-se que a ação profissional do policial no/do PROERD está pautada por uma série de fatores e, sobretudo, está inserida em um processo mais amplo que o espaço/tempo de atuação.

Vale recordar que profissões são funções sociais especializadas que as pessoas desempenham em resposta às necessidades especializadas de outras; são, ao menos em sua forma mais desenvolvida, conjuntos especializados de relações humanas. O estudo da gênese



de uma profissão, portanto, não é simplesmente a apreciação de certo número de sujeitos que tenham sido os primeiros a desempenhar certas funções para os outros e a desenvolver certas relações, mas sim significa a análise de tais funções e relações (ELIAS, 2001, p. 90). Dessa maneira, a identidade profissional revela-se como uma maneira de se situar no campo profissional.

Quando se refere a policiais que compartilham espaços, tempos e representações na e sobre a Polícia, deve-se considerar que cada um dos sujeitos está inserido em um determinado contexto e, sobretudo, que esse interfere em suas expectativas e percepções.

Com isso, pode-se afirmar que, no cenário atual da Segurança Pública, a ideia de guerra contra o crime como assertiva macrossocial não está implicada somente na construção da identidade profissional de policiais militares que estão no policiamento ostensivo repressivo, que se reconhecem como “guerreiros” no sentido de enfrentarem a violência e a criminalidade com a bala do revólver: essa também aparece substituída pela imagem do policial que salva, pelo menos que seja, uma criança do caminho das drogas e da criminalidade. Pode-se dizer que a representação de “ser policial” assume múltiplos e outros sentidos, seja para o policiamento ostensivo repressivo, seja para o preventivo, das e nas interações sociais:

[...] as identidades sociais e profissionais típicas não são nem expressões psicológicas de personalidades individuais nem produtos de estruturas ou de políticas econômicas que se impõem a partir de cima, elas são construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, sistemas de trabalho e sistemas de formação. Produtos sempre precários, se bem que muito construídos no processo de socialização, estas identidades constituem formas sociais de construção das individualidades, em cada geração, em cada sociedade. (DUBAR, 1997, p. 239)

Cabe ressaltar que esta pesquisa não avalia a metodologia do PROERD, porém não deixa de apontar (a partir das observações da capacitação, da revisão de documentos, bem como por meio das entrevistas individuais) que o Programa guarda características comportamentalistas, de rigidez de método; com efeito, não dá conta da complexidade dos questionamentos das crianças e dos jovens em relação às drogas. Entretanto, a interação com o método, a formação e a capacitação fazem parte do contexto em que as identidades profissionais dos policiais são construídas.

Através das entrevistas individuais, com os Instrutores que ministraram aulas em 2007 e que já estavam no mínimo há um ano dentro de sala de aula desenvolvendo o Programa, foi possível observar de forma recorrente a percepção da insuficiência na formação e das

participações em capacitações, sobretudo a necessidade do estudo continuado para aumentar o grau de eficiência e o desempenho em sala de aula – ainda assim poucos policiais fazem questionamentos quanto à metodologia. Contudo, reconhece-se o nível da importância referida às capacitações como forma de dar continuidade à identidade, uma vez que esses momentos de investimento e de capacitação, na qualificação sobre o tema, colocam os policiais em contato com questões inerentes ao uso de drogas; além de facilitar a atualização de conhecimentos, também aponta para a complexidade da questão como profissionais que estão lidando com as demandas de jovens (oriundas do tema) e da comunidade ocupacional em que desenvolvem as suas atividades.

Este Programa visa a ensinar as crianças a reconhecerem e a resistirem às classes de substâncias psicotrópicas, principalmente a identificarem pressões pessoais e de grupos, da mídia e de outros canais. No entanto, na capacitação inicial da oitava edição do curso para Instrutores do PROERD observa-se que não há uma visão crítica em relação aos pressupostos teóricos e da metodologia por parte dos policiais, ainda que a metodologia seja muito similar às teorias do condicionamento, que têm como objetivo a mudança de comportamento. Assim, a metodologia tem como pressuposto as repetições contínuas de textos, a valorização, o bônus, o reconhecimento com palmas quando da prontidão e da destreza em fornecer respostas prontas ao instrutor do Programa através da inscrição de textos em um questionário preestabelecido na “cartilha”, tudo isso tem por finalidade desenvolver comportamentos reforçadores para dizer “não às drogas”.

O Programa é, indiscutivelmente, construído em uma base teórica behaviorista como as de Skinner, a própria reflexologia de Pavlov. Entretanto, é equivocadamente referido pela policial pedagoga (mentora e integrante da equipe de capacitação), durante o Curso de Capacitação, do seguinte modo: “Quando questionados pelos professores e pelos diretores de escola quanto ao método, vocês devem responder: é construtivista”; infelizmente, o grupo e a mentora não questionam o que é o construtivismo, simplesmente o grupo é instruído a responder de forma mecânica e acrítica, sem se questionar sobre a metodologia.

O Programa, pelas suas características, não possui base construtivista: é mecanicista. O que se tem é o desejo de se conseguir um comportamento condicionado através da formação de hábitos pela manifestação de um incentivo que atua como reforço (ESTEVEZ, 1995, p. 2).

A impressão, por vezes, é a da adaptação de um Programa norte-americano, sem críticas a esse. Contudo, reafirma-se que o objetivo aqui não é avaliar a metodologia do Programa.

O principal interesse é desvelar a construção da identidade profissional desses policiais, dos Instrutores, que se encontra inserida em um contexto mais amplo. Em outras palavras, como a Polícia se coloca como uma agência de controle na vida dos cidadãos, a mobilidade do aparelho policial militar, bem como o redimensionamento dos papéis desempenhados pelos policiais e a crise no mundo do trabalho. Sobre este último aspecto, sobremaneira a motivação inicial para se entrar para a força de trabalho policial deu-se pela falta de melhores opções no mercado de trabalho; há também os conflitos e questionamentos quanto ao que se faz, quanto ao que se deve fazer e como faz a Polícia – podendo-se a partir disso, sem adotar um julgamento apressado, inferir uma possível crise na identidade profissional policial.

É necessário também considerar os problemas da relação entre Polícia e sociedade, da sua interação social, a insatisfação com o trabalho, os baixos salários. Um soldado no Estado do Rio Grande do Sul recebe um salário líquido em torno de R\$ 600,00 (seiscentos reais). De fato, a insatisfação com as condições de trabalho, os salários, a falta de equipamentos, o baixo reconhecimento social, os sentimentos de vulnerabilidade e de integridade física afetam diretamente o trabalho do policial militar. E junto a isso há outros indicadores importantes: os valores, as crenças, as práticas, as vivências e as representações construídas sobre “ser policial”; além das políticas de Segurança Pública e a forma como o Estado lida com as suas forças policiais.

Essas relações estão sustentadas em modos de socialização específicos, característicos da realidade da profissão policial, importando aqui saber quais são os policiais que nesse contexto se colocam como *policiais migrantes* entre comunidades ocupacionais. Cabe, portanto, analisar o quanto a mobilidade individual entre “origem e destino” e a própria mobilidade do aparelho policial militar revelam alterações no mundo do trabalho policial e principalmente na dimensão da identidade profissional policial militar.

A própria mobilidade, as rupturas e os ajustamentos buscados pelos policiais no interior do aparelho policial militar são reflexos de um processo visível de comportamentos e de representações que os próprios policiais constroem sobre a sua profissão, o que o leitor verá de forma mais detalhada no capítulo desenvolvido com maior acuidade quando da análise dos dados.

Ao se trabalhar com a análise da construção da identidade profissional de policiais militares do/no PROERD, considerou-se que os contextos profissionais (entre outros contextos sociais) estão implicados na construção de redes de socialização nas quais os

sujeitos interiorizam modos de pensar e constroem modos de agir, muito particulares em relação aos seus grupos identitários.

Nas situações profissionais, constrói-se um tipo específico de representação que permite as trocas e a própria manutenção das relações com os demais profissionais da mesma atividade. Nesse sentido, a identidade profissional é, antes de tudo, uma identidade social sustentada nas representações, nas práticas e nos saberes profissionais, os quais estão diretamente ligados ao contexto da atividade ocupacional. Também não se deve esquecer de que os sujeitos, frente às realidades do mundo do trabalho, são agentes ativos capazes de justificar as suas práticas e de dar coerência às suas escolhas (DUBAR, 1992, p. 520).

Consequentemente, o conceito de identidade profissional aqui utilizado remete ao modo de expressar, isto é, como alguém se insere e se socializa em um determinado mundo de trabalho: quem sou e quem és (os que estão em minha seara de atuação) profissionalmente; quem sou e quem és, como alguém que desenvolve uma atividade ocupacional, realizando tarefas que outros não realizam.

Os profissionais constroem as suas relações com os demais que compartilham o seu espaço, o seu tempo: sustentam-se a partir do procedimento, das normas, das concepções e de conhecimentos específicos, peculiares a um determinado mundo social e a um determinado período. Além disso, consideram-se as experiências ocupacionais anteriores e a perspectiva em relação ao futuro.

Ressalta-se que a mediação entre o policial e o seu mundo do trabalho ocorre por intermédio de identificações que o policial concebe e modifica ao longo de sua socialização na esfera das comunidades ocupacionais pelas quais transita. As representações, individuais e coletivas, são os processos, os valores, os saberes e as técnicas dotados de sentido para o policial e que configuram o modo como os profissionais constroem um senso sobre o seu trabalho.

É interessante comentar que os conteúdos das falas dos policiais aqui entrevistados apontam para um mundo particular de socialização específica a partir das atividades e das interações desenvolvidas nessas comunidades ocupacionais, em que saberes, valores, linguagens e práticas ocupacionais constituem as dinâmicas de construção de identidade profissional.

A análise da construção da identidade profissional dos policiais do/no PROERD se dá a partir de duas dimensões da identidade profissional: o eu profissional e o ideal profissional. O eu profissional ancora-se como um “sistema multidimensional compreendendo as relações do sujeito para com ele mesmo e para com os outros significantes de seu campo profissional

(ABAHAM, 1984, p. 22). Nesse sentido, tem-se a imagem que o policial construiu de si mesmo, por meio da interação profissional e dentro de seu contexto ocupacional. É possível considerar também como

resultado da imagem que os outros remetem ao sujeito – e que ele próprio integrou – e de um aspecto criativo, reação do indivíduo à situação profissional, o que dá ao sujeito uma certa latitude: ao mesmo tempo agente, ator e autor, segundo as circunstâncias. Mas pode também ser considerada como um processo interativo e conflitual, feito de rupturas, evolutivo, sempre em construção, feito de identificações, de alterações e de tentativas de preservação. (ABRAHAM, 1984, p. 23)

Quanto ao ideal profissional, pode-se defini-lo como “o conjunto de valores e escolhas que justifica suas ações numa “visão de mundo” que lhe é própria, dando sentido as referências às ações e fazendo dele um sujeito profissional controlando seu percurso” (JACQUET-MIAS *apud* BENAIOUN-RAMIREZ, 2001, p. 88).

Observa-se que o lugar reservado aos elementos, interação, aproximação, segundo esses presentes na comunidade de destino, para os policiais, significa o local, “o mundo do trabalho” desenhado como ideal. O modelo visto de bom profissional, do bom profissional que o sujeito quer vir a ser pode ser localizado nesse novo território; sobretudo, trata-se do conjunto de valores e de alternativas adotadas por esses policiais. Por isso, a análise dessa construção identitária não pode esquivar-se de considerar os textos, a bibliografia, a ênfase política e os incentivos ao desenvolvimento do método (como Programa) a políticas de Segurança Pública relacionados à “verdadeira conduta”, o ideal de conduta policial, colocando o método preventivo como solução para os problemas enfrentados na relação entre Polícia e sociedade. Trata-se da fórmula da virtude ou de como deveriam ser os bons policiais. Observa-se o método de policiamento defendido pelos comandos e pelos próprios policiais, pensando-o como uma faceta do discurso identitário – tanto para a sua diferenciação quanto para a defesa de sua honradez frente à sociedade.

Dessas dimensões, as rupturas identitárias ocorrem quando o eu profissional – a imagem que o sujeito tem de si mesmo – recebe sinais negativos contínuos e consistentes de si mesmo (avaliação negativa de seus feitos ou de suas potencialidades) ou dos outros significantes (que podem ser seus pares, superiores, clientes ou qualquer pessoa ou grupo social que se relacione ao sujeito); nesse sentido, o fluxo migratório de policiais coloca-se em movimento.

Nesta pesquisa, entende-se que esses sinais negativos estão representados pelo baixo reconhecimento da sociedade à atividade policial na comunidade de origem, no policiamento

ostensivo repressivo; há, ainda, a violência da rua, a falta de investimentos por parte do governo, a chegada à comunidade de origem pela precarização e falta de opções no mercado de trabalho e pela busca de estabilidade, ao encontrarem os policiais uma atividade com a qual não se identificam. Se, inicialmente, esses sinais colocam em marcha rupturas e ajustes no intuito de os policiais buscarem um maior significado para si de suas atividades, por outro, quando chegam à “Terra Prometida” encontram exigências e outros sinais negativos que os colocam em novos movimentos.

Sobre este último aspecto, tem-se a busca de uma maior qualificação (como a Especialização prevista para o ano de 2009, conveniada com uma universidade) que contribui para um aumento de eficiência para o desenvolvimento do Programa – a elevação da autoestima – e de novos tipos de interação social. Até mesmo o impacto positivo que teve no grupo a recente obtenção da certificação (2005) do Programa junto ao DARE pode representar, entre outros aspectos, uma ruptura com uma trajetória profissional desvalorizante, implicando novas dinâmicas identitárias, mesmo que no contexto de uma continuidade de um itinerário pessoal, de realização, implica no engajamento de um processo de mobilidade profissional onde irá dispor de uma imagem positiva de seu poder de gerir suas transformações identitárias, a realização profissional.

E, ainda, até mesmo o surgimento de novos planos, novos projetos profissionais que não contemplam a permanência na Polícia, em que o aparelho policial está identificado como local transitório, pois ainda que trouxesse a estabilidade inicial desejada, é um local onde alguns sujeitos da pesquisa referem não encontrar um sentido profissional para si.

É necessário frisar que essas representações ativas estruturam os discursos dos sujeitos em suas práticas sociais “especializadas” graças ao domínio de um vocabulário, à interiorização das “receitas”, à incorporação de um “Programa” (DUBAR, 1997, p. 100). Segundo Dubar, as representações que ancoram a identidade são constituídas pelo saber legítimo (ou saberes), pelos poderes (ou valores), pelas orientações estratégicas (ou concepções), pela situação vivida (ou práticas).

Portanto, é através dessas quatro dimensões que os sujeitos estruturam os discursos que explicam uma determinada esfera social de ação: aqui, acompanhamos a esfera da atividade profissional no PROERD. De fato, é por meio desse conjunto de representações que foram construídas as relações de profissionais engendradas tanto em sua atividade atual (PROERD) como em sua trajetória pessoal, no passado (na sua biografia profissional) e no que está sendo planejado para o futuro, projeto profissional – *policiais migrantes*.

## 2 O APARATO POLICIAL CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo busca-se elaborar um mapa da mobilidade do “aparato policial”. Para uma melhor leitura, dividiu-se o texto em três seções. Na primeira, intitulada – A construção do aparato policial no seio de Estado – discute-se como o conceito de Polícia tem parâmetros históricos que coincidem com o surgimento do Estado-Nação, relacionando, nessa discussão, o modo de produção capitalista e as transformações sociais.

Na segunda seção, intitulada – O aparato policial na Europa, América Latina e Brasil – discorre-se sobre a emergência dos distintos modos de coerção bem como dos distintos focos de atenção da ação policial, os quais se foram sucedendo no nosso país como justificativas da ação policial. E ao vincular o conceito de Polícia à ideia de Estado-Nação, a consequência lógica é que as transformações dos conceitos de Estado e de Soberania forçosamente levam às transformações policiais. E identificando a movimentação das estruturas do aparato policial, as transformações ao surgimento de novos *leitmotifs* no horizonte da ação policial. E ainda, como esses diferentes motivos têm ligado momentos estratégicos da ação policial, seja na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos e nos Estados do Brasil, ou seja, o que, na atualidade, coloca-se como situações, motivos e consequências de avanços significativos em matéria de ação policial no mundo e que vem delimitando territórios e objetos de ação policial.

E na terceira seção deste capítulo apresenta-se uma retrospectiva sobre a implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) no Brasil. Como o Programa na Brigada Militar invoca a concepção da *migração*, e, ainda, como a metodologia do PROERD é desenvolvida.

Neste capítulo, portanto, são apontadas as transformações e os itinerários percorridos pela Polícia, a reorganização do trabalho policial, para chegar a ser o que hoje conhecemos como tal. Os estudos, sobretudo de Amadeu Recasens (1995, 1997, 1999) e de Elisabeth Cancelli (1994), nortearam este capítulo. Este itinerário foi balizado pelas transformações ocorridas na Constituição Federal brasileira, devido a qual ocorreram transformações que incidiram sobre as Polícias, e pela forma como essas foram contempladas de maneiras distintas ao longo da história das alterações da Carta Magna para o desempenho de suas funções nos órgãos de Segurança Pública.

## 2.1 A CONSTRUÇÃO DO APARATO POLICIAL NO SEIO DO ESTADO

O termo *Polícia* vem do grego *politéia* e do latim *politia*: representa o conjunto de leis ou de regras impostas ao cidadão que têm por objetivo assegurar a moral, a ordem e a Segurança Pública ou as regras capazes de fazer reinar a ordem, a tranquilidade e a segurança do grupo social.

Seguindo o pensamento de Recasens (1996, 1998) tratar do espaço policial e do aparato policial é tratar de um processo de construção de um instrumental de poder que, muitas vezes, confunde-se com o próprio poder. Supõe, sobretudo, buscar compreensão no surgimento do Estado em suas origens, nas revoluções burguesas do século XIX; significa, finalmente, revisar a definição de Soberania, elaborada à sombra do Estado-Nação; inclui, ainda, o conceito de Polícia ter parâmetros históricos que coincidem com o surgimento do Estado-Nação.

Tilly (1992), em *Coerción, capital y los Estados europeos, 990-1990*, faz um estudo diacrônico sobre a formação das cidades e dos Estados no período que vai de fins do século XV até fins do século XIX, relacionando o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a conseqüente lógica do capital com a emergência da coerção na configuração das cidades-Estado modernas; além disso, analisa a guerra como motor de formação e de transformação do Estado. Para o autor, Estados são organizações com poder coercitivo que são diferentes de grupos de família ou de parentesco e que, em certas questões, exercem uma clara prioridade sobre qualquer outra organização dentro de um território de dimensões consideráveis.

O autor refere que, das definições de Estado, alguns empregam o termo em sentido organizativo; outros, a toda forma de poder existente em uma população ampla e contígua; outros o consideram restrito a organizações soberanas relativamente poderosas, centradas e diferenciadas – o que o autor denomina de Estado Nacional.

Para esse autor, o sistema de Estado que prevalece atualmente se configurou na Europa após 990 d.C. A Europa tinha bases para a sua unidade: uma faixa descontínua de cidades mercantis ligava grande parte do território com um vínculo de produção e de comércio que ia desde o Mediterrâneo até a Ásia Ocidental. Os Estados formam sistemas à medida que há interação entre eles e enquanto tal interação incide de modo significativo no destino das partes. Visto que os Estados surgem sempre da competência pelo controle dos territórios e das populações, aparecem invariavelmente em grupos e formam sistemas.

Para Tilly (1992), a coerção inclui toda a aplicação concebida como ameaça ou como realidade de ações que, em geral, causam perda ou prejuízo às pessoas, ou às posses de



particulares ou de grupos, os quais são conscientes tanto da ação como dos possíveis prejuízos. Se o capital define um âmbito de exploração, a coerção define um âmbito de domínio. Os meios coercitivos também podem, assim como o capital, acumular-se e concentrar-se. Quando a acumulação e a concentração dos meios coercitivos crescem juntas, produzem Estados, produzem organizações diferenciadas que controlam os principais meios de coerção concentrados dentro de territórios bem definidos e exercem prioridade em alguns aspectos sobre todas as restantes organizações que operam dentro de tais territórios.

Para o autor, na História, houve dois grandes grupos de coerção: os soldados (as Forças Armadas, estendendo-se à capacidade de encarceramento, de expropriação, de humilhação e de publicação de ameaças) e os grandes latifundiários (receberam títulos, privilégios, cristalizaram-se em aristocracias que administraram a Europa durante séculos). Aponta, ainda, a relação recíproca entre as mudanças da atividade bélica e a organização do Estado. Tilly (1992) divide os anos, a partir de 990 d.C., em quatro segmentos com limites temporais variáveis segundo as distintas partes da Europa; o referido autor delinea, deste modo, diversas formas de coerção:

- a) o patrimonialismo: até o século XV em grande parte da Europa, em que as tribos, as levas feudais, as milícias urbanas e as forças ordinárias desempenharam parte principal na guerra e em que os tributos eram recolhidos pelos monarcas através de impostos e tributos;
- b) a mediação: de 1400 a 1700; neste período, as forças mercenárias recrutadas por intermediários predominavam na atividade militar e os soberanos dependiam de capitalistas formalmente independentes para as suas necessidades materiais;
- c) a nacionalização: de 1400 a 1700, época em que os Estados criaram Exércitos e Armadas constituídos de modo crescente com as suas próprias populações nacionais, enquanto que os soberanos incorporavam as Forças Armadas diretamente à estrutura administrativa do Estado, assumindo o funcionamento direto do sistema fiscal e excluindo a participação de intermediários independentes;
- d) a especialização: abarca meados do século XIX até o passado mais recente. Aqui, a força militar cresceu até converter-se em um poderoso aparato especializado do Governo Nacional; aumentou a separação organizativa entre capacidade física e militar; separam-se as funções entre Exército e Polícia; as instituições representativas chegaram a ter uma importante influência entre os gastos militares

e os Estados abdicaram uma variedade muito ampliada de atividades distributivas, reguladoras, compensatórias e de arbitragem.

A partir das leituras de Tilly (1992) e de Recasens i Brunet (1995, 1997, 1999), pode-se considerar que o conceito de Polícia se vincula à ideia de Estado-Nação e a seu corolário, a Soberania, até o ponto de aparecer como emblema dos mesmos. Sobre isso, observa-se que a consequência lógica é que as transformações dos conceitos de Estado e de Soberania, que parecem acelerar-se durante estes últimos anos, devem, forçosamente, levar às transformações policiais.

Com base nesses dois autores, considera-se o processo através de três grandes eixos: a construção do aparato policial no seio do Estado; o espaço policial na Europa, América Latina e no Brasil; o espaço policial brasileiro: delineamentos, métodos e riscos.

Para Recasens (1997), a separação, durante o século XVI, entre Estado e Governo supõe um passo decisivo para a construção de um Estado que, abandonando progressivamente a tutela divina, constituir-se-á na pedra angular de todo o sistema de poder. O primeiro passo para situá-lo em uma esfera intangível consistiu em deixar ao Governo a titularidade temporal da Soberania, com isso atribuindo-lhe a responsabilidade pelas possíveis falhas ou erros – fica-se, deste modo, a salvo o conceito de Estado, entendido como ente permanente e absoluto. Esse Estado soberano atravessa a Modernidade, revestido de outro atributo, o Estado-Nação, uma vez abalado definitivamente o poder das Monarquias Absolutas.

Com as revoluções burguesas, a razão substitui definitivamente a graça divina; a Nação, o feudo e os cidadãos, os súditos. Segundo Recasens (1998), ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira do século XX, reforça-se a autoridade desse Estado, de modo que esta adquire legitimidade na forma de Estado de Direito. Chega, pois, aos nossos dias como Estado Social e Democrático de Direito, provavelmente no limite de suas forças benfeitoras.

Segundo Cancelli (1993, p. 67-68),

internacionalizara-se o capital e internacionalizara-se o trabalho. Algumas políticas deveriam acompanhar esta mudança. A História, definitivamente, passara a ser internacional. Nenhuma nação integrada ao desenvolvimento moderno do capitalismo – e eram muitas – sonhava agora em isolar-se, seja via protecionismo dos mercados comerciais, seja no manejar de seus problemas sociais e políticos. A 1ª Guerra Mundial e a fundação da Terceira Internacional em Moscou, nos anos 1918 e 1919, eram a prova incontestável dessa realidade. As práticas de controle e repressão gradativamente se integraram a este mundo universal. O Estado Moderno tomara para si o monopólio da violência. O trabalho das polícias urbanas de inteligência necessitava agora ser internacionalizado. A atividade policial tornara-se mais

complexa do que promover a moralização e a educação das massas com a finalidade de manter a estabilidade social burguesa, aos moldes do século XIX. As fronteiras internas dos países não podiam mais dar conta nem da internacionalização do trabalho, nem da internacionalização do capital. Tratava-se de política, ou de políticas, integrada.

Deve-se frisar agora que, à margem das formulações de autoritarismo estatal que marcaram a Europa bem como a América Latina em períodos obscuros sob o jugo de totalitarismos, de fascismos e de ditaduras de diferentes significados, existe uma formulação jurídica de corte democrático tendente a reforçar a autoridade estatal. Para Recasens (1998), um dos pilares fundamentais é Hans Kelsen e a denominada “Escola de Viena”, que se construiu ao seu redor. Para Kelsen (1934, p. 134), o Poder do Estado é “aquele em virtude do qual o Estado “domina” sobre os homens; aquele em virtude do qual os homens estão subordinados ao Estado e são seus súditos”. Segundo Recasens (1998), para que esse Estado possa exercer o seu Poder de um modo legítimo, deve estar amparado por um ordenamento jurídico, espaço no qual Kelsen situa a Constituição, que é a verdadeira pedra angular da existência de uma ordem soberana, entendida como aquela não subordinada a nenhuma outra.

Recasens (1998, p. 6) compartilha do posicionamento de Kelsen (1934, p. 139) quando este diz que dessa maneira “o Estado em sua unidade e com sua Soberania aparece como ordem suprema sobre o qual não existe outro mais alto, a autoridade suprema se traduz como o poder de expedir mandatos obrigatórios, com base na ordem jurídica nacional”. Referindo ainda Kelsen, Recasens (1998) assevera que o Estado, investido como autoridade jurídica, caracteriza-se justamente por ser o único com legitimidade para exercer a coação própria de seu Poder, em outras palavras, possui o monopólio da violência legítima com o objetivo de salvaguardar a Segurança Pública.

Assim também aponta Max Weber, quando observa que

o Estado Moderno pode se definir em última instância a partir de um meio específico que, o mesmo que toda associação política, lhe é próprio, a saber: a coação física (...) o Estado é aquela comunidade humana que no interior de um determinado território reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima. (WEBER, 1987, p. 1.056-1.057)

Portanto, o Estado, assim definido, precisa evidentemente da construção de instrumentos que permitam exercer a autoridade através da coação. A Polícia é, sem dúvida, um desses instrumentos, provavelmente o mais representativo e emblemático da coação estatal.

Para Recasens, chegando-se a esse ponto, é imprescindível analisar qual tem sido o itinerário seguido pela Polícia para chegar a ser o que hoje conhecemos como tal. Segundo o autor, para isso se faz necessário desfazer velhas e interessadas interpretações tendenciosas que convertem a Polícia em uma instituição universal. Para o autor (1998), considerar a Polícia como uma instituição universal é um erro, o qual tem a sua fonte no fato de se haver buscado uma definição de Polícia vinculada à mera função de vigilância de bens e de proteção de pessoas, baseando a essência na função. Comenta, também, que, a despeito desta ingênua premissa, majoritariamente são os autores europeus que concluíram que a origem da Polícia estava na Grécia, no Egito, nos grupos de Israel, esquecendo-se de estabelecer paralelismos com outras culturas americanas, asiáticas ou africanas.

Dessa forma, afirma que não é possível achar uma origem histórica da Polícia, que se confunde, assim, com a própria essência do viver humano em sociedade. Portanto, a conclusão é que a Polícia é uma das instituições sociais básicas e vertebradoras de toda a sociedade; ainda, pode-se atestar, graças a essa perspectiva, que a Polícia, que sempre existiu, tem assegurada a sua sobrevivência futura enquanto existir a sociedade humana. Essa argumentação, que de um modo mais ou menos encoberto se faz presente na imensa maioria de delineamentos sobre a Polícia, sofre com o mínimo de três erros que a invalida por completo.

Para Recasens (1996, 1998), ao se situar a Polícia em uma perspectiva universal, consegue-se que o seu passado não tenha um início, salvo na Mitologia grega, como demonstra o fato de o protetor da Polícia ser um arcanjo e que o seu final não seja nem remotamente previsível. Assim, é uma argumentação histórica que nega a própria existência da História. A outra razão está em sua própria definição: a confusão da função com a essência faz com que se perca de vista a integração que está definida em seu entorno histórico e social. Isso, por outro lado, aponta Recasens (1998), não pode ser qualificado exatamente como um erro, senão como uma consequência lógica da falta de historicidade. Para o autor, uma imersão da Polícia em seu entorno sócio-histórico obriga a redefini-la a partir de sua utilização como instrumento de controle, o que equivale a dizer que o que a situa não é um papel central e vertebrado, senão um rol instrumental cujos avatares dependem da instância de controle que, em cada caso, a instrumentalize.

Sobre o terceiro elemento, Recasens o considera como uma manipulação: aqui, cabe perguntar, se interessadamente ou não, concebe-se a Polícia como um elemento eterno, pois tal pensamento se situa fora de toda a opção crítica e se coloca em uma postura tutelar sumamente conveniente para todos aqueles que pretendem legitimar o seu controle presente e

futuro. Com isso contribui-se para fomentar a velha imagem reacionária de que existem dois grupos na sociedade, o da ordem, da tutela e da estratificação social (baseado em princípios elitistas e legitimado pela própria necessidade eterna do mesmo) e o da desordem, a “anarquia”, própria da sociedade quando esta não é tutelada. O resultado de tais argumentações não pode ser outro senão a necessidade de o paternalismo tutelar uma sociedade considerada menor de idade permanente e, como consequência imediata, a legitimação dos mecanismos de controle no presente e a sua permanência no futuro (RECASENS, 1994).

Ainda nessa linha de raciocínio, introduzindo algumas modificações, há os estudos que tratam de basear a definição na existência de uma corporação. Assim, o enfoque adquire certamente dimensões históricas; para Recasens, o problema se coloca na hora de se estabelecer o que é um corpo policial e quando este nasce como corporação ou como entidade independente, por exemplo, o Exército – o resultado desse enfoque depende do conceito de corpo. Se o que se pretende é a identificação de corpo policial, como qualquer grupo de vigilância e de repressão do crime, voltamos a praticar o exercício de retrocesso na História, já que nada impede de remontar até as Guardas Pretorianas. E, se, pelo contrário, parte-se do conceito moderno de corpo, com estruturas internas hierarquizadas, funcionais e com a dependência dos Poderes Públicos, forçosamente teremos que referir a uma época histórica cujos precedentes são a aparição de corpos como a *gendarmeria* napoleônica como segregação relativa do Exército, o que só nos permite retroceder até muito recentemente – é inconcluso – o processo de separação da Polícia em relação às Forças Armadas.

Para Recasens (1998), a perspectiva que se merece considerar tem documentado a sua origem, ao que se observa, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cujo art. 12 estabelece que “a garantia dos Direitos do Homem e do Cidadão faz necessária uma força pública, esta força se institui, pois, em benefício de todos, e não para a utilidade daqueles a quem lhes é confiada”; no artigo seguinte especifica que tal força será paga com dinheiro público.

Em síntese, para Recasens (1994, 1996, 1998), a Polícia que hoje conhecemos tem a sua origem histórica no final do século XVIII e forma parte do acervo inaugurado pelo Estado Moderno. Prova disso é que essa Polícia, assim definida, não é reconhecida fora de nossa área social, cultural e política. Isso situa a instituição no papel instrumental anteriormente mencionado, como parte, como aparato do Estado.

Recasens (1998), partindo de definições como as de Kelsen e Weber, assegura:

- a) que o termo *Polícia* é duvidoso e indefinido, sendo melhor referir a *aparato policial* – desse modo, isso a coloca como instrumento e como parte do Estado;
- b) que o aparato policial nasce com o Estado Moderno e se concretiza no Estado Liberal-Burguês, tendo, portanto, uma origem histórica clara e precisa. Ainda, os agrupamentos de sujeitos com finalidades de vigilância, controle existente em outros momentos históricos, em outras culturas, não podem ser reconhecidos como antecessores.
- c) que o aparato policial, assim vinculado a uma forma – Estado –, não só possui uma origem histórica senão também um final previsível, o do próprio modelo estatal em que se desenvolve.
- d) que o processo de formação do aparato policial, assim como a sua transformação ao longo dos séculos XVIII e XIX, desde a esfera administrativa do Estado até a sua esfera penal, está perfeitamente documentado (FOUCAULT, 1990; NIETO, 1976). Tal aparato não deve ser visto como algo monolítico, senão como um elemento em permanente transformação e adaptação aos avatares do próprio Estado do qual é parte, que está em constante mutação ao longo dos últimos séculos.
- e) que o futuro do aparato policial está vinculado às transformações que pode sofrer o Estado e à natureza e à profundidade de suas respectivas modificações – são, pois, questões indissociáveis.

Conforme demonstra Recasens (1999), portanto, a Polícia é instrumento e parte do Estado, uma das mais emblemáticas representações de poder estatal e de sua capacidade de coerção e de controle. O aparato policial está vinculado a uma Forma-Estado, apresenta uma origem histórica e a sua historicidade está ligada ao modelo estatal em que se desenvolve. Portanto, a organização policial não deve ser tratada como algo monolítico, mas sim como um elemento em permanente transformação e adaptação aos “ventos” do próprio Estado.

### **2.1.1 O aparato policial na Europa, América Latina e Brasil**

Como assinalaram Recasens (1998), Tilly (1992) e Cancelli (1993), o aparato policial adquire o seu sentido e a sua razão de ser no marco do Estado-Nação e sob o manto da Soberania como conceito central. Assinala-se aqui que a História do desenvolvimento das estruturas policiais europeias está intimamente ligada aos acontecimentos sociais e políticos da época; à crescente preocupação dos governos frente à progressiva internacionalização dos

movimentos de trabalhadores marxistas e anarquistas, sobretudo na América Latina, está intimamente ligada à manutenção da ditadura:

Sabe-se, entretanto, que desde o século XVIII já era comum a assinatura de acordos bilaterais para a extradição de criminosos. A França, depois a Áustria e os Estados germânicos celebraram inúmeros tratados que garantiam a um outro Estado o exercício de seu direito punitivo, e foi no final do século XIX e início do século XX que este tipo de acordo proliferou. Até o século XVIII, porém, a extradição só existia e era praticada para crimes de deserção, políticos ou religiosos. Depois, foi admitida para alguns crimes comuns e muito recentemente (1946) formalmente excluída para crimes políticos. Pouco a pouco o jogo político-repressivo deparou-se com a prática e a necessidade de abandonar as fronteiras dos Estados Nacionais para o exercício de sua eficácia. A nova sistemática de relações internacionais das instituições de controle e repressão baseava-se não mais apenas em acordos bilaterais de expulsão, e sim na troca de informações, na assinatura de tratados e na organização e reorganização policial, troca de informações isoladas entre as polícias sobre crimes, criminosos e organizações políticas. (CANCELLI, 1993, p. 68)

Cancelli também observa que

um primeiro encontro preparatório para a concatenização dos trabalhos policiais de diversos países foi realizado em 1920. Vários chefes de polícia encontraram-se em Nova York para tentar sistematizar o que já vinha ocorrendo na prática: a cooperação policial internacional. Finalmente, em maio de 1923, Guidanski, Dinamarca, Finlândia, Lituânia, Suíça, Bélgica, Bulgária, Grécia, Holanda, Áustria, Portugal, Suécia, Hungria, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Romênia, Espanha, Polônia, França, Alemanha, e posteriormente Itália e Inglaterra, constituíram a Comissão Internacional de Polícia Criminal. (CANCELLI, 1993, p. 68)

Segundo a autora, a sede da organização era em Viena; e ainda o trabalho tinha em mente o combate à delinquência internacional. Os países-membros queriam combater a falsificação de moedas e valores, possibilitar a transmissão de imagens à distância, promover a prisão provisória para extradição, com a extradição tratada de Estado a Estado e viabilizar os mandatos de captura e ordem de prisão para estrangeiros suspeitos, incluindo aí os que se opusessem à Segurança Pública internacional, para que as autoridades os prendessem e informassem aos países de origem sobre o criminoso preso.

Com a ampliação e com o maior controle e sistematização das informações policiais, o poder de ação dos aparatos policiais individuais era, por essa forma, acrescido, dinamizado e internacionalizado, estando à margem da lei em Viena, em Londres, em Roma ou no Rio de Janeiro. Cabe referir que o sucesso da empreitada foi enorme. Em 1934, já eram 34 os países-membros da Comissão Internacional de Polícia Internacional; até 1938, quando estourou a Guerra na Europa e a sede da Comissão transfere-se para Berlim, há assembleias gerais das Polícias praticamente anualmente, sem mencionar o fato de que se inaugura, em 1927, a rede radiográfica autônoma da Comissão, com banda de frequência para uso dos serviços

internacionais da Polícia, gentilmente concedida pela Conferência Mundial de Radioeletricidade de Washington. De fato, todo o esforço dos órgãos repressivos era, dessa forma, potencializado em sua eficácia. Aos países que comungavam, em termos de controle social e urbano, das mesmas preocupações, era fundamental a inserção na comunidade internacional da Polícia repressiva (CANCELLI, 1993, p. 69):

Por isso mesmo é que pertencer à contemporaneidade deste mundo do século XX não significava realmente, para o Brasil, participar dos debates intelectuais que se travavam na Europa, ou seguir a moda parisiense. Esta era apenas a aparência superficial e, portanto, mais visível da nova realidade urbana brasileira. O cotidiano social e o mundo público faziam, isto sim, com que pertencer à contemporaneidade significasse ter em comum problemas sociais e percepções similares no que diz respeito à concepção da realidade, sociedade, cidadania, controle social e até desenvolvimento econômico. Isto é, ser contemporâneo no mundo ocidentalizado era partilhar do sistema de símbolos e jogos que faziam parte constituinte deste mundo. Sob este prisma, os grandes centros urbanos brasileiros viviam a sua contemporaneidade. Se é verdade que em alguns lugares do interior do país não havia, por exemplo, notícia sobre o final do Império, também é verdade que nas cidades a industrialização trouxera o mundo dos operários, dos imigrantes, das fábricas, das importações e exportações, dos navios, das estradas de ferro, das greves, do controle social e, por isso, da repressão. (CANCELLI, 1993, p. 69-70)

Conforme Cancelli (1993, p. 70), o Brasil, além de ter recebido a Missão Francesa, em 1906, para instruir a Força Pública do Estado de São Paulo, era signatário do convênio internacional das Polícias sul-americanas de 1905 e 1920, que reunia Argentina, Bolívia, Brasil, Peru e Paraguai. Ambos os convênios pretendiam a troca de informações sobre anarquistas e semelhantes. Era essa uma das principais preocupações políticas relativas à ordem e que envolvia as Polícias, particularmente, as do Brasil, Argentina e Uruguai, em virtude da presença maciça de imigrantes e do trânsito, no Cone Sul, das lideranças sindicais, que tanto receio e medidas de repressão inspiravam à ordem constituída.

Segundo Cancelli (1993, p. 70), intensificava-se, assim, o intercâmbio internacional. Nos mesmos anos 1920 em que os Estados tentavam a organização de forma mais abrangente no interior de cada um de seus países, havia um crescente interesse em estabelecer relações internacionais entre os aparatos repressivos. O interesse era sistematizar, definitivamente, o controle das Polícias e as esferas de influências das Nações. Destaca-se que esse caminho vinha sendo traçado há longo tempo. Sob a esfera judicial, para se ter uma ideia, já em 1909, o próprio Brasil possuía tratados de extradição com a Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Bolívia, Chile, Equador, França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Países Baixos, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.



Essas relações internacionais incluíam também o treinamento policial. A França participou da dinâmica através do envio da Missão Militar Francesa ao Brasil, ao Uruguai e ao Peru. A Alemanha reorganizou as polícias argentina, chilena e boliviana; em 1927, a Itália enviou uma missão militar para treinar a Polícia equatoriana. Além da influência ideológica, o envio das missões significava a comercialização de material bélico e quase uma garantia permanente dessa interação policial (CANCELLI, 1993, p. 70).

Segundo a autora, é bastante claro que a preocupação das primeiras décadas do século XX em internacionalizar as Polícias não partia exclusivamente dos países europeus. Tratava-se, como já foi dito, de uma inquietação internacional. Tanto quanto a França, o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos e outros países da América Latina, por exemplo, estavam apreensivos com a questão e faziam parte ativamente desse novo código repressivo.

Cancelli (1993, p. 70) relata que, a partir da segunda década do século XX, o Departamento de Guerra dos Estados Unidos desenvolveu um trabalho mais sistemático para a internacionalização policial e acabou por estabelecer as Polícias do Haiti (1915), da República Dominicana (1916), do Panamá (1918) e da Nicarágua (1927). Era um esforço que o mundo ocidental iniciava para a organização de relações internacionais que permitiria, dali para a frente, um forte tipo de controle e repressão. Com efeito, a força política dos anarquistas abalara o mundo nas primeiras décadas do século XX, por isso, a repressão fora grande e sistemática.

No caso do Brasil, embora o país não fosse carente de forças repressivas, uma vez que convivía com o liberalismo autoritário e excludente da Velha República, os anos 30 trouxeram o reavivamento de sua contemporaneidade em totalitarismo: o surgimento de uma proposta política conservadora e totalitária, que indicava a inserção absoluta da sociedade brasileira nas batalhas político-ideológicas que se travavam pelo mundo. Tratava-se do advento de um novo projeto político – totalitário em seu conteúdo e em sua ação. Esse tempo, que consistiu nos quinze anos da Era Vargas, não teve apenas importância política interna. Aos olhos do mundo, de acordo com Cancelli (1993, p. 71), o país era estrategicamente muito importante para a época (seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico) e incorporava-se perfeitamente à dinâmica social e política das nações ocidentais e de seu combate ao comunismo, à organização e ao cotidiano dos trabalhadores.

Além do rechaçamento de toda a ideologia liberal, considerada obsoleta, individualista e geradora de desigualdades, o Governo brasileiro gerenciou socialmente a insuflação do ódio e da perseguição aos comunistas. Esse foi um dos fatores fundamentais a permitir a disciplinarização da sociedade brasileira que deveria, segundo o novo modelo político,

obedecer aos ditames de um Estado Moderno e Totalitário. Por isso, a prática de “implantação da violência aberta como instrumento de política” não foi apenas especializada e intensificada nos anos 30, mas também recebeu novo sentido, dinâmica e papel político-social. Saía-se, pois, de uma sociedade policiada, até os anos 1930, para um Estado Policial (CANCELLI, 1993, p. 71).

Segundo Cancelli (1993, p. 72), um dos primeiros passos do novo Governo foi a completa reestruturação interna da Polícia, já nos primeiros dias da tomada do poder. E, sob o ponto de vista de toda a reorganização policial, também os acordos internacionais se tornaram fundamentais para a implementação da nova dinâmica e de seu Estado Policial. Era importante haver troca de informações, assinatura de tratados, organização e reorganização das estruturas policiais. As frentes escolhidas pelo regime para a implementação de relações internacionais com finalidades repressivas eram várias e, ao contrário do que a Historiografia tende a ressaltar, não estabeleciam qualquer preferência sob o ponto de vista ideológico, já que o mundo ocidental se voltava em conjunto para o combate à chamada subversão comunista, que era, na realidade, uma perseguição a todas as esquerdas. Podia ser tanto a Polícia alemã, italiana, americana ou inglesa a escolhida em determinado momento para ser contatada. A diversificação dava à Polícia do Distrito Federal (DF), por exemplo, condições de fazer um trabalho baseado na organização mais sistemática de dados e integrar os agentes policiais à comunidade repressiva mundial, de modo a permitir a triangulação de informações sobre comunistas e sobre demais ideologias de esquerda no circuito de informações dos órgãos de segurança internacional (CANCELLI, 1993, p. 72).

Os próprios ingleses colaboravam de perto com a Polícia brasileira, mas, de forma geral, de uma maneira muito reservada. Foram passadas informações acerca de atividades comunistas na América do Sul e do Norte. Havia, de acordo com Cancelli (1993, p. 73), também uma estreita aliança brasileira com os países do Cone Sul. Além dos convênios de 1905 e 1920, assinados entre Argentina, Brasil, Bolívia, Peru e Uruguai, em Riveira, no ano de 1942, Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai assinaram um reforço de acordos, procurando o intercâmbio informal para a troca de informações.

Os governos participantes recomendaram sobre a coordenação de medidas policiais e judiciárias a necessidade de se organizar, como relata Cancelli:

A defesa da sociedade e das instituições de cada Estado, não somente contra o delito comum, senão no que concerne a certas atividades ilícitas que possam atingi-las. Havia, como já foi dito, várias formas de cooperação internacional. À semelhança da Itália, França, Alemanha e Estados Unidos, o Brasil também tratou de estreitar suas

relações e aumentar seu poder através do treinamento de outras Polícias. (CANCELLI, 1993, p. 75)

No Brasil, em 1942, os militares engajaram-se, juntamente com a Polícia, no controle de informações. O esforço de guerra escolheu novos inimigos e havia a necessidade de táticas diferenciadas para o seu combate. Na verdade, segundo Cancelli (1993, p. 82), sob o argumento da vigilância total, em virtude do conflito mundial, ficara mais fácil realizar o controle total sobre a população. Por algum tempo, as relações internacionais entre as Polícias e o circuito dessas informações estavam alteradas, até que se iniciasse a Guerra Fria.

Internamente, na institucionalização das medidas repressivas, por meio de uma nova legislação sobre estrangeiros e nacionais, em 1942, principalmente, os militares incorporavam-se definitivamente ao serviço repressivo. Da Polícia eles obteriam, paulatinamente, o *know-how* de vigilância, controle, repressão e brutalidade – seria, assim, o início da policização militar brasileira (CANCELLI, 1993, p. 82).

Externamente, os contatos internacionais e o circuito de informações mudaram e começaram a deslocar-se basicamente para os Estados Unidos, envolvendo além de tratados, treinamento e informações, armas, equipamentos e cooperação militar. Com efeito, tudo se resume a um esforço de guerra internacional, pois a questão militar é que passara a ser fundamental. Somente depois de terminado o conflito mundial, em 1945, é que teria continuidade a repressão integrada e a cooperação internacional das Polícias. Novamente o mote seria o combate interno e externo ao comunismo, alimentado pela Guerra Fria. Naquele momento, porém, aos esforços policiais seriam somados os dos Exércitos e de seus serviços de inteligência e repressão, como relata Cancelli (1993, p. 82).

Na década de 1970, sabe-se que a Operação Condor foi uma aliança político-militar entre os vários regimes militares da América do Sul – Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai –, criada com o objetivo de coordenar a repressão a opositores dessas ditaduras, instalados nos seis países do Cone-Sul, utilizando-se do aparato policial e militar desses países. Montada no início dos anos 1970, durou até a onda de redemocratização na década seguinte. A operação, liderada por militares da América Latina, com a participação das Polícias desses países, foi batizada com o nome de *condor*, ave típica dos Andes e símbolo da astúcia na caça às suas presas. A função principal era neutralizar os grupos de esquerda opositores aos governos ditatoriais de direita – Tupamaros no Uruguai, Montoneros na Argentina, MIR no Chile, etc. – que se opunham aos regimes militares estabelecidos na América Latina. O primeiro passo da Operação Condor foi executar a imediata unificação de esforços de todos os aparatos repressivos dos países participantes, uma ação de Estado

implantada em todo o Cone-Sul. Na verdade, a Operação Condor foi um acordo costurado por todos os países da região com o intento de facilitar a cooperação regional na repressão aos opositores dos regimes militares que então governavam o Brasil, a Argentina, o Chile e a Bolívia.

Ressalta-se que, ao longo da História, a prática da Polícia brasileira transcendeu as suas disposições constitucionais, com funções sustentadoras das instituições políticas. Assim foi no Estado Novo, que se caracterizou como um Estado Policial e que teve o direito de coagir o cidadão pela supressão do seu próprio direito, configurando, desse modo, como um dos momentos mais violentos da História brasileira, uma realidade em que a violência assumiu forma de Justiça.

De 1964 a 1985, novos elementos foram articulados a esse Estado policial, edificando-se os preceitos da Ideologia da Segurança Nacional, na qual se assentou a representação social do subversivo e do inimigo interno (BICUDO, 1994). Nesse período, a Polícia Militar passou a ter uma subordinação hierárquica e operacional ao Exército, por um decreto emitido em 1969; por esse mesmo decreto, estabeleceu-se que a Brigada Militar assumiria a missão de realizar, com exclusividade, o policiamento ostensivo repressivo (AMADOR, 2002). Na “Revolução de 1964”, ratificou-se o processo de as Polícias militares ficarem sob a égide do Ministério do Exército, funcionando como Exércitos nacionais regionalizados, sempre com o intuito de manter a ordem.

Assim ficou legalizada, em âmbito nacional, a atuação da Polícia Militar. A Constituição Nacional sempre delegou às Forças Armadas o papel de guardião da lei e da ordem (ZAVERUCHA, 1998). A Carta Magna estabelecia que a estrutura, o efetivo, a disciplina, o ensino e a organização das Polícias Militares ficassem totalmente subordinados ao Ministério do Exército e, para qualquer alteração naquela Instituição, fazia-se necessária a aprovação do Ministério responsável. Desta forma, os regulamentos disciplinares e os estatutos que incidiam sobre a organização policial eram os regulamentos elaborados pelo Exército Nacional. Em 1978 surgiram possibilidades de as Polícias Militares elaborarem os seus próprios regulamentos, desde que mantivessem fidedignidade ao regulamento do Exército Nacional.

Como resultado desse processo, temos operações policiais e operações militares no fazer cotidiano do policial militar. Então, além de zelar pela Segurança Pública, fazendo prevalecer a ordem (AMADOR, 2002) e garantir a observância às leis, atuavam, ao mesmo tempo, como Polícia Política, em nome da manutenção da ordem referente à preservação de

uma lógica disciplinar, vinculada a um sistema de governo autoritário. Desta maneira, o atendimento às mais simples ocorrências era instruído por táticas do Exército.

Lembra Bicudo que

toda a legislação posterior ao golpe de 64 teve como tônica a preocupação de subordinar as milícias estaduais ao comando geral e central das Forças Armadas, donde se pode concluir, ainda hoje, que as Polícias Militares não são corporações subordinadas aos governos estaduais, mas diretamente sujeitas, hierárquica e operacionalmente, ao Exército; que o Estado Maior do Exército exerce, ainda, fiscalização administrativa sobre as Polícias Militares, mediante a atuação da Inspeção Geral das Polícias Militares (artigo 23 e parágrafo 3º do regulamento 200); e mais, que esses vínculos de subordinação hierárquica, operacional e administrativa são permanentes. (BICUDO, 2000, p. 95)

Com o processo de transição para um regime democrático, em meados da década de 80, diferentes setores da sociedade e do Estado, no decorrer do processo de debate e de votação da nova Constituição, propuseram uma série de modificações na Polícia. Como resultado, a Carta Constitucional de 1988 apresentou a incorporação de propostas democráticas em relação a direitos civis, políticos e sociais. No que se refere à área da Segurança Pública, observou-se, por parte das Polícias Militares, um movimento de pressão cujo resultado foi a manutenção do aspecto militarizado das Polícias. Em primeiro lugar, definiu-se, conforme explicita Tavares dos Santos (2001, p. 10), que

a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares” (art. n. 144). Permite, ainda: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, ...” (art. n. 144, § 8º). Em segundo lugar, a polícia ostensiva era atribuição da polícia militar estadual, cujo caráter militar é garantido: “Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (art. n. 42). Em terceiro lugar, foi criada uma Justiça Militar Estadual, com as seguintes atribuições: “Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei (art. n. 125, § 4º).

Em termos constitucionais, a Polícia Militar brasileira integra o Sistema de Segurança Pública, juntamente com as Polícias Federal, Rodoviária, Ferroviária, Civil e Corpo de Bombeiros. Sua finalidade é a preservação da ordem pública, da defesa da população e do patrimônio, mediante o exercício exclusivo da atividade de policiamento ostensivo repressivo.

E o Congresso Constitucional, eleito em 1986, institucionalizou as corporações militares dos estados como um dos organismos responsáveis pelo policiamento

preventivo; e manteve um sistema judiciário corporativo, responsável, em larga medida, pela impunidade que ainda acoroça a violência que deles emana na sua atuação enquanto polícia ostensiva. (BICUDO, 2000, p. 97)

A promulgação da Constituição de 1988 deu visibilidade ao paradoxo de um processo de democratização que tinha dificuldade de equacionar a questão policial. Seguiu, entretanto, apresentando os mesmos sintomas: denúncias de violência policial, caráter militarizado das Polícias Militares Estaduais, corrupção, dualidades de condutas operacionais, foro privilegiado nas Justiças Militares Estaduais. Em contrapartida, algumas alterações advindas da Constituição de 1988 – na relação entre Polícia Militar e Forças Armadas – possibilitaram certa autonomia à primeira, principalmente nas questões de ensino e formação. E, no bojo desse processo, veio a debate a maneira de se fazer o policiamento.

Sobre essa época, Fruhling comenta:

*Los Acuerdos de Paz alcanzados durante 1991 y1996 respectivamente, entre los gobiernos de El Salvador y Guatemala y los representantes de la oposición armada que enfrentaban, abrieron paso a dos de los esfuerzos recientes y más comprensivos por avanzar hacia reformas de la institución policial en América Latina. En ambos casos los acuerdos respectivos estipularon la creación de nuevas fuerzas civiles que reemplazarían a las antiguas policías controladas por las Fuerzas Armadas y conocidas por su actuación represiva y politizada que hacía imposible su continuidad en un sistema democrático. Estas reformas involucraron a una variedad de actores internacionales y produjeron de manera paralela cambios institucionales que afectaron al sistema de justicia criminal mediante la introducción de juicios orales y sistemas acusatórios. (FRUHLING, 2003, p. 3)*

Segundo o autor, nesse mesmo período, as reformas policiais se estenderam à região, percebem-se articulações para desenvolvimento de Programas, sobretudo com ênfase no Policiamento Preventivo. Ressalta-se que a “atuação policial dentro da concepção do método de policiamento preventivo, ao invés de enfatizar estatísticas sobre prisões, apreensões de armas, etc., que representam a ação policial sobre uma criminalidade crescente, e não decrescente” (BEATO, 2001, p. 27), “tem como princípio de ação de é sempre melhor prevenir o crime do que prender a *posteriori* seus autores” (MONET, 2001, p. 159).

Já o método de policiamento repressivo é exercido quando a ação já ocorreu ou está ocorrendo, o que demanda que os agentes estatais tenham uma atuação específica e direcionada, a fim de reverter aquilo que foi feito por quem descumpriu a lei.

Segundo Monet (2001), na Europa quando nasce a dúvida sobre a capacidade real dos métodos de repressão da Polícia responderem às expectativas sociais em matéria de segurança no cotidiano, observa-se uma reviravolta: “o totalmente repressivo” do fim dos anos 1970, sucedeu um “totalmente preventivo” que, segundo o autor até o momento parece não ter sido

possível avaliar os seus efeitos, assim que estes estão mais sobre a saliva do que sobre as curvas da criminalidade (MONET, 2001, p. 159).

Durante a década de 1990, as Polícias Militares de diversos Estados brasileiros passam a desenvolver programas de Polícia Comunitária, assentados na concepção do método de policiamento preventivo. A característica central do policiamento comunitário é ser uma estratégia de policiamento preventivo, que se estrutura em torno da função de policial como um prestador de serviços do público, com o objetivo declarado de melhorar as relações com a comunidade, de reduzir os níveis de violência policial e de aumentar a sua credibilidade junto à população:

*El primer experimento evaluado formalmente se produjo en Copacabana, Rio de Janeiro en 1994. Aunque su duración fue breve, fue seguido de intentos parecidos en muchas otras ciudades de Brasil. A esos esfuerzos se han sumado intentos de carácter más sistemáticos y recientes en Perú a partir del año 2001 con el reemplazo del Presidente Fujimori y otros fallidos en Argentina. Carabineros de Chile avanza también en un plan estratégico que consulta una focalización de las estrategias preventivas en áreas territoriales pequeñas denominadas cuadrantes y cuyo propósito es el de intensificar los contactos con la población. (FRUHLING, 2003, p. 3)*

O autor indaga que, em função das diferenças existentes em termos de nível de profissionalismo das Polícias envolvidas nesses processos de transformação e os distintos contextos políticos e sociais nos quais estão inseridas, se é adequado analisar tais reformas nacionais como similares. Afirma, ainda, que a este respeito pode-se dizer que, em certo nível de generalização, todas elas encontram as suas origens em fatores que são semelhantes, isto é, o processo de democratização que viveu a região em anos recentes, o que fortaleceu as demandas por reformas que reduziram os níveis de violência policial e criaram canais de comunicação e de serviços em direção à comunidade:

*[...] el incremento del crimen que ha presionado para buscar una mayor profesionalización del personal y de las estrategias policiales, y finalmente, la difusión de modelos de gerencia y administración pública que enfatizan la búsqueda de la flexibilidad en las respuestas que entregan las instituciones públicas, acento en los resultados más que en el cumplimiento de normas, descentralización en el proceso de decisiones y atención al usuario del servicio policial. (FRUHLING, 2003, p. 03-04)*

Fruhling reconhece que os problemas que enfrentam as Polícias latino-americanas admitem sérias diferenças, porém, sem dúvida, eles estão atravessados por algumas

similitudes que autorizam um tratamento comum dos desafios que hoje enfrentam. Sobre isso, o autor refere algumas dificuldades, a saber:

*Las policías latinoamericanas son todavía tributarias de un modelo de organización jerárquico, centralizado y de tipo militar, lo que es más notorio en aquellas fuerzas de tipo militarizado, como sucede por ejemplo con las policías militares brasileñas, con Carabineros de Chile y con la Policía Nacional del Perú, pero extensivo a las policías que se definen como civiles en la región. Este tipo de organización facilita el mantenimiento de la disciplina interna, pero requiere reformas si se desea avanzar hacia modelos de administración más flexibles y que incentivan la cooperación con la comunidad. El sistema y contenido de la capacitación que reciben los policías refuerza la organización indicada, pues enfatiza la obediencia y disciplina, es de carácter teórico y dedica gran atención al aprendizaje de las normas legales, más que a la enseñanza de métodos de gestión destinados a obtener resultados. (FRUHLING, 2003, p. 4)*

Para Fruhling, a origem do processo das reformas policiais na América Latina está influenciada por três fatores que condicionam suas características e conteúdos. Em primeiro lugar, pelo processo de democratização durante as décadas de 1980 e 1990 em muitos países da região; pelo forte incremento que experimenta o delito comum em quase todos os países latino-americanos em anos recentes; pelas discussões sobre as reformas policiais que se dão, sobretudo, no contexto das transformações que começa a experimentar o Estado a nível global e na América Latina em particular:

*En parte la aplicación progresiva de programas de policiamiento comunitario se explica porque constituye una estrategia cuyos principios coinciden con los que guían el proceso de reforma del Estado en América Latina. En otras palabras, razones de tipo económico y político llevan a predicar cambios en la administración del Estado que buscan que ésta sea más cercana y que rinda cuentas ante el ciudadano, que descentralice funciones hacia los gobiernos locales y que flexibilice sus principios de funcionamiento. Estos cambios cuando se trasladan hacia la organización policial sintonizan adecuadamente con algunos conceptos de la policía comunitaria. (FRUHLING, 2003, p. 8)*

Fruhling também declara:

*La descentralización y la reforma del Estado tienen efecto sobre la policía. La descentralización conduce en los hechos a que surjan autoridades locales y regionales con interés en desarrollar programas en el terreno de la seguridad ciudadana competitivos en ocasiones con los desarrollados por el gobierno central. En Chile, por ejemplo, el alcalde de Las Condes desarrolla programas de vigilancia mediante guardias y vehículos municipales que son en alguna medida alternativos a la vigilancia policial. Guardias municipales son creadas en ciudades de Ecuador y Guatemala. Todo ello motiva a la policía a prestar mayor atención a las autoridades y realidades locales, las que en ocasiones participan en el financiamiento policial. (FRUHLING, 2003, p. 8)*



Atualmente esse debate está colocado, em nível mundial, nos estudos sobre Polícias, sobretudo no que diz respeito à representação que a Polícia (RUDNICKI, 2007) faz de si mesma e a que a opinião pública e os meios de comunicação colocam em cena, assim como sobre a relação entre Polícia e Sociedade, que é, ao mesmo tempo, redutora e mistificadora. Segundo o autor é redutora, pois a Polícia de Segurança trata de muitos problemas sociais que não aqueles somente referentes à criminalidade é, também, mistificadora porque faz crer que os policiais detêm o monopólio de tudo que se refere, de perto ou de longe, à criminalidade e que existiriam equações tais como “Polícia = segurança”. Esse debate segue atual e está inserido no contexto da discussão sobre os desafios complexos da Segurança Pública e a aplicação de métodos modernos de policiamento.

Do que foi exposto até aqui, identifica-se a movimentação das estruturas, do aparato policial de acordo com as transformações do Estado, uma vez que sempre o primeiro é consoante com o segundo. De fato, o aparato policial, como se observa, se consolidou ao longo do século XX. E conforme aponta Recasens (1998), Tilly (1992) e Cancelli (1993) apoiaram-se em diferentes *leitmotivs*, os quais se foram sucedendo na sociedade, até chegarem ao que hoje se observa.

Associados às dúvidas que pairam sobre os impactos do método repressivo sobre a curva da criminalidade e à possibilidade de estratégias ainda por serem desenvolvidas a partir do método de policiamento preventivo, observa-se que, atualmente, três *leitmotivs* têm ligado em momentos estratégicos a América Latina, os Estados Unidos, a Europa, a União Europeia e os Estados do Brasil. Tais situações têm sido motivo e consequência de avanços significativos em matéria de ação policial no mundo, a saber, são o terrorismo, as drogas e a livre circulação de pessoas. No Brasil, é o enfrentamento da criminalidade, da violência e das drogas –, talvez não com um espaço tão visível e tão articulado e construído quanto na Europa e mesmo na União Europeia –, contudo aparece acompanhando, assim, um processo de união e de formação de redes policiais. Pode-se dizer, sim, que essas situações têm sido motivo ou consequência de mudanças significativas na organização do trabalho policial, de ajustes policiais no mundo, e também no Brasil.

A violência e a criminalidade associada à droga são fontes de constante preocupação, em especial a partir dos anos 1970 em cenário internacional. Isso adquire papel preponderante a partir dos anos 1980, quando surgem inúmeros grupos policiais destinados a combater o tráfico de drogas e a drogadição. Durante o final dos anos 1980 e 1990, a preocupação estende-se também aos mecanismos de bloqueio de dinheiro utilizados pelas redes de narcotraficantes. O novo *leitmotiv* que surge no horizonte é a violência com a drogadição e a

existência desses fenômenos, à margem de outras considerações, que tem servido para tornar coeso um espaço policial brasileiro bem como latino-americano. E ainda, sobretudo, novas fontes de legitimação de controle: as violências das torcidas nos jogos de futebol, as gangues e galeras, os bondes, a violência contra mulheres, idosos e crianças, enfim, tantos motivos de preocupações dos Estados e das Polícias brasileiras.

Em síntese, pode-se observar o surgimento de motivos recorrentes e se reconhece que a existência desses fenômenos contribui para reforçar as redes policiais, criando algumas novas, ou estendendo as já estabelecidas, ao ampliar os seus objetivos. Aqui se faz preciso assinalar o surgimento de programas de resistência às drogas e à violência, desenvolvidos pelas Polícias, célula experimental de futuras práticas desenvolvidas, como, por exemplo, na Europa, a *European Drugs Unit* (EDU), o programa norte-americano *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) e, no Brasil, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), uma adaptação do DARE norte-americano.

## 2.2 O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)

Não se pode ignorar que a forma como se constituiu o sistema de segurança policial no Brasil, as transformações da Constituição brasileira, os estatutos e os regimentos e a forma de emprego das forças policiais no Brasil vinculam-se ao atual desenho do sistema policial brasileiro. Sabe-se que, ao longo das reformas constitucionais, foi possibilitada às Polícias brasileiras certa autonomia, sobretudo para o seu planejamento de ensino e de práticas pedagógicas, em suas Academias e também quanto às formas de fazer policiamento. No Brasil, os programas de prevenção e de aproximação surgem no contexto dessas reformas. Os Departamentos de Ensino das Academias de Polícias Militares passaram, então, a investir na formação de um agrupamento de policiais, no ensino e no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, visando a formar Instrutores, pesquisadores e estudiosos do tema *prevenção à violência e ao uso de drogas*.

O Departamento de Polícia de Los Angeles, nos Estados Unidos da América, após diagnosticar falhas nos organismos de repressão ao tráfico e aos usuários de drogas, em 1983 passou a desenvolver um programa educacional que visa a prevenir crianças em idade escolar dos males causados pelo uso das drogas e das consequências advindas disso, como a violência; foi criado pela professora Ruth Rich e por uma equipe de educadores, que desenvolveram um trabalho em conjunto com o Departamento de Polícia daquela localidade.

Nesta aproximação entre Educação e Segurança Pública, encontra-se nos mais diversos textos que a criação do Programa foi motivada pela permanente oferta de drogas, mais especificamente o tabaco e o álcool, aos estudantes da rede de ensino. E, ao observar que os resultados alcançados apenas pela repressão policial às drogas ilícitas, ao tráfico, não produzia efeitos significativos e, ao considerar que o trabalho policial circulava entre o traficante e o usuário, estabeleceu-se que um requer repressão e, o outro, prevenção. A partir disso, a Segurança Pública, a Educação e a Polícia buscaram estratégias de prevenção focadas em crianças na faixa etária entre 9 e 12 anos de idade – fase esta de grande vulnerabilidade e de possibilidade de se iniciar posições criteriosas para o enfrentamento do apelo ao consumo de drogas, sejam estas lícitas ou ilícitas.

Atualmente, o Programa é desenvolvido nos 50 Estados americanos e em 58 países nos cinco continentes, pelo qual já passaram aproximadamente 40 milhões de crianças que participaram do DARE, inclusive no Brasil, onde está sendo aplicado em todos os Estados.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)<sup>27</sup> está consolidado no Brasil desde 1998 é uma iniciativa da Polícia Militar e visa a oferecer noções de cidadania, prevenir o abuso de drogas entre escolares e auxiliá-los a “dizer não” às drogas e à violência.

Pevorano (2006, p. 105), referindo-se à Diretriz 006/2000, diz que o PROERD possui basicamente os três objetivos explicitados:

- Desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas aos alunos das escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a realidade local, os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida;
- Oferecer estratégias preventivas para reforçar os fatores de proteção, em especial referentes à família, escola e comunidade, que favorecem o desenvolvimento da resistência em jovens que poderiam correr o risco de se envolverem com problemas de drogas e violência.
- Prevenir a criminalidade, pois, segundo dados estatísticos, a maioria dos crimes está relacionada às drogas, direta ou indiretamente.

Ao construir uma retrospectiva sobre a implantação do PROERD no Brasil, observa-se como um dos marcos o ano de 1992, quando a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro adotou o Programa DARE entre crianças de rede pública e particular de ensino no Brasil. Em Pevorano (2006), descobriu-se que o desencadeamento inicial das ações para a implantação do Programa no Brasil ocorreu com a ida de integrantes da Assessoria Técnica da Polícia

---

<sup>27</sup> Ver: <http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/proerd/index.htm>

Militar a uma palestra proferida pelo Sargento Steve Keyser no Rio de Janeiro, quando se verificou que o conteúdo do *DARE/AMÉRICA* em muito poderia subsidiar a elaboração do Projeto que se pretendia implantar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro:

Através de entendimentos mantidos com o Adido de Imprensa Adjunto e com a Assessoria de Imprensa do Consulado dos Estados Unidos, planejou-se o comparecimento de uma equipe de policiais do *DARE/AMÉRICA* ao Rio de Janeiro, para a formação de policiais militares da PMERJ na condição de Instrutores. A vinda dessa equipe, composta por cinco Policiais do Departamento de Polícia de Los Angeles e dois da cidade de San Diego, ocorreu no período de 17 a 28 de agosto de 1992, o que possibilitou o treinamento de vinte e nove policiais militares. (2006, p. 95)

Nesta ocasião decidiu-se que o Programa *DARE/AMÉRICA* seria aplicado no Estado do Rio de Janeiro com a denominação de *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência* – o PROERD –, adaptação da sigla norte-americana DARE.

Naquele momento, estabeleceu-se uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação, uma vez que o Programa se desenvolve em salas de aula. Dessa maneira, técnicos daquela Secretaria participaram do planejamento, da tradução de material didático, da preparação dos Policiais Militares em uma fase inicial, além do acompanhamento de todo o treinamento desenvolvido pelos policiais americanos (PEVORANO, 2006, p. 95).

Em 1993, a Polícia Militar de São Paulo (a PMSP) implanta o Programa com a denominação de PROERD, já em andamento no Estado do Rio de Janeiro, com a meta de esses dois Estados disseminar o Programa em nível nacional.

No Estado do Paraná, o PROERD inicia o seu desenvolvimento a partir da apresentação de um trabalho monográfico no Curso Superior de Polícia, em 1999, resultado de um convênio firmado entre a Universidade Federal do Paraná e a Polícia Militar do Paraná, através da Academia Policial Militar do Guatupê. Cabe ressaltar que o Paraná atualmente é um dos grandes centros, se não o maior, de referência do PROERD no Brasil, o qual está habilitado pelo DARE a certificar cursos de formação às demais Polícias Militares em território brasileiro.

No Rio Grande do Sul, mais precisamente em Porto Alegre, quando da exploração do campo de pesquisa do PROERD, no que concerne às práticas de prevenção e às filosofias de aproximação, observou-se que, quanto às práticas do método ostensivo preventivo – ainda que em nível de planejamento estratégico seja contemplada a implementação desse método de Policiamento –, há alternâncias de períodos dedicados ao desenvolvimento de maiores projetos, o que parece não ser muito diferente dos outros Estados do Brasil – o

desenvolvimento do método fica ligado, pois, à ideologia de governos e à adesão e a simpatia dos Comandos. Por ora, o que se observa, sobretudo em Porto Alegre, é o argumento de que “o efetivo de policiais militares” está aquém do necessário, não sendo possível disponibilizar policiais do policiamento ostensivo repressivo para programas e trabalhos de prevenção, não sendo, assim, valorizado esse método de Policiamento. Contudo, em alguns Batalhões da Capital e, sobretudo, no Vale do Rio dos Sinos, Comandos, Oficiais e Praças têm-se dedicado a projetos orientados na perspectiva da prevenção e da aproximação, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

No Rio Grande do Sul, o Programa teve início no ano de 1998 quando a Brigada Militar passou a desenvolvê-lo nas escolas do Estado, através de policiais militares voluntários, com a formação de duas turmas de alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Piratini, em 15 de julho do mesmo ano.

Destaca-se, aqui, que Rio de Janeiro e São Paulo são os polos irradiadores para a propagação do Programa. No campo empírico, ao se buscar a reconstituição da História do Programa, soube-se que somente em 2005 é que este obteve certificação. Até então, desde o momento dos primeiros desenvolvimentos, observa-se que o Programa passou a ser desenvolvido de forma “clandestina”, visto que não houve apoio inicial do grupo de Oficiais do Comando – de certa forma, o que determinou a implantação inicial foi o desejo de alguns, de poucos Oficiais, com a adesão e com o comprometimento de Praças. No campo empírico, comenta-se que por esta circunstância inicial é que o Rio Grande do Sul caracteriza-se por ter eminentemente um grupo formado por Praças e por poucos Oficiais. Desde então, o Programa já esteve ligado ao Comando do Estado-Maior, o que implica a inserção do Programa na verticalidade de gestão da Brigada Militar – isso poderia, pois, representar maior adesão; há algum tempo, aquele foi passado ao Departamento de Ensino, ficando a gerência ao Comando do Batalhão. Ao contrário, nos locais em que o Programa está vinculado ao Comando do Estado-Maior, vê-se que no planejamento estratégico dessas Polícias são estabelecidas metas para os Comandantes de Batalhão em relação à implantação do PROERD, bem como são monitoradas as suas execuções.

Nota-se que tal fato teve impactos diversos na equipe de capacitação (Mentores e Mástres) e nos Instrutores. Tal equipe acredita que de certa forma aquela situação contribuiu para a desconfiança dos demais Estados em relação ao Programa gaúcho uma vez que os demais tiveram desde o seu início um reconhecimento legal. Ainda sobre este último Programa, atribuiu-se muitas vezes o “Programa Paraguai”, visto que, devido à falta de apoio do Comando do Estado-Maior, o “Programa foi desenvolvido do jeito possível”. É por

isso que, quando referem à certificação a partir de 2005, demonstram orgulho e dizem sentir-se reconhecidos junto as Polícias dos demais Estados bem como ao DARE. Muitas vezes, no campo de pesquisa, escutei quando era “*PROERD Paraguaio*”, quando era “*clandestino*”.

O ano de 2006 contabilizou um total de 551 Instrutores policiais militares voluntários, que foram preparados para desenvolver o trabalho de prevenção nas escolas e também na comunidade, atividade esta que envolveu pais, professores, alunos e comunidade. Esses policiais militares atendem aos alunos das escolas estaduais, municipais e privadas do Estado.

Em Minas, por exemplo, Centro de Referência onde o Rio Grande do Sul busca a sua certificação, o PROERD é desenvolvido há seis anos pela Assessoria de Direitos Humanos da Polícia Militar, principalmente nas escolas onde ocorrem investidas de traficantes. Em 2003 já estava operando em Montes Claros, Bocaiúva, Teófilo Otoni, Sete Lagoas, Betim, São João Del Rei, Bom Despacho, Raul Soares, Varginha, Uberlândia, Lavras, Pouso Alegre, Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte e Passos.

Naquele Estado, o PROERD é coordenado pelo chefe da Seção de Emprego Operacional do Estado-Maior da Polícia Militar e conta com o reconhecimento do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), que o definiu como parceiro estratégico para a realização de ações de prevenção primária ao uso e ao tráfico de drogas no país, no âmbito do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD). As ações desenvolvidas em sua implementação pelas Polícias Militares são coordenadas pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG), por meio de sua Câmara Técnica de Programas de Prevenção às Drogas e à Violência. O Programa conta também com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Ministério da Justiça, empresas da iniciativa privada, prefeituras e Organizações Não-Governamentais. De certa forma, isso, somado a outros esforços, tornou Minas Gerais o centro de referência e de treinamento do PROERD do país; há, também, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e o Distrito Federal que possuem tal dimensão.

É possível pensar a criação do Programa na Brigada Militar na perspectiva do *ajuste secundário*, pois, inicialmente, o Programa começou a ser desenvolvido no Rio Grande do Sul por iniciativa de um oficial que “congregou” um número significativo de Praças e começou a desenvolver o Programa, por conta própria, diferentemente de outros Estados do país.

No campo empírico, na reconstituição oral da história do PROERD, narra-se que tal iniciativa se deu desta forma pela não adesão de Oficiais ao Programa, pela não aceitação pela cúpula da Polícia Militar, pelo fato de que estes não consideravam aquilo como ação de Polícia – assim esta foi a única alternativa encontrada pelo então Oficial: *iniciou na*

*ilegalidade*. E desde então, segundo um informante da pesquisa, o Programa por vezes fica ligado ao Estado Maior; por outras vezes, depende do Comando que chega à cúpula, passa-o para a área de Ensino, implicando assim oscilações entre a verticalidade e a horizontalidade do Programa.

Também relatam que, devido ao fato de o Programa ter ficado tanto tempo na “clandestinidade”, isso o deixou em certa “marginalidade” e com relativo descrédito em face dos demais Programas certificados e desenvolvidos em outras regiões do país. Referem descrédito junto às Corporações e junto aos Centros de Certificação: ocorre que somente em 2005 a Polícia Militar do Rio Grande do Sul conseguiu obter certificação junto ao Centro de Minas Gerais, o qual é vinculado ao Centro que certifica o DARE.

Deve-se frisar que tal aspecto é relevante para a equipe diretiva do Programa, porém em nenhum momento é referido pelos Instrutores. Esses se apresentam mais mobilizados com a situação de terem sobre si a “acusação” dos demais policiais da comunidade de origem (o chamado ganho secundário). Esses últimos consideram que aqueles são beneficiados por férias em período escolar, o que favorece a organização familiar, bem como a inserção no Programa é uma estratégia de sair da linha de frente – da violência e embates do policiamento ostensivo repressivo. Ainda, ao contrário da época quando iniciou o Programa, as horas de trabalho nesse último são contabilizadas; anteriormente era em horário extra e muito dificilmente conseguiam desenvolvê-lo no horário de trabalho – sobretudo, são acusados de estarem “mutretando”.

Na complexidade da rede que sustenta o fluxo migratório destes policiais, muita vezes os critérios objetivos são flexibilizados, o que “oficialmente” possibilita que a sua entrada na nova comunidade hospedeira fique com certa opacidade. De fato, fica tênue a definição da fronteira que separa o uso legítimo e incidental de uma instituição como uma vantagem pessoal e o uso ilegítimo de uma instituição como vantagem pessoal. Observa-se, o que poderemos chamar de *entradas não oficiais*, por exemplo, as desconsiderações dos critérios de ingresso, tais como linguagem, fluência verbal, português correto, uma vez que esses policiais estarão em sala de aula trabalhando com crianças e jovens, e algumas vezes os vínculos se sobrepõem aos critérios objetivos. Assim, o caráter das relações sociais pesa sobremaneira para dar entrada no Programa bem como a manutenção da própria rede.

Pode-se reconhecer que o movimento colocado em marcha, os fluxos migratórios para o Programa (PROERD), dá-se muitas vezes quando o sujeito se encontra desconfortável, insatisfeito, quanto à imagem de si mesmo e busca outro sentido para si. Tal situação nos remete a Goffman, ao que este chama de *atividades de evasão*: o sujeito pode esquecer-se de

si mesmo e de qualquer consideração que o entorno organizacional queira impor-lhe; por uns instantes, ele se reclui a um mundo que não apresenta as imposições usuais no outro ou no anterior.

Assim, com frequência ouviu-se dos policiais quando se encontravam no PROERD: “aqui pode abraçar”. A aproximação física permitida no território de destino é interdita e interpretada como inadequada no território de origem – e, do mesmo modo, todas as demais expressões de afeto e de sentimento.

Entretanto, percebeu-se em alguns policiais a busca de outros caminhos: aqueles que tentaram fazer isso e voltaram à comunidade de origem, relatam que não se reconhecem numa ou noutra comunidade. Dito de outra forma, um policial que ingressou na Polícia Militar com vistas a financiar os seus estudos na Faculdade de Direito relata que tentou o PROERD por não suportar ser a “escória” da sociedade; além disso, queixa-se da falta do reconhecimento social, bem como das relações hierarquizadas e desrespeitosas no interior do aparelho policial militar. Chegando ao PROERD também se deu conta de que tal atividade não era para ele, “uma vez que tem que ficar “mendigando”, “tens que pedir tudo a comunidade”. “Para a comunidade, todo o policial é desonesto e na Polícia a honestidade está...”. Neste momento, começa a chorar e bate no ombro, onde ficam as estrelas, as insígnias que simbolizam a hierarquia no aparelho policial militar. Ainda, conta que, com a possibilidade do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), tem feito cursos com vistas à Bolsa-Auxílio; deseja realizar cursos que o prepare para futuros concursos, porém não descarta a tentativa de ingressar no Círculo de Oficiais. Observa-se na amostra pesquisada sobre os *policiais migrantes* a circulação, o vínculo e o desempenho de atividades nas duas comunidades, que representam territórios distintos, o que nos leva a pensar na partida, na viagem, nos trajetos e na chegada a uma “nova terra”. Além disso, esses policiais em sua maioria se mantêm ligados à comunidade de origem, seja desempenhando atividades em ambas, seja mantendo vínculos pessoais, amigáveis – muitas vezes isso é a mola propulsora ou a ponte que traz outros policiais para esta nova realidade. Esses trajetos e essas trajetórias colocam em movimento os chamados *fluxos migratórios*. Nesse sentido, “as teorias de redes sociais e transnacionalismo enfatizaram as múltiplas relações que os migrantes estabelecem com as sociedades tanto de origem quanto de destino” (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 2).

Percebe-se que esses policiais seguem em movimento entre a comunidade de origem e a de destino, e com isso infere-se que os atributos reconhecidos, os valores, os saberes, a linguagem e as práticas de uma e de outra comunidade, de certa forma, circulam, colocam-se em movimento nesses territórios. Contudo, verifica-se que a identificação, a adesão à



comunidade de destino surgiu como uma possibilidade em um dado momento quando se reconhecem insatisfeitos em seu lugar de origem, em sua comunidade primeira, buscando assim o que Goffman chama de *ajuste secundário*. Em contrapartida, para chegarem ao território de destino, pressupõe, muitas vezes, uma adaptação, um *ajuste primário ao aparelho policial militar*, já que a sua “ficha funcional” é investigada para a obtenção de seu visto de entrada no território de destino.

### **2.2.1 A metodologia do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD)**

O Curso é ministrado por um Policial Militar fardado com o auxílio do(a) professor(a), uma vez por semana, durante o semestre. Idade em que as crianças estão suscetíveis às pressões para experimentarem drogas ou para agirem de modo violento.

O conteúdo didático e pedagógico do Programa é composto de 17 lições, aborda os seguintes temas: segurança pessoal, maneiras de dizer não às ofertas de drogas, o abuso e o uso das drogas, autoestima, influência dos meios de comunicação (Propaganda), alternativas para não usar drogas, pressão dos companheiros, consequências do uso das drogas lícitas e ilícitas (principalmente o álcool e o cigarro), noções de cidadania, maneiras de se lidar com as tensões do dia-a-dia e formas de se evitar a violência.

É interessante citar agora o material de apoio, produzido pela Brigada Militar:

As lições são desenvolvidas em sala de aula, por um policial militar com o acompanhamento e com um auxílio do(a) professor(a) e de forma interdisciplinar, buscando desenvolver na criança capacidades sociais e habilidades que possibilitem a estas se manterem afastadas das substâncias psicoativas e da violência, através de orientações sobre como resolverem conflitos, serem seguros, tomarem decisões por si próprios e resistirem à pressão para experimentarem as drogas. As lições são ministradas por meio de encenações teatrais e trabalhos em grupos para alunos e palestras para pais e professores.

Ainda,

[...] O PROERD é fundamentado na ação conjunta entre a organização policial militar local, escola e comunidade, o que nos permite afirmar que ele não é apenas um programa exclusivo da Polícia ou das escolas, mas sim da sociedade. O PROERD busca tão-somente ajudar a criança a desenvolver sua auto-estima, lidar com o estresse, reconhecer e resistir as pressões diretas e indiretas que a influenciarão a experimentar as drogas, bem como ajudá-la a tomar decisões sadias.

Ao se fazer uma revisão bibliográfica em materiais acadêmicos, observam-se severas críticas encontradas ao fato de não haver visão desse tipo dos pressupostos teóricos da metodologia e do próprio Programa, por parte dos educadores, a saber, professores de

disciplinas, orientadores educacionais e pedagógicos, supervisores, diretores de Escola, profissionais ligados à educação e à saúde.

O Programa comporta 17 lições<sup>28</sup>, é desenvolvido “através de uma lista de tarefas e procedimentos a cada lição”. Pauta-se em estratégias e em procedimentos muito semelhantes a técnicas de condicionamento, que tem como norte o “ensinando a dizer não”, isto é, o desenvolvimento de um padrão de conduta, sem incluir a complexidade do tema da fase do desenvolvimento. O Programa tem em sua “cartilha” material de apoio utilizado junto ao aluno: há uma série de exercícios, de repetições contínuas de textos, uma rapidez para dar respostas ao Instrutor do Programa através da inscrição de textos em um questionário pré-estabelecido nesta “cartilha”, bem como dramatizações da vida cotidiana que envolvem o processo de estímulo e resposta, a fim de se estabelecer comportamentos reforçadores.

Tem como princípio envolver os pais ou os responsáveis nas atividades, sendo que na primeira lição é encaminhada uma mensagem através do aluno. Os pais tomam conhecimento do Programa que seu filho participará, havendo, ainda, durante os trabalhos, reuniões com os pais ou com os responsáveis. As lições que se desenvolvem, uma vez por semana, durante um semestre, abrangem os seguintes temas:

1. Introdução;
2. Compreendendo os efeitos das drogas;
3. Considerando as consequências;
4. Mudando ideias sobre o uso de drogas;
5. Maneiras de dizer não às drogas;
6. Formando a autoestima;
7. Ser seguro – “Um estilo de resposta”;
8. Lidando com as tensões sem usar drogas;
9. Reduzindo a violência;
10. Combatendo a influência dos meios de comunicação (na violência e uso de drogas);
11. Tomando decisões, assumindo riscos;
12. Dizendo “Sim” para alternativas positivas;
13. Exemplos positivos;
14. Resistindo à violência e à pressão das gangues;
15. Tomando uma decisão;

---

<sup>28</sup> Ver cartilha em anexo

16. Noções de cidadania;
17. Formatura do PROERD.

A partir da base curricular do Programa, verifica-se que este contempla uma compreensão abrangente da função policial, especialmente das dimensões não criminais do trabalho policial. Além disso, sugere haver um processo que torna complexas as competências do policial, pois da interação estabelecida com as crianças, jovens, Escola e a comunidade de forma geral este abandona a sua tradicional postura reativa, rígida e de ostensividade e assume um papel mais ativo das situações surgidas pela interação resultante do período de desenvolvimento do Programa e das demandas oriundas deste.

O que se constata é que, na revisão de documentos sobre o Programa bem como da observação de campo empírico, ocorre um conflito entre o que se observa no material utilizado e o que é dito pelos Instrutores – estes informam que a base teórica é construtivista, e o material aponta evidências de base comportamental, behaviorista. De fato, ao contrário dos trabalhos acadêmicos que apontam tal conflito, os trabalhos desenvolvidos pelas Polícias afirmam a base construtivista.

Em Pevorano, vimos que essa discussão foi levada por educadores de alguns países que participaram da “*18th. DARE International Conference*”, ocorrida no mês de agosto de 2005, em San Antonio, Texas, Estados Unidos, e respondida em palestra realizada pela pedagoga Profa. Dra. Anita Brian, que participou da equipe de pesquisadores que desenvolveu o Currículo Atualizado do DARE. A pesquisadora declarou que o Programa realmente possui a base comportamentalista como essência epistemológica (PEVORANO, 2006, p. 102).

O método então adotado pelo *currículo de 17 lições* aponta ser o mecanicista, e é aplicado ao desejo de se conseguir comportamentos condicionados através da formação de hábitos pela manifestação de um incentivo que atua como reforço (ESTEVES, 1995, p. 2).

Atualmente, o Programa no Brasil vem adaptando e construindo alternativas ao que chamam de *currículo atualizado*, dirigido ao Ensino Fundamental, com dez lições cada, e o currículo para os pais, que contém cinco lições.

É importante ressaltarmos que existe, ainda, um conflito de campo teórico e de base epistemológica, trata-se de uma metodologia americana, construída em uma cultura diversa da nossa. Recentemente, o Programa importou o manual para trabalhar questões de violência: “como as crianças poderão identificar um toque de abuso”, a partir da aproximação física, por exemplo. Não há informações quanto à existência dessa discussão e do posicionamento disto no interior do Programa na Brigada Militar e acredita-se que nem nas demais Polícias.

A preocupação da instituição com o perfil do policial que trabalhará no Programa revela-se nos documentos que orientam o seu trabalho:

A organização policial entende que o processo inicia-se com uma rigorosa seleção dos policiais, pois desta iniciativa dependerá o sucesso do programa. E estes policiais deverão enquadrar-se em diferentes aspectos os quais deverão levá-lo a ser um pesquisador e estudioso permanente no assunto<sup>29</sup>.

O policial militar selecionado participará do Curso de Capacitação e Formação de Instrutores, com duração de oitenta horas aula, durante duas semanas. Esse curso inicial habilita os policiais militares a desenvolverem o Programa junto às 4<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental.

Também se deve referir que o PROERD conjuga estratégias presentes no método de Polícia Comunitária, do policiamento orientado para a comunidade bem como no método de policiamento preventivo, enquanto ferramenta para o controle e para a prevenção da violência e das drogas. Nesse sentido, esse grupo especializado se diferencia do policiamento mais tradicional, direcionado para o atendimento relativo às chamadas de emergência, e das atividades de Polícia desenvolvidas pelos grupos de operações especiais e táticas, de cunho essencialmente repressivo e de contato e interação esporádica com a mesma comunidade. O Programa procura não apenas conhecer e entender a dinâmica do tráfico de drogas, o impacto do uso sobre o sujeito, bem como conhecer a comunidade local mais ampla, a sua organização social e características sociodemográficas, seus membros e suas principais demandas.

Com efeito, ao conjugar as ações pró-ativa e de prevenção qualificada, o PROERD procura reconstruir no imaginário social da população jovem estudantil a ideia de uma Polícia próxima à comunidade; uma Polícia que conhece e é conhecida pela população local; uma Polícia que serve para proteger e para servir; uma Polícia que tem a sua ação focalizada na prevenção, na mediação de conflitos, ou seja, está orientada para uma determinada comunidade. Desse modo, o Projeto mobiliza não apenas a Polícia, mas também a comunidade escolar, os diretores, os professores, os pais e os alunos; sustenta-se, desse modo, em importantes pilares: a gestão coordenada, envolvendo outra agência de controle social (escola) e as ações de proteção sociais, direcionadas para jovens em torno de 11 anos, através de oficinas de formação e de informação, quanto às drogas e a violência.

---

<sup>29</sup> Material de apoio ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

### **3 POLICIAIS MIGRANTES: IDENTIDADES PROFISSIONAIS EM MOVIMENTO**

Este capítulo se propõe a analisar o campo de pesquisa, os processos de construção das identidades profissionais em um grupo que exerce determinada atividade com base no método do policiamento ostensivo preventivo. Esse agrupamento tem uma característica muito peculiar em sua história profissional: a mobilidade no interior da Polícia Militar, qual seja, a sua migração para o PROERD, a comunidade de origem e a particular, e de certa forma mantém um trânsito e vínculo permanente com uma e outra. Tal ação suscita polêmicas, quer numa e noutra comunidade, configurando relações ambivalentes entre elas no posicionamento dos policiais.

Anteriormente, discutiu-se sobre a diferença entre profissão e ocupação, em que se observou que a bibliografia anglo-saxônica considera o termo *profissão* para as atividades que obtêm título superior para o seu desempenho, entre outros atributos; são reconhecidos como *profissionais* os portadores de diploma de curso superior, salvaguardando a esses a titulação e a inserção no mercado de trabalho; para os não portadores de um título superior designa-se *ocupações*.

Ainda que para alguns estudiosos do tema a discussão esteja em aberto em torno de a Polícia Militar ter ou não o reconhecimento de profissão e estar classificada no CBO como ocupação, considera-se (conforme foi esclarecido na primeira parte deste estudo) que é possível referir-se a esta como profissão e identidades profissionais policiais, visto a centralidade que as atividades desenvolvidas nas comunidades são relevantes e resultam “na consciência de pertencer a determinado grupo social”, em questão um agrupamento de trabalho, com código, normas, regras e linguagens próprios (JACQUES, 1997, p. 130).

Para Jacques (1997, p. 130), há uma série de características que fazem parte do rol de atributos que concedem identidade às categorias profissionais distintas. Desenvolver uma determinada atividade e compartilhar um determinado contexto específico de relações sociais corresponde a “modos de ser”, os quais “qualificam os pares como iguais”. Porém, há algumas atividades, trabalhos ou categorias profissionais sem prestígio ou mais desprestigiadas socialmente, ocasionando atributos de “desqualificação ao eu” (JACQUES, 1997, p. 130).

Dos relatos dos informantes da pesquisa, observa-se que a consciência e a adesão à comunidade profissional de destino levam em conta inúmeras situações: não somente o fato de sair da linha de frente da violência na atividade de rua, mas também maior interação com a comunidade onde encontram maior valorização da atividade desenvolvida. Suas atividades são importantes, pois significam serviços de prevenção e de cuidado de crianças e de jovens junto às escolas e famílias. Passam, também, pela rede de apoio constituída entre a comunidade de origem e destino em que os laços de solidariedade e de apoio servem como ponte entre uma e outra, no sentido de levar “amigos” e companheiros para uma situação diferente dos embates do policiamento repressivo – surge aqui como “algo merecido” pelo colega. Por vezes, a comunidade de destino coloca-se como uma terra prometida, onde, ao chegar, há o impacto inicial das distinções de comportamento e competências esperados entre uma e outra comunidade, sobretudo o estranhamento das demonstrações de afeto, tais como um abraço e da interação entre estes.

Como categorias analíticas, têm-se, por um lado, o nível de envolvimento, de integração com as comunidades, o grau de cooperação interna e das relações com a comunidade de origem, a rede constituída. Foca-se em particular a teia das relações estabelecidas e das atividades desenvolvidas, dos processos de construção das identidades profissionais dos *policiais migrantes*.

Abordam-se os temas relativos à construção da identidade profissional dos *policiais migrantes*, que apontam que tais profissionais têm buscado reconhecimento através das atividades de prevenção, da interação com a comunidade e, sobretudo, com uma comunidade específica (crianças, jovens, escolas e pais) e na própria rede construída. Além disso, firmam a comunidade de destino enquanto local de atividade específica, a qual tem nas competências implicadas dos policiais, bem como na qualificação e na formação para o desenvolvimento do Programa, a referência para formação de um agrupamento com interesses profissionais comuns, onde procuram maximizar seus resultados e recursos e restringem o acesso a um círculo determinado de postulantes, com vistas ao grau de especialização dentro da profissão e o aumento da complexidade nas atribuições.

### 3.1 O UNIVERSO DA PESQUISA

É importante referir agora que pesquisadores e gestores de políticas que utilizam dados produzidos pelos órgãos de Segurança Pública no Brasil defrontam-se, quase invariavelmente, com a precariedade de banco de dados e com o acesso às informações. Esse

problema segue dando visibilidade à inconsistência no tratamento de informações nas corporações policiais brasileiras. Com efeito, a ausência de projetos de modernização e de informatização de procedimentos policiais é consequência, entre outras coisas, de uma Polícia que ainda privilegia a força bruta em detrimento das estratégias de informação, da inteligência investigativa e dá muito pouca importância ao planejamento, ao monitoramento e à avaliação das ações na área da Segurança Pública. Isso se reflete na subutilização dos dados, na desvalorização da informação como base para a atividade policial e até mesmo na precariedade do conhecimento sobre os recursos humanos com que contam as corporações.

Os dados aqui apresentados, importante ressaltar, são o resultado dos esforços de policiais que auxiliaram na busca de informações, os quais não só se disponibilizaram em dar seus depoimentos como também forneceram documentos variados – legislação, teses, recortes de jornal, relatórios etc. –, de grande utilidade para a pesquisa<sup>30</sup>. São, de fato, esforços individuais no reconhecimento da importância de dados, não somente para a pesquisa como para o desenvolvimento de políticas e estratégias na Segurança Pública. Também é importante sublinhar que, apesar das suas limitações, os dados obtidos permitiram traçar algumas análises sobre o assunto.

Ao observar-se o perfil da população de Policiais Instrutores CRPO/VRS 2007, pode-se dizer que há uma concentração no Círculo de Praças, em uma faixa etária que vai dos 30 aos 39 anos, bem como no sexo masculino, ainda que inúmeras vezes no campo empírico da pesquisa, observa-se uma identificação do Programa como pertencente ao sexo feminino, visto que este não possui atributos viris, próprios da atividade policial, como o uso da força, por exemplo. A concentração na faixa etária e no sexo masculino é observada também no cômputo geral da população dos policiais do PROERD. Tais concentrações, nessa faixa etária, podem estar relacionadas com a vida útil na corporação e com a supremacia na representatividade de homens na corporação, visto que em dados gerais o número de homens é maior neste Círculo. O fato de o Programa ser eminentemente desenvolvido por Praças reproduz as características hierárquicas do aparelho policial militar em que a tarefa de executar é da competência de Praças e a tarefa de pensar está atribuída ao Círculo de Oficiais.

Conforme se observa a seguir:

---

<sup>30</sup> Agradecimentos especialmente à equipe do Centro de Capacitação do PROERD, na pessoa da Major Silvia Bittencourt, ao Comando Geral do CRPO/VRS, Cel. Jorge Alfredo Pacheco de Barcellos e Cap. Cilon, pelos envios espontâneos de um vasto material complementar, bem como da disponibilidade de organizarem a logística para a realização das entrevistas e observações de campo.

**Tabela 1: População por sexo no efetivo CRPO/VRS**

	<b>Total</b>	<b>%</b>
Mulheres	89	9,6
Homens	835	90,4
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100</b>

Fonte: CRPO/VRS.

**Tabela 2: População por sexo junto ao PROERD no CRPO/VRS**

	<b>Total</b>	<b>%</b>
Mulheres	13	26
Homens	37	74
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: CRPO/VRS.

No cômputo geral os homens estão em número maior no Programa, agora, em relação à representatividade considerando a proporção da população por sexo, a partir do quadro geral, pode-se dizer que as mulheres estão sobrerrepresentadas em relação à sua participação no quadro geral na região.

Observa-se a elevação da escolaridade nos índices de participação no Programa, bem como na amostra da pesquisa em relação ao efetivo total sob o Comando Regional do Vale do Rio dos Sinos.

**Tabela 3: Nível de escolaridade do efetivo total do CRPO/VRS**

	<b>Total</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental	50	6
Ensino Médio Incompleto	50	6
Ensino Médio Superior Incompleto	576	69
Superior Incompleto	118	14
Superior Completo	41	5
<b>Total</b>	<b>835</b>	<b>100</b>

Fonte: CRPO/VRS.

**Tabela 4: Nível de escolaridade dos policiais junto ao programa no CRPO/VRS**

	<b>Total</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental	-	-
Ensino Médio	32	64
Superior Incompleto	6	12
Superior Completo	12	24
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: CRPO/VRS.



**Tabela 5: Nível de escolaridade da população da pesquisa por escolaridade**

	<b>Total</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
Ensino Fundamental	-	-	-
Ensino Médio	8	7	1
Superior Incompleto	4	2	2
Superior Completo	8	5	3
Mestrado	1	1	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>6</b>

Fonte: *Policiais Migrantes*: identidades profissionais em movimento, 2009.

No perfil da população da pesquisa, foram encontrados 9 policiais com nível superior e pós-graduação: destes, somente 3 são do Círculo de Oficiais. Tais informações vão ao encontro de dados de pesquisas anteriores, os quais apontam a crescente escolarização no Círculo de Praças no país<sup>31</sup>.

**Tabela 6: Perfil da população de pesquisa por faixa etária e por sexo**

<b>Faixa etária (anos)</b>	<b>Número</b>	
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
18 a 20	-	-
21 a 24	-	1
25 a 29	2	3
30 a 39	7	1
40 a 49	4	1
50 a 59	2	-
60 ou mais	-	-
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>6</b>

Fonte: *Policiais Migrantes*: identidades profissionais em movimento, 2009.

**Tabela 7: Perfil da população de pesquisa por período de ingresso na BM**

	<b>Por ano de ingresso na BM</b>		
	<b>Total</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
1977 até 1980	1	1	-
1981 até 1984	3	3	-
1985 até 1988	2	1	1
1989 até 1992	6	5	1
1993 até 1996	1	1	-
1997 até 2000	4	3	1
2001 até 2004	4	1	3
2005 até 2008	-	-	-

Fonte: *Policiais Migrantes*: identidades profissionais em movimento, 2009.

<sup>31</sup> Neste sentido ver: SOARES, Bárbara; MUSUMECI, Lonarda. *Mulheres policiais*: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Coleção Segurança e Cidadania.

Com a elevada escolarização, associada à concentração de ingresso na Brigada Militar na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, bem como os índices de concentração nas faixas etárias (25-29; 30-39 e 40-49, para homens e para mulheres; estas últimas entre 30 e 39 anos), estes dados sugerem que a Polícia Militar colocou-se como uma possibilidade de absorção de trabalhadores devido à precariedade do mercado de trabalho nessas décadas. Essa assertiva é abordada de forma detalhada mais adiante, quando dos depoimentos dos informantes, de suas motivações ao ingresso na Brigada Militar. De toda a forma os dados aqui apontados coadunam-se com dados levantados em pesquisa realizada em território nacional, da qual resultou na publicação de *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro* (SOARES e MUSUMECI, 2005).

### 3.2 DOS CAMINHOS PERCORRIDOS À CHEGADA À POLÍCIA MILITAR

Estar inserido em um agrupamento com determinado *status*, com plano de carreira, “pertencer” a um grupo enquanto categoria profissional com possibilidades de ascensão e pela “segurança” do concurso público foram os fatores apontados pelos informantes da pesquisa quando do questionamento dos motivos impulsionadores para a busca da Administração Pública.

A estabilidade, a segurança, os direitos trabalhistas materializados através do concurso público surgem como uma possibilidade de controlar o próprio destino, sobretudo no momento da escolha de mudar o rumo em que a vida estava. Observa-se nas falas que o ingresso na Brigada Militar confere um tipo de validação social, após uma trajetória de extrema vulnerabilidade.

A Polícia Militar, como única alternativa para isso, surge também a partir da vivência de situações extremas dos mecanismos de invalidação social<sup>32</sup>, visíveis em praticamente todas as histórias de vida trazidas pelos informantes, sobretudo em Praças. Estão, pois, associados à fragilidade, à dificuldade de acesso à infraestrutura pública (educação, saúde, transporte, ausência de políticas públicas de inserção profissional) a qual implica uma mobilidade anterior ao parêntese policial militar. Não raro, os informantes saíram de zonas rurais (fronteira oeste e arredores – Região Central, Campanha e Missões), de uma situação de vida precária, em busca de novas formas de sobrevivência. E com frequência a sua adaptação às regras e às

---

<sup>32</sup> Conceito utilizado por Jannuzzi (2000): São formas extremas de vulnerabilidade do laço social, sofridas pelos sujeitos, os quais têm dificuldades de acessar zonas de inclusão social que sejam portadoras de sentido ou que lhes favoreçam um sentimento de pertença na organização social. Para esses sujeitos, as formas de sociabilidade profissional estavam pautadas na instabilidade.

normas do aparelho policial militar aparece associada à afirmação de que a invalidação social mora ao lado, isto é, as estratégias de resistência em um primeiro momento, no interior do aparelho policial, aparecem reduzidas, visto que a Polícia Militar possibilitou a saída do mundo da necessidade. Isso ocorre porque, principalmente, as estratégias de resistência coletiva, dentro da legitimidade social, são escassas, reduzidas ao mundo das necessidades (a proibição de sindicalização e a não identificação pelos informantes de receptividade e de apoio inicial à associação, por exemplo).

Em todos os relatos dos informantes da pesquisa, o ingresso na Brigada Militar é valorado como escudo moral, como possibilidade de diferenciação e de saída de um mundo que aterroriza uma população (sem acesso a uma proteção social mínima): a saída da informalidade e o desemprego. É comum constatar-se nos conteúdos das falas uma carga simbólica associada à “profissão” – caracterizando um sentimento de dever cumprido da conquista de um futuro melhor para si mesmo e para assegurar condições mínimas à sua família – mais do que nunca, pois representa a saída do mundo da necessidade. De fato, a adesão e o comprometimento com o aparelho policial significam prioritariamente a necessidade da sobrevivência.

Dos depoimentos obtidos no âmbito da pesquisa; o sentido atribuído pelos informantes à sua trajetória profissional, enunciada nas razões/motivações de acesso ao atual grupo profissional, da sua história anterior à Brigada Militar e em suas expectativas em face do futuro profissional – a compreensão desses depoimentos leva a considerar-se a importância do acesso à esfera profissional na organização e na apropriação subjetiva. Tal apropriação pelos informantes dá conta não apenas de relatos objetivos, mas, sobretudo, de sentidos que relevam da dinâmica e da construção de sua identidade.

As entrevistas desenvolvidas apontam que parte dos informantes iniciou a trabalhar desde muito cedo, ainda na infância, por volta dos 10 anos de idade, e apresentam uma trajetória profissional sem vínculos empregatícios e sem as suas garantias, bem como frágeis remunerações. Em suas respostas, muitas vezes, foi referenciado que o ingresso na Brigada Militar permitiu sua ascensão a um *status* econômico social, devido à falta de opções melhores e/ou era a única oportunidade naquele momento.

O conteúdo de alguns depoimentos a seguir expostos dá visibilidade à importância da estabilidade, da possibilidade de se “fugir” da informalização do universo do trabalho, da independência financeira, da segurança de um concurso público, o que se sobrepõe ao conhecimento da realidade da profissão policial. Surge, desse modo, como “única oportunidade ou a oportunidade ao alcance no momento”, associado ao desejo de aprovação

em concurso público, como forma de garantir a validação social. Em muitos depoimentos, a impressão que se tem é que a Segurança Pública foi a única coisa que lhes restou.

Os *policiais migrantes*, quando questionados sobre (perguntas 1, 2 e 3 do roteiro de entrevista<sup>33</sup>) a sua principal motivação para ingresso na Brigada Militar, deram variadas respostas que podem ser classificadas em quatro categorias: estabilidade, única oportunidade, necessidade de um trabalho e plano de carreira – poucas respostas mencionaram o orgulho de se trabalhar com questões ligadas à segurança.

Um Policial Praça respondeu:

[...] fiquei preocupado com a falta de segurança com o trabalho o meu futuro... com segundo grau só... Existia uma meta, vinte e cinco anos o Estado já não recebia mais ninguém na Brigada. Daí eu cheguei em casa e falei pra família e disse “olha...” “não quero mais esta insegurança, eu vou entrar na Brigada”... tinha um concurso em aberto... chega de insegurança.

Um Policial Praça afirmou:

No caso do interior, né, como tinha acabado de sair do Exército, né, eu optei pela Brigada, que tavam abertos os cursos, aí eu peguei e fiz e passei. Em Santana do Livramento, não tinha de trabalho naquele lugar, o que tinha tava quebrado...

Uma Policial Praça respondeu:

Era a maneira de eu me financiar, ter estudo, lá não dava pra ficar, era uma miséria... sigo estudando e já tirei toda a minha família de lá.

Tanto dos depoimentos nas entrevistas individuais quanto à motivação inicial para o ingresso na Brigada Militar, além da busca de segurança no trabalho e da oferta escassa de emprego a Polícia Militar surgiu como uma alternativa. Com isso, observa-se também que a mobilidade social espacial mostra-se pautada pela busca de uma colocação, visto que 70% da amostra é oriunda da região da fronteira oeste do Estado. Os informantes oriundos da região do Vale dos Sinos referem que o temor do desemprego, a grande oferta de trabalhadores no mercado e as dificuldades pelas quais a indústria passava naquele momento e a informalidade crescente foram fatores que impulsionaram a participação no concurso na Segurança Pública.

---

<sup>33</sup> Ver roteiro em anexo: 1. Com que idade começou a trabalhar? 2. Trabalhos anteriores a BM? 3. Por que a BM? O que o levou a esta opção? Que fatores influenciaram a sua escolha?

**Tabela 8: Trajetórias anteriores à BM**

<b>Atividades</b>	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Indústria	7	-	7
Construção Civil	4	-	4
Serviços Gerais	5	3	2
Comércio	3	2	1
Primeiro Trabalho	2	1	1
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>15</b>

Fonte: *Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento*, 2009.

**Obs.:** Ressalta-se que dos entrevistados no VRS quatro PMs (2 mulheres e 2 homens) do PROERD são atualmente professores concursados para séries iniciais em municípios da região.

Para Jannuzzi (1999), a mobilidade social, espacial e ocupacional foi relevante na constituição da sociedade sociourbano-industrial brasileira. A industrialização e a migração criaram condições estruturais para a complexificação do mercado de trabalho brasileiro e isso resultou na transição de uma estrutura profissional assentada em postos de trabalhos agrícolas em direção a um espectro mais amplo e diversificado, ainda que bastante desigual em termos de qualidade e de renda dos postos de trabalhos gerados. Nota-se que, a partir dos anos 1980, a instabilidade econômica e o baixo dinamismo de postos de trabalho repercutiram de forma significativa sobre as perspectivas de mobilidade social e de tendência migratória no país. Se antes a migração, ou melhor, a mobilidade social, foi impulsionada pelas alternativas de inserção no mercado de trabalho, no agrupamento, em tese, tal mobilidade mostra-se pautada pela ausência dessas: da única alternativa vislumbrada – aprovação no concurso – deslocaram-se para outras regiões. Poucos já haviam saído de suas regiões para a colocação em postos na indústria e no comércio; contudo, devido às dificuldades dos setores, também optaram pelo concurso público:

A década de 80 foi marcada pela perda do dinamismo da Economia brasileira — em criar postos na indústria, pelo menos no ritmo que vinha se dando na década anterior. Houve uma estagnação da parcela relativa à mão-de-obra contratada sob regimes formais de trabalho e engajada em setores mais organizados e dinâmicos da Economia. Observa-se que a migração colocou-se como uma estratégia de sobrevivência na busca da validação social, posição, neste contexto adverso — garantir uma posição na estrutura social. (JANNUZZI, 2000, p. 1)

Por outro lado, do ponto de vista dos informantes, a mobilidade espacial proporcionou melhor inserção socioprofissional na sociedade. Das entrevistas individuais, reconhece-se, sobretudo nos Praças, que esses passaram por diversos setores de atividades, seja na indústria, na construção civil ou serviços gerais.

Para os Praças com escolaridade de nível médio e/ou superior, a migração de suas regiões colocou-se como alternativa de inclusão para esses sujeitos que ingressaram na comunidade de “origem” – policiamento ostensivo repressivo – ao reconhecerem as condições desfavoráveis do mercado de trabalho. Como fatores estruturantes para o desenvolvimento da mobilidade social, estão a precarização do mercado de trabalho, a decadência da industrialização, a pouca oferta de emprego em sua região, sobretudo na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (local de maior concentração dos policiais que trabalham no Vale do Rio dos Sinos). São, sobretudo, movidos pelo intuito de adequar os anseios pessoais, os planos de vida e a sua atividade profissional. Como já apontado pelos estudos sobre migrações, foi principalmente por meio do trabalho que o migrante que possuía o mínimo de qualificação se inseriu nas condições de vida da sociedade urbano-industrial, a grande metrópole.

Para Jannuzzi (2000), a mobilidade social faz-se presente no contexto de dificuldades crescentes do mercado de trabalho, com a crise dos anos 1980, as possibilidades de continuidade desse modelo de mobilidade – restrita, desigual, mas ascendente, passaram ainda a ser menores.

Inicialmente, os determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente neste século devem-se muito à industrialização e à migração rural-urbana, perdendo a “força transformadora” das décadas passadas, ao deixar de imprimir o ritmo de mudanças estruturais no espectro ocupacional que possibilitaram a incorporação de massas crescentes provenientes do campo em postos de trabalho (e subtrabalho) na indústria e nos serviços terceirizados (JANUZZI, 2000, p. 11).

Para o referido autor, a queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – de 7% entre 1975 a 1980 para 1% no quinquênio seguinte (com a conseqüente diminuição no ritmo de criação de postos de trabalho no setor formal), o aumento da rotatividade da mão-de-obra, assim como a contratação das vagas na indústria de transformação e na construção civil nas regiões metropolitanas acabaram limitando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional.

As condições gerais do mercado de trabalho urbano nos anos de 1980 a 1989 viriam a se mostrar crescentemente preocupantes e menos favoráveis mais ao final da década, com a baixa expansão do emprego formal, com o aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado, além da redução significativa dos níveis salariais.

Jannuzzi (2000) observa que o desemprego só não foi maior e crescente no período devido à capacidade de absorção da população ativa pelo setor de prestação de serviços e

comércio (e pelo desempenho da Administração Pública e dos Serviços Sociais na criação de postos de trabalho durante a década).

Pesquisando um período de 13 anos, de 1980 até 1993, Jannuzzi (2000) concluiu que existem condições macro e microestruturais que definem maior ou menor facilidade para o desenvolvimento do processo migratório.

No presente estudo, pode-se dizer que o período referido de ingresso na Brigada Militar pelos informantes de pesquisa configurou-se por grandes oscilações conjunturais da economia brasileira. Dessa forma, os sujeitos informantes da pesquisa, referiram que conseguiam apenas acessar o setor informal e mesmo os mais especializados encontraram dificuldades de inserção.

Além do agravante do aumento do desemprego, da pouca oferta de postos de colocações, o concurso público aparece como um dispositivo de validação social, para uma categoria que tem origem em uma classe social desfavorecida. A Polícia surge, pois, como alternativa e como possibilidade de acesso à maioria a serviços que até então nunca foram acessados, como saúde e possibilidade de educação. Contudo, identifica-se nas falas dos informantes uma adequação inicial às regras e às normas do aparelho policial e pouca identificação com as atividades do policiamento de rua. Sobremaneira referem que a Polícia foi quem possibilitou o seu atual padrão de vida, inclusive a complementação de estudos: é como se o sacrifício inicial justificasse a possibilidade que se teve de acessar a estruturas que até então estavam distantes da sua pessoa, ainda que por vezes se demonstraram contrários à rígida hierarquia da Corporação.

A chance de se tornarem donos de seu destino, a perspectiva de estabilidade para si e para a família através do ingresso na Polícia Militar ganharam forças imensuráveis: a sujeição assim passa a não ser questionada. Colbari (1995) afirma que a ética do provedor subordina a ética do trabalho. E esta última leva o sujeito e membros da família a aceitarem a disciplina do trabalho como forma de o trabalhador de poucas condições financeiras alcançar a “redenção moral” e assim a dignidade pessoal.

É importante ressaltar agora que a disciplina do trabalho e a obrigação moral do sustento da casa são as características fundamentais da ética do provedor. Em relação à sua chegada à Brigada Militar uma Policial Praça comenta:

No início passei por momentos difíceis, queria voltar para casa e deixar tudo para trás e ao mesmo tempo minha colega me dava força e dizia que após o término do curso as coisas iriam melhorar. Ela tinha razão, minhas expectativas de um futuro melhor me davam forças para lutar contra o tempo e contra a saudade que sentia de meus familiares, afinal nunca havia ficado longe de casa, mas era a única forma que

eu tinha para ajudar, e aí eu buscava força pra enfrentar uma jornada de serviço onde o militarismo estava presente a todo o momento.

Assim, encontra-se a ética do trabalho subordinada à ética do provedor. É esta última que leva à aceitação da disciplina da Polícia Militar. Dessa maneira, a carreira de Praças na Polícia Militar aparece para os informantes como forma de alcançarem a dignidade pessoal – era o que de melhor o mundo do trabalho lhes oferecia.

Dos relatos percebe-se inicialmente uma adesão, um comprometimento com o aparelho policial, sem questionamentos, foi esse que trouxe a possibilidade de acesso a serviços básicos para um cidadão, nos relatos identifica-se a Brigada Militar como alternativa para deixar para trás uma vida de poucas possibilidades. No momento em que o sujeito assume quaisquer das prerrogativas do aparelho policial está admitindo a sua adesão a este e o compromisso em cumprir com a imagem que está colocada sobre si.

### 3.3 A MOBILIDADE NO INTERIOR DO APARELHO POLICIAL MILITAR

É na mobilidade interna no aparelho policial militar que o valor atribuído às vivências profissionais surge com outra conotação: transcende o seu valor instrumental relativo à necessidade de sobrevivência, com conotação de força, de luta, de missão e de resistência. Ainda que adesão pela identificação com a atividade profissional desenha-se de forma mais intensa para o policial do Vale dos Sinos que para os informantes da Capital, essa aparece em uma teia de significados associados às vivências profissionais atuais. Nos relatos da Capital é referido, sobretudo pelos informantes em faixa etária mais elevada, o cansaço com a rua, a violência presente na profissão policial e o desejo de sair da linha de frente. Ao contrário do observado nos relatos dos policiais da amostra do CRPO/VRS.<sup>34</sup>

De toda a forma, seja na busca de maior identificação com as atividades profissionais, na busca de maior sentido para si, seja no desejo de sair da linha de frente, da violência da rua, observa-se que quando o sujeito impede a imposição do aparelho policial sobre o seu ser, pode-se pensar que ocorre o *ajuste secundário*. O ajustamento aqui referido – a migração – não coloca em risco o aparelho policial militar: é um sistema autorizado, que canaliza esforços que de outro modo poderiam ser, sim, destrutivos para a instituição (como assistimos às greves – um ajuste secundário violento). Essa é uma das razões em que muitas vezes o ajuste secundário é reconhecido dentro de uma hierarquia, dentro de um determinado sistema

---

<sup>34</sup> Porém, não se pode fazer comparações e conclusões visto que o campo de pesquisa desenvolveu-se no Vale do Rio dos Sinos pelas dificuldades encontradas na capital. Portanto, o número de entrevistas realizadas na capital não foi incluído. Mas faz-se esta observação enquanto registro.



sem que este tente suprimi-lo. De fato, não assumir essas prerrogativas impõe um alijamento da instituição. Além disso, deve-se pensar que “as organizações têm uma tendência para se adaptar a ajustamentos secundários não apenas através da disciplina cada vez maior, mas também por legitimar seletivamente tais práticas, esperando, dessa forma, reconquistar o controle e a Soberania, mesmo com a perda de parte das obrigações dos participantes” (GOFFMAN, 2001, p. 165).

Ao observar a mobilidade dos *policiais migrantes*, entre uma e outra comunidade, percebe-se que há policiais que estão no PROERD e participam do policiamento ostensivo repressivo (alguns, dependendo da concepção do Comando, estão disponibilizados a realizar somente o policiamento preventivo inserido no PROERD), e cumprindo algumas escalas no policiamento ostensivo repressivo. Alguns poucos cedidos exclusivamente ao Programa, e ainda outros que passaram pelo Programa e retornaram, com dedicação exclusiva, ao policiamento ostensivo repressivo.

Observa-se abaixo a distribuição de policiais informantes da pesquisa, quanto à sua situação atual em relação às duas comunidades – origem e destino:

**Tabela 9: Distribuição de policiais informantes**

<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
Dedicado exclusivamente ao PROERD	3
Administrativo + PROERD	3
POLOST+ PROERD	11
PM Residente <sup>35</sup> + PROERD	4
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: *Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento*, 2009.

Da identificação desta situação, quando perguntados de sua preferência entre uma e outra comunidade, a maioria dos policiais refere desejar ter dedicação exclusiva ao PROERD, atribuindo a não exclusividade ao posicionamento de seu Comando.

Observa-se que alguns policiais migraram do policiamento de trânsito, quando da extinção deste, quando as suas atribuições passaram para a esfera da EPTC. Cabe ressaltar que o policiamento de trânsito compreendia atividades preventivas junto a escolas e projetos educativos para o trânsito, desenvolvidos em salas de aula pelos policiais militares.

Das comunidades de origem à comunidade de destino há uma supremacia do ponto de partida ser o POLOST, ainda que ocorram policiais oriundos dos setores administrativos e de

<sup>35</sup> Policial Militar que reside em uma escola.

trânsito, excetuando-se este último setor, porque boa parte dos policiais mantém vínculos ocupacionais com a comunidade de origem.

**Tabela 10: Percurso no interior do aparelho policial anterior ao PROERD**

<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
Administrativo	4
Policciamento de Trânsito	2
POLOST	15
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: *Policiais Migrantes: identidades profissionais em movimento*, 2009.

Sabe-se que a ideia de agrupamento, de grupos desenvolvendo atividades especiais, dentro da Polícia Militar é muito presente. Nesse sentido, encontram-se policiais nos mais diversos agrupamentos, a saber, o Batalhão de Operações Especiais, dentro do POLOST; no Comando dos Órgãos de Polícia Militar Especiais, o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA); o Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual (BPRv); o Batalhão de Polícia Fazendária (BPF); o Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guarda (GSVG); o Grupamento de Polícia Militar Aéreo (GPMA); a Força Tarefa (FT); o Esquadrão de Guardas de Estabelecimentos Penitenciários de Porto Alegre (EGEPPOA).

Na perspectiva de Programas, de projetos com base no método de policiamento preventivo e de projetos de responsabilidade social, encontram-se o PROERD; o Programa Social Educativo de Profissionalização de Adolescentes (PROSEPA); a Polícia Militar – Brigada Mirim; o Salva-Vidas Mirim; a Patrulha Ambiental; a Patrulha do Mar; a Brigada Militar – a Amiga da Amamentação.

Falar do “proerdiano” – policial do PROERD – é um exercício complexo, mas esse grupo aparece com algumas características, com uma visão compartilhada por seus membros, a saber, estão centrados na prevenção, são “dotados” de certo “espírito voluntário”, têm muito presente a ideia de “salvar” (como um modo de fazer “a diferença” no policiamento e como forma de pensar a atividade policial), e são também sujeitos participativos em sua comunidade – na comunidade onde residem, na qual também, às vezes, desempenham a sua atividade profissional.

Foram observados os seus trânsitos e os seus fluxos e com isso notou-se que esses policiais mantêm-se vinculados à comunidade de origem; por vezes, levam colegas para a comunidade de destino através de uma rede organizada entre comunidade de origem e comunidade de destino.

A partir da entrada no aparelho policial, observa-se que a média de tempo desse agrupamento entre a comunidade de origem e de destino é de nove anos entre os Instrutores informantes do CRPO/VRS 2007. Há, também, os seguintes percursos ocupacionais nesse período (POLOST, moto, policiamento de trânsito, viatura, administrativo, radio operador, cartório, patrulheiro, ornamentista, ensino). Entre os Instrutores informantes de Porto Alegre, a média é de 8,2 anos com experiências ocupacionais anteriores no POLOST e no setor administrativo. Contudo, se for considerada a média a partir do ano de criação do Programa (1998) associada ao ingresso na comunidade de destino, alteram-se os índices para: CRPO/VRS, 4,5 anos, e para Porto Alegre, 4,0 anos.

A mobilidade no interior do aparelho policial, sobretudo a especialização na Polícia Militar, é tratada como “um problema” para os Oficiais-Gestores. Os fluxos e os trânsitos produzidos pelos policiais entre um e outro tipo de policiamento são reconhecidos de distintas formas pelos Comandos. Referem que para o gestor, segundo alguns Oficiais, fica difícil “controlar” a tropa, uma vez que esta se sente muito empoderada e “envaidecida” em sua especialização<sup>36</sup>. Assim como relatado anteriormente, a preocupação de um Comando com o que pode vir acontecer é que pontuou o seu posicionamento contrário a uma especialização de policiamento a partir do Programa. Por outro lado, encontrou-se um Comando que, quando da abertura da última capacitação na Capital, quisera inscrever 40 policiais de seu Batalhão para o Curso. Este último, em seu depoimento, afirmou que estava muito chateado pela negativa da inclusão de alguns policiais no curso porque não atenderam aos critérios objetivos, a saber, “eram fumantes”.

Em sua argumentação, esse último referira que os seus policiais não poderiam ser excluídos, reconhecendo a mudança que o Programa faz na vida dos policiais – seria, pois, uma oportunidade de esses policiais pararem de fumar; sobretudo, “todos” os policiais deveriam passar por esta capacitação.

O seu depoimento coaduna-se à ideia de alguns teóricos das migrações (THOMAS e ZNANIECKI, 1996) que tinham o foco de seus estudos na análise dos processos de adaptação, de aculturação e de assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade norte-americana. Eles acreditavam que ocorreria uma completa assimilação estrutural, embora não estivesse claro se isso envolveria a adoção de valores anglo-americanos (ASSIS e SASAKI,

---

<sup>36</sup> Estudiosos sobre a Polícia referem que existem três atributos das organizações policiais: o seu caráter público, a especialização e a profissionalização. A especialização diz respeito à *atividade-fim* da função *policial*, exclusividade para se desempenhar uma determinada tarefa, o que caracteriza a Polícia e mostra-se também pertinente aos agrupamentos especializados no próprio interior do aparelho policial. Setores e equipes de policiais especializados no combate a uma determinada ação praticada. Nesse sentido, ver Marinho (2002).

2000, p. 4). Se, por um lado, tal Comando justifica a sua ideia no sentido de os policiais adotarem comportamentos dos policiais proerdianos, por outro lado, para outros policiais isso dá conta da ideia do término da especialização da ação policial junto ao PROERD, por inúmeras vezes no campo empírico, encontrou-se a afirmação da impossibilidade de se trabalhar com essa ideia, pois essa levaria à descaracterização do Programa e esse perderia o sentido. Mas, sobretudo, guarda a ideia de salvaguardar um espaço profissional e não abrir a entrada para qualquer postulante.

Considerando-se a mobilidade no interior do aparelho policial militar, dos relatos dos informantes de pesquisa, percebe-se que tais processos estão relacionados a uma compreensão específica, a um modo diferenciado entre um e outro método do fazer da Polícia. O ingresso na comunidade de destino ilustra-se pelo fato de o policial ser voluntário e ter um “ideal de mundo” anterior muito presente. São, pois, elementos determinantes da reorganização de suas ações bem como da intolerância de alguns para com a violência da atividade de rua. Isso resulta na formação de um espaço múltiplo, com a circulação de policiais, de crianças, de representantes da sociedade civil, de autoridades, de empresários, de mídia, entre outros. Nesse sentido, algumas abordagens teóricas sobre as migrações, sobretudo a teoria da migração transnacional, é esclarecedora quando demonstra a complexidade de tal movimento.

Ela aponta que os migrantes são sujeitos que agem intimamente ligados às relações sociais; tanto com a comunidade de origem quanto como a de destino aponta a importância de se analisar as redes sociais que vão se constituindo no processo migratório. Partindo dessa referência, observa-se que a própria rede é fonte de reconhecimento profissional para o policial, seja das intervenções com a comunidade, como, por exemplo, o governo municipal local, no caso da cidade de Lindolfo Collor, município que tem verba própria aprovada enquanto projeto de lei para incentivo e destinada ao desenvolvimento do Programa, do reconhecimento da importância do Programa para a cidade, e a partir das interações entre essa Prefeitura e policiais da região, da interação entre policiais e o prefeito da cidade, as Secretarias de Educação, professores pais e crianças. Ou seja, pelo apoio de grandes empresas da região do Vale do Rio dos Sinos para o desenvolvimento do Programa, colocando policiais em contato com executivos responsáveis por darem apoio aos mesmos, como observado durante a realização do seminário de Capacitação em Dois Irmãos, no *showroom* das Lojas Herval, das ações e solicitações das comunidades para que o Programa incluísse novas escolas no Programa.

Assim, das relações observadas percebeu-se que os policiais buscam e constroem sentidos às suas ações nessa rede muito mais que apenas uma decorrência de uma forma de escapar da violência da rua.

Observam-se também, nessa rede constituída, formas de apoio emocional, vínculos que transcendem aos critérios estabelecidos para ingresso no Programa, onde as unidades efetivas da migração mostram-se como um conjunto de policiais ligados por laços de amizade e experiência de trabalho, que incorporaram o local de destino nas alternativas de mobilidade por eles considerados. A rede une policiais veteranos (no Programa) e novatos e serve também para minimizar os riscos presentes na profissão do policial, quando no método de policiamento ostensivo repressivo.

O relato abaixo é ilustrativo, trechos da entrevista com um policial militar, Praça, que esteve no PROERD, mas retornou ao POLOST. Ressalta-se que esse policial chegou para a entrevista com uma farda ostensiva, com muitas armas e com a roupa do grupamento especial de enfrentamento de rua, do Batalhão de Operações Especiais – e chamava, desse modo, a sua indumentária muita atenção:

Bom quanto ao PROERD, eu fui parar no PROERD... Bom, foi um... eu fazia parte de um grupo que... Eu trabalhava em São Leopoldo, tinha vindo há pouco tempo do GATE, quando aconteceu um tiroteio com a quadrilha – posso citar nomes? – dum, dum assaltante de bancos, do Papagaio e lá eu perdi um colega. Então o grupo se desmantelou, a gente fica um pouco afetado psicologicamente assim por ter perdido um colega, que não é do nosso grupo e sim de uma outra viatura. Isso aqui, foi aqui na... na Feitoria, eles tavam comemorando um assalto a banco, eles tavam nos fundos, no pátio, comemorando. E ligaram dizendo que eles tavam depenando um carro e na verdade não era. Aí foi uma viatura comum, como a gente chama, com dois policiais e no entrar ele tombou. E nisso a nossa viatura vinha chegando, que era um grupo, aí houve um confronto, deu três marginais mortos e tal, e a gente perdeu aquele colega. (emociona-se) Então a gente ficou um pouco abatido assim. E nisso teve um curso do PROERD, o primeiro, eu acho que um dos primeiros cursos do PROERD aqui no 3º Batalhão... É, no 3º Batalhão. Aí havia um policial – que já é falecido – fazendo o curso, que trabalhava em Portão, e lá ele... disse que ia me levar para o PROERD, que me faria bem, que seria bom pra mim... E depois disso... eu pedi minha transferência pra sair, pra ir pra Campo Bom e por unanimidade os Oficiais não deixaram, pra mim permanecer trabalhando em São Leopoldo. E nisso o Capitão soube que eu estava fazendo PROERD e me chamou pra trabalhar. Então até fez um desafio. E eu disse; “olha, eu duvido, se vários Oficiais não deixaram eu ir, o Senhor vai conseguir?” Aí três dias depois tocou o telefone, era ele “ó, deu tua transferência, indo pra Portão...”. Chegando em Portão ele me disse “olha, vamos... vamô em frente... tu tem o PROERD, começa a dar nas escolas, a vida tem que ir em frente...” e eu comecei. E aquilo me cativou. A princípio eu achava impossível assim, “pô, eu, agradar criança?” [ri], né, impossível. Mas eu comecei a tomar gosto e comecei a ver um outro lado assim, por exemplo, tem vários fatos que eu posso te citar, de uma menina que não levantava da cadeira pra vim até o quadro, né. E um dia eu descobri: ela não tinha chinelo, ela andava de pé descalço, devido à pobreza e tal. Então aquilo começou a me comover... E outra coisa que eu notei e eu sou um total apoiador assim do PROERD, é porque nas vilas onde a gente entrava antes do PROERD, as crianças nos apontavam o dedo, assim, pras viaturas. E quando a gente começou a dar PROERD nas escolas daquelas vilas, a gente cruza e as crianças

chamam pelo nome e abanam. Mudou, tu entendeu? Há uma... há uma mudança assim de comportamento. E isso começou a me cativar.

Nesse momento, volta a falar que foi para o PROERD porque o grupo lhe acolheu em um momento muito difícil da sua vida, do enfrentamento com assaltantes de banco, resultando na morte de três pessoas e na morte de um colega (emociona-se),

eu devo isso ao meu comandante, ao Capitão, com certeza... Aí ó... (mostra os olhos com lágrimas) Tá vendo que eu gosto dele, admiro ele... Eu gosto dele como pessoa... tenho um grande respeito por ele. Ele sabe disso (limpa os olhos)... Sou fiel a ele, digamos assim... [ri] Mas sou da rua, na rua. Eu lidero uma equipe né, é o trabalho de auxiliar, que eles chamam, né, sargento auxiliar e tudo que eu faço, tudo que eu... Tudo que eu faço na rua, devo satisfação ao Oficial de serviço, tô sempre ligando pra ele, dizendo “ó, foi feito isso, entramos na Vila ‘Tal’” [...]

Se, por um lado, pode-se observar a partir do relato anterior atributos (como a solidariedade), vínculos constituídos que estão para lá dos critérios objetivos para o ingresso na comunidade de destino, bem como dos vínculos construídos com as duas comunidades – do estreitamento de ações de atividades entre essas –, por outro, tem-se o seguinte relato de um policial que esteve também no PROERD, porém retornou para a comunidade de origem, nesse caso, o setor administrativo:

[...] tava começando no Rio Grande do Sul, em dois mil foi o primeiro... a primeira formação que teve no Vale dos Sinos né, do PROERD, e eu fiz parte. Aí trabalhei durante dois anos e inclusive pra mim foi muito satisfatório porque eu tava iniciando fazer o curso de Pedagogia que eu tava no terceiro semestre de Pedagogia. Então foi uma experiência pra mim excelente nesse aspecto né, trabalhar com as crianças, salas de aula e tudo. Então eu acho que um aprendizado eu acho que de ambas as partes, gostei muito de desenvolver o trabalho. Só que daí por “n” motivos a gente não consegue conciliar tudo né. E é uma dificuldade sempre pra Brigada dar um apoio maior a determinadas funções né. Porque pega tudo pra fazer e...e quando começou isso era assim: o horário que tu tá de folga tu vai lá fazer as tuas aulas na escola, né. E até eu deixei de fazer por isso assim, essa dificuldade assim “ah, tu tem que ir na Escola ‘Tal’...; bah, agora não tem viatura pra te levar, aí pega o teu carro...” e tal e começa a ter despesa... Aí eu fiz isso por dois anos e... não dá, né, não dá pra continuar porque daí é dispendioso. Era um serviço bom, bah, super interessante o trabalho do PROERD, até pra esclarecer... E uma coisa que foi satisfatória porque eu vejo até hoje, hoje já bem maduros às vezes, “ah, o Senhor se lembra de mim?”... Esses dias eu tava no supermercado fazendo compra, uma menina que era caixa operadora, “bah, o Senhor deu aula pra mim no PROERD lá na Escola Pedro Adams...”, que legal, né, que eles lembram... Que nem pegar o Rio de Janeiro, fazer um trabalho desse que tá tomado pelo tráfico né, tentar né, salvar alguém. E aí já enquanto corporação policial, se eu quero ter menos problema lá adiante de ter o cara atirando em mim, então se eu puder salvar essa criança aí, né... entre aspas o “salvar”, mas direcionar ela pra ser um cidadão melhor. Eu acho que é excelente...

Nos processos migratórios, embora alguns se autodenominem como temporários, ou permanentes (dedicados exclusivamente), podem ser considerados como transmigrantes, sem perder de vista as implicações distintas que estão em jogo, as diferenças significativas, entre as diversas formas de relacionar-se com a comunidade de destino, a partir da compreensão, da concepção e do uso do Programa pelo seu Comando. Ainda é muito incipiente a forma como os *policiais migrantes* – PROERD – estão articulados e organizados; em contrapartida, as características “transnacionais” desse fluxo têm-se evidenciado por uma rede de relações entre os que ficam, os que vão e os que voltam, e os que permanecem na comunidade de origem, sobretudo na ampliação da rede que se liga diretamente a outros Estados e mais recentemente com a certificação do DARE.

Essas múltiplas relações os levam a ser chamados de transmigrantes, pois ampliam as fronteiras, colocando em inter-relação o global e o local. Porém, tais comunidades estão mais inter-relacionadas que outros movimentos migratórios no interior do aparelho policial militar, como, por exemplo, o Batalhão de Operações Especiais (BOE), os Bombeiros, a Polícia Ambiental, no entanto são muito parecidos com outros movimentos, em especial os cunhados pela responsabilidade social e pela prevenção.

Se a fala, se a tentativa de o Comandante incluir os seus 40 policiais causou certo temor (da perda da especialização e das desconsiderações dos critérios, das normas exigidas para o acesso à comunidade de destino), percebe-se que os *policiais migrantes* estão construindo um campo social entre as comunidades de origem e de destino e a constituição de organização informal (rede de apoio). Tal situação busca atender às necessidades e às demandas de *policiais migrantes*: isso também aparece na busca de outras redes, como, por exemplo, a busca de financiamentos junto à SENASP/MJ, de cursos de especialização conveniados com universidades para atender à formação de policiais a fim de enfrentarem a complexa questão das drogas junto a adolescentes.

### 3.4 PARA CHEGAR À COMUNIDADE DE DESTINO

Dos aspectos objetivos exigidos para a inserção no Programa – a necessidade de apresentar alguns requisitos compatíveis com o trabalho com crianças e com as atividades desenvolvidas na comunidade hospedeira – percebe-se que para além destes há uma rede constituída pelas relações informais criadas entre uma e outra comunidade, o que demonstrou que os *policiais migrantes* mantêm antigas redes de companheirismo com a comunidade de origem e estabelecem novas redes. E essas redes de apoio constituem caminhos para novos

fluxos migratórios. E também se observa que a chegada à comunidade de destino inaugura-se através do Curso de Capacitação para Instrutores do PROERD.

No acompanhamento do Curso de Capacitação para o ingresso na comunidade de destino, é possível observar que o policial ainda está em processo seletivo para a inserção no Programa, e entra em cena o “modelo da competência”, que logo é traduzido por uma vulgata muito popularizada – saber, saber fazer, saber ser –, explicitada nas qualidades esperadas de todos os policiais que lá estão, tais como iniciativa, responsabilidade, trabalho em equipe e facilidade de comunicação com crianças e adolescentes. Esse último aspecto é a espinha dorsal do Programa: observa-se que toda e qualquer atividade está perpassada (o Curso como um todo) pelo fio condutor de desenvolver o que o grupo de Mentores e de Másteres várias vezes referiram como: “acordar a criança que ainda há nos policiais”.

Dos primeiros dias de aula no Curso observa-se certa dificuldade de interação e por vezes escutam-se alguns comentários de desconforto ao serem recepcionados por “terem de passar por cumprimentos de abraços da equipe de Máster e Mentores”. O desconforto é visível nos primeiros dias de curso, havendo verbalizações por alguns policiais ao afirmarem que em alguns momentos pensaram em desistir, por “não suportarem a aproximação” produzida pelas atividades, as dinâmicas de grupos desenvolvidas. Da equipe responsável pelo desenvolvimento do Curso, percebe-se que esta já tem tal comportamento como esperado dos recém-chegados, e percebe-se que Máster e Mentores em suas responsabilidades estão estrategicamente posicionados para acolher e acompanhar as dificuldades iniciais, a saber: cada mentor é responsável por acompanhar um grupo (de 6 a 8 policiais futuros instrutores) ao longo das duas semanas de Curso (onde os policiais ficam em uma espécie de imersão), pois as aulas desenvolvem-se pela manhã e tarde e com atividades previstas para a noite. E sempre ao final do dia conversam individualmente com os alunos.

Na chegada ao Curso os policiais, futuros instrutores, quando perguntados por que procuraram a comunidade de destino, um policial disse estar mobilizado pelo filho de 10 anos, pois vê as crianças à volta de casa e na escola do filho envolvidas com drogas e isso o tem preocupado. Como outro policial em seguida refere o avanço do *crack* em sua cidade, fala das crianças e dos jovens e que gostaria de ajudar no combate às drogas. Ainda sobre isso, afirma: *não na questão do tráfico, mas que eu possa colocar essas crianças longe das drogas.*

A experiência do grupo de futuros instrutores vai de policiamento ostensivo repressivo, Patrulha Escolar, Palestras de Trânsito em Escolas, a atividades concomitantes a Polícia com trabalho voluntário com crianças e jovens, e ainda experiência no PROERD como auxiliar.



Os motivos referidos vão desde a inadaptação ao POLOST as vivências positivas fora da Polícia Militar, ilustradas por experiências na Educação Infantil, no Magistério, na formação em Pedagogia, na liderança com a juventude em instituição evangélica e na intenção em trabalhar com pais; há, também, a experiência em Pediatria no Hospital como Técnico de Enfermagem; um estágio na Promotoria da Infância e Adolescência quando o policial cursou a Faculdade de Direito. “Sempre gostei de trabalhar com crianças e sempre quis fazer o curso.” Há, ainda, a experiência em trabalho voluntário em asilo, assim como no grupo anterior aparece a fala de combate às drogas: “Um país que não cuida de suas crianças, temos que combater o problema”.

O questionamento dessas vivências pelo Máster do Programa de certa forma corrobora para uma ideia presente no critério de seleção que é a “socialização prévia”. Em entrevista com um Policial da Equipe de Capacitação, foi referido que não é pré-requisito a experiência paralela com atividades sociais, e o fato de o Policial não tê-la não o exclui. Mas afirma que há certa ênfase à medida que esta experiência pode favorecer a inclusão do Policial no Programa. E ainda diz que “caso o Policial busque o programa tão-somente para sair da linha de frente, ele não aguenta, assim essa experiência já indica alguma identificação e conhecimento”.

De certa forma essa concepção exige daqueles que nele estarão envolvidos um saber prático das leis de funcionamento desses universos, isto é, um *habitus* adquirido pela socialização prévia e/ou por aquela que é praticada fora do âmbito da Polícia Militar, em contraponto com as atividades por eles desenvolvidas no POLOST. Ou seja, além de trabalhar com a ideia de socialização prévia, traz o conceito que busca identificar policiais que não deixaram de circular em outras esferas da vida, que não se fecharam à instituição total.

Em suas histórias, no momento de apresentação no Curso de Capacitação para Instrutores do PROERD, reconhece-se nas falas de alguns policiais a participação em atividades sociais, sobretudo policiais da região do Vale do Rio dos Sinos, e no interior – tal referência não é frequente na Capital. Já nas entrevistas individuais realizadas em Porto Alegre, diferentemente das entrevistas realizadas com os policiais militares, no Vale do Rio dos Sinos, por vezes o Programa aparece como uma oportunidade que surgiu para aqueles: era algo que eles não conheciam e havia uma alternativa para certo cansaço do policiamento ostensivo repressivo: era, pois, “uma nova oportunidade e a rua mata a gente”. Na Capital, um policial refere ter buscado maior aproximação com a sua comunidade em atividades sociais voluntárias após o ingresso no Programa.

É importante referir agora outra questão: das considerações iniciais para se ingressar no Programa, observa-se no campo empírico o entendimento e o tratamento diferenciados dado ao Programa em cada Batalhão.

Nas falas dos policiais, à medida que ele fica dedicado exclusivamente ao PROERD – ainda que esse seja o desejo referido da maior parte –, a percepção de se sentir diferenciado fica mais recorrente nos depoimentos, pautados na consciência de pertencerem, de fazerem parte de um determinado agrupamento, principalmente caracterizado pela sua intervenção junto às comunidades, no trabalho de prevenção com crianças e com jovens, o qual requer uma especialização e conhecimentos específicos. Mais do que nunca, é quando as suas ações passam a ter mais sentido para si. Contudo, em seus relatos, observa-se que o policial se reconhece como aquele que muitas vezes é identificado pertencente a um grupo que “não é policial”. Por outro lado, quando esse policial desempenha as duas atividades (POLOST e PROERD), ele também relata sentir certa “discriminação” do grande grupo, porém ainda parece que o que o torna policial é estar tirando escala, no policiamento ostensivo repressivo. Referem um agrupamento sempre em oposição a outro.

Quando dos fluxos e dos movimentos no interior do aparelho policial entre comunidades que têm como referência de ação de Polícia a ostensividade e/ou a prevenção, alguns policiais referem a existência de uma flexibilização das relações hierárquicas no interior do Programa. Sobre isso, um policial entrevistado declara: *isso pode lá quando estamos no grupo do PROERD, mas a gente sabe quando volta para cá [...] eu sei que tem que ser o que é a PM. Não é mais o Fulano, o Beltrano e o Capitão X*. Tal circunstância é atípica, pois não confere com algumas situações observadas no campo empírico. No Curso de Capacitação, a hierarquia faz-se presente, ainda que de forma embaraçosa.

Durante o Curso, em outro momento, o Máster dá esclarecimentos e libera a opção de usarem *o nome de guerra* no crachá. Nessa declaração que funciona como uma reconsideração da determinação inicial de usarem somente o primeiro nome, ele ressalta: “a questão da hierarquia mantém-se como no tradicional, ainda que aqui estejam todos brincando: Coronel, Soldado, Tenente... enfim o respeito tem que haver sempre”.

Em uma determinada atividade, observa-se que um Soldado havia trocado o crachá; voltou com o *nome de guerra*. Um dos Mentores também observa tal fato e comenta comigo: “Geralmente usam o primeiro nome no PROERD, mas como houve aquela liberação do Máster”... (um Capitão, hierarquicamente superior ao Mentor que identificou tal situação) “pois é aí acabou acontecendo isso, ele é o Capitão”.

**Tabela 11: Das motivações referidas pelos instrutores em curso 2008 para o ingresso no PROERD**

<b>Motivação</b>	<b>Total</b>
Situação atual de crianças e jovens	5
Identificação com o Programa a partir da sua vivência atual	16
Combater o tráfico	2
Polícia ideal	10
Valorização e busca de reconhecimento na comunidade	3
Inadaptação na comunidade de origem	2
<b>Total</b>	<b>38</b>

Fonte: *Policiais Migrantes*: identidades profissionais em movimento, 2009.

**Tabela 12: Das motivações dos instrutores entrevistados, para o ingresso no PROERD, em Porto Alegre**

<b>Motivação</b>	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Identificação	2	1	1
Nova oportunidade	1	1	-
Cansado da rua – violência	2	2	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

Fonte: *Policiais Migrantes*: identidades profissionais em movimento, 2009.

**Tabela 13: Da posição e da motivação dos Oficiais entrevistados**

<b>Motivação</b>	<b>Total</b>
Prevenção	2
Polícia do futuro/ideal de Polícia	2
Não-simpatizante/desconhecedor do Programa	1
<b>Total</b>	<b>5</b>

Fonte: *Policiais Migrantes*: identidades profissionais em movimento, 2009.

Em contrapartida, os deslocamentos no interior do aparelho policial, principalmente desse agrupamento, não se referem a ganhos materiais. Para alguns, aparece com mais ênfase na busca do sentido para si, das suas atividades profissionais, e do maior reconhecimento a partir da interação com a comunidade, com projetos e com planos pautados pelo entendimento de que a prevenção está no cenário da Polícia ideal. Para outros, a ausência de sentido na atividade do policiamento ostensivo repressivo colocou-os em movimento; houve, também, a busca de experiências novas; um deles refere os “benefícios” inicialmente vistos de fora, mas que, ao ingressar no Programa, teve outra visão. Para alguns policiais, a Polícia Militar aparece como um local de trabalho transitório, que assegura por ora as necessidades básicas, porém estão em busca de “planos maiores” (outros concursos, sobretudo para quem tem a

formação em Direito) e/ou a dedicação exclusiva à docência em todas as situações referidas, os relatos estão ilustrados por sentimentos de sofrimento.

Pode-se admitir que a rede constituída entre uma e outra comunidade, bem como o Curso de Capacitação para Instrutores do PROERD como redes que resultam de processos de interações, pelas quais os sujeitos procuram dar sentido às situações. Para os *policiais migrantes*, o local de destino se apresenta como espaço de troca, comunhão de ausências de significados, de adversidades profissionais, encantos e decepções com a profissão.

O Curso de Capacitação coloca-se como a fronteira vista como o “espaço liminar que há nos interstícios da mesma diferença, um espaço-fronteira que é simultaneamente o lugar de encontro, de interação e de trocas. Lugar da relação e das narrativas identitárias que tais relações geram”. No falar da fronteira, as raias ou fronteiras funcionam, simbólica e materialmente, segundo o conjunto ordinário em que se combinam o puro e o impuro, o mesmo o diferente, o dentro e fora. Quer sejam literais ou figuradas, as fronteiras funcionam ainda como lugar de múltiplas contradições. (IHÁ, 2008, p. 4).

Entre repressivo e preventivo (origem e destino) aparece o policial migrante como o estrangeiro dentro do aparelho policial. Se ele parte em busca de um local onde acredita encontrar maior sentido para si de sua atividade, ou seja, para sair de uma frente de batalha, de certa forma ele deixa de viver em um ambiente já conhecido, com o qual ele não se identifica, mas mantém raízes e lá é reconhecido como policial, para tentar uma vida nova num lugar, onde em seus relatos percebe-se que ele não sabia exatamente o que encontraria.

E por diversas vezes ao longo do Curso escutou-se a equipe de treinamento pedindo que os futuros instrutores não contem aos seus colegas de comunidade de origem, o que lá se passa, da aproximação, e ainda não raras vezes quando das fotografias tiradas em momento de descontração e de dinâmicas de grupos a possível publicização dessas era polêmica entre o grupo. Percebe-se que é na chegada que o policial migrante começa a perceber que sua jornada não será fácil e que virá acompanhada de conflitos e desvantagens, sobretudo porque depende do entendimento que o seu Comando tem em relação às atividades do método de policiamento preventivo. Mas, ainda assim, ele vê alguma vantagem no processo, e encontra no grupo que o recebe e o novo que ali se constitui, o apoio para enfrentar tais mudanças.

É interessante perceber que um policial quando migra de um método para outro, torna-se então um *estrangeiro*, se inicialmente sujeito às regras exigidas pelo próprio aparelho policial, para o ingresso na comunidade receptora, a qual no limite é quem delibera a aceitação ou não desse policial neste território, esta de alguma forma o torna um “imigrante ilegal”. Mesmo que o seu ingresso esteja dentro das exigências legais, ainda se observa é que

mesmo o policial estando dentro de todas as prerrogativas exigidas ele passa a ser no interior do aparelho policial militar “um estrangeiro irregular”, o que acarreta por vezes insegurança, além de ser alvo fácil de depreciação, pois não tem o reconhecimento esperado no interior do aparelho policial. O fato de ele optar por uma atividade em um método de policiamento, que é prerrogativa constitucional da existência da própria Polícia, torna-o ainda assim um *estrangeiro*.

Nesse caso, percebe-se que os policiais de certa forma não se deslocam livremente entre tais comunidades, no limite entre métodos de policiamento, com tratamento e direitos resguardados, e sim com traços marcadamente restritivos.

A luta constante é com o preconceito existente pela sua opção em desenvolver atividades que não são reconhecidas simbolicamente como atividades profissionais de um policial, ainda que previstas em lei. De forma geral os *polícias migrantes* são vistos como quem não desenvolve atividades de Polícia. É aquele que está “mutretando”, denominação que desqualifica e causa desconforto no *policial migrante*.

Ser chamado e identificado dessa forma foi uma das reclamações mais constantes quando questionados sobre as relações internas no aparelho policial.

### 3.5 POLICIAIS MIGRANTES

Na sociedade atual, o discurso de *guerra crime*, de que a Polícia deve ir para enfrentamento e sua historicidade, constitui a ideia do que é ser um policial militar, generalizado pelo uso da força (repressão) em oposição à prevenção.

Esses discursos, criadores das imagens dos policiais, são reproduzidos em um plano socioeconômico-cultural e tecem as relações sociais. Porém, essa imagem do policial rambo para os *policiais migrantes* coloca-se como uma tirania, sugerindo sempre comportamentos nos quais eles não se reconhecem, produzindo sofrimentos, o que, em certa medida, os colocou em movimento em busca de uma alternativa. A instauração de um lugar vazio no sujeito oportuniza para que ele possa constantemente se construir e se constituir, é o não suportar a ausência de sentido para si que ele se coloca em movimento, na busca de construir um sentido para si em sua trajetória profissional.

Portanto, o que se observa nessa rede é que “a identidade profissional não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão” (NÓVOA, 1995, p. 16).

Na esfera das imagens de si mesmo (identificação e diferenciação) se a identificação com a comunidade de origem está pautada pela possibilidade de trabalho seguro, de valor instrumental, os relatos dos motivos que produziram a migração mostram que o ingresso no Programa aparece valorado por outros atributos. O sentimento de pertencer a um agrupamento especializado, o envolvimento em trabalhos com crianças despertam uma imagem – uma identificação positiva com o grupo.

Isso implica um processo de pertença e diferenciação enquanto construção de um espaço de reconhecimento, de afirmação e de distintividades. Nesse sentido, os aspectos diferenciadores que surgem para a comunidade de destino estão nos valores da aproximação e os saberes que os policiais precisam ter para as suas formações (cursos e certificações) e ações na comunidade de destino.

A imagem de si é especialmente elucidada em momentos dos percursos profissionais no interior do aparelho policial quando os informantes referem a ausência de sentido para si no grupo profissional de origem, declaradamente foram então tomadas decisões e realizadas mudanças. Dessa forma, podem constituir momentos essenciais de redefinição ou migrações identitárias. E, ainda, as imagens de si mesmos conectam-se ao julgamento que os outros realizam de “nós”, em especial dos comportamentos, com impacto tanto maior quanto à deferência que se tem com relação às opiniões das pessoas que as manifestam. Portanto, às atribuições de sentido dependem da comparação que se realiza com os outros. Dessa forma, considera-se que as identidades profissionais constituem-se pelo duplo processo de identificação com um grupo e de diferenciação em face de outros.

Classificações essas que aparecem associadas nas falas dos informantes, ao profissionalismo, como, por exemplo, deter conhecimento sobre substâncias psicoativas e interagir com uma determinada comunidade (crianças e adolescentes). E é no domínio de um conhecimento específico e nessa interação que eles passam a ser reconhecidos como policiais competentes. E não raras vezes foi mencionado pelos policiais durante o curso de Capacitação: “quando vocês pensarem em sucumbir dado o preconceito na instituição, voltem lá com as crianças e com a escola para se fortalecerem, é lá que a gente se reenergiza, e aqui com o nosso grupo”.

Contudo, a atribuição de sentido por parte dos policiais não parece corresponder ao sentido do reconhecimento de caráter institucional que autoriza atestar diferentes níveis de reconhecimento e da existência de processos mobilizados pelos sujeitos de autoatribuição (VELOSO, 2004).

O fato de alguns estarem no PROERD, e “tirando escala” (o que significa, além de desenvolver o Programa, desenvolver atividades também no policiamento repressivo), por circularem por grupos profissionais de distintos domínios de saberes e práticas, não aparece como fator impeditivo para policiais informantes considerarem-se proerdianos, isto é, não menos proerdianos que os que estão dedicados exclusivamente às atividades do método de policiamento preventivo.

Mas o que marca o conteúdo das falas desses policiais é a insatisfação com o método de policiamento ostensivo repressivo, pelo fato de esse aparecer como única possibilidade para atividades reconhecidas como atividades de Polícia; mais do que nunca, é nesse momento que aparecem as referências aos atributos valorados pela interação com a comunidade no método de policiamento preventivo.

Nisso se identificam alguns elementos comuns: quando indagados aos Comandos quem são os policiais do PROERD, não se escutou “é um policial como qualquer outro”. Na maioria das vezes, veio adjetivado e diferenciado do grande grupo como aquele policial que não somente “executa” seu trabalho como também é alguém que “pensa”. Vindo do Comando, essa fala remete à concepção da Polícia tradicional que considera o Praça como alguém que executa uma tarefa sem questioná-la (ressalta-se novamente que o Programa tem grande concentração de policiais deste Círculo). Por outro lado, há Comandos que desconhecem o Programa, que lamentam não ter sido possível seguir o roteiro de entrevistas devido ao constrangimento de não saber responder a tais questionamentos. Também, por não estarem informados sobre o que se passa, porém atribuem por antecipação características ao policial, caracterizando-os como diferenciados da maioria; por outro lado, não os identificam como necessárias à ação de Polícia.

A partir de Dubar (1997) e Brumer (1994, p. 36), pode-se pensar que são essas concepções, autoatribuídas ou formuladas pelos Comandos, pelos policiais *não-proerdianos* que contribuem para a existência e manutenção das identidades dos policiais do PROERD.

Ao serem indagados sobre o que é ser policial proerdiano – os entrevistados –, sejam os que estão exclusivamente no PROERD, sejam os que trabalham no POLOST e no PROERD, seja ainda o que foi capacitado, que participou em um dado momento e não mais desenvolve o Programa porque em seu Batalhão está reduzido o contingente disponibilizado ao Programa (mas que segue com o símbolo do Programa em seu uniforme), têm-se os seguintes depoimentos:

Uma Policial Praça afirmou:

Olha eu, eu assim, eu... eu acredito muito no PROERD, né, eu me doei muito pro PROERD, desde o dia que o capitão disse assim pra mim: “olha, fulana, tu vai assumir o PROERD hoje, então a função é contigo...”. Eu acredito muito, porque eu vejo assim que a gente como uma autoridade policial lá dentro, eles... Porque a primeira visão deles é o choque, né... Quando entra o policial assim, por mais que eles saibam que é um policial que vai entrar, que vai dar aula, primeiro é o choque, né, eles se assustam assim, né... Fica todo mundo olhando sério pra gente. Mas com o “andar da carruagem” assim, eles vão vendo... Porque a nossa atividade é uma atividade bem diferente do que a gente exerce no policiamento ostensivo repressivo, né. Tu não pode chegar sério e ficar olhando pros alunos sério e dar um aula, né. Então tu tem que dar uma aula mais descontraída. Então com o tempo eles vão criando muita confiança em ti. Os alunos, eles depositam uma confiança muito grande no policial que tá dando aula, principalmente os da quarta série. É que eu trabalho com o currículo antigo, né, então eu trabalho só com quarta série. Então eu vejo assim ó, como é válido eles ter uma aula dessas, porque eles têm muitos familiares, pai, mãe, tios, pessoas que convivem com eles que consomem drogas e a gente vê muito assim a vontade que eles têm de não ver o pai e a mãe daquela forma, a família com quem eles gostam, daquela forma, né... Então eu vejo que eles se conscientizam muito, do mal que a droga traz. Por mais que eles vejam que o pai e a mãe usam, eles não querem aquilo pra eles, né. Então pra mim é muito válido. Eu acho que é um trabalho de prevenção maravilhoso, que existe por mais que a gente não consiga atingir cem por cento dos alunos, que a gente sabe que vai chegar lá na sexta, na sétima, na oitava, um vai experimentar cigarro, outro vai beber, o outro daqui a pouco vai experimentar uma droga mais pesada, mas eu tenho certeza que com a ajuda do PROERD muitos mais ficam livres das drogas do que se não tivesse esse projeto.

Em geral, os policiais desse agrupamento se veem como legalistas; referem, pois, o grupo, a sua atividade atual, como o espaço e como o local onde se desenvolveu tal característica:

Um Policial Praça afirmou:

Aplica a lei. Aplica a lei [repete]... não é porque é meu aluno lá e ele “pisou na bola” – vou usar esse termo – “pisou na bola”, eu vou passar a mão na cabeça dele e dizer “não, não, tudo bem, passa...”, né. Não, você tem que mostrar pra ele o certo, que você tem que agir, né, o certo e o errado. Eu digo sempre pros meus alunos: “eu não trabalho só com criança, eu trabalho até com os jovens também...”, lá do pequeninho... Uma vez eu fiz uma palestra até pros pequeninhos do... do maternal e trabalho com os grandes, vinte anos, também... ou quinze... Vinte anos até não tem mais problema, o problema é quinze e dezesseis, né. Porque eles têm a opinião formada deles, que vai um policial lá – dependendo do policial, graças a Deus não é o meu caso – bate de frente com ele. E eu vou apresentar os meus argumentos pra ele e não vou ouvir os dele. Daí não dá... daí não dá [repete]. Então assim: aplico a lei pra eles. Eu digo “eu sou amigo de vocês, mas para tentar resolver os problemas de vocês, agora você sabendo do resultado e buscou – ‘ah, eu sou amigo do Soldado X’ – daí não fecha”. Como eu digo, [é] bem a questão do trânsito. Tu tá com o veículo errado lá, dizer “ah, eu sou amigo do Soldado Valdir”, tá errado, você vai responder pelo seu erro. Agora se você vier antes e conversar comigo, “ó Valdir, eu tenho uma carro lá assim e assim, eu posso rebaixar ele?”, “não, não pode”, “ah, mas porque não pode?”, “porque a lei diz que não, por ‘isso’, por ‘isso’ e por ‘isso’ tu não pode”. Até divulguei essa informação, uma vez, no *Orkut*: Um menino lá, um menino lá me perguntou, apareceu com o carro rebaixado lá, ele tinha sido recolhido pela Guarda Municipal e daí ele tava horrorizado com aquela atuação. Aí botou lá uns nomes feio lá e... não assim abertamente, mas pra quem lia via que eram ofensivos, né. Daí eu peguei entrei no dele lá e botei um recado pra ele “assim, assim, assim e assim, não to defendendo você e nem a Instituição ‘X’, mas a lei diz



‘isso’...”. Aí depois de um tempo ali ele seguidamente me perguntava alguma coisa e tal e a gente ficou amigo.

#### Outro Policial Praça afirmou:

Eu poderia dizer assim, né, que antes, ser policial militar seria combater o crime... Hoje, né, agora com essas especializações, pensando na prevenção a gente tá pra manter a ordem, né, e aí a gente trata com o cidadão, ser humano. Então já muda a visão, né... muda que antigamente tu saía pra rua, no caso, né, sempre no policiamento a gente sai, né, pra prender, né. Já agora a gente sai pra orientar, né, e se for... se cometeu algum delito, com certeza a gente vai fazer a nossa função que é apresentar ao órgão competente, né... o PROERD transmite bastante coisa boa.(risos) dois lados, uma na prática, no dia a dia e outro, né, com conhecimentos, tudo. Importante, né, na prática e nos estudos... Ah, a minha rotina... dou aulas de manhã, no PROERD né, instrução de manhã, e na parte da tarde, né, sou destinado somente para as escolas, só para o PROERD. No momento, se eu não me engano, eu tenho cinco escolas. Agora no segundo semestre, né, no primeiro semestre... A gente trabalha por semestres, né, primeiro e segundo semestres. As férias de julho, né, são as divisórias. Agora eu tô com cinco escolas... isso dá duzentas e poucas crianças... Dou aula todos os dias, uma vez na semana pra cada escola. Todo dia tem dia de aula, né, e cada dia a gente fala sobre um assunto diferente, né, com eles, referente ao PROERD. Acho que hoje eu tenho mais noção de cidadania. Em uma palavra diria legalista, a leitura o conhecimento das leis te obriga ser, a sala de aula te deixa com mais cautela.

Dessa forma, pôde-se observar as características comuns entre alguns proerdianos. Com isso, o principal elemento unificador é a ideia de “ser legalista”, de “salvar crianças”, de sentir-se responsável pela sua comunidade – de fato, há aqui uma forma de se pensar a atividade policial como ação preventiva de interação e de aproximação com a comunidade.

Classificar o policial proerdiano a partir daqueles que estão dedicados exclusivamente ao PROERD, ou dos que trabalham no PROERD e no POLOST, ou ainda daquele que foi capacitado, participou dele em um dado momento não mais o desenvolve porque em seu Batalhão está reduzido o contingente disponibilizado ao Programa, buscando algumas possibilidades de combinações e recorrências entre algumas dessas categorias, reconhecer que podem ser categorias distintas, isso tudo não levaria a afirmar que existe um proerdiano mais proerdiano que o outro. Mas, de alguma forma, tais situações atravessam e estão atravessadas pelo entendimento do que *faz a Polícia* e o que é *ser policial*, seja pelo Comando e/ou pelos próprios policiais.

Ao afastar-se totalmente do POLOST, alguns policiais referem as consequências disso: há desde as chacotas até a dificuldade de se relacionar com o grupo; sentem-se, por vezes, excluídos. Com efeito, desenvolver atividades nas perspectivas destes dois métodos também traz alguns problemas: segundo eles, embora por vezes refiram gostar de desenvolver atividades em ambas as comunidades, origem e hospedeira, com frequência são vistos como aquele “que mata o trabalho”, mas a relação entre os pares é mais facilitada.

O policial que transita entre esses dois “mundos” é visto “como o colega solidário que tira escala”, e, segundo alguns policiais informantes da pesquisa, nessa mobilidade foi possível acionar novos valores, padrões e normas do Programa as quais, enquanto policial, passou a utilizá-los no policiamento ostensivo repressivo.

Segue o depoimento de um policial (de uma pequena localidade do interior) que referiu sua entrada no Programa porque constatou a presença do tráfico muito próximo de seu filho e de outras crianças, pois mora em um local onde há grande circulação de traficantes e de drogas:

Eu faço os dois policiamentos, gosto do PROERD mas também faço o ostensivo... claro que eu não chego “pedalando”, tem outras formas de chegar. Eu já prendi um traficante pai de um menino que eu dei aula, e conversei com ele depois disso, e respeitei o pai dele na hora da prisão, nos seus direitos. Falei com o menino... foi difícil?... Foi! Jamais pensei que como Polícia um dia eu faria isso... é complicado... difícil, mas não é impossível.

Sobre isso, observa-se que esses policiais mantêm múltiplas relações sociais, relatam transformações em suas percepções acerca das práticas e das intervenções no policiamento de origem e acionam comunicações entre práticas e grupos/métodos. Em seus relatos, tem-se a emergência de um processo social que cruza fronteiras (nem sempre) geográficas, mas sim culturais e políticas.

### 3.6 IDENTIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

Se a identidade do sujeito é relativa à diferenciação em face dos outros, pode-se observar alguns processos de estigmatização. Em Goffman (2001), paralelamente os meios de diferenciação acionados, nessa dicotomia eu x outro, observa-se o surgimento de um fosso – surgido entre as identidades virtuais atribuídas por outros – das identidades reais – concretizadas no que os sujeitos consideram para si próprios. É nesse fosso entre ambas que está a origem do processo de estigmatização. Isto é, nessa migração está-se diante de dinâmicas de estigmatização, no caso em que o sujeito pensa de si mesmo não coincide com o que os outros lhe atribuem.

Aqui se percebe a estratégia de recorrerem à comunidade específica – como forma de ressignificar a estigmatização – outras redes em que estão inseridos, com as quais trabalham e nas quais obtêm reconhecimento e legitimidade de suas ações.

Se, por vezes, afastando-se do POLOST, o policial corre o risco de ser visto como *não-policial*, ou “menos um para tirar escala”, ou, se, ainda, desempenhando as duas atividades ele sofre a estigmatização de “matando trabalho”, por outro lado, fala com orgulho quando o seu Comando disponibiliza com exclusividade policiais para tal Programa. Com efeito, é como se este policial tivesse um entendimento superior do que é a ação de Polícia e das concepções acerca da Segurança Pública, bem como de seu reconhecimento e de sua pertinência a um grupo diferenciado.

Identificam-se através das falas os embates entre os grupos. Um Oficial em capacitação afirma:

[...] eles dizem que a gente tá mutretando, eles não sabem o que é ter 5, 6, 8 turmas de jovens, preparar aulas, estudar, ter que ler e te manter atualizado para ajudar as crianças a ficarem longe das drogas. Eles não sabem que a gente está trabalhando com eles e aliviando o trabalho deles. Eu prefiro falar com esse guri aqui, do que mais tarde ter que dar de cara com ele com uma arma na mão... é muito pior...

Um Policial Praça, que retornou definitivamente à comunidade de origem, referiu:

[...] eu já trabalhei no PROERD, mas na época que era voluntário mesmo... hoje não é mais assim, tem mais apoio... dizem que eles estão mutretando... não sei... não sei... mas tinha que ter alguém, que fiscalizasse eles, que passasse lá de vez em quando para ver como eles estão dando aula.

Uma Policial Praça dedicada exclusivamente ao PROERD disse:

Eu me dedico só ao PROERD, meu Comandante deixa eu e outro colega desenvolver só o PROERD... eles acham estranho, dizem que a gente tá matando trabalho... queria eles lá fazendo tudo o que a gente faz... eles acham que polícia é só eles. Eu tenho orgulho do meu Comandante... por ele entender o que significa o PROERD, ele tem outra cabeça...

Um Policial Praça da equipe da capacitação afirmou:

A ideia do PROERD é à frente do tempo, que a gente tem um grupo super fechado no sentido de se ajudar, a gente sempre pode contar com um proerdiano... acho que nós somos mais tranquilos, mais seguros... sei lá... melhores.

Uma Policial Praça, que desenvolve o PROERD e está no POLOST, referiu:

“Ah, tá no PROERD pra mutretar...”, essa é a palavra que eles usam, né, a gíria usada muito dentro da Brigada, né. Então a gente tem uma certa... uma certa assim... um afastamento de colegas da rua, né, em compensação outros se aproximam talvez por ideias semelhantes, por gostar do projeto assim, né, mas a maioria a gente sente

um... é, uma rejeição, quando tu assume o PROERD, principalmente quando eu tava trabalhando só no PROERD. Porque daí eles juntam a ideia de eu estar no PROERD por eu ter ido pro administrativo; ah, eles juntam a ideia do PROERD por eu entrar na sala do Capitão pra conversar com ele com uma certa naturalidade, que outros da rua entram com medo. Eu sempre digo “ele não morde, não tem problema, eu só vou tratar os assuntos profissionais, eu nunca vou tratar de assuntos pessoais lá com ele, assim como tu pode fazer...”, só que eles não têm essa ideia. Eles acham que o PROERD foi que me deixou “de bem” com o comando, de bem com o administrativo, sabe... Então tem essa... esse problema que a gente enfrenta... de alguns, né...

Das observações dos embates entre policiais das posições, e estigmatizações deve-se ressaltar que tais confrontos em um cenário de estruturação profissional são comuns. Fontella (2000, p. 128) *apud* Elias (2001, p. 108) refere que:

Antagonismo inicial e luta por posições entre grupos rivais, pode ser encontrada no início da história não apenas das profissões, mas de quase toda instituição. Quando se tenta elaborar uma teoria geral da gênese das instituições é provavelmente necessário considerar que o conflito é uma das características básicas de uma instituição nascente.

Aqui se observa também a delimitação dos saberes, das concepções, das práticas e dos valores profissionais que são mais ou menos frequentes nas falas dos policiais informantes sobre o que define a sua atividade, do que é específico à sua profissão. Ainda, as relações entre as diferentes atividades, as distinções e os conflitos entre os grupos aparecem também quando se indaga como se aprende a ser policial no POLOST. De forma sistemática, esta aparece ilustrada pela *prática e na rua*; em contrapartida, quando, ao final da entrevista, pergunta-se como se aprende a ser policial no PROERD, isso aparece associado à aprendizagem: o *estudo* ou *estudando* – uma ou duas vezes somente o PROERD foi associado à prática do dia-a-dia. Das respostas, porém, houve valorações distintas em relação aos tipos de saberes, à hierarquia de uma atividade sobre a outra, à certificação e à credibilidade de um saber “mais acadêmico” em detrimento da aprendizagem na rua.

Anita Brumer (1994, p. 42), referindo Castoriadis (1989, p. 61-62), observa que a noção de superioridade – tanto por parte do grupo que se considera diferente e que tenta manter sua identidade como por parte dos que os discriminam – parece ser uma característica comum a vários grupos. Ainda, de acordo com a autora, na avaliação que um grupo faz do outro e de suas instituições, este outro, caso seja diferenciado, é visto como inferior (BRUMER, 1994, p. 42).

Brumer (1994), ainda referindo o Castoriadis (1989), afirma que:

na verdade, o autor examina três possibilidades: as instituições dos outros podem ser consideradas como superiores, inferiores ou “equivalentes”. A possibilidade de serem encaradas como superiores é logo descartada, uma vez que ela levaria “ao mesmo tempo a uma contradição lógica e a um suicídio real”, pois, se as instituições do outro grupo fossem consideradas superiores, elas teriam que ser adotadas pelo grupo-Ego. A possibilidade de serem “equivalentes” também não é frequente, pois significa que “tudo se tornaria então indiferente e seria então desinvestido”. Resta a possibilidade de serem inferiores, e “isto não é uma fatalidade, ou uma necessidade lógica, é simplesmente a probabilidade extrema, a “tendência natural” das instituições humanas. O modo mais simples do valer das instituições para seus próprios sujeitos é evidentemente a afirmação – que não tem necessidade de ser explícita – de que elas são as únicas “verdadeiras” e que, portanto, os deuses, crenças, costumes, etc. dos outros são falsos. (BRUMER, 1994, p. 42)

Observa-se que o fato de o policial ter realizado a capacitação, ter dado aulas no PROERD, estar desenvolvendo neste momento ou não o Programa, não são classificações consideradas para identificar-se um policial proerdiano. O que vale, segundo informantes de pesquisa, é ele ter os valores proerdianos presentes. Sobretudo se nesse momento ele não está desenvolvendo o Programa, e isso não é pela sua vontade e sim por determinação do Comando. Ainda assim ele é um proerdiano, porém deve ter passado pela capacitação e participado do Programa, mas deixa de sê-lo quando: “esses viram que não era a sua praia e dizem que não é para eles”, e tem-se, então, a autoexclusão ou a não aprovação, o desligamento.

Ressalta-se que existem vários aspectos que definem no campo empírico um proerdiano. Um aspecto importante é que, antes mesmo de sua entrada no Programa, ele já é visto como diferente por ele mesmo e pelo Comandante – é esta diferença que levou o Comando a encaminhá-lo para a Capacitação do mesmo modo que o próprio policial se reconhece como diferenciado pelos outros policiais. Tal postura passa muitas vezes pela não adaptação às regras, às normas do aparelho policial militar. Essa não adaptação coloca-os em movimento na construção de redes que possa auxiliá-los a buscar “lugares” onde o trabalho possa ter mais sentido para si.

A partir de Brumer (1994, p. 46), é possível pensar que nessa identificação prévia feita pelo Comando “de alguém que é diferente”, e daí encaminhado à Capacitação para a inclusão no Programa, ela aparece no campo empírico como algo “essencial”, da negativa de alguém que não é para “ser policial”, e esse sentimento muitas vezes é relatado pelo próprio policial, como pode ser observado a seguir, no relato da Capitã, Oficial da última turma. Mas, por outro, fortalecidos no grupo há a ideia de provocar uma mudança, silenciosa, que talvez muitos não assistam, mas “acreditando na possibilidade de outro método de fazer policiamento”.

Na concepção essencialista, quando um determinado objeto recebe uma classificação, essa traduz a sua identidade e ele se torna imutável, ficando sujeito a determinadas regularidades entendidas como lei da natureza (BRUMER, 1994, p. 46).

A autora, referindo Suárez (1992, p. 6), considera que classificar um objeto ou coisa como “essencial” significa reconhecê-lo dentro do campo da natureza, que é imutável, e não no campo da cultura, que prevê a possibilidade de autonomia e mudança (BRUMER, 1994, p. 46).

A percepção dos policiais como rapidamente assimilados pelo Programa, rompidos com modelos “distintos”, conduziria a uma perspectiva que buscaria dar conta da mobilidade desses fluxos, categorizando-os como policiais “temporários” – que entram e que saem do Programa –, “policiais fixos no Programa”, policiais-volantes (que tiram escala e estão no Programa).

Ao elaborar essas categorias, correr-se-ia o risco de não reconhecer que os policiais “migrantes” mantinham as suas relações com a “sociedade de origem”, não em contradição, mas sim em conjunção com a sua “sociedade hospedeira”.

Acredita-se que perseguir essa perspectiva contribuiu para se pensar nas múltiplas relações que os *policiais migrantes*, a partir do policiamento ostensivo repressivo, estabelecem com o grupo de destino, o PROERD.

A Policial Oficial Capitã, relata que:

Gostaria de dizer que eu sou da última turma de Oficiais, o início na BM está muito difícil para mim... A Academia nos ensina algumas coisas entre outras, a deixar de ser quem tu era... e para mim isso foi muito difícil... Em um primeiro momento eu estava pensando em desistir... eu não sei se eu sou o perfil ideal...me disseram que eu não sou pra isso... porque para mim se é Soldado ou Coronel tanto faz, se alguém precisa de mim eu ajudo... (chora)... eu estava desesperada... aí a Major (Coordenadora Estadual do PROERD) me chamou para esse curso e abriu outra coisa... que eu consiga ficar na BM e dar meu melhor. Eu não sei como será segunda-feira eu ter que voltar, porque lá onde estou não existe só Oficial do PROERD. Agora para mim vocês são mais uma família... (chora) mas eu sou assim mesmo...

Como anteriormente observado, alguns Comandos os reconhecem como diferentes; sobre isso referem atributos positivos como, por exemplo, serem inteligentes, voluntários, “alguém que pensa”, “destacam-se do geral da tropa” – ainda que com essas considerações tem-se a impressão de que essas não são características imprescindíveis a um policial: “O que a Polícia precisa fazer e faz é o policiamento ostensivo repressivo, de repressão”.

Tal entendimento decorre muito da maneira como o Comandante foi socializado. De forma geral, o Comandante, “talhado na tropa”, diz reconhecer a diferença; no entanto, essa

não aparece como algo valorativo, temendo, inclusive, a “especialização” dentro da Polícia, referindo ao fato de isso não ser salutar, pois descaracterizaria a prioridade da ação de Polícia e traria conflitos ao grupo, sobretudo para a gestão.

Esse raciocínio remete a Durkheim que

reconhecia claramente a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas juntas pelos laços de solidariedade mecânica. A transição para a solidariedade orgânica, baseada numa divisão social de trabalho e interdependência econômica, era frequentemente acompanhada pela anomia, ou o colapso do sistema de valores comuns, que resultava em desintegração social, que, por sua vez, poderia levar a consequências patológicas. Tais consequências incluíam crime, suicídio e conflito de grupo. (ASSIS e SASEKI, 2000, p. 3)

Por outro lado, tem-se o seguinte depoimento de um informante, que ocupa alto posto dentro da Brigada Militar, com alto nível de escolaridade:

Nós temos vivenciado momentos intensos, esses que mais nos tocam... e à medida que a gente se afasta... a gente vai perdendo (emociona-se) O que eu tenho para dizer para vocês é que não desistam da BM... talvez ela seja a única instituição séria deste Estado... E nós passamos por cima disto tudo. Nós temos dificuldades, mas não podemos desistir disto, quando todo o contexto está em desagregação... a instituição Escola está fragmentada, a religião... esse conjunto de contensores sociais está fragmentado, por isso essa vulnerabilidade da infância. E nós temos que tentar resgatar, nós ainda somos um dos únicos contensores que talvez a comunidade acredite... não na viatura, no rádio, mas em nós, policial, no homem... o que faz isso funcionar bem é o que habita em cada um de nós. Eu e o Coronel aqui do lado estaremos aposentados daqui a pouco, então o futuro é com vocês, vocês têm que... influenciar na prática estratégica... a Polícia do futuro é a que vai trabalhar com estas interações comunitárias.

Outro Oficial, de alta graduação, declarou:

[...] me encaixei para fazer o curso, e pensei... vou chegar no curso e queria me esconder um pouco de ser Coronel. Eu também tô aqui para ver o que os mais jovens pensam na BM neste momento o que pensam e quais são as dificuldades... Esta postura de posto e graduação causa um crescimento grande... os mais velhos e mais novos... (emociona-se). No papel é uma ficção jurídica, mas somos nós na frente daquelas crianças a melhorar a vida delas, e isso emociona. Fala da importância dos novatos, recém-chegados a BM já saírem com essa ideia e diz: “essa ideia mais humanizadora, de ver a organização de Segurança Pública, com alto grau de profissionalismo. Pois a força vem dos seres humanos que estão aqui dentro.

A percepção de que são considerados diferentes pelos outros, seja em aspectos negativos ou positivos (ou em ambos), reforça um sentimento de pertencerem a um grupo com laços estreitos e de fazerem parte de um grupo diferenciado, que pensa em fazer Polícia

de outra forma. É, pois, uma atividade pautada pela prevenção e que tem em suas aspirações um ideal de mundo que aproxima enquanto policiais do Programa entre si.

Sobre isso, um Policial Mentor comentou:

[...] Passa a ideia de família ampliada – cheguei com uma couraça e uma armadura. Hoje talvez estejamos com mais ou menos 500 Instrutores na BM 0150 PROERD. Eles trazem uma forma, no pensamento um jeito de fazer polícia, tem um ideal de mundo presente. Um proerdiano nunca deixa o outro na mão, pode saber.

Outro Mentor disse:

Há uma reenergização com as crianças e... quando vocês tiverem pensando em pedir para sair vão até uma daquelas crianças. A Mentora, ao fazer a sua avaliação final de curso, pauta-se na ideia de teia e de como eles, policiais do PROERD, estão se espalhando e constituindo-se na Brigada.

O Máster disse:

Inicialmente, o PROERD ficou centrado em duas pessoas para pensar, idealizar... O Major X e o Major YI, um operacional e outro mais político, por muito tempo ficou sobre essas duas pessoas... e de certa forma somos os seguidores do Major X... É interessante que o PROERD faz a diferença não só com as crianças, mas com os próprios policiais...

Observa-se que, nas lutas e nos embates entre policiais, e das atividades desenvolvidas em um e outro método, surgem características constitutivas das identidades policiais do PROERD, estabelecidas em oposição às características atribuídas a outros grupos, notadamente, às práticas do policiamento ostensivo repressivo. O proerdiano carrega atributos de valorização do grupo e o orgulho de sua competência, transformando o estigma do método de policiamento preventivo em um emblema de luta. Essa transformação resulta, para os policiais, além da valorização dos saberes implicados, tanto o fato de se distinguirem das práticas do policiamento ostensivo repressivo quanto o da imagem construída pelo discurso dominante para representá-los – desse modo, a construção das identidades policiais passa “por uma autoestima e um autoconceito”, pois o proerdiano se reconhece como alguém diferenciado.

No período de observação das atividades do PROERD no Vale do Rio dos Sinos, obteve-se o levantamento de matérias que saíram na mídia impressa ao longo de 2007/2008,



em jornais da região. É interessante observar como a mídia<sup>37</sup> refere o Programa e as atividades desenvolvidas pelos policiais em suas comunidades.

Na questão da mídia, pode-se referir o que Dubar (1997) chama de quadros sociais da identificação, ou, ainda, quadros de socialização, que envolvem as categorias utilizadas para se identificar um sujeito em um determinado espaço social (“identidade estrutural” ou “identidade para outrem”), as categorias do discurso do sujeito definindo-se do ponto de vista de outrem (quer este outrem seja “significativo” e personalizado, quer seja “generalizado” e institucional), como o espaço do jornal.

Portanto, as condições de produção e de emergência de certos discursos que circulam em determinados produtos da mídia, em certa época e lugar, podem ser consideradas como práticas institucionais, dos acontecimentos políticos, dos diferentes processos econômicos e culturais que, como nos ensina Foucault, não seriam “expressão” de um discurso nem sua causa imediata, mas algo “que faz parte de suas condições de emergência” (FOUCAULT, 1986, p. 187).

Dar visibilidade às matérias publicadas no jornal é falar também daquilo que se “clama”, das coisas ditas em determinado tempo e lugar, de “mundos profissionais vividos”, também delimitados pela mídia. Para exemplificar, tem-se abaixo a matéria veiculada no *Jornal NH*, em 23 de agosto de 2008:

Parobé – Com a mão direita sob o peito e de cabeça erguida, Andrei Machado da Silva afirmou: “Prometo resistir às drogas e à violência, para o bem da minha família e da comunidade.” Foi com este juramento que o menino de 11 anos recebeu na tarde de ontem o diploma do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), em Parobé. Junto com Andrei, mais 719 crianças afirmaram o compromisso de lutar contra a drogadição. Com o Ginásio Municipal Décio Francisco da Costa lotado, as crianças foram o grande espetáculo da formatura.

A cada diploma entregue, os alunos faziam uma verdadeira festa, com palmas, gritos e assobios. Mas antes mesmo da solenidade, o clima era de alegria e expectativa. Quando os estudantes notaram a presença do soldado Marcos Antônio da Silva Martins, 41 anos, o ginásio se transformou em um caldeirão – as crianças aplaudiram o policial e instrutor do curso por quase dois minutos. Para Andrei, o soldado lhe ensinou a ser mais cidadão.

“Entendi como é importante respeitar os mais velhos e também a não cair na conversa dos outros”, exemplifica. Além dele, Kelvin Gabriel Azevedo Hoffmann, 11, conta que, com as aulas de Martins, ele aprendeu a detestar a violência. “Antes eu avançava de soco no meu irmão por qualquer coisa, mas agora aprendi que brigar não faz bem. Hoje, já prefiro fazer as pazes logo.” Martins frisa que utiliza como pedagogia o teatro e a música. Dois itens que prendem a atenção dos alunos, garante.

“Eu amo crianças e este trabalho é importante para que elas digam não às drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, bem como a violência”, salienta. Para a diretora da Escola Municipal João Muck, Cristiane Araújo da Silva, 28, o programa é

---

<sup>37</sup> Ver anexos.

primordial. “É bastante importante este trabalho, principalmente na faixa etária deles, pois o problema das drogas é crescente”, observa. Cristiane, que contou com 60 estudantes no curso, também ressalta o exemplo do soldado Martins para as crianças. “Ele fala na mesma língua delas, por isso lhe adoram.”

Não se propõe aqui a uma análise do discurso da mídia, mas tão-somente referir-se a determinados discursos veiculados, os quais não só estão no campo do reconhecimento, da interação social almejada pelo policial como também descrevem certos discursos atuais sobre a construção da Polícia ideal.

Se, por um lado, observam-se diferentes trajetórias e reconhecimentos no interior dos Batalhões – sejam eles pautados pelas atribuições negativas dos Comandos e/ou de colegas dos policiais proerdianos (de serem um “não policial”, de alguém que “quer matar trabalho”), seja por atribuições positivas quando identificado como um tipo ideal de Polícia, como a Polícia do futuro – é na comunidade onde desenvolve o seu trabalho que o policial busca os exemplos de referência para notificar o seu reconhecimento e dar sentido à sua ação.

Sobre isso, um policial de um Batalhão de Porto Alegre comentou:

Meu Deus, eu sou tudo para aqueles guris, a comunidade me conhece. Pra tu vê só... dia desses a mãe de um guri que eu dei aula... ele tava com uns problemas ele já tá grande, já tá namorando... ele é um pouco complicado... a namorada brigou com ele e ele tava pensando bobagem... a mãe dele me chamou pra eu ir lá conversar com ele na casa dele... eu fui lá conversei horas... e parece que as coisas se resolveram... às vezes eu passo prá saber como ele tá. E quando tem alguma coisa... ele, a mãe sempre me procuram... e eu procuro ajudar. Conheço ele desde pequeno, dei aula pra ele... hoje ele tá grande... sei lá uns 18 anos.

Tal situação implica, por um lado, um processo de individualização, visto que aumentam as chances de expressão, de legitimação e de reconhecimento de diferentes facetas da personalidade do sujeito, embora isso signifique igualmente, por outro lado, um processo de inclusão social, por inserir o sujeito no círculo igualitário composto de todos os membros da sociedade. Certamente, ambos os processos indicam possibilidades de aumento do reconhecimento social. A integração social dá-se através de relações de reconhecimento que confirmam as diversas facetas da personalidade dos sujeitos, e eles se tornam membros da sociedade – inclusão social (ROSENFELD, 2007, p. 449).

Considerando-se a centralidade do trabalho na construção da autoimagem e da imagem social, identidade para si e identidade para o(s) outro(s), a forma como este é definido, “etiquetado” (HUGHES, 1996), o reconhecimento social através das profissões é um dos meios de apresentação social de cada pessoa. Para esses policiais, é na aproximação, na interação com a comunidade que advém o seu reconhecimento; ainda que por vezes a

certificação e a formação apareçam como relevantes para alguns, é na interação que o policial se reconhece e se diferencia. Ter uma profissão é permitir-se se apresentar a si próprio e ao outro de “maneira socialmente reconhecida” (DUBAR, 2000, p. 95); desse modo, ser uma pessoa valorizada socialmente é ser um profissional, um membro de uma profissão (BRAGA, 2005, p. 113).

### 3.7 O PROJETO PROFISSIONAL COMO UM PROJETO COLETIVO

Como pôde ser observado anteriormente, no grupo de *policiais migrantes* a identidade de grupo é muito evidente, sendo *re-posta* por todo o seu percurso histórico, caso sejam observados, desde o surgimento do Programa no Rio Grande do Sul, os fluxos migratórios, a permanência de uns, a entrada de outros, as novas negociações que o grupo fez neste trajeto, desde a obtenção recente do reconhecimento como programa oficial, certificado pelo DARE. O estar em grupo e ter o grupo como apoio e referência nutre a identidade profissional de cada sujeito. Perceberem-se na mesma categoria, nas mesmas circunstâncias profissionais, da perspectiva de afirmação profissional lhes dá identificação e força.

No espaço do Programa, das redes constituídas os *policiais migrantes* compartilham experiências semelhantes de aprendizagem e tendem a experimentar mudanças semelhantes na concepção da profissão policial. Ao se perceberem enquanto grupo, esses se remetem à profissionalização como uma meta coletiva. Existe uma legitimação da identidade grupal à medida que a realização profissional dos policiais que ali estão torna-se importante para o bem-estar de cada um, como se pode observar nas seguintes afirmações: “Quando tiverem vontade de desistir”; e/ou: “Se o teu Comando não acredita neste tipo de trabalho, quando tu fraquejar tu tem que olhar no olho daquela criança que precisa de ti”; ou ainda: “Um dia eles verão que o que a gente faz aqui ajuda a eles lá, o importante é que nós acreditamos e estamos felizes no que fazemos no PROERD”. “O importante é que todos nós fique bem e estejamos realizados, e temos um ao outro pra ir em frente, né?”. “Estamos com uma programação de cursos e ainda a Especialização sobre Drogas e adolescentes que está para sair...”

Compreenderem-se na mesma condição de profissional lhes dá identificação, enquanto grupo, projetando juntos uma identidade profissional.

Para além dos objetivos comuns traçados pelo grupo, como, por exemplo, a participação em cursos, o desenvolvimento das atividades, de inserir-se em um grupo que tem as mesmas atribuições, pode ser observado, também, que desde o primeiro dia de aula no Curso de Capacitação de futuros Instrutores, ocorreu uma identificação com o grupo, da

comunidade hospedeira, em função de partilharem das mesmas condições profissionais encontradas no interior do aparelho policial militar, do desejo de descolar-se do método de policiamento ostensivo repressivo como sendo este a única possibilidade, de uma discriminação anterior, sobretudo ao que confere pensar em outras possibilidades profissionais a partir do método de policiamento preventivo e da condição comum de pertencerem desde de então ao mesmo Programa. E conforme já abordado, ocorre, igualmente, a partilha das emoções, sentimentos e as adversidades que vive, o sujeito que se tornou um *policial migrante*. O grupo se utiliza do mecanismo de fortalecimento do processo identificatório, no sentido de criar estratégias de socialização e integração com os seus pares. Associa-se igualmente a esse fenômeno a experiência do processo de estigmatização. “O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a se reunir em pequenos grupos sociais, cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando eles próprios sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida” (GOFFMAN, 1988, p. 32).

É com o grupo de iguais que os estigmatizados (GOFFMAN, 1988) constroem escolhas e elaboram práticas adotadas em relação ao seu grupo dos normais. Constitui-se um processo de socialização daqueles que se sentem e são marginalizados. São as estratégias elaboradas coletivamente que identificam o grupo e sua coesão. Como exemplo, pode-se citar o fato de os *policiais migrantes* se referirem à formação e capacitação específica para o desenvolvimento de competências exigidas para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, bem como a amizade e apoio no grupo para além dos momentos de trabalho como condição que facilita o desenvolvimento profissional a firmação do mesmo, as novas redes constituídas a partir do ingresso do grupo, e, ainda, o fato de que por meio da certificação junto ao DARE colocaram-se em novas redes de policiais que trabalham com a prevenção no país e fora deste, bem como a partilha das situações vividas junto à comunidade de origem, corroborarem para o sentimento de pertencer ao mesmo grupo, fortalecendo assim seus vínculos.

### **3.7.1 O investimento na formação como alternativa de resistência**

O investimento na formação, no estudo, como alternativa de resistência e promoção de mudanças, pensando novas formas de fazer policiamento, sobretudo fundado na prevenção apareceu de forma recorrente nas entrevistas individuais e durante o curso de capacitação. A valorização que o policial migrante dá ao estudo chama a atenção. O estudo aparece como

forma de legitimar um projeto coletivo e individual e como possibilidade de acessar um novo espaço profissional. Espaço esse que pressupõe conhecimentos técnicos, a saber: a drogadição e a dependência química; por vezes o reconhecimento das limitações da cartilha que desenvolve o Programa impulsiona o policial a buscar outras redes para acessar conhecimentos. Os investimentos feitos nesta direção correspondem não somente às exigências do Programa, mas, sobretudo, à idéia de permanência do e no Programa (o que será abordado mais diante). Portanto, a ideia de se tornar profissional, de aprender a ser policial, aparece associada ao estudar.

Da pergunta *Como se aprende a ser policial do PROERD*, quase todos os policiais responderam “estudando”: desse modo, eles têm muito claro que são os responsáveis pela aquisição e pela manutenção de suas próprias competências. O que se observa no campo empírico é uma concepção de autonomia e de responsabilização do sujeito pela manutenção de suas competências; ainda, o próprio ensino a distância está no cerne da profissionalização e do desenvolvimento de competências.

Mesmo que reconheçam que o estudo formal produz ou pode produzir as competências exigidas do sujeito para enfrentar a sala de aula com temas abrangentes como o enfrentamento da droga e da violência, essa atribuição recai também sobre o próprio sujeito. Ainda que o seu “emprego” esteja, de certa forma, assegurado pelo concurso público o policial tem claro que o tema incide em questões complexas de conhecimento, que deverá compreender muitas vezes sozinho; sobre isso, alguns referem que o conhecimento exigido está para além da cartilha.

Os achados do campo empírico e as afirmações de Rosenfield (2007, p. 448) ajudam a pensar que, se por um lado uma das características (entre outras, desse agrupamento, citadas pelos Comandos) que os diferencia é a capacidade de pensar – sobretudo como uma característica não requerida ao Círculo de Praças, isso pode indicar que existem outras formas de se conceber o trabalho policial. Contudo, quando um processo supõe uma possibilidade de reapropriação do trabalho pelos policiais, a saber, a autonomia em pensar sobre os métodos de policiamento, essa se coloca como um bem que exige sacrifícios e que culmina na sujeição do próprio policial instrutor. Aí se coloca um paradoxo: o que aparece na revisão bibliográfica centrada neste método de policiamento e no campo de pesquisa é um ideal de Polícia. De fato, ainda que por vezes apontada a sua limitação, e essa, via de regra, aparece na falta de mensuração da eficiência das ações preventivas, a suposta autonomia aparece subjugada à concepção normativa não só da emancipação, mas também da própria corporação, a qual muitas vezes não se coloca diferentemente entre uma e outra comunidade.

De forma recorrente, o investimento na formação (cursos de especializações, a graduação, capacitações e outros) surge como independente do aparelho policial militar, dá-se à parte e muitas vezes com sacrifícios pessoais, ainda que o próprio Centro de Treinamento e Capacitação para Instrutores do PROERD busque alternativas para investimento na formação, entendendo que essa é uma forma de alcançar o reconhecimento no interior da própria Polícia.

Alguns policiais Instrutores referiram estar utilizando os telecentros para acessar o EAD, junto ao PRONASCI<sup>38</sup>, na busca de cursos que qualifiquem as suas rotinas de trabalho. Contudo, dois policiais militares que referiram estar fazendo cursos de ensino a distância pelo PRONASCI, recebendo uma Bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), referem que escolheram cursos que não estão relacionados à sua rotina de trabalho, às suas dificuldades do dia-a-dia, mas sim à perspectiva de se qualificarem para outros concursos.

A formação, o estudo, produzir conhecimento a partir da atividade que desenvolve mostra-se nas falas dos policiais também como forma de cercear a entrada de qualquer postulante ao PROERD e a afirmação do próprio Programa.

### 3.8 PROJETOS PROFISSIONAIS

Ao falar de suas perspectivas sobre as próprias trajetórias individuais, sobre os seus projetos futuros, sobre o percurso expresso pela experiência, observam-se múltiplas facetas, com diferentes nuances, como decorrência de diferentes trajetórias e de diferentes projetos profissionais e individuais. Há aqui representações desses profissionais sobre a atividade que eles mesmos desempenham (O que fiz? O que faço? O que farei?). Se, por um lado, percebe-se a pressão que o tema eixo norteador do Programa – a prevenção ao uso de drogas – exerce sobre os policiais, no que diz respeito à sua qualificação (na maioria das vezes buscada por conta própria, em leituras adicionais), para se abordar um tema tão complexo junto às crianças e aos jovens, que é a questão das drogas, por outro lado, em alguns policiais a pressão se dá também pela preparação para enfrentar novos concursos e para a inserção em outro tipo de trabalho, principalmente melhor remunerado.

---

<sup>38</sup> Ver em texto anexo.

**Tabela 14: Distribuição de policiais entrevistados, segundo as suas expectativas “profissionais”, os seus planos de futuro**

<b>Tipo de expectativa</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Novos concursos	7	2	5
Permanecer na BM	10	9	1
Aposentadoria/reserva e dedicação à docência	4	4	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>6</b>

Fonte: *Policiais Migrantes*: identidades profissionais em movimento, 2009.

Sobre a questão relacionada aos planos de seu futuro profissional, e se há planos de sair da corporação, uma mulher Praça Policial Instrutora respondeu:

Sim, muito, por isso que me formei na faculdade, né. Na verdade, a gente sempre diz... eu sempre digo e as pessoas que eu conheço também dizem: que a Brigada prá mim hoje tá sendo apenas um trampolim, prá eu poder exercer aquilo que eu realmente quero, né. Enfim, e poder sim alcançar realmente os meus sonhos, assim, que é trabalhar na área que eu me formei – não como advogada [enfática] – mas daqui a um pouco como escritã no Fórum, delegada de polícia...

Outra Policial Instrutora declarou:

– Fora da Briga... É que daí seria fora, então como eu te disse: dentro da área do Direito. Na verdade minha maior... meu maior sonho é a Magistratura, né. Mas eu queria tá, por exemplo, eu gosto de trabalhar no Fórum, nos dois anos que eu trabalhei eu vou dizer assim prá ti que foi a... na verdade eu fiz aquilo que até hoje eu mais gostei de fazer, fui trabalhar no Fórum, fui trabalhar com processos, atendimento ao público, eu gosto muito de atender o público assim, sabe, eu gosto muito desse contato.

Contudo, a ideia de permanência no e do Programa é significativa nos relatos dos *policiais migrantes*, a ideia de permanência no Programa aparece tanto associada a um projeto coletivo de levar adiante, divulgar e propagar outras formas de fazer policiamento, de manter-se no grupo e levar à frente projetos que estão elaborando juntos, como, por exemplo, propostas de cursos de especialização em parceria com Universidades, como em projetos individuais. Isso pode ser observado nas falas a seguir.

Um Policial Praça Instrutor disse:

Eu digo assim ó, faltam quatro anos no máximo quatro anos prá eu ir para a reserva e nesse tempo eu tô finalizando o meu curso também, Pedagogia... assim que ainda tenho tempo pra ajudar firmar este projeto, alias, vários, queremos incluir o currículo de pais. Trabalhar com pais para auxiliar na prevenção ao uso de drogas. Temos que pensar, não é fácil... mas também não é impossível, juntos somos muitos. Esse é o nosso plano. E eu pretendo ficar aqui até quando for possível... esse é o meu plano. O meu plano é de continuar na polícia.

Outro Policial Praça Instrutor afirmou:

O que eu quero é ver firmado o PROERD e que seja possível eles ver que existem outras formas de se fazer policiamento, quando a gente conseguir convencer eles disso, ficarei feliz... mas não será fácil. Mas pra mim já tá bom assim... to onde quero com as pessoas que pensam assim.

Assim, observa-se que a identidade profissional do policial migrante vem procurando firmar-se, entre a disposição dos que veem – para si – na Polícia um modo de profissão provisória – no sentido de garantias mínimas de possibilidade para acessar investimentos profissionais futuros. Além disso, planejam ter acesso a profissões de maior “prestígio”, como foi referido pelos primeiros informantes aqui citados – entre essas, as profissões ligadas ao Judiciário são as mais recorrentes.

Por outro lado, há um número significativo de policiais que veem na atividade o lugar onde efetivamente almejavam chegar e lá estão satisfeitos, inclusive fazendo críticas aos policiais que consideram a Brigada Militar como “trampolim” e que não percebem as aplicações do método de policiamento preventivo como atividades da profissão policial. E, sobretudo, pensam a prevenção e os comportamentos oriundos desta intervenção como qualidades, atributos pertinentes à profissão policial.

Sabe-se que as identidades profissionais passam, necessariamente, pela dimensão do tempo: passado, presente e futuro dimensionam e significam seus processos de constituições e transformações. Da reflexão dos policiais informantes da pesquisa sobre o futuro profissional dos *policiais migrantes* aparece, sobretudo para algumas mulheres, o tema “ser bem-sucedida”, estas se referem a carreiras mais prestigiosas, vinculando atributos como salário e *status* social a melhores condições de trabalho. Já para outras o compromisso com a polícia do futuro é o seu objetivo profissional, ajudar a consolidar outras formas de fazer policiamento. Para alguns homens certa estabilidade já adquirida, a aposentadoria, a reserva e o desenvolvimento de outra atividade, passando os rendimentos financeiros da BM a certa complementaridade e o investimento na carreira de docente.

Contudo, tanto nos momentos observados em que os policiais encontravam-se em grupo como dos depoimentos individuais, percebe-se uma aposta e um compromisso de levar adiante o que eles tem como ideal de Polícia.

A fala abaixo é ilustrativa, diz um Oficial:

O futuro é com vocês, eu daqui a pouco vou para a reserva, vocês têm que estudar e se esforçar, a responsabilidade de levar isso à frente é de vocês, recém-chegados. Vocês têm que levar isso para a frente. A Polícia no mundo é outra, é ler sobre isso, tem que estudar sobre



isso. Existem outras formas de fazer policiamento, o futuro tá aqui, nesta sala...e nós precisamos que vocês levem isso para frente (emociona-se).

A fala de um “veterano” ao grupo de “novatos”, recém-iniciados no Curso de Capacitação, comoveu o grupo. O depoimento explicita o compromisso da rede de integração, e a sua sustentabilidade para levar adiante a permanência e compromisso de um ideal de transformação. E ainda, acena com a possibilidade de permanência, do assumir um compromisso de investimento num projeto coletivo. E o investimento num projeto coletivo constitui-se como elemento de coesão do grupo.

Portanto, há projetos pessoais e coletivos que estão associados, e nesses os laços sociais constituídos pela rede informal, bem como o estudar, surgem como suporte e investimentos a um ideal, do qual esperam e julgam ser transformador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo buscou-se ultrapassar as narrativas individuais, no intuito de utilizá-las para compreender uma atitude mais ou menos geral no mundo social do trabalho policial.

Observou-se ao longo da pesquisa que os processos sociais envolvidos na profissão policial, a mobilidade do próprio aparelho policial, o foco da ação de Polícia surgem planejados por contextos sócio-históricos distintos e articulados com os processos e com as narrativas pessoais, por meio de uma dupla orientação identitária, a saber, no tempo, nos diferentes percursos profissionais; no espaço e nos locais onde desenvolvem a atividade profissional.

A forma atual do aparato policial no Brasil – estatutos e regimentos e a forma de emprego das forças policiais no país – vincula-se, pois, às transformações da Constituição brasileira, que, em certa medida, buscou reconfigurar o sistema policial brasileiro.

Se, por um lado, as reformas constitucionais possibilitaram às Polícias brasileiras certa autonomia para o planejamento de ensino e práticas pedagógicas em suas Academias, inclusive quanto às novas formas de fazer policiamento, como os programas de prevenção, por outro lado, a sua concepção militarizada foi mantida, existindo ainda hoje no Ministério do Exército uma Inspeção Geral das Polícias Militares que tem como missão coordenar e conduzir – no âmbito do Exército brasileiro – como órgão central as ações de coordenação e de controle das Polícias Militares e de Corpos de Bombeiros Militares, de acordo com a legislação vigente e prevista na Constituição Federal.

Percebe-se que foi a partir da Constituição Federal brasileira de 1988 que às Polícias Militares coube o policiamento ostensivo repressivo-preventivo, permanecendo seu caráter ostensivo-repressivo. Portanto, a essas cabe a atuação de impacto, às vistas do público, de reação à criminalidade e ações preventivas.

Em alguns autores<sup>39</sup>, observa-se que a Constituição Federal não equaciona o caráter militarizado da Polícia Militar se a intenção, na inserção do preventivo, era tirar a marca da

---

<sup>39</sup> Bicudo (2000); Cerqueira (1996, 1997, 2000); Souza Neto (2006).

militarização de uma Polícia de repressão que serviu a governos ditatoriais desde a incorporação das ações preventivas; isto posto deu visibilidade a dilemas que as políticas de Segurança Pública até hoje não conseguiram equacionar, pois a “repressão” concebe a missão institucional das polícias em termos bélicos: seu papel é combater os criminosos, que são convertidos em inimigos internos. A Política de Segurança é formulada como estratégia de guerra (SOUZA NETO, 2006, p. 4).

Ainda em Souza Neto (2006), observa-se que nessa base encontra-se concepção e método remanescentes do regime militar, e, há décadas, tem sido naturalizado como o único que se encontra à disposição dos governos, não obstante sua incompatibilidade com a ordem constitucional brasileira. Tal método de policiamento tem resistido pela via da impermeabilidade das corporações policiais, do populismo autoritário de sucessivos governos e do discurso hegemônico dos meios de comunicação social, *a guerra contra o crime*.

A segunda concepção, “prevenção”, busca inserir a ideia de que a segurança é um “serviço público” a ser prestado pelo Estado. O cidadão é o destinatário desse serviço. Não há mais “inimigo” a combater, mas cidadão para servir, visava então a substituir a ideia de combate militar pela prevenção, pela integração com políticas sociais, por medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na investigação criminal. A decisão de usar a força devia considerar não apenas os objetivos específicos a serem alcançados pelas ações policiais, mas também, e fundamentalmente, a segurança e o bem-estar da população envolvida (SOUZA NETO, 2006, p. 5).

O que se observa é que essa bifurcação traduz a inobservância de seus pressupostos, em seu procedimento de formação, na sua forma final, antagonismos produzindo dilemas difíceis de equacionar. Portanto, não se equacionou o caráter militarizado e adicionou-se a ideia de prevenção.

Atualmente, junto à União Europeia e países do Mercosul existem discussões, sejam do Ato Único Europeu ou das políticas de segurança para o Mercosul, com relevância à questão da segurança. Os novos *leitmotivs* das Polícias no mundo estão focados no tráfico de drogas, na criminalidade, na droga associada à criminalidade, no terrorismo e na “livre circulação”. Ao observar os artigos 13 a 19 da Declaração Geral do Ato Único Europeu, constata-se que lá está reconhecido a cada Estado da Comunidade Europeia o direito de “tomar medidas que considerem necessárias” para combater o crime transfronteiriço. Eles cooperarão igualmente no que diz respeito à luta contra o terrorismo, a criminalidade, a droga e o tráfico de obras de arte e antiguidades.

A União Europeia e os países do Mercosul (devido à mobilidade de cooperação internacional) entenderam que, para o processo de unificação e/ou parcerias, necessita-se de maior cooperação em matéria de Direito Criminal, Polícia e Segurança. Assim que, desde a segunda metade dos anos 1980, com o impulso para atingir um mercado interno, esse tipo de cooperação se desenvolve com grande intensidade. Talvez seja pouco regulamentado em seus avanços, porém é articulado entre as forças policiais.

Em síntese, pode-se observar o surgimento de motivos recorrentes, sejam eles semelhantes ou não no Brasil ou nos Estados Unidos; reconhece-se que a existência desses fenômenos tem servido para reforçar as redes policiais, em épocas diferentes, criando algumas novas, ou estendendo as já estabelecidas, ao ampliar os seus objetivos.

Enfatiza-se aqui que novos *leitmotivs* – *motivos condutores* e novas formas de controle estão sendo vivenciados. Sobre isso, as transformações por que passaram o Estado, são indissociáveis quanto ao futuro do aparato policial: ele está, pois, vinculado a essas questões. Dessa maneira, há de se reconhecer que o método preventivo colocou-se como estratégia de modalidade de policiamento para a prevenção ao uso de drogas e à criminalidade, com vistas a potencializar o controle social formal. Contudo, essa estratégia não possui apenas a dimensão do espaço como território e como foco de ação da Polícia, da mobilidade do aparelho policial e de seus *leitmotivs*, mas produz, também, dimensões sociais e históricas do “fazer-ser” policial, pois articula lógicas subjacentes, quer dos sujeitos e suas disposições, quer da organização e seus dispositivos, lógicas que se articulam com o trabalho e dão conta de disposições diversificadas por parte dos sujeitos às suas identidades profissionais.

As mudanças ocorridas da passagem de uma sociedade de regime militar para uma ordem formalmente democrática e a crise no mundo do trabalho em suas complexidades incidiram sobre as identidades profissionais policiais, sobretudo no âmbito de discussões como alternativas democráticas para o trabalho policial – a discussão de novos métodos de policiamento –, envolvendo aí as mais diversas instituições.

Enfim, de que maneira é possível compreender as identidades profissionais de *policiais migrantes* em um novo mundo social da profissão policial?

Observa-se que o não equacionamento “repressão-prevenção”, práticas do método ostensivo-repressivo e inclusão do método de policiamento preventivo têm dado visibilidade a novos dilemas da profissão policial e do próprio policial.

A migração a um Programa com base no método de policiamento preventivo foi muitas vezes identificada no campo de pesquisa, à “deserção” do policial que em sua trajetória profissional optou por migrar às práticas profissionais do método preventivo. Soma-

se a ainda a ideia de perda, em que o *policial migrante* é visto como aquele que abandona seu grupo profissional originário, produzindo efeitos negativos no grupo, traidor que não adere às normas, regras e valores e ainda abandona atributos que legitimam a profissão policial. Vistos quase como “golpistas”.

O Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência (PROERD) surge como atividade de evasão, ou seja, os sujeitos descobrem que é possível fugir de um lugar mesmo sem sair dele: utilizam como técnicas de resistência diversas estratégias, as “atividades de evasão” (GOFFMAN, 1987). A migração aparece como forma de resistência, como prática que possibilita, ou pelo menos parece demonstrar ao sujeito que ele guarda algo de si, o qual o aparelho policial não consegue se apropriar. E/ou, ainda, o sujeito guarda autonomia pessoal que escapa das determinações de regras, normas e valores impostos à sua pessoa. Afasta-se daquilo que está instituído à sua prática e imagem profissional, a migração surge como subversão a uma ordem instituída.

O Programa surge no interior do aparelho policial militar, no Rio Grande do Sul, como uma atividade não autorizada. Passa a vigorar de certa forma na clandestinidade, visto o não reconhecimento inicial pelo Círculo de Oficiais e Comandos da época. Funcionar dessa forma implicou em não ter o reconhecimento perante o Centro Internacional de Certificação, o DARE, e seus representantes no Brasil, os quais certificavam as demais polícias militares de outros Estados, as quais tinham desde o início o Programa oficializado perante os seus Comandos Gerais e o Estado Maior dessas Polícias.

Surge como uma atividade não codificada pela BM. Cabe lembrar que, à época, um Oficial com apoio de um grupo de Praças definiu um espaço e forma de desenvolver o programa a partir de seus conhecimentos e contatos sobre o mesmo, contrariando a posição de seu próprio círculo – o de Oficiais – o qual se mostrara contrário à implantação do Programa.

Do que foi desenvolvido e compreendido até aqui, pode-se dizer que o Programa coloca-se tanto como possibilidade de ajustamento primário e/ou secundário, pois atualmente referir-se ao Programa unicamente como um ajustamento secundário não caberia uma vez que a dinâmica dos movimentos não tem e não obtém linearidade. Ainda que tenha surgido com uma ruptura muito bem marcada, agora aparece no aparelho policial como “permitido” e “autorizado”, como instrumento disponibilizado aos Comandos, os quais administram de diversas formas, o que possibilita novos jogos.

Por vezes, observou-se que a possibilidade de inserção na comunidade de destino na percepção do informante de pesquisa compreendia uma possibilidade de escapar das imposições do aparelho policial militar, conforme visto no relato de uma Capitã, que se dizia

recém-chegada ao aparelho policial militar e que se sentia deslocada e inadaptada frente à hierarquia policial militar, pensando em desistir da Polícia Militar quando uma Oficial superior a incluiu no curso de capacitação, objeto de estudo desta pesquisa.

Na dinâmica atual, o acesso à comunidade de destino coloca-se para além de um ajustamento secundário, conforme identificado na maior parte dos relatos, mas a autorização à migração aparece também associada a outros jogos e questões, pois, no limite, o que pode ter sido dado a essa Oficial mantém também a eficiência geral do próprio aparelho policial. Exemplo disso é o fato de o controle dos fluxos migratórios ficar concentrado nas mãos dos Comandos diretos, dos batalhões, visto que em momentos de maior reconhecimento do Programa este esteve ligado ao Estado Maior, e atualmente encontra-se de novo, como em momentos passados, vinculados ao Departamento de Ensino.

Quem regula o fluxo migratório são os Comandos diretos, os quais têm um estreito controle na administração desses fluxos humanos nas fronteiras dessas comunidades. O que lhes dá certo poder de negociação. Então, o que pode estar na perspectiva de um ajustamento secundário quando se analisa a trajetória de um policial, pode estar em jogo algo que o sujeito percebe estar subtraindo, mas este pode estar sendo dado intencionalmente por um Comando como forma de manter a eficiência geral de seu batalhão.

E ainda, os limites entre ajustamento primário e secundário são tênues, sobretudo porque atualmente o PROERD está no campo como uma atividade de evasão, que é consentida pela própria Polícia. Ou seja, com relação ao ingresso na comunidade de destino o Programa pode se colocar como ajustamento primário para alguns e pode também se colocar como ajustamento secundário para outros. Até mesmo porque, apesar de todas as controvérsias, o aparelho policial militar também se adaptou ao que inicialmente se colocou como uma atividade de evasão, e ao que Goffman denomina de ajustamento secundário “violento”, empregaram fins não autorizados de maneira a escapar daquilo que o aparelho policial atribui que deve fazer e obter, daquilo que deve ser. Atualmente legitimado e oficialmente reconhecido, o aparelho policial reconquista o controle e a soberania, mesmo com a perda de parte das obrigações de seus participantes, que são suas obrigações com o “policimento-ostensivo repressivo”, e os ajustes são negociados no cotidiano.

Mas de toda a forma, visto as variações de formas de acesso, considerando-se o local de origem dos participantes e as distinções das práticas de um método e outro, o território de destino coloca-se como uma possibilidade de mobilidade incorporada ao local de origem, como uma forma de ajustamento, mas, para os policiais migrantes, sobretudo, surge como uma forma de “escapar” daquilo que o aparelho policial militar impõe ao sujeito.

Evidentemente, o caráter desses ajustamentos toma dimensões diferentes quando se refere a Praças e Oficiais. Ainda entre eles muito se escutou no campo de pesquisa que na Brigada Militar o Programa caracteriza-se, eminentemente, pela adesão de Praças, o que os remetia logo em seguida à historicidade do próprio programa. Para muitos informantes da pesquisa a forma como o Programa originou-se na Brigada Militar contribuiu para certa “marginalidade” no cenário local e até mesmo nacional, obtendo apenas recentemente a certificação junto ao DARE, o que aos olhos do grupo lhe outorga outro *status*. Dos relatos sobre a certificação observou-se que esses se sentem mais valorizados e trazem a relevância desta para a circulação em outros grupos de policiais que desenvolvem o PROERD fora do Estado.

Ao falar da comunidade hospedeira, os *policiais migrantes*, a chegada a esta, é como se a liberdade tivesse posta à comunidade de destino. Liberdade essa que se coloca para o sujeito, mas aos olhos dos demais ainda é marcada por certo *status* “periférico” diante dos atributos e comportamentos que “definem” a profissão policial, seja pela forma como surge, seja pelos atributos e comportamentos conferidos às suas atividades profissionais.

Interessante observar a criação de determinadas fronteiras; assim como há concepção de determinadas práticas distintas entre uma e outra (origem e hospedeira), há também restrições quanto à transmissão de informações entre essas. Dos relatos observa-se que há certa ocultação do que se passa, sobretudo na comunidade de destino. Desenvolvem-se dois mundos profissionais diferentes, o que de certa forma determina certa distância e conserva estereótipos antagônicos.

Nessa divisão, ao estabelecer e considerar atributos e comportamentos profissionais como meios de categorizar os policiais que estão em uma e outra comunidade, observa-se que se ratifica e transforma em expectativas normativas o que deve ser um policial militar. Como uma identidade profissional virtual – imputa-se ao sujeito policial uma identidade profissional policial fortemente associada a atributos e comportamentos tradicionais que envolvem especificidades próprias do que é ser policial militar na sociedade atual, associado à metáfora militar da guerra contra o crime – analogia do enfrentamento armado entre delinquentes e polícia. Os atributos e comportamentos que ele mostra possuir caracterizarão sua identidade profissional (a força física, a valentia, a repressão, o enfrentamento, a coragem), via de regra localizados no agrupamento originário.

Os atributos e competências desenvolvidos e requeridos na comunidade de destino surgem como atributos e competências que os torna diferentes dos demais, e colocam-se como menos desejáveis. Tais características posicionam-se como um estigma, pois constitui

uma discrepância entre a identidade profissional virtual e identidade profissional real de um determinado agrupamento profissional, discrepante, sobretudo em relação ao agrupamento que desenvolve o policiamento ostensivo-repressivo.

Encontra-se nessa comunidade em particular atributos e práticas indesejáveis e que são incongruentes com os estereótipos criados para a identidade profissional policial. Os comportamentos que acompanham a prevenção aparecem como menos importantes a essa categoria profissional.

Há uma relação paradoxal, pois os atributos e as competências que estigmatizam os *policiais migrantes*, encontrados na comunidade de destino, reforçam e normalizam o que é ser um policial, o qual no limite coloca-se como o oposto deste. Portanto, o estigma profissional surge da relação entre o atributo e o estereótipo. É como se o agrupamento policial que parte em direção à comunidade de destino guardasse atributos e características que se afastam do que define o que é ser um policial – sobremaneira a supremacia da força física e a coragem policial. E, ainda, identificam-se nos que estão na comunidade de destino características e atributos diferentes do que é previsto, não reconhecidos à identidade profissional policial, como por exemplo: capacidade de reflexão, interação, aproximação, negociação e outros. Além, é como se os *policiais migrantes*, ao acessarem a comunidade de destino, deixassem de cumprir uma “norma maior”.

No entanto, se esses carregam de certa forma um estigma profissional, não parecem arrependidos da migração e esta possibilidade é celebrada na configuração das redes de ajudas mútuas e no encontro de sentidos profissionais para si, mesmo que desenvolvam atividades na comunidade de origem, é a essa comunidade particular que afirmam pertencer. O seu grupo profissional, o grupo de iguais está na comunidade de destino, é onde buscam a profissionalização a partir cursos e inserções em redes maiores de formações. Em relação à profissionalização dos *policiais migrantes*, observa-se que no aspecto formação essa possui um sistema próprio de qualificação, caracterizado pela continuidade de capacitações e atualizações, contudo não realizados de forma idealizada pelo grupo. Mas observam-se articulações do próprio grupo para que essas aconteçam conforme previsto no Programa internacional, visto a recente obtenção da certificação em face de formação e organização profissional junto a outros centros nacionais de capacitação e até mesmo junto ao DARE norte-americano. Pontua-se, portanto, que a comunidade de destino não é receptora passiva de impactos negativos, mas nela configuram-se redes dinâmicas capazes de aprendizados. Essas não se referem tão-somente a uma concepção geral, mas sim ao que julgam ser um saber técnico, bem como à capacidade de organização em transmitir uma educação profissional em



relação às habilidades e competências básicas e específicas para o desenvolvimento do Programa e previstas para a certificação internacional.

A coexistência entre manifestações de métodos de policiamento distintos ostensivo-repressivo e ostensivo-preventivo torna-se, contudo, ainda mais marcante quando tais métodos se posicionam de forma a perceber-se que a diferenciação está além dos elementos e atributos referidos a um e outro agrupamento no que concerne à profissão policial.

Na comunidade de origem, onde os atributos valorados ao agrupamento são a repressão, a força física e a coragem para reconhecer-se policial e que atribui uma forma específica e culturalmente distinta à comunidade de destino, o estar em uma sala de aula com crianças e adolescentes, participar de intervenções junto a famílias e escola, a conquista do espaço público, a aproximação e interação não têm o mesmo peso, dado as atividades desenvolvidas na comunidade de origem já terem maior exposição e aceitação ao olhar não só no aparelho policial militar como na própria sociedade.

Na sequência do que já foi dito, nesse contexto migratório, o desejo de libertação e autonomização dos *policiais migrantes* surge, muitas vezes, associado aos objetivos de acessar algo que foi perdido na trajetória profissional na comunidade de origem, como uma possibilidade de acessar outras esferas da vida que ficaram impossibilitadas pela vida da caserna.

E veem de forma recorrente a migração como uma contribuição para o alcance de um estatuto de policial militar diferenciado. Nesse sentido, entre os objetivos da migração desses policiais, ligados a uma intenção de reagrupamento de atributos, elementos e comportamentos perdidos na trajetória e/ou a maior identificação com as atividades desenvolvidas na comunidade hospedeira, emerge uma nova expressão dos objetivos individuais que se prende com a intenção estratégica de ganhar alguma autonomia que não seria possível na comunidade de origem. Essa intenção manifesta-se, nomeadamente, por meio da procura de oportunidades de cursos de atualização, formação de círculos de lazer, trocas de bibliografias, e até mesmo na inserção da graduação em Pedagogia, aproximação e inserção no espaço escolar, veículos de transmissão das normas e valores da comunidade receptora.

Entre os *policiais migrantes*, parece ser consenso que a prevenção não inviabiliza a repressão, pelo contrário; mas, em contrapartida, não percebem essa lógica na comunidade de origem. Afirmam, por sua vez, que ao desenvolverem atividades na comunidade onde predomina a repressão, as abordagens alteram-se para esses sujeitos quando a ela retornam. Portanto, na passagem dessas fronteiras, cuja tradição da repressão e força física não tem o mesmo peso e compreende um projeto coletivo diferente da comunidade de origem, os

policiais mostram-se alterados ao retornar, sobretudo referem quanto às suas abordagens policiais na rua, ao reconhecerem-se mais legalistas e garantistas desde que passaram a desenvolver as práticas profissionais da comunidade de destino.

Se por um lado a coexistência entre fatores socioculturais e a dinâmica da negociação simbólica nessa constante adaptação traduz-se assim, em um primeiro nível, reconhecer-se mais legalista e respeitoso aos direitos do cidadão, por outro foi observado no campo de pesquisa que as relações na comunidade hospedeira também são pautadas pela hierarquia policial militar, dentro da sala de capacitação, do curso para formar novos instrutores – o uso do nome de guerra, as decisões tomadas a partir das graduações que lá estavam, enfim, as próprias dinâmicas de grupos no decorrer do curso, as horas de curso, de sala de aula levando quase à exaustão, aponta que os policiais em uma e outra comunidade veem-se exigidos de competências distintas, mas também há essa coexistência simbólica constante, aos aspectos que conferem a sobredeterminação militar.

As identidades são, de fato, simbólicas, tendo em conta as estratégias, contextualmente acionadas, de seleção simbólica. Os *policiais migrantes* definem igualmente estratégias identitárias em diferentes contextos, mobilizando determinadas categorias para organizar as interações e interpretar as diferentes situações, seja quando no ostensivo-repressivo e/ou ostensivo-preventivo. No decorrer da pesquisa foi possível verificar que os *policiais migrantes*, embora mantendo a forte coesão com a comunidade de origem (aderindo a grande parte, sobretudo dos valores e respeitando as normas, hierarquia), negociam com seus grupos de origem o significado das atividades no policiamento ostensivo repressivo e ostensivo-preventivo, bem como o significado de algumas normas, o que pode, em alguns casos, modificar lentamente o sistema de representações em vigor em suas comunidades de origem, visto os relatos dos policiais que estiveram na comunidade hospedeira e retornaram à comunidade de origem.

As práticas de sociabilidade e o papel das redes de relações – nas estratégias de negociação – entre origem e destino, as quais muitas vezes colocam em movimento policiais pelos mais variados motivos, inclusive estresse e vulnerabilidade da rua, além de simbólicas, são reconstruções profissionais, devendo ser atribuída particular atenção ao papel dos grupos de sociabilidade nos processos de construção identitária profissional. De fato, os motivos que os colocam em movimento, terem a comunidade de destino incorporada à de origem como possibilidade de mobilidade, as pertenças e adesões anteriores podem sofrer mais ou menos alterações com a migração, contribuindo, para tal, as redes de sociabilidade.

Nesse sentido, como já abordado, verifica-se uma diferença significativa das redes estabelecidas entre os *policiais migrantes* que buscam a comunidade hospedeira visto terem maior identificação com as atividades preventivas, que buscam maior sentido para si e/ou buscam acessar outras esferas da vida, diferentemente dos que se colocaram em movimento por se encontrarem mobilizados e/ou fragilizados por fatos violentos ocorridos no ostensivo-repressivo, apresentando os primeiros uma identificação mais intensa com os modos de atividades encontradas no destino, estabelecendo redes diversas ao grupo; contudo, não são menos fortes as segundas, mas influenciam estratégias em sentidos diferentes. Para os últimos, a rede mostra-se com foco interno, reforçando os laços de apoio e solidariedade profissional, não se inserem com maior facilidade nas redes externas que circulam em outras esferas e, passada a “fragilização”, retornam com frequência à comunidade de origem. Mas o reconhecimento de apoio entre esses se mostra reforçado e sugere contribuir para quando desse retorno o policial propagar o que lá acontece (no destino), que por vezes parece tão misterioso e, sobretudo, desqualificado. E, ainda, relatam ressignificar a sua prática e modos de ver e desenvolver suas atividades no policiamento ostensivo-repressivo.

Por esse motivo, o processo dinâmico de reconstrução das identidades profissionais dos *policiais migrantes*, a posição tradicional dos valores da profissão policial, assentados na força física e na repressão, fortemente centrados em uma base ostensivo-repressiva, podem ser (re)significados na comunidade de destino, quer por meio de uma escolha individual do próprio policial, quando a migração é ocasionada por uma intenção mais ou menos consciente de alterar o significado para si de sua atividade profissional, não encontrado na comunidade de origem, quer pela própria inevitabilidade da interação das práticas, valores e saberes da comunidade hospedeira.

A multiplicidade de experiências e pertencas conduz, portanto, a uma diversidade de influências na constante construção e reconstrução dos percursos identitários profissionais. Em contexto migratório, os policiais ganham maior poder de interação e negociação. Estando esses inseridos em uma rede de relações ampliadas, esse poder de negociação torna-se mais visível entre esses do que sugere ocorrer entre os que se fixam à comunidade original.

Esse fenômeno migratório entre comunidades origem-hospedeira constitui, assim, processos de (re)construção de identidades profissionais, à medida que as próprias categorias identitárias que erroneamente poderiam ser pensadas como universais, ser policial militar, se movem aqui entre espaços diferentes, redes múltiplas e, conseqüentemente, culturas diferentes. Esses acontecimentos caracterizam-se por estarem além da coexistência entre elementos de uma cultura global do aparelho policial militar e as especificidades locais, em

uma constante adaptação e reconstrução das identidades que as caracterizam. É, portanto, um processo dinâmico, produzido por meio da conjugação das identidades herdadas (dada a necessidade de salvaguardar parte das identificações anteriores, extremamente visível nos grupos de *policiais migrantes* que fazem parte do estudo que aqui se apresenta) e das estratégias inerentes ao desejo de construir novas identidades no futuro, dado que nem a tradição nem a inovação existem de forma absoluta.

Dessa forma, a mobilidade profissional do policial, a migração para o método de policiamento preventivo, demanda uma mobilização subjetiva dos policiais no intuito de atingirem o objetivo desse método particular e as responsabilidades envolvidas em sua execução; essas, em princípio, são necessárias também para a permanência e para a manutenção do desenvolvimento do mesmo. Em certa medida, pode-se pensar que a construção das identidades profissionais no Programa se dá no entremeio dessas comunidades por identificação com a atividade no local de destino (método preventivo); constitui-se, acima de tudo, pelo envolvimento com os valores, com os saberes e com as práticas do Programa, o que é ilustrado por policiais totalmente dedicados ao desenvolvimento do Programa (desenvolvendo exclusivamente o Programa), ou não (policiais no Programa e no policiamento ostensivo repressivo), e/ou ainda pelos que já passaram pelo Programa, mas que não o estão desenvolvendo no momento por redução de policiais disponibilizados para isso.

Se nesse novo contexto o policial é impulsionado a participar, por meio do Programa, na prevenção de drogas e da violência, a interagir com um segmento específico da sociedade, que são os jovens, este tem, portanto, de dispor de determinadas competências pessoais de comunicar-se e de interagir em uma relação estreita com uma determinada população. É importante ressaltar que as competências esperadas do policial militar para a implementação e para o desenvolvimento do PROERD, como, por exemplo, a facilidade de comunicação com os jovens, a habilidade para lidar com contingentes específicos da sociedade, a iniciativa, a cooperação e a interação somente serão disponibilizadas em razão do grau de investimento de cada um. Assim, torna-se necessário que o policial militar tenha um nível de identificação e de mobilização subjetiva, servindo-se de suas competências para desenvolver e executar o Programa.

A experiência na comunidade em questão, perpassada por uma série de relações conflitantes com a comunidade de origem, permite, ainda que de certa forma esta tenha sido incorporada à mesma, uma possibilidade de mobilidade profissional mesmo que no universo do aparelho policial ambas pareçam antagônicas. As trocas dos saberes entre os sujeitos das distintas comunidades foram ainda favorecidas pelas diferenças existentes em realidades

cotidianas, alguns laços estabelecidos não estreitaram apenas o abismo existente entre as práticas aprendidas no interior do aparelho policial, mas sobretudo firmaram um elo existente entre ambas firmando fluxos migratórios.

Sobre a migração desses policiais pode-se dizer que está motivada na busca de encontrar maior sentido para si na profissão policial, pelos relacionamentos com o grupo de origem e/ou ainda para sair de zona de violência, independente das motivações observadas, os fluxos não são aleatoriamente traçados, são primeiramente pautados pela presença de colegas na comunidade de destino; dessa forma, forjam-se redes que constituem conexões entre uma e outra comunidade. Aqueles que chegam lá criam condições para que os mais afins em seu grupo de origem façam o mesmo percurso, criando-se redes migratórias. Foi observado assim nos depoimentos dos informantes que esta raramente é uma decisão que se toma sozinho, pois é um processo do qual as comunidades e agrupamentos profissionais participam das mais diversas formas, constituindo-se assim um fenômeno profissional – os que vão e ficam, os que voltam e não retornam, e ainda os que circulam e desenvolvem atividades profissionais nas duas comunidades.

Observa-se também uma multiplicidade de motivações para a migração desses policiais, sobremaneira a busca de maior sentido para si em sua profissão, porém ainda não estão bem desenvolvidos os laços profissionais interfronteiriços entre ostensivo-repressivo e ostensivo-preventivo. Há evidências de que as redes pessoais influenciam sobremaneira a migração, o grande determinante dos fluxos migratórios encontra-se nos diversos elos estabelecidos pelas redes pessoais, ilustrados por projetos profissionais, que formam a rede migratória.

Embora na comunidade hospedeira os *policiais migrantes* possam reconhecer o grau de vulnerabilidade e estigma em termos de reconhecimento profissional, e ainda identificar estratégias de fortalecimento, nem sempre essas medidas podem ser compreendidas e implantadas porque dependem das condições por meio das quais cada sujeito traduz a proposta e mesmo o problema. Segundo os informantes da pesquisa, há momentos de avanço do Programa e retrocesso do mesmo, o grupo já conseguiu em outros momentos vincular o Programa ao Comando do Estado Maior, o que para os *policiais migrantes* determina de forma relevante como este é desenvolvido e tratado junto ao aparelho policial militar, estando o mesmo atualmente sob o Comando do Departamento de Ensino e à discricionariedade dos Comandantes de batalhões.

As estratégias de (re)construção identitária profissional específicas dos *policiais migrantes* no interior do aparelho policial militar implicam na filtragem de novos atributos e

competências a partir de uma série de relações que entram em negociação com a comunidade de origem e de destino. As comunidades (origem-destino) são formadas por sujeitos, não podem ser consideradas como um simples agrupamento das ações e percepções individuais, cada sujeito constitui, ao mesmo tempo, um sujeito e uma rede que cria e recria sua própria estabilidade entre essas e a do próprio Programa. Nesse contexto, geram-se reações e ajustamentos, obstáculos e oportunidades contínuas; com isso, cada modificação afeta ao mesmo tempo os sujeitos e as redes que eles próprios constituem. Portanto, nesse sentido, as identidades profissionais e as redes são móveis e forjam-se entre si.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADORNO, Sérgio. *O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea*. 1993. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Segurança Pública e Direitos Humanos. Entrevista de Luiz Eduardo Soares a Sérgio Adorno. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 57, p. 141-154, 2000.

\_\_\_\_\_. O monopólio estatal da violência. *Revista da Oficina de Informações*, São Paulo, v. 52, p. 50-51, 2004.

\_\_\_\_\_. No Brasil, carência de dados não permite prospecção. *Scientific American -Brasil*, v. 23, p. 72-73, 2004.

\_\_\_\_\_; PERALVA, Angelina. Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-4, maio, 1997.

ALBUQUERQUE, C. F. L; MACHADO, E. Paes. O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos, guerreiro nas academias brasileiras de Polícia. *Revista de las disciplinas del Control Social, Capítulo Criminológico*, v. 29, n. 4, p. 5-33, 2001.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 5, p. 214-237, jan./jun. 2001.

ALVES, Isaias. Cultura profissional e violência policial: uma discussão. *Revista da RET*, Rede de Estudos do Trabalho, ano 1, 2007.

AMADOR, Spanier Fernanda. *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Santa Cruz do Sul: EDINISC, 2002.

ANDRADE, E.R.; MINAYO, M. C. S. Intervenção visando à auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 275-286, 2009.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Estar aqui, estar lá... o retorno dos emigrantes valadarenses ou a construção de uma identidade transnacional? *Caderno de Ciências Sociais*, v. 4, n. 7, p. 36-47, dez. 1996.

\_\_\_\_\_; SASAKI, Elisa Massae. *Teorias das migrações internacionais*. Caxambu: ABEP, 2000.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Teoria das migrações internacionais. XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Caxambu, outubro de 2000. GT de Migração. Sessão 3 – A migração internacional no final do século. (mimeo)

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, Mary G. (Coord.). *Migrações Internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000*. Brasília, CNPD, 2001.

BARATTA, Alessandro. *Criminología crítica y crítica del derecho penal*. México: Siglo Veintiuno, 1993. 258 p.

\_\_\_\_\_. *Defesa dos direitos humanos e política criminal*, 2000. (mimeo)

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A Sociologia das Profissões: Em torno da Legitimidade de um Objeto. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, BIB, n. 36, p. 3-30, 1993.

\_\_\_\_\_. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 36, 1993.

\_\_\_\_\_. Em Torno da Legitimidade de um Objeto: a Sociologia das Profissões. *Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 36, 1994.

\_\_\_\_\_. Diferenciais de Rendimento para o Trabalho de Engenheiros no Brasil: um Estudo Exploratório. In: *III Congreso Latino Americano de Sociología del Trabajo*. Buenos Aires, v. 1. p. 1-32, 2000.

\_\_\_\_\_. As profissões no Brasil e sua Sociologia. *Dados*, 46, 2003.

\_\_\_\_\_. Renascimento do Profissionalismo: Alguns Comentários. *RBCS*, v. 14, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v14n39/1730.pdf>> Acesso em: 24/08/2008.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *A modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAYLEY, David H. *Police for the future*. Nova York: Oxford: University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Reforma da polícia nos últimos anos*. Transcrição e tradução de conferência no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1º de setembro de 1997.

\_\_\_\_\_; SKOLNICK, J. H. *Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2001.



BBC.com. *Cresce número de imigrantes em busca do 'sonho brasileiro'*. Disponível em: [http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao\\_7/2008/03/27/em\\_noticia\\_interna.id\\_sessao=7&id\\_noticia=56303/em\\_noticia\\_interna.shtml](http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_7/2008/03/27/em_noticia_interna.id_sessao=7&id_noticia=56303/em_noticia_interna.shtml). Acesso: 04/08/2008.

BENNETT, Trevor. A Polícia e o Envolvimento do Público na Prestação de Serviço do Policiamento Comunitário. In: *Como Reconhecer um Bom Policiamento: Problemas e Temas*, pp. 139-155. BRODEUR, Jean-Paul (org.). Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade, 4)

BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1991.

BICUDO, Helio. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz-SP, 1975.

\_\_\_\_\_. *Violência: o Brasil cruel e sua maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994.

\_\_\_\_\_. A violência e a estrutura judiciária brasileira. *Estudos Avançados*, n. 30, p. 67-78, 1997.

\_\_\_\_\_. A unificação das polícias no Brasil. *Estudos Avançados*, n. 40, 2000.

BILBAO, Cezar Manzanos. *Las redefiniciones del concept de seguridad en Europa y sobre la nueva Policia Europea. Especial incidencia en el caso de las restricciones a la extension del derecho a la ciudadanía*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional La relacion seguridad-inseguridad en centros urbanos de Europa y América Latina. Estrategias, Politicas, Actores, Perspectivas, Resultados. Oñati. España: 2001.

BILLARD, Isabelle. Le Travail: um concept inachevé. *Education Permanente*, n. 116/3, p.19-32, 1993.

BITTNER, Egon. *The functions of the police in modern society: a review of background factors, current practices and possible role models*, Crime and Delinquency Issues: A monograph series, DHEW Publication No (HSM) 72-9103, USA, 1972.

\_\_\_\_\_. *Aspectos do trabalho policial*. Trad. de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2003. Cap. 4.

BLAU, Peter; SCOTT, Richard. *Organizações formais*. São Paulo: Atlas, 1979.

BLUMBERG, Abraham S.; NIEDERHOFFER, Elaine. *The ambivalent force: perspectives on the police. 3rd ed.* Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1985.

BOEHME, Gerhard Erich. A Reforma da Segurança Pública. *VIASEG*, 30 de agosto de 2004. Disponível em: <[http://www.viaseg.com.br/artigo\\_040305.htm](http://www.viaseg.com.br/artigo_040305.htm)> Acesso em: 08/09/2008.

BONELLI, Maria da Glória. *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: as Ciências Sociais no Sistema das Profissões*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1993.

BOURDONCLE, R. La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. *Revue Française de Pédagogie*, n. 94, p. 73-92, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: outubro de 2004.

BRETAS, Marco Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 79-94, maio 1997.

\_\_\_\_\_; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce Chaves et alii (org.). *Cidadania, Justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRUMER, Anita. Identidade em mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.

\_\_\_\_\_. *Formação e profissão*: estudo sobre o curso de Técnico em Segurança do Trabalho da Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BRUNET, Amadeu Recasens. El espacio policial europeo: un futuro en construcción. *Cuadernos de la Guardia Civil*, n. 14, p. 1-9, 1995.

\_\_\_\_\_. La Union Europea y su espacio policial. *Cuadernos de la Guardia Civil*, n. 4, p. 1-23, 1999.

CAIN, Maureen. Trends in sociology of police work. In: McCORMICK, Kevin R. E.; VISANO, Livy. *Understanding police*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

ESTEVES DE CALAZANS, Márcia. *Mulheres policiais*: um estudo sobre mulheres policiais na Brigada Militar. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_. A Constituição de mulheres em policiais: Um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, v. 2, n. 1, p. 147-172, jan./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Mulheres no Policiamento Ostensivo e a Perspectiva de uma Segurança Cidadã. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, v. 18, n. 1, p. 142-150, jan./mar. 2004.

\_\_\_\_\_. Polícia e Gênero no contexto das reformas policiais. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 10, n. 2, p. 21-35, jul./dez. 2005.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2. ed. Brasília: UnB, 1994.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise territorial da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1998.

CEPIK, M.; ANTUNES, P. *Profissionalização da Atividade de Inteligência no Brasil: Critérios, Evidências e Desafios Restantes*. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.inteligenciatotal.cl/imagenes/pdf/cap3.pdf>> Acesso em: 22/07/2008.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazaré. Breve histórico das idéias de policiamento comunitário no Rio de Janeiro. *Cadernos de Polícia - Polícia Comunitária*, Rio de Janeiro, Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. Remilitarização da segurança pública: a operação Rio. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, n. 1, 1996.

\_\_\_\_\_. A polícia comunitária: uma nova visão de política de segurança pública. *Discursos Sediciosos*, n. 4, 1997.

\_\_\_\_\_. Políticas de segurança pública para um Estado de direito democrático chamado Brasil. In: CERQUEIRA, Carlos M. N. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. [s/l]: Freitas Bastos, 2001.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. *Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

CHAPOULIE, Jean Michel. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. *Revue Française de Sociologie*, v. XIV, p. 86-114, 1973.

CHRISTIE, N. *Crime control as industry*. Londres; Nova York: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *A indústria do controle do crime: a caminho dos gulags em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CODI EUROPEU D'ETICA DE LA POLICIA. *Atelier Textos Jurídics*. 5. ed. Escola de Policia da Catalunya. Org. Amadeu Recasens i Brunet.

- CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões. Histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- COSTA, José Luís. Testemunhas reconhecem 13 PMs suspeitos: policiais deverão ser indiciados por vingar morte. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 mar. 2002.
- COSTA, Júlio César. *Diretrizes para a implantação da Polícia Interativa*. Vitória: Polícia Militar do Espírito Santo, 1997.
- DALLARI, Adilson de Abreu. Competência constitucional da Polícia Rodoviária Federal. *Revista de Informação Legislativa*, n. 135, 1997.
- DAVEZIES, Philippe (1993). Éléments de psychodynamique du travail, *Education Permanente*, n. 116/3, p. 33-46.
- DEMAREST, Geoffrey B. La superposición de funciones entre las Fuerzas Armadas y policiales en América Latina. *Airpower Journal*, 2º trimestre, 1997. Disponível em: <[www.usip.org/pubs/pworks/state10/hunterhm.htm](http://www.usip.org/pubs/pworks/state10/hunterhm.htm)>.
- DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. Trajetória profissional e formas identitárias uma teorização. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 183-200, 2. sem. 2000.
- DIAS NETO, Theodomiro. *Policimento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.
- \_\_\_\_\_. Theodomiro. *Segurança urbana: o modelo da nova prevenção*. São Paulo: FGV/RT, 2005.
- DINIZ, Cládice Nóbile. Reforma das polícias para a segurança pública. *Política Administração*, v. 3, n. 4, nov. 1998.
- DOMINGUEZ, Andres; SANCHEZ, Domingo. *Estudios sobre el control democrático de las potestades policiales*. Santiago: Centro de Estudios del Desarrollo, 1997.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Violência urbana, direitos da cidadania e políticas de segurança no contexto de consolidação das instituições democráticas e das reformas econômicas neoliberais. *Discursos Sediciosos*, n. 4, 1997.
- DUBAR, Claude. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin, 1991.

\_\_\_\_\_. *A socialização: construção de identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Socialisation et construction identitaire. In: RUANO-BORBALAN, J.-C. (coord.). *L'identité. L'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, 1998.

\_\_\_\_\_. Identidade profissional em tempos de bricolage: entrevista com Claude Dubar. *Contemporaneidade e Educação*, ano VI, n. 9, 1. Sem.; Rio de Janeiro: IEC, 2001a.

\_\_\_\_\_. El trabajo y las identidades profesionales y personales. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 7, n. 13, p. 5-16, 2001b.

\_\_\_\_\_. Trajetórias Sociais e Formas Identitárias: alguns Esclarecimentos Conceituais e Metodológicos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 19, n. 62, 1998. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 24/08/2008.

\_\_\_\_\_; TRIPIER, Pierre. *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin, 1998.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

\_\_\_\_\_. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

\_\_\_\_\_. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 7, n. 1, abril de 2001.

\_\_\_\_\_; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTATUTO dos servidores militares da Brigada Militar. Lei Complementar n. 10.990, ago. 1997. CORAG, Porto Alegre, 2001.

ESTEVES, O. P. *Pesquisa educacional em crise: ontem, hoje – que caminho tomar?* São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1995.

FERNÁNDEZ, Manuel Martín. La profesión de Policía. *Centro de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 111, 1990.

- \_\_\_\_\_. Mujeres Policía. *Centro de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 134, 1994.
- FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- FONTELLA, Odil Matheus. *Ocupações WEB: a construção de identidades profissionais em cenários recentes de trabalho*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FRAGA, Cristina Kologeski. *A polícia militar ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço*, Tese do Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil. 2005.
- \_\_\_\_\_. O Processo de Trabalho do Policial Militar numa Perspectiva Social. *Vivências*, v. 1, n. 2, p. 64-73, 2006.
- FREIDSON, E. *Profession of medicine*. Nova York: Harper and Row Publishers, 1970.
- \_\_\_\_\_. *La profession médicale*. Paris: Payot, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Professional Powers*. A study of the institutionalisation of formal knowledge. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. A teoria das profissões: situação do setor. In: \_\_\_\_\_. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Professionalism. The Third Logic*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- FREITAS, Fábio; RIQUE, Célia; COSTA NEVES; Paulo Sérgio. *Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos Humanos*. [s/l]: Gajop; Bagaço, 2002.
- FREITAS, M E. *Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos*. São Paulo, Makron Books, 1991.
- FRUHLING, Hugo. Carabineros y consolidación democrática. *Democracy and the Rule of Law: Institutionalizing Citizenship Rights in New Democracies*, McGill University, Montreal, Canada, 19-20, mar. 1998.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O saber local*. Novos ensaios em Antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

\_\_\_\_\_. *Los momentos y sus hombres*. Textos seleccionados y presentados por Yves Winkin. Barcelona: Paidós, 1991.

\_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Les Editions de Minuit, 2000.

\_\_\_\_\_. *Les rites d'interaction*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

GOLDSTEIN, Herman. Improving Policing: A Problem-Oriented Approach. *Crime and Delinquency*, n. 25, 1979.

\_\_\_\_\_. *Problem-oriented policing*. Nova York: McGraw-Hill, 1990.

GOMES, Duarte. *Cultura organizacional, comunicação e identidade*. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.

GOMEZ BUILES, G.M.; ASTAIZA ARIAS, G.M.; MINAYO, M. C. S. Las migraciones forzadas por la violencia: el caso de Columbia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 1637-1648, 2008.

GORZ, André. *Métamorphoses du travail Quête du sens. Critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1991.

GREENE, Jack R. (org.). *Administração do trabalho policial: questões e análises*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade, n. 5)

HAGEN, Acácia Maria Maduro. *O trabalho policial: estudo da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. As classificações do trabalho policial. *Revista de Estudos Criminais*, n. 22, 2006.

HOLLOWAY, Thomas H. *A polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência em uma cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas, 1997.

HUGHES, Everett. Le drame social du travail. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 155; *Les nouvelles formes de domination dans le travail* (2). Paris, decembre, 1996.

IHÁ, Natália Cristina. *Os caminhos da transnacionalidade: a migração internacional de Criciúma para Boston*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Florianópolis, UDESC/FAED, 2006.

JACKSON, J. A. *Migrações*. Lisboa: Celta, 1991.

JACQUES, Maria da Graça C. *Trabalho, educação e construção da identidade*. Porto Alegre: PUCRS. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Curso de Pós-Graduação em Educação, 1993.

\_\_\_\_\_. Identidade e Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, Vozes/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

\_\_\_\_\_. Identidade. In: STREY, M. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Migrações e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas: Autores Associados, 2000.

JODELET, Denise. Représentations sociales – un domaine en expansion. In: \_\_\_\_ (org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.

KAHN, Túlio. *Velha e nova polícia: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual*. São Paulo: Sicurezza, 2002.

\_\_\_\_\_; ZANETIC, André. *O papel dos municípios na segurança pública*. Disponível em: <http://www.mj.gov.br>.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KLOCKARS, Carl B. *The idea of police*. California: Sage/Thousand Oaks, 1985. (Law and Criminal Justice Series, v. 3)

LARSON, Magali Sarfatti. *The Rise of Professionalism. A Sociological Analysis*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEMGRUBER, Julieta. *A instituição policial*. Rio de Janeiro: OAB-RJ, 1985.

\_\_\_\_\_; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Leonardo. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da Polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, Roberto Kant de. *A Polícia da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.



\_\_\_\_\_. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-18, maio 1997.

LOCHE, Adriana et alii. *Sociologia Jurídica*. Estudos de Sociologia: Direito e Sociedade. Porto Alegre: Síntese, 1999.

LOUREIRO, Ytalo Frota. As Polícias Militares na Constituição Federal de 1988: Polícia de Segurança Pública ou Forças Auxiliares e Reserva do Exército. 2006. (mimeo)

LUZ FILHO, Sílvio Serafim. *O significado dos valores nas organizações: um estudo exploratório*. Porto Alegre, UFRGS, 1998.

MANNING, Peter. *Police work: the social organization of policing*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1977.

\_\_\_\_\_. Occupational culture. In: BAILEY, William (ed.). *The Encyclopedia of Police Science*. Nova York e Londres: Garland Publishing, 1995.

\_\_\_\_\_. *Police work: the social organization of policing*. 2. ed. Prospect Heights, Illinois: Waveland, 1997.

MARCINEIRO, Nazareno. *Implantação do gerenciamento total na Polícia Militar de Santa Catarina: um estudo de caso*. 2001. 204 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina/Santa Catarina.

MARIANO, Benedito Domingos. Início dos trabalhos. In: *1º Seminário Internacional Polícia e Sociedade Democrática: desafios para o século XXI*. (2000a: Porto Alegre, RS). *Polícia e Sociedade Democrática: desafios para o século XXI*. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e da Segurança, 2000a, p. 16. (Coleção Segurança Pública e Democracia; v. 2).

MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

MARTINS, José de Souza. “O problema das migrações no limiar do terceiro milênio”. In: Serviço Pastoral dos Migrantes et.al. (org.) *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MASSEY, Douglas et al. *The social organization of migration*, in *Return to Aztlan - the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press, 1990.

\_\_\_\_\_ et al. *Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration*. In: GUIBERNAU, Montserrat; REX, John (eds.). *The Ethnicity reader – nationalism, multiculturalism and migration*. UK: Polity Press, 1997.

MATNSTIK, Martin J. *Postnational identity*. Nova York/Londres: The Guilford Press, 1996.

MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a História da Polícia. *Métis*, Caxias do Sul, v. 6, p. 107-119, 2007.

MEAD, George Herbert. *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF, 1963.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 2001.

MENDES, R. F. *A Profissionalização do Jornalismo no Brasil*. Sala de Prensa, ano II, volume II, 1999. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art40.htm>> Acesso em: 22/07/2008.

MENKE, Ben A.; WHITE, Mervin F.; CAREY, William L. Profissionalização da Polícia: em busca de excelência ou de poder político? In: GREENE, Jack R. (org.) *Administração do trabalho policial: questões e análises*. São Paulo: EdUSP, 2002. (Polícia e Sociedade, n. 5)

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. *Seminário Internacional Justiça e Cidadania*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 10-11 nov. 1997.

\_\_\_\_\_. Brasil-Canadá: policiamento comunitário e controle civil. *Relatório de Atividades da 2ª Missão Brasileira no Canadá*, 8 a 19 de junho de 1998. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce et al. (orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. *São Paulo em Perspectiva*, n. 1, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 10, v. 1, 1994.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência Social: um problema de todos e para todos. *Revista Racine*, São Paulo, v. 106, p. 68-78, 2008.

\_\_\_\_\_; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ)*, v. 23, p. 2767-2781, 2007.

MONET, Jean-Claude. *Polices et sociétés en Europe*. Paris: La Documentation Française, 1993.

\_\_\_\_\_. *Polícias e Sociedades na Europa*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Série Polícia e Sociedade, n. 3)

MONJARDET, Dominique. *Ce que fait la Police: Sociologie de la force publique*. Paris: La Découverte, 1986.

\_\_\_\_\_. Dominique. Compétence et qualification comme principes d'analyse de l'action policière, *Sociologie du Travail*, 1, p. 47-58, 1987.

\_\_\_\_\_. *O que faz a Polícia*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MOORE, Mark. H. Problem solving and community policing. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (eds.). *Modern policing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

MORAES, Bismael. *O papel da Polícia no regime democrático*. São Paulo: Mageart, 1996.

MOTA, Paula Poncioni. *A polícia e os pobres: representações e práticas em delegacias de polícia do Rio de Janeiro*. 1995. Dissertação (Mestrado). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. Quem é o Policial Civil Carioca? A Construção da Identidade do Policial no Exercício da Atividade Profissional Cotidiana em Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro. XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, 1999.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, 2001.

\_\_\_\_\_; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 197-213, maio, 1997.

\_\_\_\_\_; PROENÇA JUNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. Uso de força e ostensividade na ação policial. Conjuntura política, *Boletim de Análise*, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, n. 6, p. 22-26, abr. 1999.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Os rumos da construção da polícia democrática. *Boletim IBCCrim*, n. 164, 2006.

\_\_\_\_\_ et alii. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social*, n. 9, v. 1, p. 197.

MUSUMECI, Leonarda. *Segurança pública e cidadania: a experiência de policiamento comunitário de Copacabana*. Rio de Janeiro: ISER, 1996.

NARDI, Caetano Henrique. *Trabalho e ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal (1970-1999)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_; ROSENFELD, Cinara Lerrer. Competência. In: *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. CATTANI, Antonio David (org.); Holzmann, Lorena. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2006.

NIEDERHOFFER, Arthur. *Behind the shield: the Police in urban society*. 2. ed. Nova York: Anchor Books, 1969.

O'DONNELL, Guillermo; WHITEHEAD, Laurence; SCHMITTER, Philippe (eds.). *Transitions from Authoritarianism: perspectives for Democracy*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986.

ODIL, Matheus Fontella. *Ocupações Web: A Construção de Identidades Profissionais em Cenários Recentes de Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2002.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Adriano. *Reformas estruturais nas instituições policiais: uma necessidade para superar a crise do Estado Democrático de Direito no Brasil*. Seminário Instituições Policiais, Recife, Instituto Cidadania, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tiros na democracia – De que lado ficou a imprensa na greve da Polícia Militar de Pernambuco no ano de 1997?* Recife: Bagaço, 2001.

PAES MACHADO, Eduardo; NORONHA, Ceci Vilar. Padrões de trabalho e tendências do uso da força policial no Brasil. In: LYRA, Rubens Pinto (org.). *Direitos humanos: os desafios do século XXI - uma abordagem interdisciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

PAGÉS, Max et alii. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PALMIERI, Gustavo. Reformas policiais na América Latina e suas contribuições para o sistema democrático. In: II Seminário Internacional Polícia e Sociedade Democrática: cultura, estrutura e código de conduta policial. (2001: Porto Alegre, RS). *Polícia e Sociedade Democrática: desafios para o século XXI*. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e da Segurança, 2001. (Coleção Segurança Pública e Democracia, v. 3)

PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI. Programa Interinstitucional de Avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil. V. 2. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 19, n. 3, Sept. 2005.

PEREIRA, Izete Soares da Silva Dantas. *Migrações: a nova face de um velho problema*. [s/l]: [s/e], [s/d].

PEVORANO, Dalto Gean. Concepções dos Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua formação. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha: Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. 2006.

PINHEIRO, Paulo S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*, v. 1, n. 9, 1997.

PONCIONI, Paula. *Tornar - se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004.

PORTES, A. Modes of structural incorporations and present theories of labor migration. In: KRITZ; Kelly; TOMASI. Global trends in migration: theory and research on international population movements. *Center for Migration Studies*, p. 34-73, 1981.

\_\_\_\_\_. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In KRITZ, M. et al. (eds.). *Global trends in migration*. Nova York: Center for Migration Studies, 1981.

\_\_\_\_\_. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In PORTES, Alejandro (ed.). *The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1995.

QUEIROZ, Sueli. *Avaliação do Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência (PROERD), junto aos diferentes públicos que mantêm contato com ele*. Relatório de pesquisa: GREA - Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas: Departamento e Instituto de Psiquiatria Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina: Universidade de São Paulo, 2003.

RAMOS, Pirillo Silvana. *Hospitalidade e migrações internacionais*. O bem receber e o ser bem recebido. São Paulo: Aleph, 2003.

REINER, Robert. *The politics of the police*. 2. ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1992.

\_\_\_\_\_. Police Research. In: KING, Roy D.; WINCUP, Emma (eds). *Doing research on crime and justice*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *A política da polícia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

REISS Jr., Albert J. *The police and the public*. New Haven: Yale University Press, 1971.

REUSS-IANNI, Elizabeth. *Two cultures of policing: street cops and management cops*. New Brunswick: Transaction, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 41.067, de setembro de 2001. *Regulamento Disciplinar dos servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei Complementar n. 10.990*, agosto de 1997. Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar. Porto Alegre: CORAG, 2001.

ROCHA-TRINDADE, M. I. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Sociologia das profissões*. [s/l]: Celta, 1997.

ROSENFELD. Cinara. A generalização difícil: a vida breve da Câmara Setorial do Complexo Químico, seguida do estudo de seus impactos em duas grandes empresas do ramo. *Sociologias*, n. 5, p. 274-280, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Autonomia outorgada e relação com o trabalho: liberdade e resistência no trabalho na indústria de processo. *Sociologias*, n. 10, p. 350-378, 2003.

\_\_\_\_\_. Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. *Sociologias*, n. 12, p. 202-227, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Paradoxos do capitalismo e trabalho em call centers: Brasil, Portugal e Cabo Verde. *Cad. CRH*, v. 20, n. 51, p. 447-462, dez. 2007.

RUNICKI, Dani. *A Formação Social de Oficiais da Polícia Militar: Análise do Caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Program de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

SAINSAULIEU, Renaud. La valeur travail. *Education Permanente*, 116/3, p. 159-172, 1993.

\_\_\_\_\_. *Sociologia da empresa*. Organização, cultura e desenvolvimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SAKS, Mike. Removing the blinkers? A critique of recent contributions to the sociology of professions. *The Sociological Review*, n. 31/1, p. 1-21, 1993.

SANTIN, Valter Foletto. *Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime*. São Paulo: RT, 2004.

SAPORI, Luís Flávio. Os desafios da polícia brasileira na implementação da 'ordem sob a lei'. In: RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo (coords.). *Polícia, democracia e sociedade*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

SCHEIN, E. H. *Organizational culture and leadership*. San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. *Revista Sociedade e Estado*, v. 8, n. 1, p. 55-70, jan./jul. 1998b.

\_\_\_\_\_. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHEARING, C. The relationship between public and private policing. In: TONRY, M., MORRIS, N. (eds.). *Modern Policing*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

SILVA, Cátia Aida. *Profissionalismo e política no mundo do direito*. São Carlos, Sumaré/Edufscar/Fapesp, 2002.

SILVA, Elvan. *Profissão, conhecimento e ideologia na arquitetura*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SILVA, Jorge da. *Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SILVA, Pedro Joel Silva da. *TREINAMENTO Polícia Comunitária*. Estado do Rio Grande do Sul. SJS- Brigada Militar. Professor de Polícia Comunitária nos Cursos Nacionais de Filosofia de Polícia Comunitária e na Força Nacional de Segurança Pública do Brasil, coordenados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça. (mimeo)

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da Educação e as Políticas Públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 78-93.

SKOLNICK, Jerome H. *New Blue Line: police innovation in six american cities*. Nova York: Free Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *Justice without trial: law enforcement in democratic society*. 3. ed. New York: Macmillan, 1994.

\_\_\_\_\_; BAYLEY, David H. *Community policing: issues and practices around the world*. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, 1988.

\_\_\_\_\_; BAILEY, David. *Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Série Polícia e Sociedade, n. 2)

\_\_\_\_\_; BAYLEY, D. H. *Policimento comunitário*. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_; FYFE, James J. *Above the law: Police and the excessive use of force*. Nova York: The Free Press, 1993.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

SOARES, Bárbara; MUSUMECI, leonarda. *Mulheres Policiais: Presença Feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A interpretação constitucional contemporânea entre o construtivismo e o pragmatismo. In: MAIA, Antônio Cavalcanti; MELO, Carolina de Campos; CITTADINO, Gisele e POGREBINSCHI, Thamy (orgs.). *Perspectivas atuais da filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Teoria constitucional e democracia deliberativa*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

\_\_\_\_\_; MENDONÇA, José Vicente Santos de. Fundamentalização e fundamentalismo na interpretação do princípio constitucional da livre iniciativa. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de e SARMENTO, Daniel (orgs.). *A constitucionalização do direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, Luis Antonio Francisco de. Polícia, Direito e poder de polícia. A polícia brasileira entre a ordem pública e a lei. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 43, abr./jun. 2003.

SOUZA, Nadia Geisa Silveira de. Representações de corpo-identidade em histórias de vida. *Revista Educação e Realidade*, Produção do Corpo, Porto Alegre, p. 95-116, jul./dez. 2000.

STARR, Paul. *The social transformation of american medicine: the rise of a sovereign profession and the making of a vast industry*. Nova York: Basic Books, 1982.

STRUCHINER, Noel. *Para falar de regras: o positivismo conceitual como cenário para uma investigação filosófica acerca dos casos difíceis do direito* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Filosofia, 2005.



SULOCKI, Vitória Amélia de B. C. G. *Segurança pública e democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Cidadania dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 37, p. 131-46, jun.1993.

\_\_\_\_\_. A violência como dispositivo de excesso de poder. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, maio 1997.

TAYLOR, Buckner; CHRISTIE, Nils; EZZAT, Fattah. Policía y cultura. In: RICO, José Maria (comp.). *Policía y sociedad democrática*. Madrid: Alianza, 1983.

TAYLOR, C. *Multiculturalismo y políticas de reconocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America: a classic work in immigration history*. Illinois: University of Illinois Press, 1996.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUCHLIN, V. *Immigration reconsidered: history, sociology and politics*. Oxford: new Oxford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Coerción, capital y los Estados europeos 990-1990*. Madri: Alianza, 1992.

TORRES, Epitacio. *A polícia: uma perspectiva histórica*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1977.

TORRES, Jurjo. *El curriculum oculto*. 6. ed. Madri: Morata, 1998.

TORSTENDAHL, Rolf; BURRAGE, Michael (orgs.). *The formation of profession: knowledge, state and strategy*. Londres: Sage Publications, 1990.

TROJANOWICZ, Robert C. *Toward development of meaningful and effective performance evaluations*. East Lansing: Michigan State University School of Criminal Justice, National Center for Community Policing, 1992.

\_\_\_\_\_. *Community policing: a survey of Police Departments in the United States*. 1994. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation; and East Lansing: Michigan State University, National Center for Community Policing.

\_\_\_\_\_; BUCQUEROUX, Bonnie. *Policiamento comunitário: como começar?* Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos Serviços Policiais Urbanos. In: *Administração do Trabalho Policial: Questões e Análises*, p. 43-59. Jack R. Greene; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade, n. 5/Organização: Nancy Cardia)

WALDMAN, Peter. (ed.). *Justicia en la Calle: ensayos sobre la Policia en América Latina*. Medellin: Fundación Konrad Adenauer Stiftung, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo Latinoamericano, Instituto de Investigación sobre España y América Latina, Biblioteca Jurídica Diké, 1996.

WALKER, Samuel. *A critical history of police reform: the emergence of police professionalism*. Lexington; Mass.: Lexington Books, 1977.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

\_\_\_\_\_. *Ciência e política: duas vocações*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1991.

WILENSKY, Harold. The professionalization of Everyone? *American Journal of Sociology*, n. 2, p. 137-158, 1964.

ZARIFIAN, Philippe. L'agir communicationnel face au travail professionnel, *Sociologie du Travail*, 41, p. 163-177, 1999.

ZAVERUCHA, Jorge. *Sarney, Collor, Itamar, FHC e as prerrogativas militares (1985-1998)*. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer Hilton House Hotel, Chicago, Illinois, Set. 1998.

\_\_\_\_\_. *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

## **BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA**

ABREU, Sérgio Roberto. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo 2008. Disponível em: [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37171999000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37171999000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 dez 2008.

AUGÉ, M. *Não-lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas/SP: Papyrus, 1994.

AUTEN, J. H. The paramilitary model of police and police professionalism. In: BLACK, Donald. *The manners and customs of police*. Nova York: Academic Press, 1980.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66*. São Paulo: Globo, 1992.

BARCELLOS, Jorge Alfredo Pacheco. *As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo*: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1999.

BARREIRA, César; BRASIL, Maria Glaucíria Mota. Academias de Polícia e Universidade: parcerias e resistências. In: *Seminário Nacional O papel das Universidades brasileiras na construção dos novos modelos de Polícias*. Porto Alegre/RS, 2001. As universidades e a construção de novos modelos de polícia. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e da Segurança, 2001, p.151-164. (Coleção Segurança Pública e Democracia; v. 1).

BELLI, Benoni. *Tolerância zero e democracia no Brasil*: visões da segurança pública na década de 90. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria et alii. *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: TAQ, 1981.

\_\_\_\_\_. *Violência, povo e polícia*: violência urbana no noticiário de imprensa. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BISOL, José Paulo. Apresentação. In: *1º Seminário Internacional Polícia e Sociedade Democrática: desafios para o século XXI*. Porto Alegre/RS. 2000. Polícia e Sociedade Democrática: desafios para o século XXI. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e da Segurança, 2000, p. 7. (Coleção Segurança Pública e Democracia, v. 2)

\_\_\_\_\_. Foraclusão institucional. In: MARIANO, Benedito Domingos (org.). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: 2002.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, a. 3, n. 5, p. 238-262, 2001.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. *International Migration Review*, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.

BRAGA MARTES, Ana Cristina; FLEISCHER, Soraya (orgs.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed 34; Edusp, 2000.

CONSUL, Julio Cezar. Estilo de comando das Oficiais da Brigada Militar da Região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração), PPGA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

COSUELO, Gonzalo Jar. La mujer en La Guardia Civil, una perspectiva sociológica. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 59, p. 223-241, jul./set. 1992.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.

\_\_\_\_\_. Intelligence pratique et sagesse pratique: deux dimensions méconnues du travail réel. 1993. *Education Permanente*, nº116/3, p. 47-70.

\_\_\_\_\_; JAYET, C. Psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo: metodologia aplicada a um caso. *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. São Paulo: Editora USP, 1999.

FEUERSCHÜTTE, Simone. *Cultura organizacional e dependências do poder*. Florianópolis: UFSC, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARDT; NEGRI. *Império*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KELLE, U. Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MÉZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MORAES JR., Martim Cabeleira de. *A violência das (e contra as) Polícias do Estado do Rio Grande do Sul*. 2005. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre.

PAOLI, Maria Célia et alii. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

QUALITATIVE SOLUTIONS RESEARCH. *Using NVivo in Qualitative Research*. 3. ed. Melbourne, Austrália: qsr; 2008.

RAMOS, Naldson. *Alternativas democráticas do ofício de polícia para o sec. XXI*. Relatório Parcial do Grupo Focal desenvolvido com Policiais Civis e Militares. Porto Alegre, jan. 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

\_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice*. O social e o político na Pós-Modernidade. Porto: Afrontamento, 1994.

\_\_\_\_\_. *Toward a new common sense*. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. Nova York: Routledge, 1995.

\_\_\_\_\_. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1998.

\_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2000.

\_\_\_\_\_. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_ (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2002.

SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 114-146, 2001.

\_\_\_\_\_. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 27, n. 1, p. 105-122, jan./jul. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022001000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100008&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1517-9702>.

\_\_\_\_\_. Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória. *Revista Humanas*, Porto Alegre, v. 24, n. 1-2, p. 163-185, jan./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Violências de amanhã: previsibilidade e destino. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 jun. 2002a. Segundo Caderno.

\_\_\_\_\_. Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Ciência e Cultura*. Revista da SBPC, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 22-24, jul. 2002. (Núcleo temático: Violência)

TEIXEIRA, Alex N.; BECKER, F. A operacionalização da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. In: *Sociologias*, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 94-114, 2001.

TITTONI, Jaqueline. *Trabalho, poder e sujeição: trajetórias entre o emprego, o desemprego e os “novos” modos de trabalhar*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

TOURAINÉ, Alain. *Podremos viver juntos? Iguales y diferentes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

WACQUANT, Loïc. A ascensão do Estado penal nos EUA. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, n. 11, 2002.

WALLESTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1994.

#### **DOCUMENTOS:**

BRASIL, MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. 1987. Temas Constitucionais. Brasil, Ministério da Justiça. 1997a. Medidas Mínimas para Reforma da Segurança Pública.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 1997b. Conferência Nacional Segurança, Justiça e Cidadania - Relatório. Documento disponível na página do Viva Rio na Internet ([www.vivario.org.br/cp-bras.htm](http://www.vivario.org.br/cp-bras.htm)).

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 1980. Criminalidade e Violência - Relatório dos Grupos de Trabalho de Juristas e Cientistas Sociais.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 1996a. Programa Nacional de Direitos Humanos. Documento disponível na Internet ([www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)).

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 1996b. Política de Defesa Nacional. Documento disponível na Internet ([www.sae.gov.br](http://www.sae.gov.br)).

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 1996c. Programa de Ação Nacional Antidrogas. Documento disponível na Internet ([www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)).

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 1996d. Política Nacional Antidrogas. Documento disponível na Internet ([www.planalto.gov.br/militar/senad](http://www.planalto.gov.br/militar/senad)).

**ENDEREÇOS NA INTERNET**

Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul: [www.procergs.com.br/brigadamilitar](http://www.procergs.com.br/brigadamilitar)

Conselhos Comunitários de Segurança de São Paulo: [www.cotianet.com.br/seg/default.htm](http://www.cotianet.com.br/seg/default.htm)

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo: [www.usp.br/nev](http://www.usp.br/nev)

Polícia Militar do Estado da Bahia: [www.svn.com.br/baqueiro/pmba.htm](http://www.svn.com.br/baqueiro/pmba.htm)

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais: [www.mg.gov.br/pmmg](http://www.mg.gov.br/pmmg)

Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Comando de Policiamento da Capital:

[www.cpc.pm.sc.gov.br](http://www.cpc.pm.sc.gov.br)

Polícia Militar do Estado de São Paulo: [www.polmil.sp.gov.br](http://www.polmil.sp.gov.br)

Polícia Militar do Estado de São Paulo, Jundiaí: [www.jundaionline.com.br/pmilitar](http://www.jundaionline.com.br/pmilitar)

**ENDEREÇOS NA INTERNET PARA CONSULTA BIBLIOGRÁFICA E ACESSO A TEXTOS SELECIONADOS:**

Community Policing Consortium: [www.communitypolicing.org](http://www.communitypolicing.org)

Progetto Città Sicure: [www.regione.emilia-romagna.it/citta%5Fsicure](http://www.regione.emilia-romagna.it/citta%5Fsicure)

United States, Department of Justice, National Criminal Justice Reference Center, Justice Information Center: [www.ncjrs.org](http://www.ncjrs.org)

United States, Department of Justice, Community Oriented Policing Services:

[www.usdoj.gov/cops](http://www.usdoj.gov/cops)

Vera Institute: [www.broadway.vera.org](http://www.broadway.vera.org)

## **ANEXOS**



## **ANEXO 1**

### **PRONASCI**

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) busca enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; afirma priorizar a prevenção e buscar atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e de Segurança Pública.

Entre os principais eixos do PRONASCI destacam-se a valorização dos profissionais de Segurança Pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Para o desenvolvimento do Programa, o Governo Federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012.

Além dos profissionais de Segurança Pública, o PRONASCI tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou que já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; ainda, os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas, adquirido durante o serviço militar.

Atualmente, os Estados que já contam com o PRONASCI são: Alagoas, Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal e o seu entorno, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

A execução do PRONASCI ocorre por meio de mobilizações policiais e comunitárias. A articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança – Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Secretaria de Segurança Pública – serão realizadas pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipais (GGIM). O PRONASCI é coordenado por uma secretaria-executiva em nível federal e regionalmente dirigido por uma equipe que atuará junto aos GGIM e tratará da implementação das ações nos Municípios.

Para garantir a realização das ações no país, serão celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com municípios, Estados, organizações não-governamentais e organismos internacionais.

A instituição responsável pela avaliação e pelo acompanhamento do Programa será a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além da verificação dos indicadores, ainda será feita a

avaliação do contexto econômico e social. O controle mais abrangente do Programa contará com a participação da sociedade.

Em relação aos projetos, o PRONASCI é composto por 94 ações que envolvem a União, Estados, Municípios e a própria comunidade. Alguns destaques serão feitos a seguir:

**Bolsa Formação** – Os profissionais de Segurança Pública receberão novos estímulos para estudar e para atuar junto às comunidades. Policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda terão acesso a uma Bolsa de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Para ter direito ao benefício, o policial deverá participar e ser aprovado em cursos de capacitação promovidos, credenciados ou reconhecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça.

**Formação Policial** – A qualificação das Polícias inclui práticas de segurança-cidadã, como a utilização de tecnologias não letais; técnicas de investigação; sistema de comando de incidentes; perícia balística; DNA forense; medicina legal; direitos humanos, entre outros. Os cursos serão oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), que envolve hoje 66 universidades brasileiras, entre públicas e particulares, e ainda telecentros para educação a distância. A meta é chegar a 80 instituições parceiras em todo o país em 2008.

**Mulheres da Paz** – O projeto capacitará mulheres, líderes das comunidades, em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência aproximar os jovens com os quais o PRONASCI trabalhará.

**Protejo** – Jovens bolsistas em território de descoesão social agirão como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades.

**Sistema Prisional** – A criação de mais de 40 mil vagas no sistema penitenciário do país atenderá a públicos específicos. Os jovens entre 18 e 24 anos terão unidades prisionais diferenciadas. O objetivo do governo federal é separá-los por faixa etária e pela natureza do delito e impedir aqueles que cometeram pequenas infrações de se contaminarem pela influência dos líderes do crime organizado. Além disso, as mulheres apenadas também terão assistência, como berçário e enfermaria. A reestruturação do sistema prisional envolve ações que visam à qualificação de agentes penitenciários e à formação profissional de presos.

**Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública** – A categoria também poderá contar com o Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, com o apoio da Caixa Econômica Federal. Serão disponibilizadas

unidades populares para servidores de baixa renda, que recebam até quatro salários mínimos e cartas de crédito para a compra da casa própria, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para aqueles que recebam até R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).

**Ministérios e Secretarias Parceiras** – Algumas ações previstas no PRONASCI são fruto de parcerias com Ministérios e Secretarias. O PRONASCI agirá em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas regiões em que houver obras de urbanização para a recuperação de espaços urbanos e para a melhoria da infraestrutura nas comunidades. Outro exemplo é a parceria firmada com a Secretaria Nacional AntiDrogas, da Presidência da República, que ampliará, com o PRONASCI, o atendimento do Viva Voz, projeto já existente que visa a orientar jovens e famílias em relação às drogas.

## ANEXO 2

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENTREVISTA INDIVIDUAL



Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENTREVISTA INDIVIDUAL

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**A IDENTIDADE PROFISSIONAL DE POLICIAIS MILITARES DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA**”, a qual tem como objetivo responder como o policiamento de aproximação está repercutindo sobre a construção da identidade profissional de policiais militares. Este estudo, portanto, analisa o processo construção da identidade de policiais militares do PROERD, procurando pensar esse processo a partir de uma visão que privilegie a interação entre os indivíduos e grupos dentro da sociedade na qual estão inseridos, observando como é perpassada por critérios e estratégias de reconhecimento e distinção, o que implica dizer que a construção da identidade profissional dos policiais militares do PROERD e a construção da consciência de pertencimento a esse grupo são indissociáveis da percepção identitária que os policiais constroem entre si e em relação a outros grupos de modelo de policiamento (modelo ostensivo). A reflexão proposta por esta investigação pretende, desse modo, dar visibilidade e compreender como ocorre, no interior do mundo do trabalho policial militar, o processo de construção identitária dos policiais militares do modelo de polícia de aproximação, durante o qual estabelecem, em relação aos seus “iguais” e em relação aos “outros”, laços de solidariedade, distinção e oposição.

Informamos que toda e qualquer informação obtida durante esta pesquisa será utilizada de forma a proteger sua identidade e a assegurar que as informações permaneçam confidenciais. A entrevista será realizada em uma sala com privacidade e se realizará em média 60 minutos. Para garantir as informações dadas na entrevista, solicitamos a sua autorização para uso de gravador. Para maiores informações sobre a pesquisa você poderá contatar a Márcia Esteves de Calazans (51)9261-8315.

#### **Declaração de Consentimento**

Tive a oportunidade de ler o presente formulário de consentimento. Todas as minhas dúvidas e perguntas foram respondidas. Compreendo a finalidade da pesquisa e seus procedimentos, assim me disponho a participar desta pesquisa. Estou ciente de que os dados serão divulgados de forma a não me identificar pessoalmente (sigilo) e que somente serão divulgados dados gerais da pesquisa. Assim como tenho conhecimento de que posso a qualquer momento solicitar a pesquisadora responsável a minha desistência de participação nesta pesquisa, bem como não responder alguma pergunta, sem que nenhum dano ou prejuízo ocorra a mim.

---

Nome

Assinatura

Data

**ANEXO 3**  
**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OBSERVAÇÃO DO CURSO**  
**DE CAPACITAÇÃO A FUTUROS INSTRUTORES PROERD**



Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado

**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OBSERVAÇÃO DO CURSO**  
**DE CAPACITAÇÃO A FUTUROS INSTRUTORES PROERD**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**A IDENTIDADE PROFISSIONAL DE POLICIAIS MILITARES DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA**”, a qual tem como objetivo responder como o policiamento de aproximação está repercutindo sobre a construção da identidade profissional de policiais militares. Este estudo, portanto, analisa o processo construção da identidade de policiais militares do PROERD, procurando pensar esse processo a partir de uma visão que privilegie a interação entre os indivíduos e grupos dentro da sociedade na qual estão inseridos, observando como é perpassada por critérios e estratégias de reconhecimento e distinção, o que implica dizer que a construção da identidade profissional dos policiais militares do PROERD e a construção da consciência de pertencimento a esse grupo são indissociáveis da percepção identitária que os policiais constroem entre si e em relação a outros grupos de modelo de policiamento. A reflexão proposta por esta investigação pretende, desse modo, dar visibilidade e compreender como ocorre no interior do mundo do trabalho policial militar, o processo de construção identitária dos policiais militares do modelo de polícia de aproximação, durante o qual estabelecem, em relação aos seus “iguais” e em relação aos “outros”, laços de solidariedade, distinção e oposição.

Esclarecemos que toda e qualquer informação obtida durante esta pesquisa será utilizada de forma a proteger sua identidade e a assegurar que as informações permaneçam confidenciais. O trabalho de observação do Curso de Capacitação (08/2008) será realizado em dias e horários alternados durante o desenvolvimento do mesmo. Para garantir as informações observadas, solicitamos a sua autorização para anotações de observações. Para maiores informações sobre a pesquisa você poderá contatar a pesquisadora Márcia Esteves de Calazans (51)9261-8315.

**Declaração de Consentimento**

Tive a oportunidade de ler o presente formulário de consentimento. Todas as minhas dúvidas e perguntas foram respondidas. Compreendo a finalidade da pesquisa e seus procedimentos, assim me disponho a participar desta pesquisa. Estou ciente de que os dados serão divulgados de forma a não me identificar pessoalmente (sigilo) e que somente serão divulgados dados gerais da pesquisa. Assim como tenho conhecimento de que posso a qualquer momento solicitar a pesquisadora responsável a minha desistência de participação nesta pesquisa, bem como não responder alguma pergunta, sem que nenhum dano ou prejuízo ocorra a mim.

---

Nome

Assinatura

Data

**ANEXO 4**  
**QUESTIONÁRIO PARA INTEGRANTES DO PROERD**

1. Local: \_\_\_\_\_
2. Nome do(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_
3. Divisa: \_\_\_\_\_
4. Idade: \_\_\_\_\_
5. Estado Civil: \_\_\_\_\_
6. Nº de filhos: \_\_\_\_\_
7. Escolaridade:
  - ( ) Ensino Fundamental
  - ( ) Ensino Médio
  - ( ) Superior:
  - ( ) Mestrado
  - ( ) Doutorado
  - ( ) No segundo curso superior: \_\_\_\_\_
9. Cor (auto-atribuída): \_\_\_\_\_
10. Religião: \_\_\_\_\_
11. Entrada na PM (mês e ano): \_\_\_\_\_
12. Entrada no PROERD: \_\_\_\_\_
13. Função exercida atualmente: \_\_\_\_\_
14. Funções exercidas anteriormente: \_\_\_\_\_
15. Renda Mensal familiar (em sal. mínimos): \_\_\_\_\_
16. Participa de alguma organização/associação (igreja, partido, sindicato, loja maçônica, associação, etc.): \_\_\_\_\_
17. Tem algum parente ou afim que trabalhe em alguma destas instituições? Indique no espaço ao lado o grau de parentesco (pai, mãe, irmão, tio, por exemplo) ou por afinidade (marido, namorado, vizinho, amigo, etc.):
  - ( ) Polícia Militar: \_\_\_\_\_
  - ( ) Polícia Civil: \_\_\_\_\_
  - ( ) Polícia Federal: \_\_\_\_\_
  - ( ) Corpo de Bombeiros: \_\_\_\_\_
  - ( ) Exército: \_\_\_\_\_
  - ( ) Marinha: \_\_\_\_\_
  - ( ) Aeronáutica: \_\_\_\_\_
  - ( ) Penitenciária: \_\_\_\_\_
18. Tem outro trabalho \_\_\_\_\_

## ANEXO 5 ROTEIROS ENTREVISTAS

### **Roteiro de Entrevista com Policiais Instrutores do PROERD**

1. Com que idade iniciou a trabalhar?
2. Trabalhos anteriores a BM?
3. Por que a BM? O que levou a esta opção? Que fatores influenciaram na sua escolha?
4. Conte um pouco sua trajetória na BM?
5. Como se aprende a ser policial?
6. Como é um dia de trabalho seu? A sua rotina?
7. O que as pessoas com quem você convive pensam sobre você estar na BM?
8. O que você pensa sobre a atividade policial no PROERD?
9. O que você pensa sobre a atividade policial no POLOST?
10. Qual você prefere, por quê?
11. Qual a sua situação atual na BM (Polost? E Proerd? Só Proerd?) Explorar
12. O que você faz hoje constitui um momento de passagem para aquilo que realmente gostaria de fazer?
13. Quais os problemas mais freqüentes que você encontra no seu cotidiano? Como os resolve?
14. Como você ingressou no PROERD?
15. Teve treinamento para inserção no PROERD?
16. Você fez cursos na BM para capacitação no PROERD? Quais? E qual a periodicidade de cursos?
17. Das suas expectativas iniciais, ao entrar na BM, em relação às expectativas que você tem hoje, o que você poderia dizer? Você pensa em sair da BM?
18. Como você vê o PROERD no contexto da PM?
19. Como acha que os demais policiais (do POLOST) veem o trabalho dos policiais do PROERD?
20. Enquanto Policial Instrutor do PROERD como define a sua ação? O que é que tem de fazer? O que você faz corresponde ao que desejaria fazer? O que é que salienta a sua intervenção?
21. O que é ser um bom policial para você?
22. Como o público que você trabalha vê o PM do PROERD?
23. Como se aprende a ser policial no PROERD?

**ANEXO 6**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COMANDANTES**

1. Como é constituída a sua atual equipe: nº de policiais, e patentes e sexo? Quantos estão no PROERD? Integraria outras patentes? Quais?
2. Quando e por que foi constituído o PROERD em seu Batalhão?
3. Como está organizado o grupo?
4. Qual o âmbito de atuação do PROERD em seu Batalhão: escolas; formaturas; crianças; qual a área geográfica de intervenção?
5. Desde quando se encontra constituído o grupo? A constituição atual do PROERD corresponde à constituição inicial?
6. Quem é o policial do PROERD?
7. Como se integra este agrupamento na estrutura do POLOST?
8. Como é feito o trabalho diário do policial PROERD?
9. Como define a intervenção do policial do PROERD? Quais as razões da sua constituição? O que faz? O que deveria fazer? O que destaca como mais importante da intervenção específica deste grupo?
10. Considera existirem desafios para a intervenção deste grupo? Quais?
11. Qual a relação deste grupo de policiais do PROERD com outros grupos da BM?
12. Considera importante a constituição deste grupo? Por quê?
13. O que você considera importante para uma base privilegiada na constituição deste agrupamento? Por quê?
14. Existem especificidades de cada uma das ações do POLOST e PROERD em termos de intervenção? Qual (ais)?
15. Enquanto Comandante de um grupo de POLOST e PROERD, como define as suas ações enquanto policiais?
16. Qual o policial ideal para o PROERD?



## ANEXO 7

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA ESTADUAL DO PROERD – DEPARTAMENTO DE ENSINO

1. Quando e por que foi constituído a equipe do PROERD, o Centro de Capacitação?
2. Como está organizada a equipe?
3. Qual o âmbito de atuação da equipe? Apoio a que Batalhões; qual a área geográfica de intervenção?
4. Desde quando se encontra constituída a equipe? A constituição atual da equipe corresponde à constituição inicial?
5. Como se integra esta equipe na estrutura maior da BM? Existe legislação? Documentos internos?
6. Qual a relação da constituição desta equipe com as legislações antidrogas?
7. O que é que esteve na origem da constituição desta equipe?
8. Foi proporcionada formação especial a esta equipe? A formação específica à equipe foi feita por quais órgãos e instituições?
9. Qual a relação da equipe com os demais modelos de policiamento, em especial o POLOST?
10. Qual a articulação interna da equipe com outras equipes da BM?
11. Como vê a articulação entre os vários integrantes da equipe de formações e patentes diferentes?
12. Enquanto Coordenadora Estadual do PROERD, como define a sua ação? O que é que tem de fazer? O que você faz corresponde ao que desejaria fazer? O que é que salienta a sua intervenção?
13. Existem documentos orientadores da sua ação, e da ação da equipe?
14. Posso ter acesso aos contatos dos vários integrantes da equipe e materiais de apoio, banco de dados?

**ANEXO 8**

**RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DA 7ª EDIÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO  
INSTRUTORES DO PROERD, NO CRPO/VRS**

Durante o campo de pesquisa em uma das minhas idas ao Centro de Capacitação do PRORD, conversando com a Coordenação Estadual, soube do início de uma turma de Policiais Militares que farão a capacitação para ingresso no programa. O curso com previsão de 40 horas se desenvolveria no período de 10 dias.

Com eu vinha fazendo entrevistas individuais garimpando material de campo, achei extremamente oportuno ir observar a capacitação uma vez que esta contemplava policiais dos mais diversas regiões do nosso Estado e durante o seu desenvolvimento haveria a realização do 1º Seminário do Programa Educacional de resistência às Drogas, com o tema “Políticas Públicas de Prevenção às Drogas na Adolescência”, bem como formatura de crianças e Escolas que participaram do Programa. Esta capacitação acontecera no CRPO/VRS, em Novo Hamburgo.

Assim chegando no início de uma manhã de segunda-feira, deparo-me com uma estrutura ampla e um espaço físico de um Batalhão com telecentro em uma área imensa. Nisso, fui à área administrativa do mesmo, onde um Oficial já sabia de minha visita, e me passa a situação em que se encontrara o início do curso, ou seja, aguardávamos o horário agendado para tão logo dar início à atividade e que a Coordenação Estadual viria de Porto Alegre para participar da abertura.

Aguardei algum tempo na sala deste Oficial e logo em seguida saí a andar pelo pátio, quando observo um local, um prédio mais distante, onde há certa concentração de policiais militares fardados. Fui até lá e soube que aguardavam o início da capacitação, nisso entro na sala e vejo um grupo de sete pessoas com abrigos identificando o PROERD, ali o Capitão deu-me uma breve explicação do que aconteceria, e que aquela equipe na sala de aula era composta por ele, Máster, e seis Mentores.

Na sala havia mesas dispostas em grupos, cinco grupos, essas mesas estavam cobertas por tecido TNT de cores diferentes e com crachás identificando o primeiro nome do policial sobre a mesa. O grande grupo totalizaria 38 policiais distribuídos nestes cinco grupos.

As cores eram: verde, vermelho, laranja, amarelo e azul. Os policiais que estavam na sala preparando-se para recepcionar os futuros instrutores PROERD, envolviam-se com os detalhes. Em um dado momento colocam a música do PROERD:

## Canção do PROERD

Letra e Música: 3º Sgt Cláudio Coutinho dos Santos – PMERJ

Existe um programa  
Que vai lhe ajudar  
Existe um amigo  
Que vai lhe ensinar

Que o problema “DROGAS”  
Merece atenção  
E para manter-se a salvo  
É preciso dizer NÃO

PROERD é um programa  
PROERD é a solução  
Lutando contra as drogas BIS  
Ensinando a dizer NÃO

Cultivando o amor próprio,  
Controlando a tensão  
Pensando nas conseqüências  
Resistindo à pressão

Como amar a própria vida  
E às DROGAS dizer NÃO  
Quem lhe ensina é o amigo  
Mas é sua a decisão

PROERD é o programa  
PROERD é a solução  
Lutando contra as drogas BIS  
Ensinando a dizer NÃO

Abraçam-se em círculo, um abraço grupal, gritam algumas palavras de ordem em relação ao PROERD.

Enquanto toca a música o grupo abraça-se, mas, logo em seguida, passam à porta para receber os policiais, futuros instrutores PROERD, a recepção é com a música PROERD e com um abraço caloroso, apertado. A música é em um ritmo de “filme de ação”, de herói, de perseguição de enfrentamento. E cantada, também, com vozes de crianças. No momento da recepção percebe-se o constrangimento de alguns policiais com a aproximação física, através do abraço. Alguns comentavam entre si, se “seria isso, assim”, e alguns poucos, mas muito poucos não mostraram constrangimento.

É pedido que localizem seus nomes junto aos grupos, é informado pelo Máster: “Aqui vocês usarão o primeiro nome em seus crachás e não o nome de guerra”.

A partir de então o Máster passa a fazer os primeiros esclarecimentos, refere que PROERD tem um grande parceiro o Grupo GERDAU, apoio institucional financiando a reprodução de materiais para os estudantes.

Após suas primeiras observações, convida a todos para passarem ao “galpão crioulo”, onde haverá uma solenidade de abertura e um café.

Em solenidade formal de abertura, o Máster do PROERD dá as boas-vindas a todos para a 7ª edição do curso de capacitação. As cadeiras estão colocadas em semicírculo, com três quatro fileiras, frente uma grande mesa a qual estava composta pelas autoridades presentes, a saber: a coordenação Estadual do PROERD, o Comandante do CRPO/VRS e sou convidada a compor a mesa apresentada como pesquisadora da UFRGS que acompanhará esta edição do curso.

Na solenidade de abertura com participação da Banda do CRPO/VRS, são cantados o Hino Nacional e o Hino do Rio Grande do Sul. Depois de desfeita a mesa, passa-se ao café.

Nesse momento há vários grupos em pé, que eventualmente dirigem-se à mesa para se servirem, conversam sobre os mais diversos assuntos, entre outros: ainda do constrangimento do abraço, da organização e do financiamento de uma especialização em adolescente e drogas que se desenvolverá em parceria com uma universidade aqui em Porto Alegre para policiais do PROERD financiada pelo governo federal, comentam sobre o Seminário DARE que está acontecendo em Santo Antonio, nos EUA, sobre o evento nacional do PROERD que terá em um hotel em Minas Gerais, e de um encontro regional em Lajeado, tão logo na semana seguinte do término da capacitação em Novo Hamburgo.

Retornam todos à sala onde se desenvolverá o curso. O Máster retoma orientações iniciais, informa a localização das instalações, os alojamentos masculino e feminino, a maioria dos alunos ficará alojada no Batalhão, visto que vieram dos mais diversos cantos do Rio Grande do Sul. Dá uma explicação sobre o material recebido, o livro do instrutor, os livros que as crianças de 4ª e 6ª séries utilizarão. Fala das responsabilidades e que a partir de hoje o traje para o curso é o civil, ou seja, não podem utilizar uniforme da BM, e o crachá é com o primeiro nome referindo o que, talvez, muitos ali nem lembrem mais o que é ser chamado pelo primeiro nome.

Explica os procedimentos de avaliações, “formais e informais”, apresenta uma folha referindo os dias de aulas, onde o aluno é avaliado pelo Mentor responsável pelo seu grupo e

uma folha para autoavaliação diária, ao final da aula o Mentor senta com cada aluno do grupo que está sob sua responsabilidade para conversarem, e o aluno rubrica a folha.

Refere que eles sempre terão “dever de casa”, ou seja, preparação de tarefas para o dia seguinte e que a participação do grupo nas atividades é importante. Pede que cuidem os horários, presença e a pontualidade, “atividades do PROERD começam na hora”, segue explicando que não é uma questão de militarismo, “mas com as crianças não se pode atrasar e pela professora que tem suas atividades programadas”. Fala que a participação na sala também é avaliada, bem como a relação entre os companheiros.

Nisso passa a apresentar os Mentores da equipe de capacitação, o grupo está composto por uma Sgt Pedagoga, dois Tenentes e mais três Soldados. O Máster faz um breve resumo do histórico de cada um, e tão logo com o grande grupo vê qual mentor ficará responsável por cada um dos grupos, a partir das cores vermelho, azul, amarelo, laranja e verde.

O Máster pergunta: E vocês, quem são?

Em um *datashow* o slide tem duas assertivas para guiá-los: Origem e nome completo, pontos comuns e singulares.

E pergunta se eles têm experiência com crianças.

A apresentação começa pelo **Grupo Vermelho**, composto pelo Ten.-Coronel Comandante do 17º BPM, Batalhão em que trabalha um dos mentores do curso de capacitação, e ainda, um Capitão e seis Soldados, sendo uma mulher. A experiência do grupo passa por educativo de trânsito com crianças, salva-vidas mirim, policiamento em escolas, já auxiliava no PROERD, mas não havia feito o curso, trabalho de evangelização de crianças atividade realizada fora da BM, bem como aparece a seguinte fala: “O Comandante indicou”.

O **Grupo Verde**: É composto por seis Soldados, sendo uma mulher, um Tenente e uma Capitã, a experiência do grupo vai de trabalho voluntário com crianças e jovens, Patrulha Escolar, Palestras de Trânsito em Escolas, contato com crianças no estágio da faculdade de Educação Física, experiência no PROERD como auxiliar, até fala de um deles que refere estar mobilizado pelo filho de dez anos, pois vê as crianças na volta de sua casa e na escola do filho envolvidas com drogas, e isto o tem preocupado. Como um outro PM refere do avanço do *crack* em sua cidade, fala das crianças e jovens de sua cidade e que gostaria de ajudar no combate as drogas, e diz: “Não na questão do tráfico, mas que eu possa colocar essas crianças longe das drogas”.

**Grupo Amarelo**: Está composto por cinco Soldados, uma Capitã, um Sargento e um Tenente. Os motivos referidos e as vivências com crianças estão ilustrados por experiências na educação infantil, magistério, formação em pedagogia, liderança com juventude em











instituição evangélica e da intenção em trabalhar com pais, experiência em pediatria no Hospital como técnico de enfermagem, estagio na Promotoria da Infância e Adolescência quando cursara a faculdade de Direito. “Sempre gostei de trabalhar com crianças e sempre quis fazer o curso”. Experiência em trabalho voluntário em asilo, e assim como no grupo anterior aparece a fala de combate às drogas: “um país que não cuida de suas crianças, temos que combater o problema”. Outro policial conta sobre uma ocorrência em Viamão, o atropelamento de uma criança a qual ele socorreu. “E um ano depois na mesma avenida eu tava passando a mãe com a menina... me abordaram e a menininha me disse: ‘Ô policial, eu sou aquela menininha que o sr salvou a vida’. Se eu sentir essa sensação novamente para mim vai ser muito gratificante... (emociona-se)... (silêncio) e diz... eu sou pai solteiro e tenho um filho de quatro anos... é isso que eu quero.

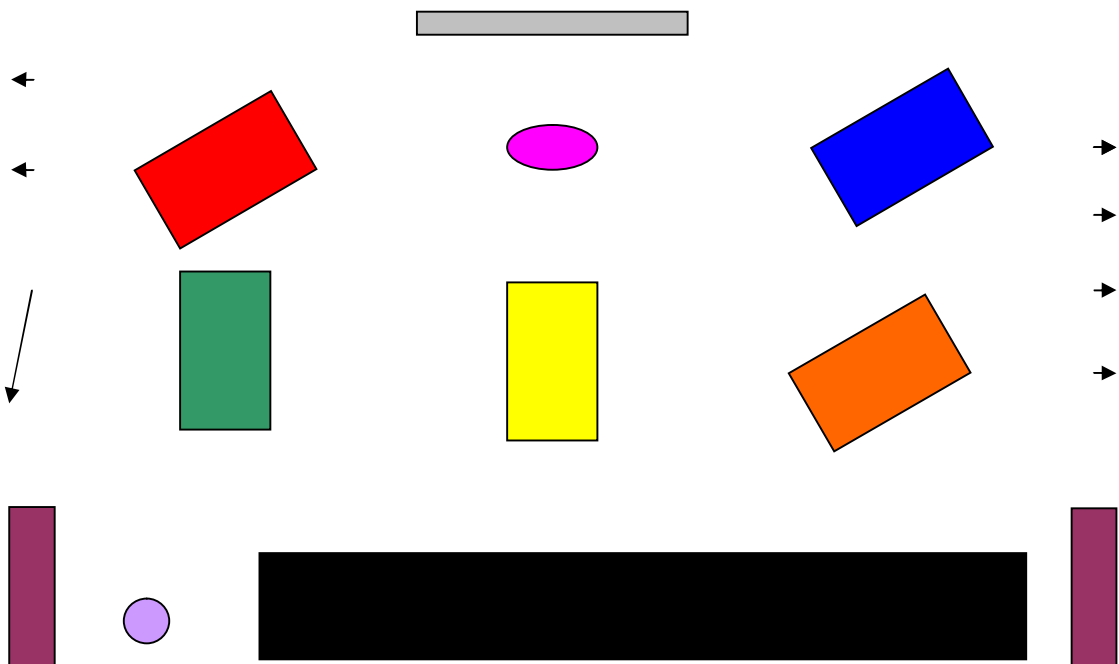
**Grupo Azul:** É formado por quatro Soldados, sendo duas mulheres, um Capitão, um Tenente e um Tenente-Coronel Comandante do CRPO/VRS. A experiência é ilustrada por docência em Educação Física com adolescentes do Ensino Médio, Magistério. Formação em Filosofia, Coordenação do Policiamento Comunitário em sua região. Bem como envolvimento no Projeto Filosofia para Crianças e Jovens com a comunidade. O desejo de desenvolver a capacidade de reflexão e construção do pensamento. Um refere que em sua unidade ninguém quis participar e que os Comandantes tratam como um *lobby*. A preocupação com o tráfico na fronteira. Outro dá aulas de Educação no trânsito e informática e cursa Pedagogia. “Sou professor e Policial em cidades diferentes. Lá na cidade X eu sou (cita o primeiro nome) o professor e refere o segundo nome, o nome de guerra, lá na cidade y eu sou o policial. Acredita que “o curso proporcionará a integração destas identidades”. Aparece a experiência com crianças através do escotismo, bem como ocupa atualmente o cargo da presidência do Conselho Municipal da Criança e Adolescente. Construiu em sua comunidade a sede de Escoteiros que está junto à BM e neste momento o Máster fala que o grupo de Escoteiro naquela região está em ascensão pela dedicação daquele policial. Outra Soldado tem experiência com crianças, pois participa da Pastoral da Criança. Outro policial refere que “trabalhando no Policiamento Ostensivo vejo muita coisa de droga com a gurizada e meu objetivo é amenizar”. Outro policial diz acreditar que: “O policiamento preventivo está em franca ascensão no mundo todo, por ser um trabalho mais inteligente”.

**Grupo Laranja:** É composto por oito integrantes, sete Soldados, sendo uma mulher, e um Capitão. A experiência deste grupo passa por dar aulas a crianças, magistério, Patrulha Escolar, a formação de psicólogo e daí trabalhar com a ULBRA em um projeto de “Preparação do Jovem para o primeiro emprego”. Trabalha em consultorias com jovens.

Experiência com o Policiamento Comunitário em sua cidade. “O fato de eu ter um filho de dois anos e trabalhar no policiamento ostensivo e ver as ocorrências com crianças e adolescentes mesmo quando vítimas ou infratores”. Novamente os filhos aparecem como agente mobilizador, e a experiência no PM Mirim – outro projeto de responsabilidade social.

Durante o desenvolvimento da capacitação a sala ficou disposta como mostra a modelização abaixo, sendo que a cada dia os Mentores trocavam o local das toalhas, coloridas, implicando na troca de lugar do grupo. As cores abaixo indicam os respectivos grupos

-  Nesta mesa ficavam os Mentores, cada um com um laptop, com material e anotações
-  Tela de Projeção do datashow
-  Canhão data show
-  Mesas com material de apoio, livros, CDs, DVDs, água
-  Grupos
-  Grupos
-  Grupos
-  Grupos
-  Grupos
-  Observadora



Após as apresentações, o Máster segue com informações, esclarece o procedimento da pasta Justiça, onde diz: “Durante o curso alguma palavra ou atitude inadequada par usar com as crianças é anotado na pasta e trabalhado posteriormente com vocês”.

Questiono a um dos mentores do que se trata... ele diz: “Na apresentação ocorreu que um PM usou a palavra *embundado* e discordou muito ostensivamente em relação ao Máster. Assim ele vai ser julgado hoje à noite”. E segue: “Ele até pode discordar, mas tem que fazer isso mais calmamente, ponderadamente”. Percebe-se que o grupo de Mentores e Máster é extremamente atento, eu não percebi a palavra usada, mas de fato percebi que o PM que se apresentava parecia um pouco atrapalhado, sem limites.

É anunciado um intervalo. E o mesmo Mentor me diz: “Tudo aqui, as nossas tradições eles vão levar para as escolas”. Assim hoje ele (o Máster) chama para anunciar o fim do intervalo, mas manhã não... é 2 min... é 2 min... e tu vais ver, amanhã um monte vai para a Justiça”. Prossegue: “Porque quem não volta no horário.... vai para a pasta”.

Na volta do intervalo, o Máster passa um vídeo pelo *real player* “Life is short”, onde a partir da vida adulta é feito uma regressão até a infância.

Nas dinâmicas utilizadas na sala, a proposta é que eles vivenciem em sala o que farão com as crianças em sala de aula.

O Máster diz: “A recuperação e capilarização da confiança na relação do PROERD com as crianças e professoras e o resgate da confiança da comunidade na BM”.

Apresenta no datashow o resultado de uma pesquisa de avaliação do PROERD, do impacto sobre as crianças, pesquisa desenvolvida pela USP. E enfatiza o reconhecimento do PM (Proerdiano) na comunidade e na própria família “meu pai é um educador”.

O almoço ocorre em um restaurante de Novo Hamburgo, onde todos policiais almoçam juntos.

Na parte da tarde fecham a sala e começam a anotar na pasta Justiça os nomes de quem chega atrasado.

O Máster inicia a aula com a dinâmica: “Luz, câmera, ação” (em ação batem palmas). Pude observar que esta dinâmica foi utilizada ao longo do curso como forma de chamar a atenção dos futuros instrutores para si.

O Máster e a sua equipe de mentores retomam a questão do horário para a chegada e intervalos. Os que vão chegando atrasados têm que dançar lá na frente da sala.

O Máster conduz tal atividade mostra no laptop uma animação “um hipopótamo e um cachorrinho dançando” e dos chegados atrasados: “metade do grupo imita o hipopótamo e a outra metade o cachorrinho”.



Todos dançam juntos. Os mentores e o Máster também dançam. Pede para todos se levantarem e dançarem imitando o hipopótamo. Todos prontamente dançam, riem muito e dançam e o instrutor também. Alguns mais timidamente não se movimentam muito, ficam olhando o vídeo e movimentam-se timidamente.

Imitam o hipopótamo e o cachorrinho (os dois dançam juntos no vídeo).

Após passa para a explanação através do *datashow*, do bloco Pedagógico (7 palestras) a Pedagoga Soldado explica que esta didática há que se reproduzir com os alunos.

Abordagem:

1. Metodologia e aprendizagem;
2. Ferramentas de ensino;
3. Estágios do desenvolvimento infantil;
4. Educação inclusiva;
5. Estilos de aprendizagens;
6. Inteligências múltiplas;
7. Desenvolver habilidades de facilitação.

### **Objetivos do bloco pedagógico**

Nesse momento a Pedagoga explica como e qual a metodologia que desenvolve o programa: “Construção coletiva do conhecimento”.

Um dos mentores me mostra a pasta da Justiça onde consta o nome do Cel. e de outro aluno que estavam indevidamente preenchendo um formulário, durante a palestra da pedagoga (soldado).

A Pedagoga explica: até a p. 45 – é manual de facilitação para o instrutor.

Para leitura de tema → p. 6 – o novo papel do instrutor e o facilitador.

Habilidades essenciais do facilitador (p. 8).

A mentora trabalha com o grupo a p. 8, a 2ª habilidade “escutam ativamente”.

Ela retoma a metodologia da “escuta” (escuta ativa) a interação e o que significa suas colocações. E diz: “Prestar atenção no que ele diz...” e diz como eles devem proceder com as crianças: “Vocês devem ter um planejamento prévio, antes de ir para a sala de aula”.

Em sua explanação, afirma: “O facilitador vai demonstrar habilidades de facilitação quando: examinar questões, avaliar necessidades, fazer planos e tomar decisões.”

Acompanha no *datashow*: “Sendo assim o facilitador deve: abrir mão um pouco do seu poder; confiar no processo; acreditar na capacidade dos participantes”.

E ressalta: “Deve valorizar as vivências, como cativar as crianças, sair da postura de poder do policial”.

Pede que abram na p. 7 – PROERD 4ª série combinados PROERD (1, 2, 3, 4 e 5) e vê como é feito com as crianças da 6ª série. As diferentes faixas etárias demandam combinações diferentes.

Fala sobre a questão da movimentação das crianças e pede para que os instrutores se levantem.

Espreguiçam-se (os mentores fazem a atividade juntos – menos um).

Dança do siri (os Mentores e o Máster dançam junto com o grupo de alunos).

Passa para o tópico Movimento na Aprendizagem e diz: “Olhem na página 40 – sugestões de movimentos (pede para um aluno ler) constam atividades/dinâmicas de “movimentação” para desenvolverem com os alunos.

Entregam material:

1 – Vídeo “Tá na roda” – uma conversa sobre drogas.

2 – CD – “Tá na roda uma conversa sobre drogas – (construindo a sua oficina)” estratégias para você explorar as perspectivas do “Tá na roda” em oficinas e salas de aula. (texto, vídeos, interatividade, atividades e perguntas).

3 – DVD – sobre sexualidade.

Retoma que quando forem questionados na escola quanto à metodologia, devem responder: “Ela está embasada na construção do conhecimento; construtivismo e interacionismo”.

Neste momento fala um pouco sobre a Teoria Psicogenética, de Piaget, e diz: “Aprender e atuar sobre a informação para compreendê-la e modificá-la”.

Aparecem tópicos referindo a “Teoria Sócio-Interacionista Vigotsky”, e diz: “A criança não aprende sozinha. Ela é um ser social em interação com o outro”.

Apresenta uns slides “Emoção”, onde diz:

- ✓ A emoção determina a qualidade da aprendizagem.
- ✓ Pequenos gestos que geram intensa emoção podem influenciar mais a formação da personalidade das crianças que gestos e pressões.
- ✓ Emoção é fundamental na qualidade da aprendizagem e na qualidade de vida.
- ✓ A metodologia está expressa nos livros dos estudantes.

Pede que observem os livros de didáticos do programa para a 4ª série e para a 6ª série:

4ª série

Uma visão de suas decisões

e

6ª série

Investindo em sua própria vida

Desenvolve a ideia de que o programa trabalha com o indivíduo como unidade de análise → (interacionismo simbólico) levando-o a refletir sobre suas escolhas.

Terminada a explanação da Pedagoga, o Máster apresenta a “caixinha do PROERD”, local onde os alunos colocam/depositam suas perguntas para o policial do PROERD, sem se identificar.

Nisso passa para a seguinte dinâmica: o PM tem 1 min para ir lá na frente pegar um papelzinho, o qual terá alguma palavra, e tem que falar com as mãos para trás. Aparecem as seguintes palavras: jacaré; queijo; gelos; chumbo; boné; vaca; bala; máquina de escrever; oceano; coco; galinha; cabelo; peixes; travesseiro; Sol; Lua; mesa; sapato e boneca. A palavra sapato e boneca quando do 1 min disponibilizado para a fala, aparecem adjetivados e identificados com o universo, com chacotas e desvalia.

Obs.: Na abertura do curso o Máster falou da “exigência” de virem “a civil” (não fardados nas próximas aulas). Porém, para ratificar tal solicitação pede cuidado para com as roupas, utiliza-se do exemplo de uma professora vestida de “calça knorr”, uma alusão à calça *legging* e à galinha, e diz: “O quanto isso perturba”.

Na dinâmica da palavra e falar o que for possível sobre ela em um minuto, quando uma policial teve que falar sobre a palavra “camarão”, em um dado momento ela falou no “mangue”, que o camarão se encontrava no mangue. Ao término do minuto o grande grupo fala que no mangue é caranguejo e faz uma chacota referindo que para mulher “tudo é igual”.

Ao final da dinâmica o Máster avalia com o grupo, como os policiais se sentiram. Os policiais dizem terem se sentido incomodados de terem que falar com as mãos para trás, e associam a atividade com a necessidade de conhecimento e planejamento diário. “É difícil improvisar e falar do que tu não conhece”.

Ocorre um intervalo.

No retorno, o Máster vai ao quadro e faz as seguintes perguntas:

O que é a comunicação?

Processo de comunicação

mensagem

Lição 1, p. 11, a aula como explicar as crianças o que significa o PROERD:

P	}	
R		PROGRAMA
O		EDUCACIONAL DE
E		RESISTÊNCIA
R		ÀS DROGAS
D		

Quando vai explicar a palavra “R” de Resistência – usa o corpo e a força “empurrão” para deslocar-se ou fazer resistência.

O Mentor, ao explicar como desenvolver o programa, vai ao livro do aluno, para a 4ª série e pede para que abram na p. 8 – **Modelo de Tomada de Decisão PROERD**.

**Defina:** Descreva o problema, desafio ou oportunidade.

**Analise:** Pense nas diferentes opções. Pense nos prós e contras de cada opção.

**Atue:** Faça uma escolha, usando os fatos e as informações que você observou nas opções. Tome uma decisão.

**Avalie** (revise sua decisão): Você fez uma boa escolha? Como você sabe? Você tomaria a mesma decisão novamente?

Explica que o programa está fundamentado na análise e tomada de decisão, o que faz com que o aluno reflita na análise (puxar o máximo de opções), p. 8.

Conclui a primeira aula pelo livro da 4ª série. Informa que passarão para a 2ª aula, mas antes farão um exercício de alongamento (agora com música).

Observa-se que ao longo das aulas há todo um trabalho gradual, focado no “soltar-se”. Nesse exercício, diz: “Levantar o braço, levantar o outro, fazer bamboleio e mexer o pescoço, olhar para o teto, olhar o sapato, escolher um amigo e dar um abraço” (repetir 3 vezes).

Saem para um intervalo, ao retornarem a Pedagoga passa um filme em *real player*, chamado “Segredos do Fundo do Baú”. E diz: “Vocês farão uma retrospectiva, regredir do fundo do baú. Até serem crianças da 4ª série”.

Na legenda final entra “O retorno à inocência” e “Much more music”, Enigma vídeo, 1984.

Ao término do filme, pergunta ao grande grupo:

De que time vocês são? Quem é colorado? Quem é gremista?

Entra no assunto de como lidar com as diferenças, e vê diferenças quanto a ser colorado x gremista. Fala da importância de o policial conduzir isso na sala de aula, ajudar as crianças a lidarem com as diferenças, desestimular brigas. Nesse momento usa como exemplo a briga entre torcidas (“traz um caso de briga com morte entre jovens de torcidas diferentes”).

Observei que durante as simulações de aulas os mentores ficam sentados atrás em uma grande mesa e todos usando *laptop* e escrevendo, nesse momento trabalham com as perguntas das caixinhas. Criam perguntas para colocar na caixinha do PROERD, para utilizá-las quando da simulação e aula de algum aluno/instrutor.

A Pedagoga retoma a fala e diz: “Para a 4ª série, a capacitação está centrada no “modelo de tomadas de decisão”.

Em um dado momento um mentor se dirige a mim e diz: “Tem coisa que parece que não tem sentido nenhum, mas lá adiante ele vai ter”.

Interessante que esta afirmativa foi encontrada em outras pesquisas que participei. Quando do campo de pesquisa do projeto “Alternativas Democráticas para o Ofício de Polícia no Século XXI”, no qual desenvolvi minha dissertação de mestrado, quando em um grupo focal mulheres policiais falavam sobre o currículo oculto, o treinamento exaustivo que as levava ao limite físico, uma soldado que tinha passado por inúmeras situações de humilhação durante o treinamento, encerra sua fala dizendo exatamente essas mesmas palavras. De que na hora não entendia o porquê de fazerem aquilo com ela, mas que mais adiante aquilo passou a ter sentido, quando chegou à rua para desempenhar a atividade de policial. Contudo, as atividades aqui não estão focadas no esforço físico, no uso da força.

A Pedagoga está na tarefa da lição 3 a 9. Pede a elaboração do formulário e que resumem os objetivos de todas as lições e façam a apresentação/organização gráfica de uma lição. Construirão a aula com o formulário e organização gráfica.

A Pedagoga explica o que é ORGANIZAÇÃO GRÁFICA: “É um documento escrito que detalha o que você deseja apresentar. É um mapa rodoviário, com a montagem adequada, ela lhe leva até onde deseja chegar. Dá para dividir assuntos difíceis em partes menores e

melhor gerenciáveis”. Fala da estrutura da programação da aula, e diz esta dever ter: introdução, meio e fim.

O curso centra-se na elaboração das aulas a partir das lições dos livros de 4<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> série, utilizando-se da organização gráfica e em um crescente de tempo para aluno/instrutor inicialmente para sua simulação é disponibilizada em 15 min, até chegarem a uma aula inteira de 45 min. Esse tempo vai sendo gradualmente disponibilizado para os grupos, os 38 alunos, futuros instrutores.

O Máster ao final do trabalho informa: “A tarefa para amanhã pela manhã”:

- 1º Declamar um poema (criado pelo grupo) sobre a criança, declamar em equipe. A equipe vencedora ganhará prêmio.
- 2º Ler as lições de 3 a 9 (4<sup>a</sup> série) e preencher o formulário tarefa 1º dia confeccionar uma organização gráfica para as lições 4 a 8.

Fazem uma dinâmica fina, o Máster pede a todos para fazerem um círculo abraçados. E diz: “Fechar os olhos e baixar a cabeça, *religare*, é religar com Deus, pedir que Deus ilumine seus familiares, afastados de sua companhia... tranquilidade, calma e paciência para superar os desafios. Saúde e firmeza para que vocês possam levar esta mensagem às crianças do Rio Grande afora. E evoluir o destino de todo os ser humano. Abençoados, irmanados, melhoramos como cidadãos, pois que isso seja inspiração para o nosso trabalho”. E segue dizendo: “O círculo é um grande modelo de união – estamos agora irmanados neste círculo. Daqui a 2 semanas estaremos comemorando na FEEVALE com orgulho estas 2 semanas.

### **3º DIA**

(Quando cheguei estavam fazendo encenação)

Nas paredes da sala haviam cartazes confeccionados pelos grupos, nos quais continham as habilidades e qualidades necessárias ao Policial do PROERD. Esta tarefa foi desenvolvida com os grupos e os cartazes estavam identificados pelas cores dos grupos.

<b>CARACTERÍSTICAS INSTRUTOR DO PROERD</b>
--

#### **EQUIPE AZUL**

##### **Habilidades**

- Escuta ativa
- Fluência verbal

##### **Qualidades**

- Sensibilidade
- Voluntariedade

- Facilitação
- Confiabilidade

- Dedicção
- Carisma

### **EQUIPE VERDE**

#### **Habilidades**

- Facilitador
- Criatividade
- Praticidade
- Dançar
- Neutralidade
- Eficiência
- Protetor
- Escutar

#### **Qualidades**

- Compreensivo
- Comunicativo
- Dinâmico
- Pró-ativo
- Sinergia
- Eficácia
- Organizado
- Flexível

### **EQUIPE AMARELO**

#### **Qualidades**

- Pontualidade
- Responsabilidade
- Positivo
- Comprometimento
- Honestidade
- Amável
- Criatividade
- Extrovertido

#### **Habilidades**

- Desenvoltura
- Saber lidar com crianças
- Conhecimento
- Cativante
- Dinamismo
- Expressão Corporal e oral
- Receptivo

### **EQUIPE VERMELHO**

#### **Habilidades**

- Pontualidade
- Dinâmico
- Carisma
- Criatividade
- Oratória

#### **Qualidades**

- Carismático
- Motivador
- Dedicado
- Disponível
- Amigo

Quando chego, e como os grupos estavam encenando, copiei as “características do policial do PROERD, as quais estavam dispostas nas paredes, nisso a Pedagoga dirige-se a mim e diz: “Na noite anterior houve a atividade chamada “Justiça” (teatro) onde foi lido a todos as faltas cometidas e eles tiveram de pagar penas: organizar teatro e brincadeiras”.

Cheguei na hora das encenações depois cada grupo ficou em uma sala “simulando” uma aula para a Lição nº 4.

Inicialmente, fiquei na grande sala observando e depois fui à sala junto ao telecentro. Depois de 15 min de simulação, o Mentor fez perguntas ao aluno/instrutor, e este responde:

- Como você se sentiu?
- O que você gostou da sua aula?
- O que você mudaria da sua aula?

Após o grupo avalia e faz sugestões, o Mentor conduz avaliação do grupo com perguntas: Pontos fortes? Pontos a crescer?

E após há um retorno do Mentor, com suas sugestões a partir de suas anotações.

Nesse momento o Mentor fez a seguinte colocação: “Das diferenças de Instrutor é com a tropa e facilitador com as crianças”.

Observei que a dinâmica desta atividade respeitava certa organização.

1º Passo: o Policial que termina sua simulação de aula chama o seguinte policial, como se ele fosse o professor, e a turma estivesse aguardando o policial do PROCERD chegar.

2º Passo: o “policial no papel do professor” entrega a caixinha com as perguntas que as crianças depositaram (falam do sigilo das questões da caixinha).

3º Passo: combina uma atividade (brincadeira) com os alunos para quando o Policial for retirar a pergunta da caixinha.

Ao término desta atividade os grupos retornam para a sala maior, onde se encontram todos os grupos. Fazem um pequeno intervalo. E no retorno o Máster mostra vídeo com o depoimento de um menino (moço de mais ou menos 18 anos) encontrado casualmente na saída de uma pizzaria, na Avenida Bento Gonçalves. A filmagem é de um celular, mas vê-se que o rapaz reconheceu o policial na saída da pizzaria pelo fato de este ter dado aula do PROERD a ele quando estava na quarta série. O depoimento do rapaz emociona o grupo e falam sobre o reconhecimento de ser policial do PROERD e da gratificação de se sentir reconhecido pelo seu trabalho.

Depois disso, o Máster dá esclarecimentos e a opção de usarem o primeiro nome ou o nome de guerra no crachá.



Nesta colocação que fica como uma reconsideração da determinação inicial de usar o primeiro nome, ele diz: “A questão da hierarquia mantém-se como no tradicional, ainda que aqui estejam todos brincando: Coronel, Soldado, Tenente... enfim o respeito tem que haver sempre”.

A seguir, passa-se à palestra da Pedagoga “Estilos de Aprendizagem”.

A Pedagoga trabalha neste momento com ideias de representação do pensamento: “Interpretar o sentido do texto e como representá-lo”. Apresenta algumas sugestões e possibilidades: fala, escrita, desenho, dramatização e jogos.” Questiona como cada um percebe a sua facilidade para melhor compreensão de um texto.

Enquanto a Pedagoga desenvolve sua palestra, em um dado momento entra o Máster na sala e diz que tem uma surpresa para eles:

Crianças entram na sala para ver o grupo de policiais e tomar o primeiro contato, conhecer o PROERD (as crianças mostram-se surpresas) ao verem os policiais fantasiados (c/ máscaras de animais) as crianças são da escola João Brizola, do Bairro Canudos, de Novo Hamburgo.

O Máster explica a eles que o ano que vem eles terão aula com esses policiais que estão aqui em capacitação. As crianças falam, mostram-se surpresas em verem policiais desta forma, o Máster pergunta se as crianças querem deixar algum recado para os policiais, e uma diz em alto tom: “estudem bastante”.

Os policiais mostram-se comovidos com a presença de tantas crianças, Canudos é um bairro de Novo Hamburgo de alta vulnerabilidade social. Nesse momento, alguns comentam a importância do trabalho de prevenção e o quanto a repressão não tem dado conta das questões atuais da drogadição.

Mais adiante, diz o Máster: “Tarefa para amanhã – os grupos deverão trazer um slogan para os dez anos de PROERD”. E diz que “até outubro, pretendemos implantar o programa com os pais. Em Dois Irmãos já são 1.630 crianças que passarão pelo programa”.

No final da tarde, depois de um dia de curso, os policiais vão até Dois Irmãos para uma formatura, no salão da cidade, um ginásio com aproximadamente 350 crianças e suas famílias. É a formatura de alunos que cursaram o PROERD com a participação dos PMS que estão em formação/capacitação PROERD. O ginásio está lotado, uma grande movimentação na cidade para deslocarem-se até o evento. Fiquei em alguns congestionamentos de trânsito, e fazia uma noite fria e chuvosa. Muitas autoridades presentes, desde Prefeito, Secretários, Diretores e Professores, Conselhos Tutelares.

No Ginásio, o orador que abre o evento e chama para compor a mesa de autoridades lê o que foi desenvolvido, apresenta dados do PROED na cidade, refere as escolas que se fazem presentes:

1. Escola Municipal Prof. Arno Nirow
2. Escola Estadual Ens. Médio Afonso Gomes
3. Escola Estadual 10 de Setembro
4. Escola Municipal Matheus Green
5. Escola Municipal Ens. Fundamental Carlos Haucher
6. Escola Municipal de Ensino Fundamental 20 de Setembro
7. Escola Municipal de Ensino Fundamental Albano Hansen
8. Escola Municipal de Ensino Fundamental Mario Sperb
9. Escola Municipal de Ensino Fundamental Primavera
10. Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Felipe Alfredo

O ambiente no ginásio é de entusiasmo, os policiais do PROERD que estão em capacitação ficam em grupo, fardados, colocados perto das crianças. O Leão, símbolo do DARE e do PROERD, anda entre as crianças.

Nesse momento, há algumas apresentações de grupo de teatro das escolas presentes. O tema fica entorno da questão das drogas no mundo atual. Uma apresentação, em especial, começa com bruxas, representando a sedução das drogas aos adolescentes. Em um leilão da vida de um adolescente, inicia-se com 0,10 centavos. E gira em torno de drogas: álcool, cigarro, crack, cocaína, maconha e o mundo do crime. O valor máximo que alcançou a vida do adolescente foi de R\$ 5.000,00.

Os PMs prestam total atenção, percebe-se muita adrenalina, pulam e cantam a música do PROERD, a qual toca extremamente alto no ginásio. Há presença da Banda da BM do CRPO/VRS. Coloco-me próxima ao grupo de policiais que está participando do curso. Percebo o prazer, por certa adrenalina, não a que já escutei referida na ocorrência, mas a adrenalina de um ambiente festivo. Percebe-se muito entusiasmo. Um policial que está na capacitação refere que tem muito orgulho de sua comunidade, que é de Dois Irmãos e que as melhores formaturas acontecem ali, “é dia que lota o ginásio”.

Canta também o coral da SMED. Depois as crianças fazem um juramento e a banda começa a tocar. Há a entrega do certificado às crianças do PROERD, enquanto isso a banda toca (a Pantera Cor de Rosa).

Destaques nos desenhos e mensagens propostas aos alunos. É notória a felicidade das crianças com os certificados do PROERD.

Chamam a atenção para o momento da premiação das redações destaques e dos melhores desenhos que exprimem uma mensagem gráfica. São selecionados 10 desenhos. E 15 alunos destaques na redação.

“Como viver feliz sem drogas” – As crianças recebem a medalha PROERD. Nisso há uma fala da Secretária da Educação dizendo que pelos *outdoors* da cidade, nesses dias podiam-se ver desenhos das crianças. Então me informei e soube que há nas calçadas da cidade placas sinalizando o andamento do projeto e exibem as atividades das crianças.

A criança que tirou 1º lugar ganhou um MP3. A cada momento são tiradas fotos, abraços entre as famílias e os policiais. A criança que tirou primeiro lugar chorou muito, abraçou-se à mãe. A mãe estava também visivelmente emocionada.

O orador, policial do PROERD faz uma homenagem às professoras e depois as crianças fizeram homenagem aos policiais Instrutores/PROERD ao entregarem uma cesta com diversos produtos alimentícios, tipo cesta café da manhã.

Falou a Sec. de Educação de Dois Irmãos, falou o Comandante do CRPO/VRS, que participava como aluno/instrutor desta edição do curso. E falou o Prefeito da cidade. Todos referiram a importância dos policiais e do PROERD para a cidade.

O ambiente é muito festivo, as crianças dançam, a banda toca, e os personagens do PROERD transitam pelo ginásio junto às crianças.

No dia seguinte, passo à observação da atividade “Tribunal”, que ocorre sempre ao final das atividades, início da noite. O Tribunal é a atividade em que o Máster aparece como o Juiz que irá julgar os alunos que estão com seus nomes na pasta Justiça. Então, no dia 14/08 chego por volta das 17 horas.

Estão trabalhando no currículo da 6ª série, percebo que a dinâmica utilizada foi a de distribuir números de 1 a 9 (deu mais ou menos 4 pessoas por grupo) para fazer as lições de 1 a 10 – foi distribuída uma lição por grupo – em que eles tiveram de desenvolver as lições como instrutores do PROERD (os números dos grupos são desconhecidos, não coincidentes com as lições).

Enquanto os novos grupos formados trabalham na atividade, o Máster dirige-se até a mesa em que estão os mentores e pede para que os mesmos organizem a mesa (o material sobre a mesa). Após a conclusão da atividade no grupo, há a apresentação dos grupos com os cartazes.

Deixa atividade para manhã seguinte, a apresentação dos slogans e cartazes de prevenção às drogas.

Um breve intervalo e passam para a atividade: TRIBUNAL.

Batem à porta, anunciam a chegada do Sr. Juiz. A Pedagoga apresenta o Ministério Público PROERDIANO, o Defensor advogado PROERDIANO e um auxiliar que apresenta o “réu” à frente do Juiz e o que consta contra ele. Nessa atividade estão todos caracterizados de personagens do mundo jurídico.

É chamado o Sr. Fulano, o auxiliar refere sua faltas:

1. Chegou atrasado.
2. Hoje ele esqueceu os materiais didáticos
3. Celular tocou na sala de aula.

Juiz pede para o Promotor falar (fase de acusação).

Promotor fala: “Ser infrator ou não ser infrator”.

Defesa: É uma questão de personalidade.

Ele ainda não tem discernimento do que é certo ou errado. O celular será o psiquiatra para falar da medicação.

Sim ele está resistindo.

Por favor, policiamento contenha o réu.

Juiz lê a pena: “Construir um relógio gigante com o cuco que funcione e ter um pergaminho gigante e ter um “lembrol”, uma pequena lembrança de que tem que trazer o material (um bichinho que acompanhará o Sr.... para lembrá-lo).

Agora chamo o Sr. Beltrano:

1 – Café da manhã, não contribuiu na organização com o seu grupo (o café da manhã, tirando o primeiro dia em que foi oferecido um café colonial pelo CRPO/RS, ficou combinado que os demais dias ficariam sob a responsabilidade de cada grupo, e que da segunda-feira após a ida dos policiais à sua cidade cada um teria que trazer uma especiaria de lá... o que cobriria o café da semana seguinte).

2 – Não cumpriu uma pena anterior, tinha que trazer a roupa para o juiz e não trouxe

Neste momento há manifestação do representante do MP “É contumaz jurisprudência PROERDIANO”.

O Juiz proclama a sentença: Pena: vir de coringa amanhã e deverá entregar uma roupa mais bonita para o Juiz e um contracheque gigante para o advogado.

Agora é chamado à frente um Capitão:

A sua falta:

- 1 – Não confeccionou o celular gigante

A pena: Terá de vir vestido de Batman

Chamaram uma Capitã:

Contra ela pesa que durante as atividades propostas, fazia outras atividades que deveria já ter feito, o fazia enquanto o Máster processava a lição e pela parte da manhã estava sem o seu crachá.

Manifesta-se o MP: “Deve ser indiciada por formação de quadrilha”.

Advogado: Fez atividade diurna o que é para fazer noturna?

Juiz: “Crachá gigante com a menina super poderosa.”

Agora chamam um Tenente:

Não entregou o material completo e estava em aula...

E segue chamando, neste momento uma outra Capitã

Juiz diz que avisou que ela deveria ficar aqui, no alojamento, que ir e voltar todo dia até Porto Alegre não daria certo, iria esquecer materiais.

Neste momento o Juiz pede auxílio a um Ten. Cel. e pede que ele demonstre como ela estava na solenidade de formatura de alunos do PROERD, no ginásio, em Dois Irmãos.

O Ten. Cel. levanta-se e a imita, dizendo: “Ela estava dançando que nem um lutador de boxe nocauteado”.

Nisso ela refere que estava indisposta, pois tinha sido acometida por uma forte gripe dias antes de iniciar o curso.

Chamam outro policial, porque colocou a língua para o Máster.

O Juiz diz: “Vai ter que construir uma língua gigante e um barrilzinho de São Bernardo no pescoço.

E segue com o mesmo ritual: o policial que estava cochilando vai ter que vir vestido de Soneca e fazer a oração do soninho.

Outro policial que estava com a calça da Brigada quando era para vir vestido a civil. Transgrediu, “e mais infringiu o estatuto, pois é proibido usar a calça sem a camiseta da BM também é proibido”.

A Pedagoga diz: “A justiça tem caráter educativo”.

E pede: “Coloquem todos o dedinho na cabeça e pensem será que eu cometi um errinho e não me viram... e querem falar?” Segue dizendo: “Eu vi, tem uns que cometeram e não tão falando”.

Em um dado momento da atividade, os policiais diziam dispensar o advogado, pois acreditavam que este estava ao lado do MP e diziam preferir fazer sua própria defesa.

Terminada esta atividade, o Máster informa sobre o Seminário que terá na terça-feira dia 19/08, em Dois Irmãos, no Auditório do Grupo Herval, totalizando 8 horas de Seminário: 1º Seminário do PROERD do Comando Regional de Polícia Ostensiva do Vale do Rio dos Sinos, com o Tema: *Políticas Públicas de Prevenção às Drogas para Adolescentes*. Anuncia que terá início às 7h15 da manhã e irá até às 18 horas.

Quando questionado quanto ao traje que os policiais deverão usar, o Máster diz: “A princípio acho que civil, mas não pensei, até amanhã eu aviso. Vou ver com o Cel. e olha para o Cel., o Cmdte. do CRPO/VRS que participa desta edição do curso”.

Anuncia uma tarefa para segunda-feira: “Cada grupo virá caracterizado de personagens de um desenho, ou filme de crianças, como: Sherek, Incríveis e outros”.

Após, passa um filme curto pelo computador, de um episódio levado ao Jô Soares, onde um sujeito vai perdendo suas capacidades físicas e vai encontrando recursos para ir adiante, brincam com a superação de limites.

Os Mentores ficam com seus grupos, preparando atividades e repassando dúvidas. No grupo Laranja um Soldado pede para ir ao banheiro e o Mentor faz uma cara de poucos amigos a ela e diz que não, e pede que espere 10 min.

Retorno à observação na segunda-feira à tarde 18/08, quando da apresentação do teatro organizado pelos grupos: Chaves, Incríveis, Flinstones, Batman e Sherek. A apresentação acontece no Galpão Crioulo do CRPO/VRS.

Na apresentação os policiais mostraram-se muito à vontade; após, falaram sobre a dramatização e como foi fazer esta atividade. Ao retornarem à sala, os policiais fizeram uma leitura de sensibilização e entregaram os cartazes com frases para os 10 anos de PROERD.

Voltam para a simulação de aulas do PROERD. Os alunos/instrutores desenvolvem as aulas sob a orientação dos Mentores responsáveis por cada grupo. Os grupos separados apresentaram aulas para o grupo e mentor.

Início 15h45 – 16 horas

Soldado – apresenta-se

P  
R  
O  
E  
R  
D

PROGRAMA

Vão falando junto à turma o que significa PROERD

1º PRO – Programa (o que é?)

2º E – Educação

3º R – Resistência – o que é? (saber dizer não)

4º D – Drogas (o que é?)

O Instrutor vai seguindo o manual na Lição nº 1. Neste grupo que observo o Soldado havia trocado o crachá. Voltou com o nome de guerra. O Mentor observa tal fato e comenta comigo: “Geralmente usam o primeiro nome no PROERD, mas como houve aquela liberação do Máster acaba acontecendo isso”.

O Mentor, ao analisá-lo, reforça a necessidade de seguir o cronograma da lição.

Agora há uma simulação da Lição 3; após, uma simulação da Lição nº 4, que tem o álcool como tema.

Ao final da simulação o Mentor pergunta: Qual o objetivo da tua lição?

O que tu gostarias que eles entendessem?

O que tu gostaste da tua apresentação?

O que tu mudarias?

Pergunta ao grupo: Pontos fortes? Soube tirar as dúvidas? E o conhecimento sobre a matéria? E os pontos a melhorar?

Pede para que tomem cuidado para abordar quando as crianças trazem que seus pais abusam de álcool. Uma policial traz uma sugestão quando a criança trazer este assunto à sala. A policial diz: “Retomar o uso da metodologia e referir que talvez os pais dele não teve oportunidade de refletir e utilizar a metodologia que eles estão aprendendo aqui”.

19/08/08

Chego ao Seminário, no auditório da Herval Showroom. Na entrada estão os dois Ten. Cel recepcionando quem vai chegando. Há uma organização para entrega de material e de

crachás, bem como recepcionistas da Herval. Na entrada há vários policiais, todos fardados. Há escolas, e crianças. Estão presentes professores e a Patrulha Escolar de Cachoeirinha.

Antes de dar início, algumas crianças ensaiam apresentações. Fazem-se presentes autoridades e as comunidades de Ivoti, Portão, Dois Irmãos e Lindolfo Collor.

- ✓ A banda toca (hinos de times e músicas dançantes).
- ✓ Abertura com o Máster do PROERD.

É feita a composição da Mesa de Autoridades. Apresentação do PROERD – O Máster informa alguns dados estatísticos: “550 mil alunos de escolas públicas e particulares e já são mais de 300 PMs este ano capacitados”.

Fala sobre a associação do crime e a droga, da importância do PROERD que esse informa jovens dos malefícios da droga. E diz: “O policial no novo curso, no novo currículo ministra 10 aulas de 50 min uma vez por semana”. “Estamos trabalhando com ações efetivas de prevenção. Quarenta e cinco mil crianças no Vale já foram contempladas”.

A Banda da Brigada toca o Hino Nacional.

Apresentação das crianças de uma escola: música “Droga que droga” (Xuxa)

Interpretação, dramatização dos alunos de uma Escola, da Lição 7 do livro da 4ª série.

O Máster pega o microfone e fala: “Aí está o reconhecimento do trabalho do PROERD”.

Neste momento passa a palavra ao Diretor Geral da Herval, o qual faz a sua fala ilustrada pela integração com a sociedade com os jovens e novos colaboradores, e da responsabilidade social perante a comunidade local, sobretudo com as crianças e jovens.

Conta da Associação de Funcionários, que a sede conta com 10 mil hectares, este é um espaço novo, uma vez que a empresa cresceu, e estão construindo a sede para 3.500 funcionários com ênfase no lazer (esporte, música, teatro).

Fala do lado social, da importância da comunidade e da relação entre estes. Dos problemas dos grandes centros urbanos e sobremaneira há que se fortalecer esta relação, e o PROERD tem ajudado nesse sentido. “Agradecemos pelo trabalho que os senhores têm dedicado a nossas crianças e a nossa comunidade.”

Em seguida a palavra é passada à Secretária de Educação, a qual fala do flagelo das drogas nas famílias. Agradece a parceria e ressalva a importância da banda da BM do CRPO/VRS.

Estou sentada no auditório ao lado do Prefeito da Cidade de Lindolfo Collor e ele comenta comigo que a cidade instituiu lei municipal PROERD como política pública –



inclusive com verba própria. E diz que Portão também tem dotação orçamentária para o Programa.

Neste momento fala o Comte. do CRPO/VRS (o qual tem a extensão de 15 municípios da Região do Vale do Rio do Sinos). Ele agradece à região e às autoridades presentes, fala do sucesso do Programa – do compartilhamento das capacitações públicas e privadas. “É um programa que só se sustenta pela participação comunitária”.

A primeira palestra é do Presidente do CONEN/RS (Conselho Nacional de Entorpecentes, Seção Rio Grande do Sul), um Major. Este inicia com a seguinte pergunta:

“Qual o papel do município sobre drogas?”

Em seus slides mostra: PROERD/RS, X Semana Nacional Antidrogas, XV Semana Gaúcha de Prevenção ao uso indevido de drogas (26 de junho). Nesse momento pede um minuto de minuto de silêncio, e diz: “Pelas baixas recentes no RH da BM e para todos aqueles que morreram lutando contra este problema e os que estão vivos, mas silenciosos, mortos. E agora uma salva de palmas a eles.”

Mostra matéria da TV Bandeirantes de uma festa em Diadema/SP (com muita droga). Vídeo este conhecido pela matéria na TV Bandeirantes e que circulou em outros veículos de comunicação, onde componentes da festa aparecem fazendo consumo de drogas e agradecem ao patrocínio da *firma*, alusão ao PCC.

Refere a Lei nº 13.027, publicada no Diário Oficial de ontem. E cita o Diário do dia 11/08/08, na página 35, que visa a estipular aos Hospitais de Clínicas, subsídios para a dependência química. Nesse instante apresenta nos slides as seguintes informações:

180 – Centro de Atendimento à Mulher

Jus Mulher – 3225 7272

0800 541 0803 – Centro de Referência da Mulher

0800 510 0015 – Viva Voz: Serviço Nacional de Informação e Orientação sobre Drogas – 2ª a 6ª das 8 às 20 horas.

100 – Disque-Denúncia contra a exploração Sexual Infantil

181 – Disque Denúncia SSP/RS – 24 horas

199 – Defesa Civil

0800 541 6400 – Polícia Civil – DECA

Conselho Nacional de Entorpecentes: [conen@saude.rs.gov.br](mailto:conen@saude.rs.gov.br)

(51) 3288 5961

(fax) 3288 5962

Fala sobre as ações em rede, dos cursos na modalidade EAD, com a Escola de Saúde Pública e a Cruz Vermelha Brasileira.

Passa um Vídeo sobre o Viva Voz e o refere como ferramenta auxiliar ao PM do PROERD. Nesse vídeo, assim como em outros que fala para jovens sobre a problemática atual das drogas, o apresentador tem sido o psiquiatra paulista Jairo Bauer.

A 2ª Palestra é realizada pelo Dr. Alberto Seafano Mainieri

“Quem é o adolescente hoje?” (alberto.s@mainieri.com.br) – Em sua explanação fala sobre esta etapa do desenvolvimento da vida. É feito um intervalo.

Voltam, nisso os Mentores do PROERD sobem ao palco do auditório, pedem para a platéia levantar e toca-se a música Macarena e dançam na coreografia com os policiais da platéia.

A 3ª Palestra é da Juíza local – Drª Ângela

Refere que na localidade não há processos para tráficos de drogas, mas por trás de outros fatos, seja violência doméstica ou furto, aparece a questão do álcool drogas em geral.

Aborda que há uma única forma de resolver esta situação, ao afirma que: “É através da família ou um grupo social que ele valorize”. Propõe que a Polícia notifique a família quando souber de alguma situação, ainda que pequena, envolvendo adolescentes. Não se mostrou muito simpatizante à instituição do *habeas corpus*, pois afirma que por ela deixa a pessoa presa até o julgamento, ainda que ao final do processo o sujeito seja absolvido, e diz: “É um risco que eu prefiro correr a liberar o sujeito e tempo depois quando aquele fato não tem mais significado pra ela, sai a condenação e tem que se ir atrás dele, com uma situação que não tem mais significado em sua vida, ele já ta em outro momento, e muitas vezes trabalhando... há riscos de ele ser absolvido... e realmente...”, e os episódios envolvendo os delitos na cidade são cometidos por quem vem de fora.

A Palestra final é com o jornalista Alan Caldas, dono de um pequeno jornal local. – Jornalista, mídia e adolescente. Não ouvi toda a palestra, mas inicialmente tive a impressão de que este usava frases apelativas, tipo: “Em bandido tem que pôr algema mesmo”.

Observações: Neste período de observação descobri algumas situações interessantes, como algumas prefeituras têm verba orçamentária para investir no programa. As férias dos policiais do PROERD buscam respeitar o calendário escolar, alguns batalhões têm o Policial desenvolvendo somente o PROERD em outros ele participa do PROERD e faz escala no

policiamento ostensivo. O entendimento desta atividade como voluntário é relativa, neste contexto, e também pelo fato de por vezes o PM receber hora extra nesta atividade. Tudo depende do entendimento do Comando.

No dia 21/08/08 é realizada a avaliação final do grupo.

O Máster mostra o vídeo FREE HUGS exibido pelo YouTube e depois um dos Mentores sai com o cartaz FREE HUGS, e o pessoal passa a se abraçar.

Quando da avaliação final, estavam todos sentados em grande círculo, e a palavra passava para um de cada vez:

1. Fala uma menina, emocionou-se, diz que inicialmente ficou “estranhada”, pois tinha Oficiais junto e depois viu que é tudo tão diferente.

2. Soldado homem, diz que: foi uma experiência única, pois o conhecimento que o Cel. que está no grupo dele passou... e fala das diferenças do trabalho, da relação entre Oficial e Soldado é muito grande, “e aqui isso não ficou assim”.

3. O Soldado de Dois Irmãos (com o qual partilhei a mesa no almoço do seminário, entre outras pessoas) e no almoço referiu que a sua grande motivação a ingressar no PROERD, foi o fato de morar na mesma comunidade que tem traficantes e muita droga, também pelo fato de seus filhos estudarem na mesma escola, e ainda, pelo fato de a droga andar muito perto deles. Naquele momento contou que nunca efetuou uma prisão ostensiva, de grande repressão com o uso da força. Mas que já prendeu pai de aluno do PROERD e que teve a possibilidade de falar com a criança sobre o fato e buscar o entendimento da mesma quanto ao comportamento do pai, “mas que ele pode ter um comportamento diferente daquele, e se a criança tinha entendido o que tinha ocorrido”. Este foi o Soldado que lá no início do curso, quando das apresentações referiu que se mobiliza com ocorrências envolvendo crianças, sejam na condição de vítima ou na de infrator.

Nesta avaliação final, retoma a sua infância, do quanto foi difícil para ele não ter tido infância, pois cedo começou a trabalhar. E saber que alguém espera pela sua ajuda.

4. Outro policial diz: “Gosto de ser policial, gosto de prender, de correr atrás, mas há um tempo atrás começaram a surgir outras coisas através do Comandante – A *patrulha escolar*, e o foco na comunidade, mas ainda me faltava alguma coisa. Quando cheguei aqui perdi um pouco o chão, a primeira coisa foi me tirar do meu chão, foi difícil. Para mim, acabou nosso serviço... e acabou uma hora... e a gente parou e teve que acertar as coisas aqui e daí para frente foi diferente. Eu não tenho palavras o quanto eu aprendi aqui. Agradecer ao grupo de me ajudar a crescer”.

5. Policial homem, diz: “Quando eu cheguei o meu medo foi o meu primeiro dia, o capitão os mentores, aquela fila enorme, abraçando levei medo e imaginei se hoje ta todo mundo se abraçando o que vai ser depois... Aí eu comecei a pensar em outras coisas... a rezar, a agradecer e a pensar na minha família. Hoje eu me dou conta que não caiu pedaço dar um abraço... e eu vou tentar levar isso para minha turma. Se eu um dia encontrar uma criança e ela se lembrar de mim eu vou saber que valeu a pena”.

6. Uma Mulher Policial, diz: “Gostaria de dizer que eu sou da última de Oficiais, o início na BM está muito difícil para mim. A Academia nos ensina algumas coisas entre outras a deixar de ser quem tu era... e para mim isso foi muito difícil. Em um primeiro momento eu estava pensando em desistir... eu não sei se eu sou o perfil ideal... porque para mim se é Soldado ou Coronel tanto faz, se alguém precisa de mim eu ajudo... (chora) ... Aí a Major Coordenadora Estadual do PROERD me chamou para esse curso e abriu outra coisa... que eu consiga ficar na BM e dar meu melhor. Eu não sei como será segunda-feira eu ter que voltar, porque lá onde estou não existe só Oficial do PROERD. Agora para mim vocês são mais uma família... (chora) mas eu sou assim mesmo...”.

Homem policial: “Quando eu cheguei aqui falei daquela menininha lá em que salvei a vida dela. Antes eu não chorava, mas quando o meu filho nasceu o coração ficou mole eu fiquei melhor e essa emoção foi a melhor emoção que eu tive na vida” (emociona-se). Fala da emoção de ver as crianças interagindo com eles na sala de aula, e em outros momentos durante o curso, e diz: “Então quero fazer um agradecimento a todos por este momento”.

Um homem policial diz: “Para mim, foi difícil em vir para cá. O 3º Batalhão foi um trauma. Então, quando o capitão disse o teu é o 3º eu fiquei... apavorado. Sou o primeiro policial em São Marcos a dar o PROERD. Nem o meu pai eu abraçava mais, e a gente aqui quebrar isso aqui... a gente tava bruto... eles nos lapidaram. Eu vim do Exército, isso aqui não existe... Eu vou levar essa experiência para o resto da vida isso aqui eu nunca vi. Me ensinou a ser humano de novo...”.

Uma mulher oficial diz: “Eu me sentia sobrecarregada – eu sou da turma da Capitã X, aí entrei aqui e tal e ontem eu me senti leve... e agora eu tenho que voltar para lá e se eu chego e abraço o Coronel... ele vai dizer que eu to louca... Mas eu não to nem aí eu vou chegar lá e abraçar toda a minha sessão e dar uma aula de ginástica laboral”.

Uma mulher policial diz: “‘O pessoal do PROERD’ quando souberam que eu vinha para o curso, eu já escutei... ‘hummmm o PROERD’. Esse é o meu lado, eu gosto do Policiamento Comunitário, eu gosto de conversar, trabalhar horas a pé, eu sei até o nome do cachorrinho na rua que passo. Quando eu disse que vinha para o curso, o meu Sargento

perguntou o que era o PROERD. Agora eu vou dar uma aula para ele e descobrir que eu sou capaz... e que são degraus que eu vou subindo... Eu aprendi bastante. Eu sou invejosa do bem eu queria muito ver isso aqui ser uma...”.

Um policial oficial diz: “Quando chegou o convite lá em São Leopoldo eu não fui incentivado e nem estimulado a vir... eu decidir a vir... Eu defino essas duas semanas com uma palavra de paixão... e depois vem o amor... Semana que vem eu volto para minha unidade... e não tem mais o curso, agora vem o sentimento de amor... Esse dinamismo foi importante, aqui eu trabalhei no que eu tinha em mente desenvolver algumas capacidades especiais”.

Uma soldado diz: “Voltei a ser o que eu era. E agradeço a vocês, eu estava afastada do meu pai, no domingo do dia dos pais... aí eu liguei para ele e ele me chamou de filha e eu chamei ele de pai e eu disse que a semana que vem eu quero ir lá para abraçar ele. E isso foi vocês que fizeram ou pelo menos me ajudaram a fazer... Eu quero voltar a ser isso, o que eu era antes”.

Um policial relata o crescimento e a percepção que o curso ajudou-o no resgate do humano (falar dentro de 1 min que tive que falar a partir de uma palavra).

Outro homem policial, diz: “Antes eu olhava assim e não via ninguém na minha frente e agora não, eu to aqui e vendo todo mundo... Eu quero agradecer a Deus que eu estou aqui neste momento e que se eu tivesse isso antes eu estaria muito melhor hoje”.

Homem policial diz: “A farda no dia a dia na rua nos deixa fechado. Esse negócio de chegar a abraçar... até para me soltar e falar em grupo e ter dito isso me ajudou a mudar a minha forma de ver. Quando é que eu iria imaginar que num curso na Brigada eu ia sentar do lado de um Coronel e abraçar...”.

Mulher policial diz: “Quando me convidaram já sabiam que eu gostava muito de criança, mas eu tinha dificuldade de falar, cheguei pensar em ‘pedir para sair’, mas tem gente que me ajudou me apoiou e naquela noite eu pensei que tem gente que ajuda... (chora)... e no fim eu consegui... venci...”.

Homem policial (Comandante) diz: Nós temos vivenciado momentos intensos de que mais nos tocam... e à medida que a gente se afasta... a gente vai perdendo (emociona-se). O que eu tenho para dizer para vocês é que não desistam da BM... talvez ela seja a única instituição séria deste Estado... E nos passamos por cima disto tudo. Nós temos dificuldades, mas não podemos desistir disto, quando todo o contexto está em desagregação... a instituição Escola está fragmentada, a religião... esse conjunto de contensores sociais está fragmentado, por isso essa vulnerabilidade da infância. E nós temos que tentar resgatar, nós ainda somos

um dos únicos contensores que talvez a comunidade acredite... não na viatura, no rádio, mas em nós, policial, no homem... Mas o que faz isso funcionar bem é o que habita em cada um de nós. Eu e o Cel. aqui do lado estaremos aposentados daqui a pouco, então o futuro é com vocês, vocês têm que... influenciar na prática estratégica... a Polícia do futuro é a que vai trabalhar com essas interações comunitárias.

Um policial oficial, Coronel, diz: “Me encaixei para fazer o curso, e vou chegar no curso e queria me esconder um pouco de ser Coronel. Eu também to aqui para ver o que os mais jovens pensam na BM neste momento o que pensam e quais são as dificuldades. Esta postura de posto e graduação causa um crescimento grande... os mais velhos e mais novos... (emociona-se). No papel é uma ficção jurídica, mas somos nós na frente daquelas crianças a melhorar a vida delas, e isso emociona”.

Fala da importância dos novatos, recém-chegados à BM já saírem com essa ideia e diz: “Essa ideia mais humanizadora, de ver a organização de Segurança Pública, o alto grau de profissionalismo. Pois a força vem dos seres humanos que estão aqui dentro”.

Um policial Mentor diz: “Passa a ideia de família e ampliada – cheguei com uma couraça e uma armadura. Hoje, talvez, estejamos com mais ou menos 500 instrutores na BM – PROERD. Eles trazem uma forma no pensamento, um jeito de fazer Polícia, tem um ideal de mundo presente. ‘Um PROERDIANO nunca deixa o outro na mão, podem saber’”.

Outro Mentor diz: “Cada curso que passa eu estou no 3º curso como mentor e o quanto aprende em cada um é algo sem tamanho”.

Outro Mentor continua: “Há uma reenergização com as crianças e... quando vocês tiverem pensando em pedir para sair vão até uma daquelas crianças”.

A Mentora faz uma avaliação pautada na ideia de teia e de como eles estão se espalhando e constituindo-se na Brigada.

Outro Mentor diz: “Quatro curso do ano eu estava muito afastado do Batalhão, aí achei melhor trazer o meu Comandante...”

Ao final, o Máster diz: “Inicialmente o PROERD ficou centrado em duas pessoas para pensar, idealizar... O Major X e o Major Y, por muito tempo ficou sobre essas duas pessoas... e de certa forma somos os seguidores do Major X... E é interessante que o PROERD faz a diferença não só com as crianças, mas com os próprios policiais...”